

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE LETRAS
DEPARTAMENTO DE LINGUÍSTICA, LÍNGUAS CLÁSSICAS E PORTUGUÊS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LINGUÍSTICA

María del Pilar Tobar Acosta

**PROTAGONISMO FACE
À INEVITABILIDADE DA VIOLÊNCIA:
VOZES DA RUA EM OCAS”
E EM O TRECHEIRO.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Linguística, Departamento de Linguística, Português e Línguas Clássicas, Instituto de Letras, Universidade de Brasília, como requisito parcial para a obtenção do Grau de Mestra em Linguística, área de concentração Linguagem e Sociedade.

Orientadora: Dra. Viviane de Melo Resende – Universidade de Brasília

Co-orientador: Dr. Fábio Pereira – Universidade de Brasília

Brasília, Dezembro de 2012

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Central da Universidade de
Brasília. Acervo 1004826.

Acosta, María Del Pilar Tobar.
A185p Protagonismo face à inevitabilidade da violência :
vozes da rua em Ocas" e em o Trecheiro / María Del
Pilar Tobar Acosta. -- 2012.
232 f. : il. ; 30 cm.

Dissertação (mestrado) - Universidade de Brasília,
Instituto de Letras, Departamento de Linguística,
Línguas Clássicas e Português, Programa de Pós-Graduação
em Linguística, 2012.
Inclui bibliografia.

Orientação: Viviane de Melo Resende ; Co-orientação:
Fábio Pereira.

1. Análise do discurso. 2. Análise crítica do discurso.
3. Etnologia. 4. Jornalismo - Aspectos sociais - Periódicos.
I. Resende, Viviane de Melo. II. Pereira, Fábio Henrique.
III. Título.

CDU 801

Ao Dr. Miguel Ignacio Tobar Acosta,
ou como meu coração aprendeu
a chamar, vovô(*in memoriam*);
e a Leonízia Toledo de Tobar,
grande mulher da minha
vida, minha vovó.

AGRADECIMENTOS

Estar grata a alguém é reconhecer que esse alguém me deu a mão, me olhou de um jeito especial, sorriu para mim em um dia nublado... É lembrar que alguém leu minhas ideias, indicou as pedras firmes do caminho e me deixou escolher... É saber que tudo o que construí foi feito de pedacinhos que colhi da sabedoria de diversas pessoas: pessoas que nem sequer conheci, mas cujas ideias ressoam em meu trabalho, pessoas que eu não imaginaria e foram mestras em minha vida, e as pessoas a quem agradeço nesta página.

Agradeço a meu amado companheiro, Alessandro Borges, que me apoiou em todos os momentos, dando força quando o medo de não conseguir me aleijava, quando a afã de sempre querer mais acabou por roubar nossas horas de sono, sendo meu norte enfim.

Agradeço a meu filho, Heitor Tobar Borges, meu menino lindo, cujo tempo vida se confunde com minha escolha pela academia. Soube que estava grávida alguns dias depois de ter começado o primeiro PIBIC, que concluí intercalando amamentação e leituras, e, ainda assim, fui agraciada com uma premiação que confirmou que estava no rumo certo. No segundo PIBIC, também laureado, na conclusão de meus dois cursos, e no mestrado, ele teve paciência comigo, mesmo tendo apenas 3 impacientes anos, foi compreensivo em todos os dias em que fui para a “enebê”, mesmo nos dias em que de pijaminha chorava na porta, e sempre me esperou com um abraço nos meus regressos. Ele é meu maior prêmio, minha maior legitimação, meu maior legado.

Agradeço às avós de meu filho, minha mãe Celina Maria del Carmen Tobar Toledo e minha sogra, Derenice de Jesus Borges, que me ajudaram como babavós, avós babonas que cuidaram do Heitor para eu poder me dedicar a esta investigação.

Agradeço à minha família na figura de meus avós, Dr. Miguel Ignacio Tobar Acosta (*in memoriam*) e Leonízia Toledo de Tobar que sempre incentivaram meus estudos e foram inspiração de retidão e seriedade.

Agradeço à minha orientadora, a professora Viviane de Melo Resende, por ter me inspirado a seguir seus passos na academia, que generosamente compartilhou seu conhecimento comigo, falando-me de ideias que não cabiam em uma aula de LPT, que me incentivou e (não) me puxou a orelha. A ela sou extremamente grata por ter me guiado de uma maneira tão bela nesses seis anos de estudo que culminaram na produção de minha dissertação de mestrado.

Agradeço às professoras e professores que muito mais que Doutoradas/es foram verdadeiras/os mestras/es, e durante os dois anos de curso ampliaram em muito os horizontes de minha compreensão do que é a ciência linguística: Dr. Dionei Moreira Gomes, Dra. Rozana Reigota Naves, Dra. Heloisa Moreira Sales, Dra. Maria Luisa Corôa. E, em especial, às Professoras Dra. Maria Carmen Aires Gomes e Dra. Viviane Cristina Vieira Sebba Ramalho, que compuseram a banca examinadora, pela gentileza e pelo rigor com que apontaram as deficiências do texto inicialmente apresentado, o que possibilitou o aprimoramento das análises e principalmente da reflexão teórico-metodológica que procurei empreender.

Agradeço às amigas e aos amigos que compartilharam comigo momentos de estudo, leituras, reflexões, e momentos de lazer, nos cafés, mesmo sem café, da UnB, e me ajudaram a alcançar o equilíbrio necessário. A Bruno Carlucci, agradeço, por ser um dos melhores interlocutores tanto para grandes quanto para pequenas ideias. E às pessoas que trilharam o mesmo caminho na Análise de Discurso Crítica, agradeço por todas as trocas (ideias, críticas, dúvidas, ajudas), pois nada se alcança sozinha e tive a sorte de contar com a parceria de Anna Clara Viana, Andreia Alves dos Santos, Sinara Bertholdo e Gersiney Pablo Santos.

Agradeço, por fim, sabendo que ainda há muito a agradecer, às/aos amigos da rua do MNPR, de *O Trecheiro* e de *Ocas*". E em especial a Tula Pilar Ferreira, Jacinto Mateus de Oliveira, José Aguiar e Alderon Pereira da Costa que generosamente compartilharam suas histórias de vida e de luta comigo, a quem devo muito e a quem espero honrar com meu trabalho.

RESUMO

Esta dissertação de mestrado é o resultado de uma investigação discursiva que teve como objetivo analisar as práticas sociodiscursivas implicadas na produção de periódicos voltados para a população em situações de rua e em situações de vulnerabilidade social: a revista *Ocas* e o jornal *O Trecheiro*. Os objetos focalizados integram, como frente discursiva, as ações materiais e simbólicas construídas pelas ONGs Organização Civil de Ação Social (OCAS) e Rede Rua de Comunicação, respectivamente. Essas ações orientam-se para o “*ethos* redistributivo” (SOUSA SANTOS, 2005, p. 8) que caracteriza a mobilização social, e intentam reverter as graves consequências da desigualdade sistêmica da sociedade no quadro do novo capitalismo. Apesar de compartilharem o objetivo central de contribuir para a superação de assimetrias sociais, as publicações são construídas de modos diferentes, materializando diferentes suportes textuais. Para realizar esta investigação, foram constituídos dois *corpora* documentais, um composto por textos de edições de *Ocas*, o outro por textos de edições de *O Trecheiro*. Esses dados foram coletados com base no recorte temporal, definido entre os anos 2009 e 2012, e em critérios temáticos, focalizando a representação da violência contra pessoas em situações de vulnerabilidade social. Também foi gerado um *corpus* etnográfico composto por entrevistas semiestruturadas com cinco atores sociais articulados à produção desses periódicos. Esse *corpus* serviu para construir uma triangulação metodológica que viabilizou o acesso a diferentes componentes ontológicos, o que permitiu que essa investigação ultrapassasse a limitação de pesquisas documentais. Como referencial teórico, buscou-se integrar epistemologias híbridas, tais como Teorias da Comunicação (SANT’ANNA, 2008) e Realismo Crítico (BHASKAR, 1998), à matriz do arcabouço teórico-metodológico constituído pela Análise de Discurso Crítica (FAIRCLOUGH, 2003), em um esforço pela transdisciplina. Para a análise de dados, foram empregadas categorias discursivas oriundas da Linguística Sistêmico-Funcional e da Gramática do Design Visual. As categorias analíticas selecionadas são operacionalizadas pela Análise de Discurso Crítica para o mapeamento de significados sociais em textos. Os resultados obtidos apontam para uma colonização das técnicas (SANTOS, 2011) sobre a produção de textos nas publicações focalizadas. A esse respeito, a principal contribuição deste estudo para a compreensão ampla de processos alternativos de comunicação resultou ser a evidência de que padrões hegemônicos acabam sendo reproduzidos em jornais e revistas que são delimitados, em função dos objetivos expostos por seus/suas produtores/as, como jornalismo de defesa civil (WAISBORD, 2009), em uma relação proporcional ao grau de tecnologização das ações discursivas das publicações. Ainda assim, focos de resistência se formam no interior das mesmas práticas. Esses focos viabilizam a expressão, mesmo que restrita, das “vozes de rua”, cuja densidade relativa pode ter sido reduzida nas reformulações das publicações, mas que continuam presentes nos textos veiculados. Essa presença é evidenciada pela possibilidade, ainda que constrangida, de se ocupar a posição de produtor/a de texto nos espaços discursivos das publicações. Por meio dessa produção textual, atores sociais, que de outro modo não teriam como, podem construir: (i) a representação, que informa outras formas de ver o mundo, articulando discursos alternativos; (ii) a ação, pela via discursiva, sobre o mundo social hipersemiotizado que configura as relações hodiernas; e (iii) a identificação, por meio da qual é possível resistir às identidades legitimadoras (CASTELLS, 1999) e é viável projetar-se para fora das contingências violentas e opressivas. Mesmo em face da aparente inevitabilidade da violência sistêmica, as “vozes da rua” encontram espaço para serem lidas/ ouvidas/ sentidas, e conseguem mobilizar recursos na construção da resistência a arranjos assimétricos de poder e na luta pelo direito a ter direitos.

Palavras-chave: Análise de Discurso Crítica; Etnografia; Mobilização Social, Situações de Rua, Jornalismo de Defesa Civil; *Street Papers*.

ABSTRACT

This master's dissertation is the result of a discursive investigation that aimed to analyse the social practices implied in periodical productions targeted at people in situation of homelessness and precarious living conditions, the magazine *Ocas* and the newspaper *O Trecheiro*. The focused objects integrate, as a discursive front, symbolic and material actions built by the following NGO's: Organização Civil de Ação Social (OCAS) and Rede Rua de Comunicação. These actions are guided to a "redistributive ethos" (SOUSA SANTOS, 2005, p. 8) featuring social mobilization, and intend to reverse the serious consequences of systemic social inequality in the new capitalist frame. Despite sharing the central aim of contributing to overcome social inequalities, the publications are structured differently in response to different *medium*. To conduct this research, there were two documentary corpora, one composed of *Ocas* texts and the other by *O Trecheiro* texts, collected from 2009 and 2012, on the basis of thematic criteria focusing on violence representation against people living in precarious situations. Unto which it was added an ethnographic corpus composed of semi-structured interviews of five articulated social actors in the production of these papers. This corpus served to build a methodological triangulation, which enabled the access to different ontological components that allowed this research to go beyond the limitation of documentary researches. Regarding theoretical framework, we sought to integrate hybrid epistemologies, such as Communication Theories (SANT'ANNA, 2008) and Critical Realism (BHASKAR, 1998), together with Critical Discourse Analysis (FAIRCLOUGH, 2003), in an effort for transdisciplinarity. For data analysis, discursive categories of Systemic Functional Linguistics and Visual Design Grammar were employed and operationalized by CDA for mapping social meanings in texts. Results point to a colonization of techniques (SANTOS, 2011) on texts production in targeted publications. Hereupon, I assess that the main contribution of this study to a broad understanding of alternative communication processes turned out to be the evidence that hegemonic patterns end up being reproduced in the newspapers and magazines that are enclosed, in accordance to goals set out by their producers, as advocacy journalism (WAISBORD, 2009), in a proportionate ratio to the technologized discursive actions publications. Nevertheless, resistance focuses are formed within the practices. Such resistances focuses enable the expression, even if limited, of the "voices of the street", whose relative density may have been reduced in publications restatements, whilst remain present in the publications. This presence is evidenced by the possibility, even embarrassed, to occupy the producer position of texts in publications' discursive spaces. Through this textual production, social actors, who otherwise wouldn't be able to build: (i) representation, which tells us other world views articulating alternative discourses; (ii) the action, through discursive manner, on the densely-semioticized social world that shapes our reality; and (iii) the identification, which makes possible to resist legitimizing identities and feasible projection out of violent and oppressive contingencies. Even in face of the systemic violence inevitability, the "voices of the street" find space to be read/heard/experienced, and can mobilize resources in resistance building to asymmetrical arrangements of power and struggle for the right to have rights.

Keywords: Critical Discourse Analysis; Ethnography; Social Mobilization; Advocacy Journalism; Street Papers.

RESÚMEN

Esta disertación de maestría es el resultado de una investigación discursiva que tuvo como objetivo analizar las prácticas sociales implicadas en la producción de publicaciones mediáticas orientadas para la población en situaciones de calle y de precariedad: la revista *Ocas* y el periódico *O Trecheiro*. Los objetivos focalizados integran, como frente discursiva, las acciones materiales y simbólicas construidas por las ONGs Organização Civil de Ação Social (OCAS) y Rede Rua de Comunicação, respectivamente. Esas acciones se orientan para el “*ethos* redistributivo” (SOUSA SANTOS, 2005, p. 8) que caracteriza la movilización social, e intentan revertir las graves consecuencias de la desigualdad sistémica de la sociedad en el contexto del nuevo capitalismo. A pesar de compartieren el objetivo central de contribuir para la superación de asimetrías sociales, las publicaciones son construidas de modo diferente, respondiendo a los diferentes soportes textuales. Para realizar esta investigación, fueron construidos dos *corpora* documentales, uno compuesto por textos de ediciones de *Ocas*, el otro por textos de ediciones de *O Trecheiro*, colectados a partir del recorte temporal definido entre los años 2009 y 2012, y con base en criterios temáticos focalizando la representación de la violencia contra las personas en situaciones de calle y de precariedad. A los cuales fue añadido un *corpus* etnográfico compuesto por entrevistas semiestructuradas de cinco actores sociales articulados en la producción de esas publicaciones. Ese *corpus* sirvió para construir una triangulación metodológica que viabilizó el acceso a diferentes componentes ontológicos, lo que permitió que esa investigación ultrapasase la limitación de investigaciones documentales. Como referencial teórico se buscó integrar epistemologías híbridas, tales como las Teorías de la Comunicación (SANT’ANNA, 2008) y el Realismo Crítico (BHASKAR, 1998), a la matriz del andamiaje teórico-metodológico constituido por el Análisis del Discurso Crítica (FAIRCLOUGH, 2003), en un esfuerzo por la transdisciplina. Para el análisis de los datos fueron empleadas categorías discursivas de la Lingüística Sistémico Funcional y de la Gramática del Diseño Visual operacionalizadas por el Análisis del Discurso Crítica para el desvelamiento de significados sociales en los textos. Los resultados obtenidos apuntan hacia una colonización de las técnicas (SANTOS, 2011) sobre la producción de textos en las publicaciones focalizadas. A ese respecto, avalúo que la principal contribución de éste estudio para la comprensión amplia de procesos alternativos de comunicación es la evidencia de que patrones hegemónicos acaban siendo reproducidos en periódicos y revistas que son delimitados, en función de los objetivos expuestos por sus productores/as, como periodismo de defensa civil (WAISBORD, 2009), en una relación proporcional al grado de tecnologización de las acciones discursivas de las publicaciones. Aún así, focos de resistencia se forman dentro de las practicas. Esos focos viabilizan la expresión, aunque restringida, de las “voces de la calle”, cuya densidad relativa puede haber sido reducida en las reformulaciones de las publicaciones, pero que continúan presentes en las publicaciones. Esa presencia es evidenciada por la posibilidad, aún que constreñida, de se ocupar la posición de productor/a de texto en los espacios discursivos de las publicaciones. Por medio de esa producción textual, actores sociales, que de otro modo no tendrían como, pueden construir: (i) la representación, que nos informa otras formas de ver el mundo, articulando discursos alternativos; (ii) la acción, por la vía discursiva, sobre el mundo social híper semiotizado que configura nuestra realidad; y (iii) la identificación, por medio de la cual es posible resistir a las identidades legitimadoras (CASTELLS, 1999) y es viable proyectarse para fuera de las contingencias violentas y opresivas. Mismo en fase de la aparente inevitabilidad de la violencia sistémica, las “voces de las calles” encuentran espacio para ser leídas/oídas/sentidas, y consiguen movilizar recursos en la construcción de la resistencia a los arreglos asimétricos de poder y en la lucha por el derecho a tener derechos.

Palabras llave: Análisis del Discurso Crítica; Movilización Social, Periodismo de Defensa Civil; Situaciones de Calle; Street Papers.

Palavra quando acesa
Não queima em vão
Deixa uma beleza posta em seu carvão

(in “Palavra Acesa” de
Fernando Filizola e José Chagas)

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	13
CAPÍTULO 1	
CONVERGÊNCIA ESTRUTURAL: LIMITES E POSSIBILIDADES	17
1.1 O NOVO CAPITALISMO E O QUADRO DE GOVERNANÇA COMO MOTORES DA DISPARIDADE SOCIAL	18
1.1.1 O NOVO CAPITALISMO E SEUS DESDOBRAMENTOS	21
1.1.2 GOVERNANÇA COMO MATRIZ E APAGAMENTO COMO INTENSIFICAÇÃO DA EXCLUSÃO	22
1.1.3 CONSUMO, FALTA DE ÉTICA E VIOLÊNCIA	26
1.2 INTERFACE DISCURSIVA DA MOBILIZAÇÃO SOCIAL: OS CASOS OCAS” E O TRECHEIRO	33
1.2.1 A RELAÇÃO ENTRE A SITUAÇÃO DE RUA E A VIOLÊNCIA REPRESENTADA NA MÍDIA TRADICIONAL	35
1.2.2 OCAS”: REDISTRIBUIÇÃO MATERIAL E SIMBÓLICA	42
1.2.3 O TRECHEIRO: REDISTRIBUIÇÃO CENTRALMENTE SIMBÓLICA	47
CAPÍTULO 2	
ANÁLISE DE DISCURSO CRÍTICA E O ESFORÇO TRANSDISCIPLINAR	51
2.1 ANÁLISE DE DISCURSO CRÍTICA.....	52
2.1.1 POR UM RIGOR CIENTÍFICO EM ADC	52
2.1.2 TEORIA SOCIAL DO DISCURSO: CONCEITOS FUNDAMENTAIS	57
2.2 SOBRE O FUNCIONAMENTO DA LINGUAGEM EM SOCIEDADE: OPÇÃO ONTOLÓGICA E APROXIMAÇÕES INTERDISCIPLINARES	66
2.2.1 OPERACIONALIZAÇÃO DO MODELO ‘TRANSFORMACIONAL DA ATIVIDADE SOCIAL’ PARA O ESTUDO DISCURSIVO	67
2.2.2 A CONSTRUÇÃO DISCURSIVA DA (IN)EVITABILIDADE	72

2.3	ENTRE TEORIA E PRÁTICA: O ESTUDO SISTEMÁTICO DE TEXTOS POR MEIO DE CATEGORIAS ANALÍTICAS	77
2.3.1	CATEGORIAS ANALÍTICAS COMO FERRAMENTAS METODOLÓGICAS E OS SIGNIFICADOS DO DISCURSO COMO BASE EPISTEMOLÓGICO ...	78
2.3.2	DESCRIÇÃO DE CATEGORIAS ANALÍTICAS SEGUNDO OS SIGNIFICADOS DISCURSIVOS	85

CAPÍTULO 3

APREENDENDO O SOCIAL NO LINGUÍSTICO E O LINGUÍSTICO NO SOCIAL 99

3.1	CONSTRUÇÃO CIENTÍFICA E REFLEXÃO ÉTICA: COESÃO E COERÊNCIA	100
3.2	CONSTRUÇÃO DO DESENHO DE PESQUISA: OPÇÕES ONTOLÓGICAS, CONTINGÊNCIAS EPISTEMOLÓGICAS E IMPLICAÇÕES METODOLÓGICAS	106
3.2.1	COESÃO E COERÊNCIA COMO QUALIDADE DA PESQUISA QUALITATIVA	99
3.2.2	COLETA E GERAÇÃO DE DADOS: TRIANGULAÇÃO METODOLÓGICA.....	116
3.3	NARRATIVAS DE CAMPO: FORMAS ALTERNATIVAS DE INVESTIGAR O SOCIAL POR MEIO DA GERAÇÃO DE TEXTOS ETNOGRÁFICOS	129
3.3.1	ETNOGRAFIA VIRTUAL COMO APORTE PARA METODOLOGIAS MISTAS	129
3.3.2	TRABALHO DE CAMPO EM BRASÍLIA.....	131
3.3.3	TRABALHO DE CAMPO EM SÃO PAULO.....	133

CAPÍTULO 4

SUPORTE, TEXTO E POSIÇÃO-PRÁTICA: UMA ABORDAGEM MULTIDIMENSIONAL 137

4.1	ESTRUTURA PARA AÇÃO: ESTRUTURA COMO AÇÃO.....	138
4.1.1	AUTONOMEAÇÃO: AÇÃO E REPRESENTAÇÃO COMO IDENTIDADE	139
4.1.2	CAPA COMO MANCHETE E MANCHETE COMO CAPA.....	152
4.2	QUEM ESCREVE PARA <i>OCAS</i> ” E PARA <i>O TRECHEIRO</i> : UMA ANÁLISE DO ACESSO AOS ESPAÇOS DISCURSIVOS.....	162

4.3	AÇÃO, REPRESENTAÇÃO E IDENTIFICAÇÃO: TEXTOS COMO AÇÕES INTEGRANTES E TEXTOS COMO CONTRIBUIÇÕES INTEGRANTES.....	181
4.2.1	O JORNALISMO DE DEFESA CIVIL COMO RESPOSTA À MÍDIA TRADICIONAL.....	183
4.2.2	ALTERNATIVAS DISCURSIVAS: REPRESENTAÇÃO E IDENTIFICAÇÃO DA POBREZA.....	190
4.2.3	ARTICULAÇÃO EM REDE(S): LOCAL E GLOBAL.....	194
4.2.4	MOVIMENTOS SOCIAIS COMO COLABORADORES/AS: REPRESENTAÇÃO E AÇÃO.....	196
4.2.5	(AUTO)REPRESENTAÇÃO: IDENTIFICAÇÃO E AÇÃO.....	198
	EM VEZ DE DISCUSSÃO, DIÁLOGO(S)	
	OCAS” E O TRECHEIRO: “TRANSVERSALIDADES QUE SE COMPREENDEM	207
	CONSIDERAÇÕES FINAIS	223
	REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS	227

APRESENTAÇÃO

As situações de precariedade social são fruto de processos políticos, econômicos e sociais densamente constituídos: diacrônica e sincronicamente, diferentes fatores levam ao enfraquecimento da malha social e conduzem um número cada vez maior de seres humanos a viver em condições indignas. A profundidade diacrônica das contingências que se impõem a grupos enfraquecidos, em termos de poder simbólico (BOURDIEU, 2011), remonta a tempos e espaços da gênese de nossa sociedade, muito anteriores ao achamento do Brasil. Somos o resultado de formas de ver o mundo e suas traduções semióticas, de transplantes culturais (SCHWARTZ, 1987), espólios e acúmulos europeus, enfim, de um sem número de processos diacrônicos que são o ponto de partida da realidade desigual que compartilhamos. Ao mesmo tempo, produzimos, a partir desse legado, uma realidade em que a desigualdade genética é reinventada a cada momento, repisando ou não erros, nossa realidade se constrói (também) pelo espriamento sincrônico de padrões e ordens de violação.

Esse condicionamento à desigualdade, presente em nossa gênese e repercutido em ações contemporâneas sincrônicas, pode ser compreendido, nos termos de Bourdieu (1998), como uma ‘inevitabilidade’ sistêmica. No entanto, essa aparente “inelutabilidade” (HOBSBAUWM, 2011, p. 28) é igualmente fruto desses construtos diacrônico e sincrônico, sendo projetada por atores sociais para a manutenção de um estado de coisas. Como será debatido, a construção dessa ‘inevitabilidade’ dá-se, centralmente, por meio do discurso, sendo formulada simbolicamente pela articulação de discursos hegemônicos e com base em estratégias ideológicas (THOMPSON, 2002 [1995]). Mesmo as pressões discursivas exercidas para a sustentação de uma realidade única e ‘inevitável’ sendo muito fortes, a resiliência de atores sociais, principalmente quando articulados em movimentos coletivos, é capaz de promover mudanças nesse quadro, apenas aparentemente imutável, por meio de lutas hegemônicas também no campo da atividade discursiva.

Neste sentido, diferentes caminhos poderiam ser trilhados para investigar a revista *Ocas* e o jornal *O Trecheiro*, cuja produção emerge em resposta a práticas sociais de exploração, como veios de ação da mobilização social articulada para a luta de pessoas em situações de vulnerabilidade social pelo direito a ter direitos. Em meu trabalho empírico no campo da análise discursiva crítica, pude destacar uma linha de causalidade que se destaca em todos os textos que analisei: a violência. A inegável reiteração deste tema, como elemento participante dos processos que se associam na construção das práticas sociais focalizadas, possibilitou elegê-lo como linha para costurar os diferentes elementos ontológicos das práticas sociais que culminam na realidade das situações de rua e que, por conseguinte, informam essas práticas de mobilização social.

Além das questões práticas, a meu ver, muito mais que apenas descrever e analisar, é necessário se comprometer com a configuração social que estudamos. É imperioso o desenvolvimento de uma razão sensível que seja capaz de contribuir para que o estado de coisas possa ser subvertido por meio da construção de conhecimento científico. Assim, desde o começo de meu texto, alinho-me à perspectiva explicitada por Sousa Jr. (2000, p. 3), que observa a necessidade de se repensarem as relações entre a ciência e o conhecimento orientado para a mudança social:

Aguiar, como eles, recusa o imperialismo da razão instrumental sobre as formas possíveis de conhecer e de compreender o mundo e, a exemplo de Maffesoli, faz o elogio da razão sensível, pondo-se, afetivamente, na disposição já preconizada por Shopenhauer: (...) a tarefa não é contemplar o que nunca foi contemplado, mas pensar como ainda não se pensou sobre o que todo mundo tem diante dos olhos.

Essa perspectiva coaduna com a tradição dos estudos em Análise de Discurso Crítica à que filio meu estudo, tendo em vista seu alinhamento com as ciências sociais críticas para as quais é fundamental o posicionamento do/a pesquisador/a engajado/a na superação do problema social motivador de uma investigação. Assim, o trabalho que empreendi objetivou, centralmente, contribuir em duas vias: acadêmica e social. Pela via acadêmica, procurei devolver, por meio de meu estudo, informações para o refinamento do arcabouço teórico-metodológico a partir do qual pude construir este trabalho. E, pela via social, procurei devolver para o campo, para os/as atores/as inseridos/as nas práticas sociais que focalizei, recursos simbólicos que pudessem somar forças à luta pela superação dos arranjos assimétricos de poder.

Nesse sentido, a seara linguística que concebe a linguagem como parte indissociável da vida social pode contribuir muito para a instrumentalização de grupos sociais de poder simbólico limitado, em razão da estrutura perversa e sistemicamente violenta, tendo em vista o caráter extremamente semiotizado do atual momento do desenvolvimento social, o ‘novo capitalismo’ (FAIRCLOUGH, 2001). Essa instrumentalização de nossos resultados só tem efeito se o envolvimento com o campo ultrapassar a prática tradicional de apenas ‘sugar’ informações para ‘engordar’ nossas epistemologias, mas, ao contrário, promover o acesso desses grupos aos recursos simbólicos de que dispomos. Esses recursos igualmente têm de ser submetidos ao escrutínio social, amplamente compreendido, assim promovendo uma validação científica para além do universo restrito de nossos pares acadêmicos. A reflexão crítica social pode contribuir, nesse sentido, para a resistência a pressões discursivo-sociais que realizam a crença na ‘inevitabilidade’ (BOURDIEU, 1998).

A organicidade do texto deste relatório de pesquisa segue, *a priori*, os moldes definidos para uma dissertação em nível de mestrado. No entanto, em alguns aspectos, acabo ousando na criatividade genérica. Essa ousadia assenta na ideia de que o texto que segue, para além da coesão e da coerência textuais, fundamentais para a sua fluidez, precisa engendrar a coesão e a coerência entre as bases epistemológicas por que optei, os métodos para a construção da investigação

e para a análise de dados, e a contribuição para a produção de novas epistemologias, tendo como crivo a ética.

No primeiro capítulo da dissertação, apresento uma análise da conjuntura e uma análise da prática particular (CHOULIARAKI; FAIRCLOUGH, 1999), por meio das quais construo uma delimitação (uma, porque não é a única possibilidade) do problema motivador da investigação. Seguindo uma lógica retórica de funil, vou do que compreendo ser a superestrutura para a infraestrutura das práticas de produção da revista *Ocas* e do jornal *O Trecheiro*.

O segundo capítulo retoma o marco teórico da Análise de Discurso Crítica, focalizando o caráter transdisciplinar das epistemologias das quais tive de lançar mão para construir o trabalho ora apresentado, que traz a novidade de ter como objetos ações discursivas de caráter contra-hegemônico. No Capítulo 2, portanto, explico a opção ontológica baseada no Realismo Crítico, adotada pela ADC para a compreensão do funcionamento da linguagem em sociedade. Por fim, abordo as categorias analíticas, que são as ferramentas metodológicas básicas para a análise discursiva, desenvolvidas a partir da compreensão funcional da linguagem e dos significados discursivos delimitados pela Teoria Social do Discurso (FAIRCLOUGH, 2001).

Assim, encaminho-me para a definição dos métodos empregados para a construção desta dissertação, apresentada no Capítulo 3. Neste, reflito sobre os desafios impostos a pesquisas discursivas qualitativas conduzidas pelo contato acadêmico com grupos de menor poder simbólico. Desse modo, discuto a necessidade de a reflexão ética e o autoescrutínio estarem sempre presentes nas etapas da investigação. Por fim, apresento os critérios que empreguei para a construção dos *corpora* documentais e etnográfico, e retomo algumas notas de campo.

No Capítulo 4, dedico-me às análises discursivas dos dados documentais, amparadas pelas análises de dados etnográficos. Esse capítulo estrutura-se pela focalização, em um primeiro momento, das ações discursivas macro das publicações, cujo estudo está contido nas duas primeiras partes – análise dos suportes e análise do acesso aos espaços discursivos – e, em um segundo momento, das ações discursivas micro das publicações, cujo estudo está contido na terceira e última parte – análise de textos de diferentes atores sociais envolvidos na produção da revista e do jornal.

Por fim, apresento uma crítica explanatória, na parte intitulada “Em vez de discussão, diálogos: *Ocas* e *O Trecheiro* – Transversalidades que se compreendem”. Nela, retomo a discussão sobre a razão sensível, que foi uma das balizas deste trabalho, e apresento o texto da ‘devolutiva-receptiva’ que elaborei para compartilhar e negociar meus resultados com as pessoas que colaboraram comigo por meio das entrevistas que me concederam.

1

CONVERGÊNCIA ESTRUTURAL: LIMITES E POSSIBILIDADES

*Diz-se violento
O rio que tudo arrasta,
mas não se dizem violentas
as margens que o oprimem*
(Bertolt Brecht extraído do poema “Sobre a violência”)

*As grandes mudanças políticas são a expressão de profundos
processos de transformação social. Como se a vida se formasse
nas entranhas das sociedades e tivesse que percorrer leitos
subterrâneos até que a força de sua corrente consiga infiltrar-
se nas paredes das prisões e sair à luz do dia institucional.*
(Manuel Castells, 1980, p. 13)

 texto deste capítulo pretende ser um ponto de partida (RESENDE, 2008) para a compreensão do complexo quadro social em que as práticas sociais em foco são forjadas, e que, desse modo, possa viabilizar a confecção de uma investigação sobre as produções discursivas constituintes e constitutivas dessas práticas. Nele, procuro apresentar o conjunto de processos envolvidos nas práticas sociais de que emergem os objetos centrais de minha investigação – a revista *Ocas* e o jornal *O Trecheiro* –, evidenciando a sedimentação social como contingenciamento que está na origem da pobreza extrema. Nessa perspectiva, o movimento retórico que realizo, neste capítulo, é de funil, seguindo a lógica marxista de superestrutura e infraestrutura, ou, em termos atualizados pela Análise de Discurso Crítica, de dimensão estrutural – que “informa sobre como a interação é constrangida pela rede de ordens de discurso – e dimensão interacional – que “informa sobre como a rede é processada internacionalmente e potencialmente reestruturada pela rearticulação de fontes” (CHOULIARAKI; FAIRCLOUGH, 1999, p. 59). Objetivo, destarte, analisar a conjuntura, partindo do que compreendo serem questões superestruturais para, então, acessar o delineamento conjuntural das práticas específicas que me propus investigar, e delimitar que tipo de acesso terei a essas práticas por meio da atividade discursiva que lhes é associada.

1.1 O NOVO CAPITALISMO E O QUADRO DE GOVERNANÇA COMO MOTORES DA DISPARIDADE SOCIAL

A despeito dos avanços econômicos e da maior atenção a questões sociais no Brasil, promovidos, nos últimos anos, pelas políticas de redistribuição de renda, que se mantiveram mesmo nos períodos de recessão, tendo sido inclusive ampliadas (SICSÚ; CASTELAR, 2009), e que têm demonstrado ser bem sucedidas, ainda há uma parcela significativa de brasileiros/as que não têm acesso aos recursos materiais e simbólicos gerados pelo desenvolvimento social do país. Existe, pois, um lapso entre o crescimento econômico e sua conversão para bens sociais.

A cidadania plena permanece como privilégio de poucos/as, a disparidade social se mantém e muitos/as ainda sofrem as consequências pela distribuição assimétrica de recursos. As situações de rua, como problemática social, constituem, nessa perspectiva, uma realidade desconcertante para o cenário brasileiro. De acordo com a Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua, de abril de 2008, mais de trinta mil brasileiros/as não têm garantido o direito à moradia, à alimentação, à saúde, entre outros. Um contingente populacional enorme não tem acesso ao direito constitucional amplo de ter assegurada a sua dignidade, sendo pessoas potencialmente privadas de exercer sua cidadania, e, assim, ficando à margem dos processos de desenvolvimento social.

Esses avanços também podem ser repensados ou questionados, tanto em termos quantitativos quanto em termos qualitativos, em função das perspectivas adotadas na sua aferição, por meio de projeções numéricas, e das análises subsequentes a essa aferição. Em termos de sua abrangência, quantitativamente, a projeção numérica se baseia em conceitos que parametrizam a pobreza oficial. A opção por um ou outro conceito de pobreza, do que é configurado como estado de miséria, influencia diretamente as políticas públicas mobilizadas para sua solução, conforme apontam Amorim e Pereira (2010, pp. 133-134):

quando se trata de justiça social, o problema teórico faz parte do problema prático que se traduz em políticas socialmente injustas. (...) Há consenso entre os teóricos críticos na área da política social sobre a importância dos conceitos e da teoria para a decifração de uma problemática social e para a formulação e implementação de políticas públicas coerentes e consistentes com vista ao seu equacionamento.

À luz dessa reflexão, a ampliação da classe média no país e a diminuição da pobreza e da desigualdade, que têm sido divulgadas pelo governo como principais estratégias para a legitimação de suas ações, podem ser questionadas em termos dos parâmetros usados. A mudança da configuração social brasileira “de pirâmide para losango”, constatada pelo Cetelem e Instituto Ipsos e replicada pela mídia, pode ser analisada sob diferentes prismas. Vejamos os dados:

Figura 1 – Dados oficiais sobre mudanças na configuração social pelo parâmetro da renda



(Fonte: Cetelem e IPSOS, com adaptações)

Por um lado, a definição do que é a pobreza molda a maneira como os dados quantitativos serão gerados e analisados, e repercute em como as políticas públicas serão moldadas. Assim, se o governo entende que há apenas um tipo de pobreza, que se reduz apenas à renda familiar, todo um quadro social de variações complexas é ignorado. Segundo Rosa (2005, p. 34), “Toda definição estática de pobreza contribui para colocar populações heterogêneas num mesmo conjunto e para ocultar a questão essencial do processo de acumulação progressiva das dificuldades de indivíduos e de domicílios, da sua origem aos seus efeitos, a curto e a longo prazo”. Assim, o tratamento dado à pobreza, que deveria ser compreendida em profundidade como ‘pobrezas’, limita o quadro de ação governamental, e impede que os processos que levam à configuração da miséria sejam confrontados em sua amplitude. Ainda a esse respeito, Pereira e Amorim (2010, p. 136) observam que:

a questão da definição da linha [da pobreza], que em um primeiro momento parecia ser um problema técnico, se transforma em um problema político. Desta forma, as linhas oficiais de pobreza tendem a se transformar numa espécie de ficção estatística que passa a ter vida própria, com relações muitas vezes remotas com a realidade, mas com consequências importantes em termos do que elas introduzem na condução das políticas sociais.

Para além do problema técnico de quantificação, há um problema central da qualidade da análise decorrente da aferição numérica de uma realidade social. Os dados estatísticos passam por um crivo analítico que será fundamental para a configuração de ações do governo para equacionar as tensões sociais decorrentes das assimetrias constatadas. Nesse sentido, mesmo sendo difícil negar mudanças significativas no panorama social, temos de nos perguntar se essas mudanças são profundas e efetivas, atingindo uma reconfiguração na estrutura social brasileira, e sobretudo, se representam uma transformação substancial nas políticas sociais empreendidas no país para as populações mais empobrecidas.

Esses dados revelam que, mesmo em um governo sensível e conseqüentemente mais orientado para questões sociais, como o atual governo brasileiro, ainda estamos submetidos ao sistema capitalista, sendo a riqueza o parâmetro central para a definição do conceito de pobreza. Isso soa tautológico, mas não o é, visto que a sociedade é estratificada em termos de renda familiar, e os grupos populacionais são classificados em valores mercadológicos: o lastro da pobreza continua sendo, pois, a riqueza material. A pobreza como problemática político-social perde sua substância para o valor de uso por meio do qual o capital subsiste. Continuamos, assim, em um mesmo sistema superestrutural, de caráter transnacional, que se imiscui em todas as esferas infra-estruturais. A esse respeito Harvey (2011, p. 7) aponta que:

o capital é o sangue que flui através do corpo político de todas as sociedades que chamamos de capitalistas, espalhando-se, às vezes como um filete e outras vezes como uma inundação, em cada canto e recanto do mundo habitado. É graças a esse fluxo que nós, que vivemos no capitalismo, adquirimos nosso pão de cada dia, assim como nossas casas, carros, telefones celulares, camisas, sapatos e todos os outros bens necessários para garantir nossa vida no dia a dia.

Sob essa ótica, a redistribuição de renda, é dizer, dos recursos materiais gerados pela nação, representa, de maneira evidente, um incremento a interesses particulares, sobretudo dos setores da indústria (não só) nacional, pela injeção de recursos que movimentam a cadeia produtiva, gerando mais empregos, mais demanda, mais produção e mais lucro. Uma família que passa da linha da pobreza passa também a integrar um grupo que pode acessar bens de consumo, que antes eram intangíveis. Essa racionalização econômica implica que “O propósito do esforço humano deixou de ser a simples produção e passou a ser o dever de trabalhar, conduzindo ao ascetismo da contenção e do consumo” (THIRY-CHERQUES, 2009, p. 906).

Assim, sob o prisma humano, o que o aumento de renda efetivamente representa? O aumento do poder de consumo de um determinado grupo, que aos moldes dos escravos alforriados vieram subsidiar os desdobramentos capitalistas, representa mudança social? Partindo da ideia de que houve, efetivamente um aumento da classe média (deixando de lado a discussão sobre a geração dos dados acima), a pergunta que temos de nos fazer é sobre a qualidade dessa mudança. Estamos frente ao aumento de uma classe média de cidadãos/ãos integradas/os, a quem não apenas recursos materiais foram redistribuídos, mas também recursos simbólicos? Ou estamos frente a uma nova classe de trabalhadores/as que continuam empenhando sua força de trabalho para o lucro de classes que detêm a hegemonia intelectual, política e econômica?

Tendo em vista que os recursos econômicos não são suficientes para definir uma posição dentro do quadro político, de *per se* a simples redistribuição de capital não é o bastante para mudar o arranjo de forças e poderes (WEBER, 1994). A transição entre o poder de consumo não se transfere necessariamente para o aumento do poder simbólico do grupo que “ingressou” na classe média. Compreendendo que essa transferência entre recursos materiais e recursos simbólicos

só ocorrerá (se é que ocorrerá) em um tempo que ainda não podemos observar, é possível afirmar apenas que estamos em face de uma classe média de consumidores/as. Dessa afirmação, podemos arrolar três reflexões: (i) estamos diante de uma rearticulação capitalista; (ii) nossa configuração política é tal que ainda sofremos as consequências de uma democracia inconsistente; e (iii) a mesma lógica de consumo dita as relações sociais e seus desdobramentos no tempo.

1.1.1 O NOVO CAPITALISMO E SEUS DESDOBRAMENTOS

Abordando a primeira linha de reflexão, mesmo com todos os avanços, ainda vivemos um arranjo político-econômico capitalista. Nessa perspectiva, para descrever o atual momento de desenvolvimento da sociedade, Fairclough (2003) opta por usar o termo 'novo capitalismo', para enfatizar as consequências das sucessivas reestruturações do sistema econômico que se fazem sentir nas mais distintas áreas da vida social. Retomo, pois, a explicação do autor:

Eu usarei o termo novo capitalismo, significando a mais recente de uma série histórica de reestruturações radicais por meio das quais o capitalismo manteve sua continuidade fundamental (Jessop, 2000). Minha razão para focalizar isso se deve ao grande problema em que a ciência social contemporânea está interessada na natureza das consequências dessas mudanças. E, simplificada, porque nenhuma investigação social contemporânea pode ignorar essas mudanças, elas estão tendo um efeito disseminado sobre nossas vidas. Uma razão mais específica para focalizar o novo capitalismo é que este está se desenvolvendo como uma área significativa de investigação para analistas de discurso críticos/as. (...) Eu devo adicionar, de qualquer maneira, que usar o termo 'novo capitalismo' não implica um foco exclusivo em questões econômicas: transformações no capitalismo têm ramificações pela vida social, e o 'novo capitalismo' como tema de investigação deve ser interpretado de maneira abrangente como uma preocupação sobre como essas transformações impactam sobre política, educação, produções artísticas, e muitas áreas da vida social.¹ (FAIRCLOUGH, 2003, p. 5, tradução minha)

Nesse sentido, entende-se que estamos frente a mais um desdobramento capitalista para a manutenção de uma ordem hegemônica. Evidentemente, trata-se de um capitalismo aos moldes brasileiros, configurado como capitalismo de Estado, como capitalismo redistributivo. Trata-se não de uma mudança substantiva, mas apenas de uma nova adjetivação, que pode ter, no máximo, o objetivo de humanizar o capitalismo, tarefa ingrata, tendo em vista o caráter antiético e violento deste sistema (SOUSA SANTOS, 2007). Essa rearticulação do capitalismo em terras brasileiras assemelha-se à pressão feita pelo imperialismo britânico, quando do período colonial, para que nosso Estado ampliasse o rol de consumidores/as por meio da abolição. Ao menos, a feição dos procedimentos parece ser a mesma, uma vez que a redistribuição de renda retroalimenta o mesmo sistema. Dá-se vazão, parcialmente, às tensões acumuladas pela desigualdade, e

¹ I shall use the term new capitalism, meaning the most recent of a historical series of radical re-structurings through which capitalism has maintained its fundamental continuity (Jessop 2000). My reason for focusing on it is that a great deal of contemporary social research is concerned with the nature and consequences of these changes. And, quite simply, because no contemporary social research can ignore these changes, they are having a pervasive effect on our lives. A more specific reason for focusing on new capitalism is that this is now developing into a significant area of research for critical discourse analysts. (...) I should add, however, that using the term 'new capitalism' does not imply an exclusive focus on economic issues: transformations in capitalism have ramifications throughout social life, and 'new capitalism' as a research theme should be interpreted broadly as a concern with how these transformations impact on politics, education, artistic production, and many other areas of social life. (Fairclough, 2003, p. 5)

se permite um aumento da entropia financeira que possibilita a continuação da acumulação de capitais. Assim, a história parece repetir-se, uma vez como tragédia, outra como farsa (MARX, 2011 [1852]), seguindo uma razão proléptica segundo a qual já conhecemos o que virá apenas ao tangenciar o presente (SOUSA SANTOS, 2007).

1.1.2 GOVERNANÇA COMO MATRIZ E APAGAMENTO COMO INTENSIFICAÇÃO DA EXCLUSÃO

Na segunda via de reflexão, nossa configuração política é tal que ainda sofremos as consequências de uma democracia inconsistente, sendo que como binômio obrigatório a essa configuração econômica está a política. Entendo que esses desdobramentos sucessivos do sistema econômico para a manutenção de um determinado *status quo* estabelece, obrigatoriamente, uma relação dialética com arranjos governamentais, em que a coisa pública – lócus da experiência coletiva – fica à mercê de interesses privados – lócus da garantia de sobrevivência, do labor, da satisfação e dos desejos. “Do ponto de vista dos direitos sociais, há um encolhimento do público; do ponto de vista dos interesses econômicos, um alargamento do privado, e é exatamente por isso que, entre nós, assim como a figura do “Estado forte” sempre foi natural, também nos cai como uma luva o neoliberalismo” (CHAUI, 1998, p. 8). Temos a reiteração do encolhimento estatal frente às pressões ora marcadas por grupos hegemônicos. Em função dessas pressões, o acesso aos bens sociais, tanto simbólicos quanto materiais (compreendo que não há uma equalização no tangente a estes, mesmo com as políticas redistributivas supracitadas), fica restringido a poucos/as.

Um processo evidente que é ampliado no quadro do novo capitalismo é o da “Demissão do Estado” (BOURDIEU, 1998). O encolhimento progressivo do Estado foi posto em curso desde o Consenso de Washington, em que a hegemonia global tratou de repensar sua estrutura básica, frente à crise de legitimidade da década de 1970, e o Estado, sob os moldes capitalistas, perdeu sua estabilidade. Hoje, estamos diante de uma “crise estrutural” (SANTOS, 2011, p. 35) que, de maneira cada vez mais contínua e intensa, gera instabilidades para o sistema neocapitalista, cujos desdobramentos se fazem sentir nas mais diversas esferas da vida social. Em particular, este sistema encontra amparo no quase desaparecimento do Estado como garantidor de direitos e do bem-estar social, que perde a capacidade de cumprir sua função primordial de garantir o equilíbrio entre os diferentes setores sociais (BOURDIEU, 1998), promovendo uma violenta segregação estrutural. Assim, mesmo um Estado redistributivo de renda, com ações afirmativas e políticas paliativas, permanece omissa em suas funções sociais de garantia de educação, saúde, lazer, moradia, transporte. Assim é que temos, no Brasil, sistemas educacionais amplamente distintos, em termos qualitativos, para a elite e para as populações empobrecidas, e o mesmo se repete nos sistemas de saúde, lazer, moradia, transporte etc. Grupos sociais que podem comprar esses serviços diretamente no mercado têm acesso a sistemas de qualidade muito superior àqueles serviços oferecidos aos grupos sociais que não podem comprá-los.

Como período variáveis características instalam-se em toda parte e a tudo influenciam, direta ou indiretamente. Daí a denominação de globalização. Como crise, as mesmas variáveis construtoras do sistema estão continuamente chocando-se e exigindo novas definições e novos arranjos. Trata-se, porém, de uma crise persistente dentro de um período com características duradouras, mesmo se novos contornos aparecem. (SANTOS, 2011, p. 34).

Unificados em uma crise global, os Estados nacionais perdem sua substância, e são mobilizados em função da “loucura especulativa, fundada no papel do dinheiro em estado puro, este se torna o centro do mundo. É o dinheiro como, simplesmente, dinheiro, recriando seu fetichismo pela ideologia” (SANTOS, 2011, p. 44). Nesse sentido, a ampliação dos efeitos da acumulação é perpetrada pelo abandono do Estado de seu papel central de sustentação de uma estrutura organizacional mínima para o funcionamento da sociedade (WACQUANT, 1997), e não mais garante o equilíbrio entre os diferentes setores sociais (BOURDIEU, 1998).

Para o quadro brasileiro, o recrudescimento do processo de demissão do Estado é ainda mais dramático, pois nós nunca atingimos efetivamente um bem-estar social, como foi o caso das nações do Norte. Assim, as consequências sociais são amplificadas no limite do insuportável; essas consequências são compreendidas e construídas simbolicamente pela hegemonia como meros efeitos colaterais necessários para o “desenvolvimento”. Esse conceito mitiga a real função do sacrifício de grupos sociais, que é a pura e simples acumulação cada vez maior em cada vez menos mãos. A esse respeito, Resende e Acosta (no prelo) observam que:

As políticas de erosão das instituições públicas prejudicam principalmente as camadas sociais desprovidas de acesso aos recursos econômicos, culturais e políticos, e que dependem do Estado para exercer a cidadania: no momento em que a globalização neoliberal radicaliza as desigualdades e que a intervenção estatal é mais necessária que nunca para se enfrentar “as iniquidades do mercado”, o Estado se demite de sua função regulatória em nome da primazia do mesmo mercado.

Assim, é possível observar que os grupos sociais mais lesados pelo arranjo governamental são aqueles/as que mais precisam dos serviços estatais por serem desprovidos recursos materiais capazes de suprir suas necessidades básicas. Associado a isso, o potencial de agência social, que antes encontrava resiliência na vazão dos conflitos originados pela dicotomia do embate entre os grupos sociais umbilicalmente ligados ao poder e aqueles dele alijados, é estrangulado ao extremo. Atualmente, vivenciamos mais um dos ramos fetichizados dos desdobramentos do capitalismo: a governança. Esta, segundo Sousa Santos (2005, p.10):

se tornou a matriz política da globalização neoliberal. Chamo-lhe matriz porque se trata de uma estrutura basilar, ou de engaste, e simultaneamente de um ambiente fomentador de toda uma rede de ideias pragmáticas e de padrões de comportamento cooperativo, partilhados por um grupo de actores seleccionados e respectivos interesses; uma rede auto-activada, destinada a lidar com o caos num contexto em que nem a ordem normativa exercida do topo para a base e gerada a partir do exterior (comando estatal) nem o ordenamento participativo autónomo feito da base para o topo e não-pré-seleccionado (democracia participativa) estão disponíveis, ou, se estão disponíveis, não são desejáveis

O constrangimento ao potencial de emancipação é arquitetado para construir a impossibilidade. Trata-se de uma rearticulação que visa ao bloqueio da agência de grupos que não detêm os meios de produção, e que, por conseguinte, não estão inseridos no círculo de governança. Ainda segundo Sousa Santos (2005, p.10), como matriz, a governança “assenta num princípio de selectividade e, como tal, no binómio inclusão/exclusão. Neste caso, contudo, os excluídos, em vez de estarem presentes como excluídos, estão completamente ausentes”. A “demissão do Estado”, nessa configuração, ganha uma profundidade perversa, estando “ausentes o princípio da soberania e o poder coercivo que lhe andam associados” (SOUSA SANTOS, 2005, p. 15). Essa matriz de governança afasta ainda mais a/o cidadã/o das decisões sobre a vida comum, sendo o binómio “dentro e fora” substituído pela existência e não existência de grupos sociais dentro dos círculos de poder. Assim, o sistema é organizado para que às/aos que não fazem parte desses círculos seja vedada, até mesmo, a possibilidade de exercer pressão para a promoção de mudanças.²

Retomando a configuração social supracitada, é possível associar, grosso modo, o grupo de atores sociais alienados do círculo de governança com aquele de trabalhadores/as, ora compreendidos como aqueles/as que não detêm os meios de produção. No entanto, é necessário frisar que esse grupo é heterogêneo, sendo que podemos definir como um dos principais critérios de diferença o tipo de trabalho desenvolvido. Evidentemente, quem teve acesso a recursos simbólicos, como, por exemplo, educação de qualidade, poderá desempenhar trabalhos com condições mais adequadas, mais bem remunerados, e terá acesso a outros recursos simbólicos que podem se converter em potencial para exercer pressão. E trabalhadores/as que não tiveram acesso a bens simbólicos que lhes permitissem ocupar posições mais privilegiadas são submetidos/as a trabalhos precários, e seu potencial é ainda mais reduzido. Nessa perspectiva, Rosa (2005, pp. 30-31) observa que:

Ricardo Antunes, ao analisar o avanço mundial, sem precedentes do desemprego estrutural, aponta “uma processualidade contraditória que, de um lado, reduz o operariado industrial e fabril; de outro, aumenta o subproletariado, o trabalho precário, e o assalariamento no setor de serviços. Incorpora o trabalho feminino e exclui os[as] mais jovens e os mais velhos[as]” (Antunes, 1995: 41-2), além de excluir também “aqueles[as] com menor qualificação” (Mattoso, 1995: 84). (...) O desenvolvimento capitalista e as transformações sociais, na perspectiva da globalização, têm gerado segmentos de trabalhadores[as] que, sem conseguir acompanhar as mudanças do perfil de emprego e da sociedade, sofrem os efeitos de forte alijamento do mercado de trabalho. (acréscimos meus)

A estreita relação entre o tipo de trabalho a que trabalhadores/as têm acesso e as consequências sociais que se desdobram dita o grau de “inexistência” política e o consequente apagamento social. Essa sequencialidade que proponho é inspirada em Bourdieu (2011), que delineou a lógica de processamento do ‘poder simbólico’. Segundo o autor:

² A perspectiva ontológica adotada pelos estudos em Análise de Discurso Crítica (ADC) aos quais filio esta pesquisa compreende que, mesmo em face dos constrangimentos estruturais, há meios para ação individual. Isso será debatido em 1.3 e em 2.2.

os sistemas de classificação internos reproduzem em forma irreconhecível as taxonomias directamente políticas e que a axiomática específica de cada campo especializado é a forma transformada (em conformidade com as leis específicas do campo) dos princípios fundamentais da divisão do trabalho (por exemplo, o sistema de classificação universitário que mobiliza de forma irreconhecível as divisões objetivas da estrutura social e especialmente a divisão do trabalho – teórico e prático – converte propriedades sociais em propriedades de ordem natural). O efeito propriamente ideológico consiste precisamente na imposição de sistemas de classificação políticos sob a aparência legítima de taxinomias filosóficas, religiosas, jurídicas etc. Os sistemas simbólicos devem a sua força ao facto de as relações de força que neles se exprimem só se manifestarem neles em forma irreconhecível de relações de sentido (deslocação). (BOURDIEU, 2011, p. 14)

O deslocamento de que trata Bourdieu pode ser compreendido em termos de estratégias discursivas ideológicas (que serão debatidas de maneira mais aprofundada na seção 2.1), como dissimulação por deslocamento contextual – por engendrar uma aparência sustentada simbolicamente. Nesse sentido, a divisão do trabalho ganha um carácter central na possibilidade de ação dos grupos sociais. Nessa mesma perspectiva, há uma gradação entre os/as trabalhadores/as e o poder político que exercem conforme o seu potencial de consumo ou de endividamento (tendo em vista a economia baseada em crédito que se delineia no país). Assim, trabalhadores/as inseridos/as como consumidores/as, mesmo que de maneira precária, conseguem replicar seu poder econômico como poder político. Nessa perspectiva, atores sociais terão mais mobilidade e poderão exercer seu potencial de emancipação, quanto maior for seu poder simbólico, “poder quase mágico que permite obter o equivalente daquilo que é obtido pela força (física ou económica)” (BOURDIEU, 2011, p. 14). Já trabalhadores/as que não tem potencial de consumo, cujo trabalho é extremamente precarizado, tanto em termos de remuneração quanto em termos de condições sociais, não sendo sequer reconhecido como trabalho (caso da catação de materiais recicláveis e da vigia de carros), sofrem pelo processo de “desqualificação social” (PAUGAM, 2003) que leva a seu apagamento enquanto cidadãos/ãs.

Esse processo de apagamento social é, assim, amplificado para os grupos sociais pauperizados. Segundo o que observa Rosa (2005), há um *continuum* entre os processos que levam atores sociais a serem socialmente desqualificados, que vai desde a fragilização das condições de trabalho, passando pela dependência de sistemas estatais de serviço social (que ou são precários ou inexistem para a maioria das pessoas em situações de precariedade), até a fase de ruptura que os/as submete a viver em condições de precariedade extrema nas ruas. Para a autora:

se se toma em consideração as transformações ocorridas nos processos sociais dos últimos anos, verifica-se que ganha forma no País um seguimento heterogêneo de trabalhadores[as] progressivamente alijados[as] do mercado de trabalho formal, que exercem atividades profissionais intermitentes e instáveis, de baixa remuneração, e não têm residência fixa, vivem a alternância da moradia em pensões, em albergues e nas ruas da cidade e, para se alimentar, valem-se de pontos de distribuição de comida ou de centros de assistência social. Para essas pessoas, viver nas ruas significa, hoje mais do que antes, expor-se a precárias condições de vida e de trabalho e à violência policial e das ruas, agravada pela presença cada vez mais avassaladora do *crack*. (ROSA, 2005, p. 36, acréscimos meus)

Nesse sentido, se para trabalhadores/as mesmo que parcialmente inseridos/as em contextos sociais de relativa estabilidade, a participação política é dificultada, para aqueles/as que são sistematicamente alienados/as das possibilidades de agência, seja pelas condições de trabalho, seja pela precarização das relações sociais que delas advêm, o apagamento do horizonte social é quase total, sendo muito restrita a margem de manobra para a ação e a pressão sobre o círculo de poder, o que predispõe a manutenção do quadro social. Lembremos, entretanto, que por cruéis que sejam, os sistemas de manutenção de uma ordem de coisas nunca são completamente fechados, o que possibilita a emergência de iniciativas como as que investigo neste trabalho.

1.1.3 CONSUMO, FALTA DE ÉTICA E VIOLÊNCIA

Por fim, a terceira reflexão que podemos traçar, a mesma lógica de consumo dita as relações sociais e seus desdobramentos no tempo. Esta refere-se ao incremento da parcela da sociedade brasileira capaz de consumir ou de se endividar com base no aumento da renda, o que constrói uma realidade social em que o consumo é ainda mais central. Isso reduz aqueles/as que não detêm os meios de produção a trabalhadores/as cujo potencial de subversão é extremamente reduzido pela apassivação promovida por políticas excludentes que calam os conflitos sociais, originados pela assimetria social, por meio de vazões limitadas (a política de redistribuição de renda é uma delas). O achatamento de sua agência coaduna com a falta de ética organizada ao redor das práticas consumistas.

O consumo como objetivo último da existência social cria uma sociedade inescrupulosa e individualista. Nessa perspectiva, o quadro das relações sociais reitera o binômio política/economia, pela falta de solidariedade delineada. Para a manutenção do poder (mesmo que limitado) que outorga uma relativa estabilidade aos/as consumidores/as, há o engendramento da competitividade que opõe os indivíduos entre si, dentro do grupo social a que pertencem, e, entre as classes, promove a concorrência entre os grupos que estão (mais) inseridos/as e aqueles/as que são estruturalmente excluídos. “A competitividade tem a guerra como norma” e chega a eliminar toda forma de compaixão: “Há, a todo custo, que vencer o[a] outro[a], esmagando-o[a], para tomar seu lugar” (SANTOS, 2011, p. 46). Nesse sentido, a violência pauta as relações sociais, que entronizam as lógicas de mercado. Segundo Santos (2011, p. 47):

Essa guerra como norma justifica toda forma de apelo à força, a que assistimos em diversos países, um apelo não dissimulado, utilizado para dirimir os conflitos e consequência dessa ética da competitividade que caracteriza nosso tempo. Ora, é isso também que justifica os individualismos arrebatadores e possessivos: individualismos na vida econômica (...); individualismos na ordem política (...); individualismos na ordem do território (...) Também na ordem social e individual são individualismos arrebatadores e possessivos, que acabam por constituir o[a] outro[a] como coisa. Comportamentos que justificam todo desrespeito às pessoas são, afinal, uma das bases da sociedade atual. (acréscimos meus)

O/A outro/a, sendo uma coisa, não tem direitos, não tem espaço, não tem por que existir se não for para a satisfação dos desejos meus. Assim, a competitividade, estimulada pela configuração do binômio política-economia, fomenta o conflito entre iguais: afinal, são todos/as trabalhadores/as. Essa genialidade do sistema faz com que pessoas que sofrem (evidentemente em graus diferentes) a opressão do capital e do arranjo governamental a ele submetido destruam-se umas às outras. O valor das coisas e pessoas rouba-lhes o sentido de coletividade, cada um/a é classificado/a por aquilo que tem; é o ter se sobrepondo ao ser. A esse respeito, Santos (2011, p. 48) nos ensina que:

Essa nova lei do valor – que é uma lei ideológica do valor – é filha diletta da competitividade e acaba por ser responsável também pelo abandono da noção e do fato da solidariedade. Daí as fragmentações resultantes. Daí a ampliação do desemprego. Daí o abandono da educação. Daí o despreço à saúde como um bem individual e social inalienável. Daí todas as novas formas perversas de sociabilidade que já existem ou se estão preparando neste país, para fazer dele – ainda mais – um país fragmentado, cujas diversas parcelas, de modo a assegurar sua sobrevivência imediata, serão jogadas umas contra as outras e convidadas a uma batalha sem quartel.

A perda do sentimento de comunidade leva à impossibilidade de exercer pressão sobre os círculos de poder, pelo simples fato de não ser de interesse do/a consumidor/a individualista o alinhamento e a solidarização com outros atores sociais para a luta social por direitos, que como tal são direitos coletivos. Os interesses individuais se sobrepuseram de tal forma aos interesses coletivos que aqueles orientam as ações humanas de maneira egocêntrica, apenas focada na satisfação de suas necessidades, que ora podemos delimitar como necessidades de consumo. Nesse sentido, o sistema que gera o/a consumidor/a, antes mesmo de gerar o produto (SANTOS, 2011), infantiliza-o/a, restringindo sua volição apenas à satisfação imediata de desejos, que são, por sua vez, forjados simbolicamente pela mídia e pelo *marketing*. As classes mais abastadas, as elites, e mesmo aqueles/as que estão no meio do caminho, nas classes médias, agem como se o mundo, seus recursos e possibilidades, estivessem à mercê de suas vontades, colocando-se em uma posição de prioridade em relação ao resto. Desse modo:

Consumismo e competitividade levam ao emagrecimento moral e intelectual da pessoa, à redução da personalidade e da visão do mundo, convidando, também, a esquecer a oposição fundamental entre a figura do[a] consumidor[a] e a figura do[a] cidadão[ã]. É certo que no Brasil tal oposição é menos sentida porque em nosso país jamais houve a figura do[a] cidadão[ã]. As classes chamadas superiores, incluindo as classes médias, jamais quiseram ser cidadãos; os[a] pobres jamais puderam ser cidadãos[ãs]. As classes médias foram condicionadas a apenas querer privilégios e não direitos. (SANTOS, 2011, pp. 49-50, acréscimos meus)

A imobilidade social é então deflagrada pela falta de volição, pela impossibilidade da agência e pelo massacre de grupos sociais desprivilegiados. O Estado mobilizado pelos poderes líquidos sociais, novamente a serviço de interesses privados de determinados grupos, não age como equalizador das tensões por meio da garantia de direitos igualitários, mas como mão pesa-

da que aparta aqueles/as que possam representar um perigo para esses interesses. Nessa lógica, “a lei não deve figurar e não figura o polo público do poder e da regulação dos conflitos, nunca definindo direitos e deveres dos cidadãos porque a tarefa da lei é a conservação de privilégios e o exercício da repressão” (CHAUÍ, 1998, p. 8).

Ademais, a fragmentação do corpo social em indivíduos, dialeticamente justifica e se justifica a/pela ‘sociodiceia da competência’ (BOURDIEU, 2011). Trata-se de uma “separação entre os[as] que têm competência para dirigir e os incompetentes, que só sabem executar”(CHAUÍ, 2008 [1980], p. 104). Assim, é formulada a ideia, amplamente difundida, de que se o indivíduo não é competente para competir, para vencer a concorrência, ele, e apenas ele, é responsável por sua condição. Conforme observa Chauí (1998, p. 10), “A existência dos sem-terra, dos sem-teto, dos desempregados é atribuída à ignorância, à preguiça e à incompetência dos miseráveis. A existência de crianças de rua é vista como ‘tendência natural dos pobres à criminalidade’”.

Nesse particular, focalizo o caráter discursivo da reprodução desses processos, em que a construção dessa desigualdade também se projeta no discurso e se faz pelo discurso, sendo possível associá-la à estratégia ideológica de fragmentação pela diferenciação e pelo expurgo do/a outro/a (THOMPSON 1995, ver seção 2.1). No entanto, é possível delimitar o conceito de sociodiceia e sua produção pelo uso do discurso especializado, que quer dizer o discurso produzido/articulado por atores sociais que detêm grande poder simbólico, e que, por isso, conseguem produzir “regimes de verdade” (FOUCAULT, 1979) que possibilitam a perpetuação dos esquemas de dominação. Segundo Bourdieu (1998, pp. 15-16):

A opinião de todo mundo é a opinião de quem? Das pessoas que escrevem nos jornais, dos[a] intelectuais que pregam “menos Estado” e que enterram depressa demais o público e o interesse do público pelo público... temos aí um exemplo típico desse efeito de crença compartilhada, que põe imediatamente fora de discussão teses que deveriam ser discutidas a valer. Seria preciso analisar o trabalho coletivo dos[as] “novos[as] intelectuais”, que criou um clima favorável ao retraimento do Estado e, mais amplamente, à submissão aos valores da economia. penso no que foi chamado de “retorno ao individualismo”, espécie de profecia auto-realizante que tende a destruir os fundamentos filosóficos do *welfare state* e, em particular, a noção de responsabilidade coletiva (nos acidentes de trabalho, na doença ou *na miséria*), essa conquista fundamental do pensamento social (e sociológico). O retorno ao indivíduo é também o que permite “*acusar a vítima*”, *única responsável por sua infelicidade*, e lhe pregar a “auto-ajuda”, tudo isso sob o pretexto da necessidade incansavelmente reiterada de diminuir os encargos das empresas. (Grifos e acréscimos meus)

Nessa perspectiva, atores sociais que são sistematicamente alienados de recursos materiais e simbólicos, do acesso a esses recursos e da possibilidade de mudança, são responsabilizados/as por sua condição precária e, assim, o coletivo imiscui-se da responsabilidade pela desigualdade social. Os/As que têm acesso a bens materiais, pela falta de solidariedade amplificada pelo individualismo, passam a não se constranger pelo sofrimento de outrem, separam-se, apartam-se por uma “cortina de ouro” (BUARQUE, 1998) que limita a consciência social, pelo blo-

queio do princípio da realidade. O egocentrismo leva à insensibilidade com outros seres humanos, e a isso Buarque (1998) define como “banalização da tragédia”, derivada dos desdobramentos da competitividade econômica/consumista sobre as relações humanas. O autor observa que:

O pensamento contemporâneo, tecnificado, fala em crise e não em tragédia, qualquer que seja a dramaticidade da realidade. Os[As] homens[mulheres] que forjam o êxito técnico perderam o sentimento da grandeza da história. Toda população do final do século aprendeu a viver sem constrangimento no meio da fome, da violência, do desemprego, das agressões étnicas. (BUARQUE, 1998, pp. 41-42, acréscimos meus)

Assim, “Para melhor viverem, os[as] ricos[as] banalizaram a tragédia” (BUARQUE, 1998, pp. 41, acréscimos meus), que passa a não afetar, não constitui mais constrangimento para a acumulação, para o desperdício, para o virar o rosto ao ver um ser humano em situações indignas. Essa banalização da tragédia explica-se novamente pela coisificação do/a outro/a, que, diferente de mim, pode padecer, pois não sofre, não tem sentimentos. Esse é o princípio básico da apartação social (BUARQUE, 2001), é a base da falta para a ética e para a consequente violência e brutalidade no trato com outros seres humanos: trata-se da perda da noção de semelhança. Caso atores sociais abastados se sentissem semelhantes aos desprivilegiados não seria possível o consumo irresponsável e as ações de beligerância competitiva contra outras pessoas. “Apesar da língua comum, da mesma bandeira, de poderem votar no[a] mesmo[a] presidente[a], os dois grupos se sentiam apartados um do outro, como seres diferentes. É isso que caracteriza o apartheid” (BUARQUE, 2003, p. 10, acréscimos meus). Há um *continuum* que transpassa a desigualdade e leva à diferenciação: eu como diferente do/a outro/a tenho, legitimamente, o privilégio de ter acesso a bens diferentes. Nesse sentido, a desigualdade é ampliada e legitimada pela diferença. Segundo Buarque (2003, p. 17, acréscimos meus):

Ao se sentirem diferentes em relação aos[às] negros[as], os[as] brancos[as] incorporaram uma nova ética que lhes permitiu não sentir responsabilidade nem culpa diante da desigualdade. Da mesma forma como os[as] europeus[eias] não sentiam antes com os[as] escravos[as] ou os[as] índios[as] das Américas. E como os[as] ricos[as] brasileiros[as] começam a não sentir diante da pobreza urbana, da fome ao redor, da mortalidade infantil, do assassinato de meninos[as] de rua.

A reificação do/a outro/a, de seu sofrimento, levam a um estágio extremo em que eu não me reconheço como igual, e mais ainda, como semelhante ao/à outro/a. Esse é o estágio de maior apartação: trata-se da dessemelhança, que, segundo observa Resende (2008a, p. 232), “é a perda do ‘sentimento de semelhança’, do juízo ético que nos faz sentir, todos/as, membros de uma mesma espécie” (Resende, 2008). Esse juízo ético é o que Chauí (1998) delimitou como sendo a ética ideológica, que mitiga as relações assimétricas de poder, e define o quadro de não-solidariedade. Essa ética deturpada, necessariamente, leva à violência, por ação ou omissão, para com outros seres humanos, pois se estes/as não são vistos/as como tal, não é necessário mobili-

zar o poder de pressão social para protegê-los/as, para assegurar-lhes um direito equânime a condições dignas de vida.

A falta de ética sobre que se constrói nossa sociedade por meio das ações humanas pautadas pelo individualismo e o caráter competitivo do consumismo desenfreado conduzem à dessemelhança e criam uma lógica perversa de legitimação do expurgo do/a outro/a para assegurar o benefício individual. A construção da dessemelhança se dá, igualmente, por meio do discurso, sendo possível caracterizá-la como circunscrita ao *modus operandi* de ‘reificação’ da ideologia, em que os “Processos são retratados como coisas, ou como acontecimentos de um tipo quase natural, de tal modo que o seu caráter social e histórico é eclipsado” (THOMPSON, 2005, p. 87). A situação, fruto de construtos e processos históricos sociais é ‘naturalizada’, sendo *natural* que pessoas sejam privadas de seus direitos fundamentais, enquanto outras gozam de privilégios, em função dos quais qualquer forma de violência se justifica.

Nessa perspectiva, a violência é a baliza para a formulação da economia beligerante, das políticas descentradas da humanidade e de relações sociais deturpadas, segmentadas e segregadoras. Essa baliza se repete em todas as esferas da vida de atores sociais que não detêm poder simbólico e cujo potencial de resistência se vê achatado sob pressões de toda ordem. As ações brutais contra pessoas que se encontram em situações de precariedade são desencadeadas tanto de maneira institucionalizada quando pela mão de indivíduos que, por terem mais (recursos materiais e simbólicos), sentem-se à vontade para coagir, violar e, nos casos extremos, assassinar. A replicação da matriz de violência é sensível em diferentes âmbitos, e assim, como observa Arantes (2011), “Os requisitos para que a cultura se sustente estão nos mecanismos que passam a regular as relações sociais, que se multiplicam na mesma medida em que a violência irrompe como um ato que pulsa na raiz”. Desse modo, a violência sistemática e sistematizada se delinea como uma constante em nossa sociedade. Trata-se de uma violência estrutural no sentido de que:

caracteriza relações intersubjetivas e sociais definidas pela opressão, intimidação, pelo medo e pelo terror (...) A violência se opõe à ética porque trata seres racionais e sensíveis, dotados de linguagem e de liberdade como se fossem coisas, isto é, irracionais, insensíveis, mudos, inertes ou passivos. Na medida em que a ética é inseparável da figura do sujeito racional, voluntário, livre e responsável, tratá-lo como se fosse desprovido de razão, vontade, liberdade e responsabilidade é tratá-lo não como humano e sim como coisa, fazendo-lhe violência. (CHAUÍ, 1998, p. 2)

Desse modo, a violência sistêmica encontra uma recursividade discursiva por meio da qual se sustenta enquanto estrutura para as relações sociais. Por meio da atividade discursiva de instituições e atores sociais associados à hegemonia, a reprodução da violência é justificada e naturalizada. Assim, “A linguagem oficial asfixia a realidade para outorgar impunidade à sociedade de consumo, que é imposta como modelo em nome do desenvolvimento, e às grandes empresas que tiram proveito dele” (GALEANO, 2011, s/ p).

A violência é mitigada quando os alvos da ação são atores sociais pobres, e, ao mesmo tempo, ela é espetacularizada quando se trata da ação de pobres atentando, principalmente, contra o patrimônio. Desse modo, a única imagem de violência que se mantém ressoando é a da violência praticada por pobres, sendo que a violência que sofrem se dilui ou se apaga. Da mesma forma, como as populações empobrecidas são responsabilizadas por sua condição socioeconômica, são associadas ao perigo; por serem privadas de tudo, são possíveis focos de subversão, afinal não têm nada a perder. O poder é assim reiterado pela violência (FOUCAULT, 1987), e um de seus principais sustentáculos acaba sendo a ação discursiva de grupos empoderados.

Em razão disso, cria-se a crença de que todos/as os/as pobres são naturalmente violentos/as e podem ser violentados/as tanto pelo Estado quanto pela sociedade. Nesse sentido, o desrespeito sistemático aos direitos de pessoas em situação de rua é a tônica de ações higienistas em todo o país, bem como a constante que existe nos aparelhos de assistência dos governos estaduais, não obstante a existência da Política Nacional para a População em Situação de Rua, promulgada no Decreto nº 7.053 de 23 de dezembro de 2009, que visa garantir os direitos fundamentais de pessoas em situações de rua e, entre outros aspectos, estabelece normas para as políticas de assistência. Vale ressaltar que o texto legal supracitado é apenas uma reiteração do que está contido na Carta Magna brasileira, sendo a necessidade de sua criação a evidência de que o Estado falhou dramaticamente em garantir a todos/as a igualdade.

A Carta Magna da nação brasileira vem calcada no respeito à Declaração Universal dos Direitos Humanos, de que derivam os direitos fundamentais explicitados no texto constitucional. No entanto, a igualdade pretendida não alcança ressonância na realidade, sendo o respeito a esses direitos relativizado, não em função do arrazoado jurídico que preza a que, em nome de um bem maior à dignidade da pessoa humana, haja certa flexibilidade, mas em função da condição socioeconômica individual. Dessa forma, delinea-se uma dicotomia entre ‘pessoas humanas’ – cujos direitos são viabilizados, pelo menos em parte, pela agência governamental – e pessoas outras cujos direitos fundamentais são sistematicamente desrespeitados. A institucionalização da violência contra pessoas em situações de rua pode ser evidenciada na impermeabilidade das políticas sociais ao grupo de maior vulnerabilidade, como, por exemplo, o fato de aqueles/as que não têm endereço não serem contemplados/as por programas de redistribuição de renda, de suas crianças encontrarem dificuldade para se matricular em escolas, de não raro serem excluídos/as até mesmo dos serviços de saúde pública. Existe um choque entre o que foi postulado como Princípios Constitucionais cristalizados no artigo 5º da Constituição Federal e o desrespeito sistemático aos direitos de pessoas empobrecidas.

Ao afirmar que todos são iguais perante a lei, a Constituição entende que é obrigação do Estado respeitar os direitos naturais que derivam e, por meio de garantias – dispositivos legais artificiais –, assegurar a todos/as amplo acesso a esses direitos. O conceito de igualdade, tal como é entendido por Aristóteles, consiste em tratar desigualmente os desiguais, na medida de suas

desigualdades, e igualmente os iguais, entendendo que essas diferenças existem na base, mas que a ação do Estado deve permitir que todos/as alcancem isonomia.

No entanto, o que ocorre é um vácuo jurídico. No que tange a populações empobrecidas, continua havendo violência, pelo fato de sua humanidade ser reduzida pelas práticas, por não terem acesso aos recursos sócio-político-econômicos. Com Arendt (1968, p. 177), é possível identificar que o foco de lutas dos grupos sociais que representam as minorias é orientado para a busca do direito a ter direitos de forma ampla.

Ao estudar a “sociedade disciplinar”, Foucault (2011) analisa a estrutura do Panóptico de Jeremy Bentham, observando que este era para além de uma prisão um dispositivo arquitetônico que permitia a vigilância permanente e a alienação dos/as vigiados/as, isolados/as uns/umas dos/as outros/as e cegos/as por barreiras, incapazes de ver claramente quem os/as vigia, havendo, dessa forma, uma quebra da dicotomia ver/ser vista/o. Esse tipo de edificação poderia, assim, ser destinado a prisões, manicômios, fábricas, escolas, entre outros espaços em que a disciplina e a obediência deveriam ser seguidas estritamente. Ele vale-se dessa análise como parábola para a compreensão do ambiente social repressor, em que o poder cria mecanismos para a vigilância e o controle por meio de cerceamentos diversos, culminando em punições exemplares.

A rua, mesmo sem paredes, ou até mesmo por não ter paredes, constitui-se como Panóptico, que permite a quem vigia a “ótica total” e permanente de quem deve ser disciplinado/a, no caso, de quem tem menos acesso aos recursos necessários para se defender da vigilância e do controle. A alienação se dá por meio de mecanismos sociais, tais como as agressões a pessoas em situações de rua cometidas por pessoas da sociedade civil, ou a repressão policial em ações higienistas, no plano institucional. Estabelece-se, assim, a quebra da dicotomia ver/ser vista/o, mas a ela agrega-se uma contradição ainda maior, posto que as pessoas que sobrevivem nas ruas são vigiadas, mas não são vistas, são invisibilizadas como pessoas, diminuídas em sua humanidade.

A isso se soma a tendência de criar leis mais duras para garantir o bem-estar dos/as proprietários/as. A questão social – os problemas decorrentes das assimetrias supracitadas – é apagada, e para os desvios que dela derivam são propostas soluções de repressão. Dessa maneira, o social se torna questão de polícia. Os governos neoliberais, ao retirarem recursos da área social, pelo encolhimento do Estado, desamparam e vulnerabilizam aquelas/es que se encontram em situação econômica desprivilegiada. Esses recursos são, então, destinados às áreas de segurança (Wacquant, 2011), que passa a ser o objetivo primeiro do Estado. Sob o mesmo pretexto da segurança, encontram-se justificativas para o endurecimento de leis que punem justamente aqueles/as que não estão incluídos no grupo dos/as que, nessa lógica, devem ser protegidos/as.

A “justificação moral ou política do direito de punir” (FOUCAULT, 2011, p.13) da justiça estatal, compreendida de maneira ampla como os sistemas judiciário, policial e carcerário, espalha-se para a sociedade civil, que se sente no direito de violentar pessoas que estão em situações de precariedade. A violência, nesse caso, é mitigada pela feição de punição social de que é

travestida. Essa punição se dá pelo expurgo do/a outro/a, pois o/a outro/a expia os conflitos sociais por via das mais diversas formas de violação.

Com o desenvolvimento das formas de organização em sociedade do conhecimento e dos saberes, a ciência também passa a buscar uma solução para enfrentar a violência, criando novas estruturas para resolvê-la. A organização de um sistema de juízes[as] e julgadores[as] supostamente cegos[as] e imparciais não dá conta do papel que lhes é outorgado. Edgar de Assis Carvalho, na apresentação do livro *A violência e o sagrado* (GIRARD, 1990), diz que mesmo que o sistema judiciário contemporâneo acabe por racionalizar toda a sede de vingança que escorre pelos poros do sistema social, parece ser impossível não ter que se usar da violência quando se quer liquidá-la. É exatamente por isso que ela é interminável. Tudo leva a crer que os[as] humanos[as] acabam sempre engendrando crises sacrificiais suplementares que exigem novas vítimas expiatórias para as quais se dirige todo o capital de ódio e desconfiança que uma sociedade determinada consegue por em movimento. (ARANTES, 2011, p. 61, acréscimos meus)

Os atentados contra a integridade moral e física de pessoas em situações de rua são efetivamente tipificadas pelo sistema judiciário brasileiros como crimes. Mas a punição por esses crimes, quando ocorre, dá-se quando são crimes contra pares, quando a/o ré/u também é pobre. Quando se trata de um “príncipe” herdeiro de bens simbólicos e materiais que comete um crime cujo alvo é alguém de menor poder simbólico, raramente é punido, e quando o é, as penas são irrisórias (ver caso Amaral Filho, Capítulo 4) frente a magnitude e a gravidade do crime. A brutalidade de crimes cometidos contra pessoas vulneráveis pelas contingências político-econômico-sociais, diuturnamente, são noticiadas (de maneira totalmente banalizada) pela grande mídia. São crimes de selvageria, em que seres humanos são queimados vivos, mortos a pauladas, massacrados sem qualquer possibilidade de defesa, e sem ter quem possa defendê-los, o que seria da competência do Estado. O poder do carrasco e o poder da sociedade que julga. A mão do/a assassino/a apenas termina um crime começado muito antes da morte. Trata-se da mão de uma sociedade que fecha as portas e joga vidas à incerteza, vidas que são, então, sistematicamente violentadas.

1.2 INTERFACE DISCURSIVA DA MOBILIZAÇÃO SOCIAL: OS CASOS OCAS” E O TRECHEIRO

Em face da brutalidade sistêmica e de todas as pressões que dela advêm, a mobilização social resulta ser a via subversiva que pode combater, na arena social, a incongruência entre o Estado de direitos e a exclusão social. É assim que emergem ações descoladas dos círculos de poder hegemônicos, no âmbito da mobilização social: são as Organizações Não Governamentais (ONG) ou Organizações da Sociedade Civil (OSC) voltadas para a luta em favor de grupos socialmente desfavorecidos. Existem diferentes tipos de OSCs, com diferentes campos de atuação. Segundo o apontam Oliveira e Haddad (2001, p. 62, acréscimo meu):

sociedade civil organizada e OSCs confundem-se para designar o multifacetado universo das organizações constituídas livremente por cidadãos[ãs] que atuam diante da

carência de produtos e serviços que o Estado não atende de modo satisfatório e o mercado não tem interesse de atender. Pertencem a esse universo as organizações de base (*grassroots*) ou entidades comunitárias, voltadas para a promoção do desenvolvimento local e liderança de lutas populares; as organizações intermediárias de assessoria e pesquisa (*think tanks*) ou de defesa e promoção de direitos (*advocacy*); as fundações que realizam programas de interesse social (“operadoras”) ou financiam projetos sociais realizados por terceiros (*grantmakers*); e as antigas entidades assistenciais, de atendimento direto a populações carentes, que praticam a filantropia em sentido estrito.

Algumas dessas organizações assumem, pois, a prestação de serviços e o exercício do papel outrora referente ao Estado, que no quadro do neoliberalismo se encolhe como sustentador do equilíbrio social. Elas buscam promover equilíbrio entre o público e o privado, sendo uma espécie de “tripé” em que assentam “Estado/mercado/sociedade”. Assim, são classificadas como “Terceiro Setor”, que age “numa intersecção entre o espaço público e o privado, reunindo virtudes de ambos para a promoção do bem comum” (OLIVEIRA; HADDAD, 2001, p. 63). Desse modo, elas atuam na atenção a serviços, como atendimento médico, práticas educacionais, desportivas, entre outras, e em ações emergenciais para diminuir sofrimentos humanos agudos, como a fome – na distribuição de alimentos – e o frio – na distribuição de cobertores e abrigos.

No entanto, além de tentar suprir a ação estatal, as OSCs assumem o papel de luta pelo “direito a ter direitos”, pela defesa civil (*advocacy*), articulando atores sociais que ocupam diferentes posições em práticas sociais em prol de uma causa comum. Essa luta pode ser rotulada como sendo em favor de diferentes minorias, negros/as, homossexuais, mulheres, pobres/as, mas o que vale ressaltar é que é uma luta unívoca quando se pensa na conjuntura delineada na primeira seção deste capítulo. Cada uma das lutas encontra ressonância nas outras. Ao mesmo tempo, essa luta unívoca transcende as fronteiras de territórios nacionais e se constrói como um modelo de globalização contra-hegemônica. Segundo Sousa Santos (2005, p. 11), as ONGs ou OSCs:

Põem em causa o modelo hegemônico de democracia, advogando uma democracia participativa de base. Recusam a ideia de que não existe alternativa à globalização neoliberal, consideram-se anticapitalistas, e advogam economias alternativas, modelos alternativos de desenvolvimento, ou alternativas ao próprio desenvolvimento. Não obstante terem, na sua maioria, uma implantação local, trabalham em rede com organizações semelhantes de outros espaços, bem como com organizações de âmbito global. São estes elos e toda esta ligação em rede, numa relação a um tempo local e global, que constituem a globalização contra-hegemônica.

Desse modo, pode-se dizer que algumas OSCs atuam na construção simbólica de outro sistema global, em moldes de cooperação e igualdade entre os seres humanos, promovendo, para além da redistribuição de recursos materiais, a equalização do acesso a recursos simbólicos. Assim, essas OSCs têm o potencial de serem catalizadoras de mudanças nas práticas sociais, no fortalecimento de atores sociais fragilizados pelo sistema. Essas mudanças nas práticas podem, em um segundo momento, promover mudanças profundas na organização estrutural da sociedade.

São exemplos de mobilização organizações como a Organização Civil de Ação Social – OCAS – e a Rede Rua, que, por meio de ações materiais e simbólicas combinadas, orientam-se para esse “*ethos* redistributivo” (SOUSA SANTOS, 2005, p. 8), e tentam reverter as graves consequências da desigualdade social. Pode-se destacar o veio simbólico que se materializa por meio da publicação de produtos mediáticos voltados para a realidade das ruas, respectivamente, a revista *Ocas*” e o jornal *O Trecheiro*, que ocupam uma frente discursiva da ação dessas organizações.

Nesta seção, como indica seu título, tratarei das duas publicações focalizadas na pesquisa. Antes, porém, preciso traçar um breve panorama da relação entre as situações de rua e a violência conforme representada na mídia tradicional. A isso dedico a próxima subseção.

1.2.1 A RELAÇÃO ENTRE A SITUAÇÃO DE RUA E A VIOLÊNCIA REPRESENTADA NA MÍDIA TRADICIONAL

A faceta discursiva das práticas sociais é, ao mesmo tempo, constitutiva e constituinte dessas práticas (FAIRCLOUGH, 2001). Na “sociedade de controle” em que vivemos, “o poder é exercido por sistemas de comunicação e redes de informação” (RAMALHO & RESENDE, 2011, p. 56) que ultrapassam a esfera das instituições da “sociedade disciplinar” descrita por Foucault (1997). Assim, na contemporaneidade, o discurso (em sua acepção mais abstrata; ver Capítulo 2) tem sua importância ampliada na vida social, e o acesso aos meios de veiculação (suportes) e aos recursos (tecnologias discursivas), necessários para a divulgação de discursos como modos particulares de representação, configura-se como base para a sustentação do poder social e para a perpetuação de sistemas de exploração e dominação.

Como debatido na seção anterior, vivemos em uma sociedade estruturalmente violenta, essa estrutura configura e é configurada de maneira substancial pela produção de significados. Entendendo que vivemos um momento de extrema midiaticização da realidade social, a produção de significados se dá em todos os espaços sociais, sendo os espaços mediáticos os locais onde ela tem maior repercussão. Segundo observa Thompson (1995, p. 219):

o papel das instituições da mídia é tão fundamental, e seus produtos se constituem em traços tão onipresentes da vida cotidiana, que é difícil, hoje, imaginar o que seria viver num mundo sem livros e jornais, sem rádio e televisão e sem os inúmeros outros meios através dos quais as formas simbólicas são rotineira e continuamente apresentadas.

Nesse aspecto, a mídia tem como função primordial veicular informações pertinentes ao conjunto de suas/seus leitoras/es, sendo a seleção das informações que terão espaço nos veículos mediáticos feita pelos/as editores/as desses jornais e revistas, atendendo, muitas vezes, a interesses de grupos econômicos e políticos a que os veículos de mídia podem associar-se. Quando investigamos veículos da grande mídia, é necessário ter em mente que estes respondem a demandas específicas das empresas que os produzem, e a pressões de determinados grupos sociais, os quais, por sua vez, são compostos por pessoas que dispõem amplamente do acesso a recursos materiais

e simbólicos. Assim, a mídia tradicional responde a parcela(s) específica(s) da sociedade, sustentando uma determinada forma de ver o mundo (PARDO ABRIL, 2008a).

Assim, a produção de significados sociais constitui-se como um campo de batalha para grupos empoderados e grupos sociais submetidos às lógicas perversas do sistema. A esse respeito, van Dijk observa que o “controle do discurso público é controle da mente do público e, portanto, indiretamente, controle do que o público quer e não faz. Não há necessidade de coerção se se pode persuadir, seduzir, doutrinar ou manipular as pessoas” (VAN DIJK, 2010, p. 23). Assim, o domínio dos meios de comunicação, e da conseqüente produção de significados sociais por meio da veiculação de discursos, torna-se central para a reiteração do poder e do domínio. Em razão dessa centralidade, não é difícil entender como a mídia tradicional está umbilicalmente ligada aos arranjos sociais hegemônicos, tendo em conseqüência grande poder simbólico e sendo, a despeito do caráter sempre posicionado do consumo de conteúdos simbólicos, capaz de construir consensos por meio da repetição de discursos que operam socialmente, condicionando práticas e sustentando ideologias nocivas a grupos sociais desprivilegiados. Nesse campo é que se configuram as ações da grande mídia.

Aqui é necessário conceituar o termo, para melhor compreender o funcionamento dessas ações. Por mídia tradicional ou grande mídia entendo o conjunto de veículos mediáticos que, mesmo sendo heterogêneos, têm características comuns, como, por exemplo, o fato de serem produzidos por grandes empresas, dentro da lógica capitalista, correspondendo à deriva do mercado. Conforme define Benevenuto (2006, pp. 2-3):

Por comunicação dominante, resumidamente, entende-se o fenômeno comunicacional que ocorre através de meios de comunicação de massa legalmente e tradicionalmente constituídos, reconhecidos pela audiência (público) como tal. (...) Operam no sentido vertical (de imposição) e “funcionam sem controle público, guiando-se por processos econômicos sensíveis e aparentemente ‘naturais’ que margeiam a dissidência para tratar de assuntos de interesse público geral. Dessa forma, ditam a agenda social, interferindo no cotidiano da política e da economia através da mediação de interesses específicos de cada participante do processo decisório.

As práticas discursivas midiáticas tradicionais estão, desse modo, via de regra, ligadas a grupos de poder que lucram com a manutenção do estado de coisas, e, assim, operam, entre outros aspectos, reiterando discursos que outorgam identidades legitimadoras (CASTELLS, 2000). Assim, podemos delimitar que, nos textos da mídia tradicional, o tratamento dado às informações é mercadologizado; estas não constituem o fim, mas, sim, o meio por que certos objetivos dos grupos que financiam sua produção são alcançados. A relação entre a mídia tradicional e os grupos de grande poder simbólico-econômico é observada por Pardo Abril (2008b) no estudo em que analisa a maneira como a situação de rua é representada pelo maior jornal da Colômbia. Essa constatação é facilmente transposta ao Brasil, onde algumas famílias abastadas, que também

têm vínculos e influência junto ao poder político, detêm o oligopólio da informação (especialmente no que concerne às concessões públicas de rádio e televisão). Vejamos o texto da autora:

A prática discursiva da imprensa colombiana da conta do compromisso que se consolidou entre os interesses econômicos e políticos, e uma indústria da informação associada a esses interesses. Esse fenômeno se faz patente na Colômbia, já que no país o único jornal de circulação nacional, em versão impressa e digital, é de propriedade de uma família com conexões políticas e associada a grupos econômicos multinacionais. (PARDO ABRIL, 2008b, p. 419)¹

Pardo Abril ressalta o caráter supranacional da indústria da informação, que atende não ao anseio de uma nação, mas aos ‘desejos’ do capital, (re)produzindo significados para um grupo não de cidadãos/ãs, mas de consumidores/as que têm acesso, ou podem ter, a determinados bens de consumo (RAMALHO; RESENDE, 2011, p. 69). Nessa mesma perspectiva, Madrid (*apud* Benevenuto, 2006, p. 2) observa que os meios tradicionais de comunicação “converteram-se nos instrumentos mais eficientes para se obter, cotidianamente, de forma massiva e quase intangível, a articulação da base material da formação histórica com a sua superestrutura de organização e regulação”. Assim, a escolha do que deve ser reportado/noticiado ao conjunto da sociedade por meio de jornais e revistas, e de como essas informações devem ser tratadas, acaba por orientar, ainda que a influência não deva ser considerada inexorável, a maneira como a sociedade lidará com as questões abordadas e, numa instância mais ampla, como as decisões do governo deverão ser tomadas.

O alçamento de um acontecimento ao posto de notícia – de algo que merece ser veiculado, de algo que deve ser discutido – tem muito a ver com o que Champagne (2011, p. 63) caracteriza como a percepção de algo como um mal-estar social pelo conjunto da sociedade:

O mal-estares sociais não têm uma existência visível senão quando se fala deles na mídia, isto é, quando são reconhecidos como tais pelos jornalistas. (...) Os mal-estares não são todos igualmente “mediáticos”, e os que são sofrem inevitavelmente um certo número de deformações, a partir do momento em que são tratados pela mídia porque, longe de se limitar a registrá-los, o tratamento jornalístico fá-los experimentar um verdadeiro trabalho de construção que depende muito amplamente dos interesses próprios desse setor de atividade.

O autor atesta a relevância da seleção do que deve ser tema para o “debate público”, segundo a mídia. Ele observa a importância magnificada que algumas questões/ acontecimentos sociais acabam experimentando a partir do momento em que passam a ser notícia. A esse raciocínio, o sociólogo acrescenta que a mídia “produz efeitos de realidade criando uma visão mediática de realidade que contribui para criar a realidade que ela pretende descrever” (CHAMPAGNE, 2011, p. 75).

¹ La práctica discursiva en la prensa colombiana da cuenta del compromiso que se ha consolidado entre los intereses económicos y políticos, y una industria de la información asociada a dichos intereses. Este fenómeno se hace patente en Colombia ya que en el país el único periódico de circulación nacional, en papel y digital, es de propiedad de una familia con nexos políticos y asociada a grupos económicos multinacionales. (PARDO ABRIL, 2008b, p. 419)

À luz dessa reflexão teórica, cabe o questionamento sobre quando e como a situação de rua, e as pessoas que dela padecem, são notícia. Para a grande mídia, a situação de rua torna-se notícia quando causa um mal-estar social, seja pela associação com a violência ou pelo simples incômodo causado pela confrontação com um problema que atinge o ser em sua humanidade. É recorrente que, no tratamento dado à informação, a mídia apague a relação de causa e consequência que há entre a disparidade social e a situação de pobreza extrema. Nesse sentido, quando os atores envolvidos na produção mediática optam por uma ou outra forma de representar/identificar a realidade da situação de rua, agem sobre essa realidade, contribuindo para perpetuá-la ou, no melhor dos casos, para mudá-la.

Ao pensarmos sobre quando e como a situação de rua é representada pelos veículos midiáticos tradicionais, algumas ideias acabam sendo recorrentes, como, por exemplo, a associação da temática da rua com o incômodo, a violência ou o risco, em uma relação de causa e consequência. Conforme aponta Chauí (1998, p. 6):

a violência fica circunscrita ao campo da delinquência e da criminalidade, o crime sendo definido como ataque à propriedade privada (furto, roubo e latrocínio, isto é, roubo seguido de assassinato). Esse mecanismo permite, por um lado, determinar quem são os "agentes violentos" (de modo geral, os pobres) e legitimar a ação (esta sim, violenta) da polícia contra a população pobre, os negros, as crianças de rua e os favelados. A ação policial pode ser, às vezes, considerada violenta, recebendo o nome de "chacina" ou "massacre" quando, de uma só vez e sem motivo, o número de assassinados é muito elevado. No restante das vezes, porém, o assassinato policial é considerado normal e natural, uma vez que se trata de proteger o "nós" contra o "eles".

Assim, a violência sistêmica é apagada, passando a ser compreendida como restrita apenas a grupos de atores sociais que, por serem pobres, têm 'uma predisposição para o crime' e, assim, concentram a violência. Esse raciocínio fascista é reproduzido sistematicamente, como, por exemplo, nos recentes casos noticiados pela mídia tradicional, vários descritos como ações individuais, pontuais, isoladas, o que naturaliza a apartação social pela reiteração promovida nos espaços consagrados da mídia. Essa relação tem sido observada em diferentes estudos, tais como Pardo Abril (2008b), que chegam a resultados que apontam para a vinculação/aproximação desses dois campos conceituais.

Todavia, os atos de violência, como tratei na seção anterior, derivam de uma violência institucionalizada que vulnerabiliza a um limite dramático as condições de vida das pessoas em situação de rua e, de uma forma mais ampla, daquelas que se encontram em situação de pobreza extrema. Hodiernamente, observam-se casos cada vez mais frequentes de violência extrema contra a integridade física de pessoas que se encontram nas ruas, como atestado pelo Pe. Júlio Lancellotti em entrevista ao portal Instituto Humanitas Unisinos:² "Hoje vivemos no Brasil uma epi-

² "Moradores de rua: 'É preciso ter coragem para amá-los'. Entrevista especial com Júlio Lancellotti". In INSTITUTO HUMANITAS UNISINOS. Coordenação Universidade do Vale do Rio dos Sinos – Unisinos, em São Leopoldo.

demia de violência contra a população de rua. Parece que eles[as] viraram o bode expiatório ou que, ao atingi-los[as], as pessoas estão fazendo um bem, tirando dos nossos olhos aquilo que nos incomoda”. Como nos lamentáveis acontecimentos da região conhecida como Cracolândia, no centro da cidade de São Paulo, e de Pinheirinhos, em São José dos Campos, a violência é magnificada pela força da ação governamental. Tanto nas ações de pessoas da sociedade civil quanto nas ações institucionais, os episódios são, na verdade, de crises agudas de uma doença crônica arraigada na cultura política brasileira.

Acresce-se a isso o fato de os espaços mediáticos serem restritos para determinados grupos de atores sociais; assim, para a mídia tradicional:

Os dominados são os menos aptos a poderem controlar sua própria representação. O Espetáculo de sua vida cotidiana não pode ser, para os jornalistas, senão ordinário e sem interesse. Porque eles são (...) incapazes de se exprimir nas formas requeridas pela grande mídia. (...) Um círculo vicioso – Se esta representação ocupa pouco espaço no discurso dos dominados, é porque estes dificilmente são ouvidos. Fala-se deles mais do que eles falam. (CHAMPAGNE, 2011, p 68)

Guardando algumas ressalvas em relação à dicotomia – dominados/as e dominadores/as – usada pelo autor, vale observar como os meios de comunicação tradicionalmente constituídos são impermeáveis à visão de mundo daqueles/as a quem não se destinam como público consumidor. No caso, as pessoas em situação de rua, por não estarem plenamente inseridas no contexto econômico, por não terem poder de compra, carecem igualmente de capital político e social, e, por isso, não são representadas pela grande mídia, no mais das vezes, e, quando o são, as representações feitas as depreciam.

Nessa perspectiva, os meios de comunicação tradicionais permanecem empenhados em sustentar o estereótipo envilecido de pessoas em situações de rua (PARDO ABRIL, 2008), imputando aos/às que padecem das situações de extrema pobreza a responsabilidade por sua condição, naturalizando os processos sociais, e apagando a relação existente entre a disparidade sócio-político-econômica e as situações de rua. Configura-se, pois, uma (sempre parcial) rigidez estrutural sustentada pela ação de poderes hegemônicos (GRAMSCI, 1995), principalmente por meio do discurso, que estabelece uma via condenatória, a princípio inevitável, no sentido de que as coisas ‘só podem ser assim’. Dessa forma, a crença na ‘inevitabilidade’ (BOURDIEU, 1998) foi construída discursivamente, por meio da repetição homeopática de ideias ao longo de séculos, dando a falsa impressão de que a realidade social seria imutável, estando os indivíduos submetidos e totalmente alijados de agência.

Apesar dessas pressões discursivo-sociais, emergem iniciativas que buscam promover mudanças frente a essa pretensa impossibilidade, formulando vias alternativas para a compreensão da realidade, bem como soluções para os problemas que decorrem da escassez de recursos

Apresenta textos sobre sociedade. Disponíveis em: <http://coletivodar.org/2011/12/a-verdadeira-epidemia-lancellotti-brasil-vive-epidemia-de-violencia-contra-povo-de-rua/>. Acesso em: 6 fev. 2012.

materiais e simbólicos. Desse modo, em contrapartida aos processos de comunicação tradicionais, estruturam-se ações discursivas como a revista *Ocas*” e o jornal *O Trecheiro*. Tanto o jornal quanto a revista ocupam o espaço de expressão a partir da rua, rompendo a quase surdez/mudez social que se deflagra quando se trata das violências cometidas contra as pessoas em situações de rua (RESENDE; ACOSTA, 2011). Essas publicações apresentam, assim, vias alternativas para a produção de significados sobre as situações de rua e sobre os seres humanos que delas padecem. E criam/ocupam um espaço discursivo que incrementa o debate sobre temas sociais, e possibilita a compreensão do fenômeno da pobreza extrema a partir de outro prisma: o das próprias pessoas que se encontram em situações de precariedade.

Isso caracteriza posicionamento originário de um ambiente outro, que não o sistema de produção tradicional, e, em consequência, realizando-se discursivamente de maneira distinta. Nesse sentido, a opção por classificar *O Trecheiro* e *Ocas*” no âmbito da mídia alternativa decorre da necessidade de se identificar, de forma ampla, o potencial dos suportes, visto que, segundo Walty (2008, p. 186):

os rótulos ‘jornalismo público’, ‘cívico’ ou ‘cidadão’ não são suficientes para agrupar esse tipo de jornalismo diretamente voltado para o segmento social que habita as ruas das grandes cidades, não só como objeto, mas como co-sujeitos das publicações: o espaço dado às palavras dos desassistidos não encontra correspondência em outros jornais e revistas. (...) a expressão ‘jornalismo alternativo’ seria suficiente por ora para denominar a prática do *street paper*, na medida em que essa esfera do jornalismo, que se quer fora do escopo da grande mídia, costuma estar associada ao terceiro setor (como ONGs, institutos culturais e entidades filantrópicas).

Como observado pela autora supracitada, esse tipo de produção abre espaço para as palavras que representam interesses de populações empobrecidas, sendo a feitura de seus textos resultado do trabalho conjunto de pessoas em situações de rua e das que se alinham à sua causa – professores/as, jornalistas, assistentes sociais, entre outros/as (Acosta, 2011). Já no caso dos veículos da grande mídia, todo o processo é exclusivo aos/às funcionários/as das empresas, ficando apenas alguns espaços, como “Cartas do leitor”, por exemplo, abertos a textos de não especialistas. Cabe frisar que até mesmo esses espaços são controlados pelos/as editores/as do produtos midiáticos tradicionais. Neste sentido, a práxis tradicional opõe-se ao praticado por periódicos como *Ocas*” e *O Trecheiro*. Ainda a esses respeito, podemos pontuar que a mídia alternativa é uma:

atividade comunicacional que ocorre fora dos ambientes tradicionais da produção midiática, que aborda temas não privilegiados pelos meios conhecidos e pode ser feita com o propósito de ser “uma relação com o outro”, um alter que chama a si os que se desviam de um caminho inicial”, independentemente do meio que utiliza e como ela é produzida. (BENEVENUTO, 2006, p. 4)

O contexto social define as ordens de discurso (FOUCAULT, 2010), ao passo em que é definido por elas; essa reciprocidade caracteriza a essência do alternativo nos veículos a que me refiro. O ambiente de que emergem lhes empresta o ponto de visão, a forma de entender determinada realidade. Sua emergência (no mais amplo sentido) dá-se em função dos anseios de pessoas de grupos sociais que não são contemplados pela grande mídia. Nessa perspectiva, ainda segundo Benevenuto (2006), a mídia “é alternativa à medida na qual se transforma em instrumento opcional de um grupo de pessoas ou de um setor social para a transmissão de uma mensagem específica destinada à transformação”. A produção mediática responde, dessa forma, à necessidade de expressão coletiva por meio de ações discursivas, em função de seu “meio de imanência” (GERTEL, s/data).

De maneira mais específica, no que tange à frente simbólica de atuação das ONGs OCAS e Rede Rua, os produtos mediáticos por elas organizados podem ser ainda definidos sob a rubrica do *advocacy journalism* ou, na tradução proposta por Waisbord (2009), “jornalismo de defesa civil”, em razão do papel de sensibilização para a luta social por Direitos, em seu sentido mais amplo. Sobre essa classificação e sobre a dinâmica alternativa de produtos mediáticos que seguem na contracorrente, Antunes e Fonseca (2011, p. 4) sustentam que:

Através do *advocacy journalism*, as organizações cívicas têm o objetivo de sensibilizar, gerar um debate público, influenciar a opinião pública e os principais decisores e promover mudanças políticas e pragmáticas em torno de questões específicas (WAISBORD, 2009a, p.371).³ Para o autor (2009a), a imprensa traz perspectivas estreitas e negligencia os assuntos que afetam as populações socialmente excluídas. Assim, o “jornalismo de defesa civil” representa o esforço em trazer as questões e vozes civis para a imprensa.

A produção midiática dessas publicações visa, sob essa delimitação, à (re)integração de pessoas que foram marginalizadas pelos processos de exclusão social acarretados pelo sistema econômico que atualmente se encontra difundido no mundo, levando consigo as consequências nefastas da acumulação de capital.

Essas publicações, no entanto, não respondem exatamente ao mesmo tipo de suporte. O jornal *O Trecheiro* não visa à geração de renda, sendo o jornal de distribuição gratuita uma das ações de comunicação empreendidas pela ONG *Rede Rua* – ao lado de casas de acolhida, oficinas de letramento, oficinas de vídeo e de fotografia, entre outras. Já *Ocas*”, além de ser uma produção alternativa, responde ao tipo de suporte *street paper*, que tem como característica ser uma ferramenta para a (re)inclusão de pessoas em situações de pobreza extrema na roda econômica, por meio da venda direta de seus volumes.

3 Through advocacy journalism, civic organizations aim to raise awareness, generate public debate, influence public opinion and key decision makers, and promote policy and programmatic changes around specific issues.

1.2.2 OCAS”: REDISTRIBUIÇÃO MATERIAL E SIMBÓLICA

A revista *Ocas*” configura-se como um *street paper* (publicação de rua), produzido pela ONG OCAS, sendo editada e publicada em São Paulo e distribuída tanto em São Paulo como no Rio de Janeiro, por vendedores/as cadastrados/as e treinados na/pela ONG, e na internet, para outras cidades, por meio de assinaturas.

No site da revista, na seção “Sobre a revista” consta um pouco de sua história:

O jornalista paulistano Luciano Rocco voltou da Inglaterra, em 1996, com a ideia fixa de fazer uma publicação nos moldes da *The Big Issue*, que conheceu em Londres. Enquanto Rocco articulava o projeto da revista no Rio de Janeiro, buscando apoio e voluntários para aderir ao trabalho, em São Paulo, em 1998, os editores do jornal *O Trecheiro*, liderados pelo fotógrafo e jornalista Alderon Costa, eram contatados por representantes da revista italiana *Terre di Mezzo* a fim de apoiarem uma publicação brasileira para ser comercializada nas ruas pelos sem teto.

Em outubro de 1999, a International Network of Street Papers (INSP) colocou os grupos do Rio de Janeiro e de São Paulo em contato. Depois de muitas reuniões na sede da Rede Rua, em São Paulo, com idas e vindas de Rocco, do Rio de Janeiro, com a presença de Alderon Costa e outros profissionais de diversas áreas, inclusive da jornalista Denise Mota, foi criada, em 21 de abril de 2001, a Organização Civil de Ação Social – OCAS.

Após tantas discussões e o lançamento da revista *Hecho* em Buenos Aires, esse grupo partiu para a ação e lançou a revista *Ocas*” em São Paulo, no dia 6 de julho de 2002; no Rio, em 8 de julho. A publicação continua sendo produzida por voluntários e vendida por pessoas em situação de risco social.

Desde então, a *Ocas*” tem ajudado muitas pessoas a recuperar a dignidade através de seu próprio trabalho, reintegrando-as à sociedade e possibilitando que se reconheçam e sejam reconhecidas como indivíduos e como os próprios agentes da sua transformação.

Por meio do relatado no site de OCAS, é possível traçar um relacionamento desde a gênese da revista com a rede internacional de *street papers* (na sigla em inglês, INSP), tendo sido diretamente subsidiada, em termos organizacionais, pela rede. O apoio a novas iniciativas é uma das ações dessa associação, segundo o que consta no site da INSP, que promove a divulgação do modelo da *The Big Issue* e o apoio às equipes de outros periódicos. Essa articulação também pode ser evidenciada com a Rede Rua, sendo uma iniciativa apoiada pela ONG. Alderon Costa, editor chefe do jornal *O Trecheiro* e presidente da ONG Rede Rua, atua de maneira muito próxima com a equipe editorial da revista. Em entrevista cedida a mim como colaboração a esta pesquisa relatou que:

Tem o *Terre di Mezzo*, também. Você conhece o *Terre di Mezzo*? O *Terre di Mezzo*, inclusive, na história da *Ocas*” é importante, o *Terre di Mezzo* teve aqui, na década de... (...) 2000. Eles estiveram aqui, e tal. Mas a gente não tava maduro pra essa ideia. E a *Ocas*” nasceu aqui também. E isso é legal também, porque o Luciano, que é um dos fundadores da *Ocas*” (...) ele conheceu *O Trecheiro* em Londres. Ele foi conhecer *O Trecheiro*, lá na *Big Issue*. (risos) Achei legal isso.

Assim, evidencia-se uma ligação direta entre o Jornal *O Trecheiro* (cuja história resumida segue na subseção 1.2.3) e a revista. Atualmente, há um intercâmbio muito grande entre os atores

envolvidos nas duas publicações, como será discutido no Capítulo 4. Vale ressaltar que, em um primeiro momento, houve o interesse de transformar *O Trecheiro* em um *street paper*, mas como observou Costa, o grupo “não estava maduro para isso”.

Os jornais de rua (*street papers*) constituem um suporte alternativo para a veiculação de informações sobre temas relativos à situação de rua, ao mesmo tempo em que servem como meio de reinserção nos processos de produção da economia, por possibilitarem um trabalho alternativo na venda das publicações. Esse tipo de publicação foi inicialmente realizado em Londres pela revista pioneira *The Big Issue*, em 1991. Nesses vinte anos, inúmeros outros jornais e revistas foram criados para a população em situação de rua, estando espalhados nos quatro cantos do mundo. Atualmente são, no total, 114 *street papers*, em quarenta países, dos seis continentes, “unidos em uma só voz contra a pobreza”, como documentado no site da INSP.

Essa associação reúne parte das publicações feitas no mundo para a situação de rua e, para além de reunir os *street papers*, visa promover uma articulação entre as pessoas que trabalham com esses jornais e revistas, criando dessa maneira uma rede de cooperação. A INSP também é um meio de divulgar as ações pela causa das pessoas em situação de rua, dando-lhes maior visibilidade, e, ao mesmo tempo, constitui uma ferramenta para consolidar a luta contra a pobreza extrema.

Essa articulação em nível mundial é muito relevante para que ações regionais possam ganhar impulso e força. Vejamos o depoimento de Barbara Kaznowska, diretora de um *street paper* que está sendo estabelecido na Polônia, e que figura na página virtual da INSP:

Obrigada mais uma vez pelo ótimo guia para *street paper*. Foi muito útil, particularmente a seção sobre vendedores/as. Igualmente, permita-me agradecer por terem-me colocado em contato com outras pessoas e organizações úteis na Polônia; nós nos mantivemos em contato e estamos nos encontrando para discutir formas de trabalhar como uma equipe. Obrigada pela sua assistência, meu projeto está em um momento de aceleração, por isso eu lhe devo muito.⁴

Nessa fala, podemos perceber a validade da disponibilização de informações pertinentes à produção de jornais de rua, bem como a possibilidade que o site oferece de conectar pessoas com interesses comuns, que mesmo em nível regional não teriam uma maneira melhor de se reunir. O conceito de *street paper* é assim definido na página virtual da INSP:

O Conceito de Street Paper

- Jornais e revistas independentes que são vendidos nas ruas das cidades ao redor do mundo, por sem-teto e por pessoas que habitam casas precárias.
- Trata-se de uma oportunidade única de emprego, incentivando as pessoas mais desprestigiadas do mundo a ganhar uma renda digna e reconstruir suas vidas.

⁴ Thanks once more for the great street paper guide. It was very useful, particularly the section on vendors. Also, let me thank you for putting me in touch with other useful individuals and organizations in Poland; we have been in touch and are meeting to discuss ways of working as a team. Thanks to your assistance, my project has gathered momentum, for which I am most obliged.

- Uma fonte de suporte social, a partir de serviços, treinamento para produção de arte, oficinas de produção de texto, e desenvolvimento de lideranças.
- Um repositório independente para notícias e informação, dando destaque a perspectivas alternativas e a vozes não ouvidas das ruas.
- Uma ferramenta para a transformação a longo termo que conecta pessoas ao redor da luta contra barreiras sociais e que defende as necessidades e os direitos de pessoas que vivem na pobreza.⁵

Como podemos observar, o foco dessas publicações é sempre a luta pela superação da pobreza extrema, visando à reintegração de pessoas que foram marginalizadas pelos processos de exclusão social acarretados pelo sistema econômico que atualmente se encontra difundido, levando consigo as consequências nefastas da acumulação.

Essa venda é feita por pessoas cadastradas, que recebem um primeiro lote de revistas ou jornais gratuitamente, e que em seguida, com a renda gerada por esse primeiro lote, podem pagar pelas revistas ou jornais valores que vão desde um terço até a metade do valor de capa, ficando o restante como lucro para os/as vendedores/as. Assim, essa iniciativa move a roda econômica, proporcionando a reinserção de pessoas no mercado como consumidoras, visto que essa renda, por menor que seja, lhes permite alimentar-se e, em certos casos, alugar um espaço para sair das ruas. Permite, desse modo, que a pessoa em situação de rua possa reaver sua autoconfiança, sua autoestima e sua dignidade, por seu próprio esforço, sem depender de ações assistencialistas, o que lhes dá um reforço identitário ainda maior. Sobre isso, vejamos outro depoimento, de Jeffrey McNeil, um vendedor do jornal *Street Sense*, de Washington, capital dos EUA:

Eu vendo jornais; não estou implorando por caridade. Eu sou uma pessoa empreendedora que toma riscos e investe dinheiro para fazer meu negócio. Eu ofereço um produto e quero atrair pessoas que queiram ler o jornal, não pessoas que sentem pena de mim.⁶

O Senhor Antônio Alexandre Patto, em uma conversa na sede da OCAS, explicou-me como é configurada a logística de venda da revista *Ocas*". Segundo o que me relatou, os/as novos/as vendedores/as que chegam à OCAS recebem um lote de dez revistas, dividido em duas vezes. Assim, são entregues cinco revistas na primeira visita do/a vendedor/a à sede, e depois que consegue vender essa primeira parte do lote de entrada, volta para recuperar as cinco outras e para comprar por ¼ do preço de capa, que é de R\$4,00, outros exemplares que deseje. Essa logística já é uma reestruturação que foi pensada para estimular o retorno dos/as vendedores/as ingressos/as. Segundo o que me contou, antes eram vinte revistas entregues em duas vezes, em se-

⁵ What is a street paper? The Street Paper Concept: Independent newspapers and magazines that are sold on the streets of cities around the world by homeless and vulnerably housed people. A unique employment opportunity, enabling the world's most disadvantaged people to earn a dignified income and rebuild their lives. A source of social support, from service referrals and job training to art and writing workshops and leadership development. An independent outlet for news and information, highlighting alternative perspectives and unheard voices from the streets. A long-term tool for social transformation that connects people across harmful social barriers and advocates for the needs and rights of people living in poverty

⁶ I sell newspapers; I do not beg for charity. I am a businessperson who takes risk and spends money to make my business work. I provide a product and want to attract people who will read the paper, not people who feel sorry for me.

guida o número foi reduzido para dez entregues em uma só vez, até que, por sua sugestão, houve a divisão do lote de entrada.

Ainda sobre a ação material da *Ocas*”, segundo o que consta no *site* da publicação:

A revista é uma chance de mudança efetiva na vida das pessoas em situação de vulnerabilidade social e econômica, ou seja, com dificuldades para entrar no mercado de trabalho. A interação decorrente da compra e da venda da publicação permite que os[as] vendedores[as] estabeleçam contatos e deem novos e autônomos passos de reintegração. O objetivo é fornecer instrumentos de resgate da autoestima dos[as] vendedores[as], criando mecanismos para que o indivíduo se torne seu próprio agente de transformação, de forma que *Ocas*” seja um ponto de passagem, e não o destino definitivo.

Os[As] vendedores[as] compram a revista por R\$ 1 e a vendem pelo preço de capa, R\$ 4. Todos[as] têm idade mínima de 18 anos, recebem treinamento, assinam um código de conduta e portam crachá.

Ocas” promove a responsabilidade social e publica seções dedicadas a notícias nacionais e internacionais, comportamento, lançamentos artísticos e intelectuais e ensaios. Além disso, a publicação reserva espaço para a expressão dos[as] vendedores[as] e aborda problemáticas relacionadas à exclusão social. A revista é produzida por jornalistas e não depende de grupos de comunicação, nem está vinculada a interesses comerciais e políticos. (acréscimos meus)

Assim, evidencia-se o objetivo central muito claro de promover um meio para geração de renda pela venda direta de revistas. Essa venda, no entanto, não se resume apenas ao recurso financeiro obtido a partir dela, mas amplia-se como recurso simbólico agregando ao/à vendedor/a a possibilidade de se aproximar de outras pessoas, por meio de seu ofício, levando a seriedade do nome da revista e do seu valor simbólico às interações de troca que de outro modo não ocorreriam. Igualmente, há um interesse de que essa seja só a primeira fase da reinserção de pessoas em situações de rua na sociedade consumidora. No entanto, não ficaram claras quais são as ações complementares para que os/as vendedores/as possam atuar em outras áreas e se destacar da ONG. É certo que há grande atividade artística promovida pelo Ponto de Cultura da OCAS, que oferece, além de saraus de poesia, oficinas de fotografia, dentre outros.

É importante observar que a revista, assim como as outras que materializam o suporte *street paper*, traz um código de conduta em que se definem dez regras a serem seguidas pelos/as vendedores/as da revista. Não se trata de um contrato, mas de normas balizadoras, pois um contrato incluiria as obrigações da revista para com seus/suas vendedores/as. Caso estivesse explicitado, por exemplo, que a revista oferece cursos de capacitação, que há um suporte oferecido por atendimento psicológico, isso seria importante para o/a vendedor/a saber o que receberá em troca de seu trabalho, além da própria oportunidade de trabalhar.

Justaposto a esse código, vem o organograma da revista. Todas as pessoas que figuram nesse rol trabalham voluntariamente para a realização da revista. O único serviço que é pago é de caráter administrativo, sendo realizado por um estagiário que fica na sede da OCAS durante as oito horas comerciais. Vejamos a figura 2:

Figura 2 – Código de conduta e organograma

CÓDIGO DE CONDUTA

Este código foi elaborado para facilitar o sucesso de nossos vendedores. Será afastado o vendedor que estiver envolvido em qualquer uma das situações a seguir:

1. Se for usada linguagem racista, sexista ou ofensiva com o público em geral, a equipe da OCAS ou das instituições parceiras;
2. Se houver comportamento agressivo ou violento contra o público ou qualquer integrante da organização ou instituição parceira;
3. Se o vendedor oferecer Ocas" bêbado ou sob influência de drogas ilícitas;
4. Se o vendedor brigar por ponto de venda com outros vendedores da revista ou com outras pessoas que ganham a vida nas ruas;
5. Se pedir qualquer tipo de doação enquanto usa o crachá de identificação da Ocas";
6. Se usar o nome da OCAS ou da revista para pedir qualquer coisa para o público;
7. Se vender edições atrasadas da Ocas" sem informar o leitor;
8. Se pedir um valor superior ao preço estipulado na capa da revista;
9. Se estiver acompanhado de criança durante a venda da publicação;
10. Se oferecer outros produtos ou serviços que não ESTEJAM CLARAMENTE VINCULADOS À OCAS enquanto identificado como integrante deste projeto. Solicitamos que tal ocorrência seja comunicada à OCAS. Os vendedores identificados com o equipamento da organização (crachá, colete, camiseta etc.) são orientados a vender exclusivamente a revista e/ou produtos diretamente relacionados ao projeto."

Todos os vendedores são maiores de 18 anos, selecionados e treinados pela Organização Civil de Ação Social ou por instituições parceiras. São portadores de uma identificação, que deverá ser usada em local visível. O vendedor que não conseguir vender todos os exemplares da revista poderá trocá-los gratuitamente por quantidade igual de edições novas.

ORGANIZAÇÃO CIVIL DE AÇÃO SOCIAL
ocas@ocas.org.br
REDAÇÃO (redacao@ocas.org.br)

Editora Rosi Rico (Mtb 30224)	Editor de Arte Fabio Kato
Editora-assistente Ana Ligia Scachetti (Mtb 28710)	Editor de Imagens Antonio Brasileiro

CONSELHO EXECUTIVO

Presidente Márcio Seidenberg	Conselho Fiscal Flávio Fernandes
Vice-presidente Luciano Ferreira Rocco	Rodrigues, Antonio Brasileiro e Carolina Stella
Secretário Administrativo-Financeiro Guilherme Araujo	Suplentes Fabio Kato e Ana Ligia Scachetti
Secretária de Comunicação Rosi Rico	Atendimento ao Vendedor Antonio Alexandre de A. Patto (SP) e Davi Bonela (RJ)
Secretário de Programas e Projetos Diego Freire	Assessoria de imprensa Lead Comunicação e Sustentabilidade (11) 3168-1412
Atendimento a Voluntários Diego Freire	

Agradecimentos:
 Adriana Valle Mota, Agência Yo, BISS, Caetano Labbate Junior, Carlos Montoya, Carvall, Cleisa Rosa, Denise Mota, Diogo Soga, Fabiana Moser, Fnac, Hildegard Denninger, Hortf Sabor Luís Góis, IACE – Fundação Mokiti Okada, João Luiz Ferrari, Jorge Muñoz, Luciana Wolf, Maria Alice Vassimon, Marcelo Nishimura, Marcos da Silva, Marines Rotisseria, Marpe Facó (*in memoriam*), Metuia, Nobuco Soga, OG1 Impressos, Pinacoteca do Estado de São Paulo, Rede Brasil de Publicações de Rua, Rede Rua, Sandra Rocco, Sindicato dos Jornalistas Profissionais no Estado de São Paulo, Sônia Lopes, Thiago Massagardi e Tomás Chiaverini

Foto de capa: Lila Batista; maquiagem: Tatiane Alves
 Foto de contracapa: Lailson dos Santos

Na mesma medida em que os *street papers* possibilitam a geração de renda para as pessoas em situação de rua, eles dão a ver, ao conjunto da sociedade, as questões relativas à situação de rua, sendo um veículo para as notícias que a grande mídia recusa-se tratar, ou que, no mais das vezes, aborda de maneira enviesada, reificando a condição de pessoas em vulnerabilidade social. A maneira como são tratadas as problemáticas e as demandas por direitos mínimos já apresenta uma grande mudança em relação à prática discursiva tradicional dos jornais/revistas/programas de televisão de grande circulação. Para além da temática das ruas, os *street papers* tratam de outros assuntos, como cultura, saúde e política, servindo de meio de informação para aqueles/as que, por sua condição socioeconômica, muitas vezes, não têm acesso a outros meios. E também são fonte de informações diversificadas, atraindo um público comprador mais amplo.

1.2.3 O TRECHEIRO: REDISTRIBUIÇÃO CENTRALMENTE SIMBÓLICA

Para compreender a gênese de *O Trecheiro*, é necessário revisitar a história dos movimentos sociais que começaram de maneira embrionária na década de 1980, na cidade de São Paulo (ROSA, 2005). Segundo o que me foi relatado pelos/as editores/as do jornal em uma entrevista, a sua história está integrada a movimentos ligados a diferentes instituições, como a Organização de Auxílio Fraternal (OAF), que promovia a distribuição de alimentos, em especial de um ‘sopão’ produzido “por todos e para todos”, conforme Alderon Costa, atual presidente da Rede Rua e Editor Chefe do jornal *O Trecheiro*, relatou. Ainda segundo ele, durante as ações de assistência, já em meados de 1980, havia o interesse pela formação política do grupo de pessoas assistidas. Ele conta que:

... tinha um grande encontro também que era feito também com essa modalidade da sopa, era feito com, não era feito para, que era “A Missão”. Esse encontro era preparado quatro meses, até seis meses antes, toda preparação desde o tema que era escolhido à comida que ia ser distribuída nos dias, e não se aceitava doação. (...) E a gente preparava este encontro, e esse encontro, depois que terminava este encontro saía um relatório desse encontro em forma de notícias, e aí isso foi constante. *O Trecheiro* acho que ele tem uma origem aí. E a gente estava sempre muito preocupado com esta questão da formação, era um período que a gente achava que tinha que dar consciência para as pessoas, isso era muito forte, a gente tinha que politizar as pessoas, tinha que instrumentalizá-las, empoderá-las mesmo do conteúdo que nós achávamos que era o melhor, isso é um... Hoje a gente olhando eu acho que era um dos equívocos, que não era tão grave, fazia parte daquele contexto, enfim. E aí a gente começou, bom aí fazia esses relatórios, e a gente começou também a preocupar em documentar isso em forma mais sistematizada, aí surgiu o primeiro áudio visual produzido na rua, que foi o do Tatão, chama “O Minhocão”

Assim, um embrião de *O Trecheiro* era produzido nesses grandes encontros que reuniam a comunidade articulada na assistência a pessoas em situações de vulnerabilidade, sendo ao mesmo tempo resultado dessa congregação e registro desses eventos. Sobre como eram conduzidos esses eventos, com o distanciamento do tempo, Costa observa como a imposição de determinados conceitos não era a ação mais acertada, mas isso revela o caráter político e redistributivo em termos de bens simbólicos originador do que viria a ser o jornal *O Trecheiro*. A essa articulação entre diferentes grupos e movimentos soma-se:

... um ator bem interessante e importante na história do *O Trecheiro*, que é o Arlindo Pereira Dias. O Arlindo ele acaba de ser ordenado padre em 88, tem exatamente 25 anos agora, ele na verdade é o fundador do jornal, a pessoa que acreditou que era possível fazer um jornal e bancou isso, né? (COSTA, em entrevista)

É, então, que um segundo embrião do que seria *O Trecheiro* começa a ser produzido com o nome de “Jornal da Rua”, como resultado da missão empreendida pelo Pe. Arlindo Dias, a partir de 1987, junto à comunidade de pessoas em situações de rua da região do Parque Dom Pedro, em São Paulo. A esse respeito, Alderón Costa relata:

Bom, o Arlindo começa a fazer a documentação dessa missão de uma forma já diferente, já faz uma sulfite mais popular com uma linguagem mais... que as pessoas reconhecem mais, daí ele surge com o *Jornal da Rua*, depois passa a missão, ele começa a fazer pequenas notícias, e faz uma folha sulfite e chama *Jornal da Rua*. Esse *Jornal da Rua* ele chega... ele vai chegar em 91, né? 91 ainda é o *Jornal da Rua* ainda, acho. Bom, no final de 90 ainda está usando esse jornal, ele não tem uma sistematização, assim uma periodicidade, vai soltando conforme vai conseguindo fazer.

A perspectiva politizada anterior é então moldada para que todos/as pudessem ler e compreender os conteúdos veiculados pelo folheto, por meio de uma “linguagem mais popular”. Essa iniciativa foi desenvolvida entre meados até o final de 1990, contando com seis edições.⁷ Em seguida, em meio a um contexto favorável que aliava política e igreja católica, com Luiza Erundina na prefeitura de São Paulo e Dom Paulo Evaristo Arns como cardeal de São Paulo, o jornal emerge a partir de uma articulação de movimentos sociais com a Secretaria de Bem-Estar Social da Prefeitura, que à época era conduzida por Cleisa Moreno Maffei Rosa. A esse respeito, em texto publicado na edição nº 200, comemorativa de vinte anos do jornal, o Arlindo Dias conta que:

A ideia de um jornal de rua, de fato, surgiu alguns anos antes de sua materialização. Era parte mais ampla de um projeto de comunicação com, para e a serviço da população de rua. (...) De uma parceria entre poder público e ONG ligada à Igreja Católica nascia o Centro de Documentação e Comunicação dos Marginalizados (CDCM), projeto de comunicação a serviço da população de rua de São Paulo.

Os primeiros dias de trabalho geraram um pequeno folheto batizado com o nome de *O Trecheiro*. Hoje, mais maduro e com uma fisionomia diferenciada ele entra em sua fase adulta. É apenas o começo de uma história a ser contada. Parabéns ao *O Trecheiro*! Há, ainda, muito trecho a percorrer!

Assim, o jornal passa a ser produzido no âmbito da ação do CDCM. Esse centro foi a alternativa encontrada para poder financiar a produção do jornal, que era o foco do movimento encabeçado por Dias. E foi esse recurso que permitiu mobilizar diferentes atores nos momentos inaugurais do jornal.

Em outro texto de Dias, publicado na edição seguinte de *O Trecheiro*, nº 201, lemos sobre como o jornal foi nomeado:

Após várias discussões sobre que nome dar ao jornal optou-se pelo modo com que as pessoas de rua denominavam a si mesmas: “sou do Trecho, sou Trecheiro!”

Sem grandes pretensões saía o nº 1, em papel sulfite com a manchete “Fala Povo da Rua!” O Formato permaneceria até o nº 14 – setembro de 1994.

O Trecheiro, atualmente, é um jornal mensal/bimestral editado, publicado e distribuído na cidade de São Paulo. Vale dizer também que foi o CDCM que deu lugar à formação da Rede Rua de Comunicação, que hoje conduz diferentes ações no campo simbólico, dentre elas a pro-

⁷ Essas edições, assim como todo praticamente material produzido pelo CDCM e pela Rede Rua, foram cuidadosamente catalogadas e estão disponíveis para pesquisa na sede da Rede Rua, no Brás, em São Paulo.

dução de *O Trecheiro*, como constava na versão do *site* da ONG que esteve no ar até meados de 2012:

Desde os anos de 1980, a Rede Rua promove comunicação a partir dos excluídos. Documenta e assessora a comunicação de movimentos, entidades e grupos sociais e populares.

Jornal "O Trecheiro": Há 15 anos publica a realidade do povo de rua e registra a história de luta e de esperança do povo excluído.

Produção de Vídeos: Produz vídeos socioeducativos e documentários, acompanhando a organização dos grupos populares.

Fotografia: Registra fatos e manifestações de interesse social, principalmente, da população em situação de rua.

Videoteca: Dispõe de 900 títulos que retratam experiências de inclusão social: organização, formação política, humana e religiosa.

Hoje, figuram também como ações da Rede Rua, catalogadas no *site* atualizado:

Atualmente a Associação Rede Rua desenvolve os seguintes projetos:

- Rede Rua de Comunicação: produção do Jornal “O Trecheiro”, de vídeos educativos, a montagem de um acervo fotográfico e articulação com outras organizações e movimentos sociais.

- Refeitório Comunitário Penaforte Mendes: oferece cerca de 500 refeições (café da manhã, almoço e jantar) para pessoas em situação de rua em parceria com a Prefeitura Municipal de São Paulo e outras entidades que colaboram com o fornecimento de alimentação.

- Centro de Acolhida para Adultos por 16 horas – Pousada da Esperança: Em parceria com a Prefeitura de São Paulo, oferece acolhida para 120 pessoas, acompanhamento social que visa à regularização de documentação, elaboração de projeto de vida e encaminhamentos para a rede socioassistencial.

- Núcleo Santo Dias da Silva: São 80 vagas para a rede de assistência social com o objetivo de dar continuidade ao processo de acolhida e preparar e apoiar os conviventes num processo de empoderamento e de autonomia na busca de saída da rua.

Assim, evidencia-se uma complementariedade entre as ações assistenciais, que visam a redistribuição de recursos materiais e, principalmente, o atendimento a necessidades fundamentais de alimentação e abrigo para pessoas em situações de rua, e as ações simbólicas, realizadas na produção de conteúdos textuais e audiovisuais. É necessário observar que, lamentavelmente, dessas ações, a Rede Rua se retirou do Núcleo Santo Dias da Silva, em função de uma divergência com a prefeitura que subsidiava o albergue.

Sobre as pessoas que atuam em *O Trecheiro*, assim como em *Ocas*”, praticamente todas as pessoas que trabalham para a produção do jornal prestam serviços voluntariamente, à exceção do serviço de revisão das edições do jornal, que é remunerado. Esse serviço, como será debatido em 4.2, representa o maior grau de tecnologização textual dos procedimentos implicados na produção do jornal, e o fato de a única profissional remunerada do quadro ser a revisora de textos é significativo da relevância que as tecnologias do discurso assumem nessa prática particular.

Quanto à estrutura física, podemos dizer que o jornal, composto por quatro páginas em formato *standart*, apresenta semelhanças com os jornais de grande circulação, no que tange a sua

organização, sendo um suporte impresso no qual é possível ler textos que materializam gêneros tradicionais do jornalismo – editorial, colunas, reportagens, entrevistas, entre outros. Esses textos são densamente ilustrados com imagens, na grande maioria das vezes fotografias, feitas por Alderon Costa, de pessoas em situações de rua e de atos das mobilizações que figuram como notícia. Algumas dessas fotos foram laureadas com prêmios, inclusive da INSP.

Em razão de ser um jornal diminuto, de distribuição gratuita, *O Trecheiro* focaliza objetivamente questões relativas à situação de rua que são sua premissa básica, desde os embriões até a sua gênese propriamente dita. Todas as informações e notícias, por ele veiculadas, orbitam ao redor dessa temática. É possível encontrar no jornal, por exemplo, estudos sobre o trabalho das pessoas em situações de rua, reproduções editadas de cartilhas contra a tuberculose, reflexões sobre a política nacional, entre outros textos abordando os mais diversos assuntos, mas sempre com o foco na rua. Isso faz de *O Trecheiro* um instrumento de resistência social ainda mais forte, na luta pela valorização das pessoas que se encontram em precariedade social, pela forma como é feito e distribuído.

À diferença dos demais periódicos destinados para a população em situação de rua, *O Trecheiro* não tem como objetivo ser uma ferramenta econômica, tendo em vista que sua distribuição é gratuita. Conforme observa Alderon Costa, o jornal, mesmo estando catalogado no site da INSP, não faz parte da rede. Em entrevista cedida para esta pesquisa, ele informa:

Nós não pertencemos ao INSP, né? É... primeiro porque ele não tá dentro dos critérios... Ah, tem uma discussão, nossos representantes da *Ocas* quando vão, a gente sempre demanda essa discussão lá. Porque um dos critérios do INSP é que seja um produto de venda e que seja uma geração de renda. E o jornal não é. Então, ele não entra nessa categoria de Street Paper, né? Que o INSP tem. Agora, é... É uma referência do INSP, o jornal sempre foi, porque... Na verdade, nós nunca nos preocupamos em participar de concurso, de alguma coisa assim, mas o pessoal da *Ocas*", eles são fantásticos nisso, né, a turma da editoria da *Ocas*", né? Principalmente o Márcio, né? E aí, o pessoal começou: "Ah, Alderon, vamos botar tal matéria? Vamos fazer isso." E eles mesmos preparam tudo e mandam, né? Por isso nós tivemos dois prêmios, né, lá no INSP.

Essa fala do editor chefe do jornal demonstra articulação em rede, que coaduna com o que foi observado a partir das reflexões de Sousa Santos (2005). Igualmente, há uma intensa ligação entre o jornal e a revista, objetos desta investigação, o que, de certo modo, justifica a pertinência de se associar análises de textos dos dois periódicos para a compreensão das práticas de mobilização social e em especial as ações discursivas desses movimentos. Vale frisar que a ideia de *O Trecheiro*, em seu embrião *Jornal da Rua*, é pioneira, não só no Brasil, mas no mundo todo. Porque o *The Big Issue*, que é tido como o primeiro street paper, lhe é posterior em quase dois anos.

2

ANÁLISE DE DISCURSO CRÍTICA E O ESFORÇO TRANSDISCIPLINAR

É no contexto dessa discussão que a análise do discurso tem uma grande contribuição a oferecer. Com origem na Linguística, e não por coincidência na década de 1970, que é apontada por D. Harvey (trad. 2000) como o período de início do pós-modernismo, a análise do discurso está voltada para a crítica social. Nessa condição, (...) a análise do discurso pode ser caracterizada como uma contribuição de linguistas e estudiosos de outras disciplinas que adotam essa perspectiva, para o debate de questões ligadas ao racismo, à discriminação de gênero social, ao controle e à manipulação institucional, à violência, às identidades, à exclusão social (MAGALHÃES, 2005a: 3). Certamente, os desafios são enormes, mas a análise do discurso já estabeleceu um campo de pesquisa e debate internacional. (MAGALHÃES, 2005, pp. 232-233)

 segundo capítulo desta dissertação é consagrado à retomada da reflexão sobre o funcionamento social da linguagem proposta pela Análise de Discurso Crítica (ADC), abordando a articulação entre a análise discursiva textualmente orientada e as ciências sociais. Nele, advogo pelo rigor conceitual como forma de assegurar a cientificidade da área e explicito os parâmetros epistemológicos híbridos sobre que erigi a investigação discursiva ora apresentada. Discuto, também, a viabilidade de uma investigação filiada à ADC que focaliza práticas discursivas contra-ideológicas. Por fim, traço uma primeira aproximação com o método, sobre como, a partir do arcabouço teórico-metodológico da ADC, a investigação de práticas sociais é viável pelo estudo sistemático de textos nelas produzidos. Este capítulo divide-se, pois, em três partes: em 2.1, faço uma primeira aproximação com os conceitos basilares da ADC e evidencio o caráter específico desta dissertação; em 2.2, abordo a opção ontológica adotada e traço uma aproximação com a construção discursiva da inevitabilidade (BOURDIEU, 1999); e, em 2.3, descrevo as ferramentas metodológicas para a realização de análises discursivas críticas, propondo a compreensão das categorias analíticas como ferramentas que possibilitam o mapeamento de significados discursivos que são prototipicamente materializados por meio das estruturas semióticas a que essas categorias se associam.

2.1 ANÁLISE DE DISCURSO CRÍTICA

A primeira seção do capítulo teórico desta dissertação é dedicado à retomar os conceitos teóricos centrais da Análise de Discurso Crítica (ADC). Por se tratar de uma seara transdisciplinar, em que diferentes abordagens são possíveis para a investigação discursiva sob o prisma crítico, o conhecimento e a compreensão dos diferentes desdobramentos e abordagens que se sucederam, em seus quase trinta anos de história, é essencial para delimitar o que podemos chamar de ponto de partida epistemológico. Esse saber é o que permite que objetos da realidade social sejam passíveis de serem apreendidos e analisados para desenvolver críticas explanatórias, sem a reflexão profunda sobre essa base o conhecimento gerado não se sustentaria em termos de cientificidade.

Assim, em 2.1.1, retomo um breve histórico sobre a trajetória que possibilitou a construção do arcabouço teórico-metodológico de que dispomos, construindo uma “Arqueologia da ADC” (Magalhães, 2004, p. 1), para refletir sobre o caráter híbrido de nossas investigações, frisando a importância de se construírem epistemologias capazes de acessar as especificidades de nossos contextos e de se definirem com rigor e precisão os conceitos sobre que apoiamos nossas investigações. E, em 2.1.2, procedo à descrição desses os conceitos basilares, retomando sobre o marco teórico e refletindo sobre as especificidades do trabalho investigativo proposto.

2.1.1 POR UM RIGOR CIENTÍFICO EM ADC

Na década de 1970, houve a emergência de trabalhos no campo da ciência linguística, no contexto europeu, que começavam a assumir um posicionamento crítico, abandonando a neutralidade construída pela tradição acadêmica na área. Essa ruptura ensejou a mudança de paradigmas sobre o desenvolvimento de pesquisas no campo da linguagem, tendo como foco a relação entre texto, ideologia e poder, e como baliza a necessidade de se investigar criticamente essa relação, para além da mera descrição dos processos linguísticos. A Linguística Crítica (LC), que, então, debutava, constituía um desdobramento da perspectiva funcionalista da Linguística Sistemática Funcional (LSF) de Halliday (1976), para a qual, a linguagem, por ser parte integrante do processo social, desempenha “funções externas ao sistema” que “são responsáveis pela organização interna do sistema linguístico” (SCHIFFRIN, 1994; *apud.* RESENDE; RAMALHO, 2006, p. 12).

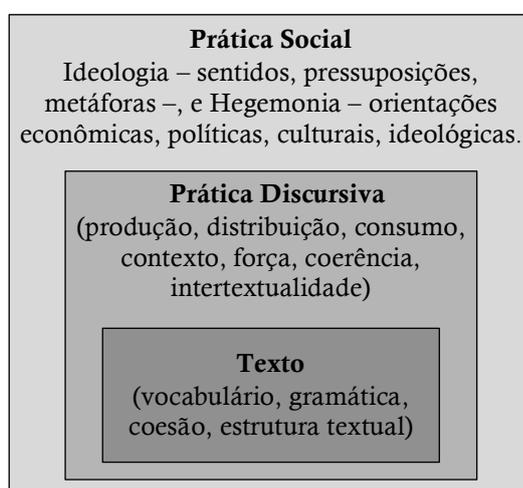
Magalhães (2004, p.118) ao retomar Fowler e Kress (1979, p. 185), aponta para a configuração de três pressupostos centrais na LC: (i) “a linguagem tem funções específicas e as formas e os processos linguísticos expressam essas funções”; (ii) as seleções feitas pelos falantes no inventário total de formas e processos linguísticos são sistemáticas, seguindo determinados princípios; e (iii) “contrariamente à visão de arbitrariedade na relação entre forma e conteúdo, ‘a forma significa o conteúdo’”. Esses pressupostos orientaram a configuração de uma nova maneira de se estudar a *linguagem em sociedade*, desse modo os/as linguistas críticos/as promoveram uma ruptura, sendo que, a partir de seus estudos, diferentes desdobramentos foram possíveis.

Em 1985, com a publicação do artigo “Critical and descriptive goals in discourse analysis”, no *Journal of Pragmatics*, Fairclough enseja o desenvolvimento de debates que aproximaram a perspectiva crítica às teorias marxistas. Posteriormente, com a publicação de *Linguistic processes in socialcultural practice* (KRESS, 1988) e de *Language and power* (FAIRCLOUGH, 1989) houve a consolidação das “bases para os estudos críticos da linguagem, apresentando conceitos chaves de discurso, gênero discursivo, texto, ideologia e poder” (MAGALHÃES, 2001) para o que então se constituía como Análise de Discurso Crítica (ADC). Muitos dos quais foram operacionalizados a partir da aproximação com outras searas do conhecimento, em especial com os trabalhos de Foucault (1969, 1971, 1982), Gramsci (1971).

Este último trabalho de Fairclough tem um caráter mais teórico, lançando as bases do que, depois, seria consolidado em *Discourse and social change* (1992) como um arcabouço teórico-metodológico para investigações discursivas. Essa obra apresenta a primeira versão do enquadre metodológico da Teoria Social do Discurso (TSD) – o modelo tridimensional. Neste texto, Fairclough evidencia a aproximação principalmente com duas teorias: com a perspectiva da LSF (HALLIDAY, 2004) e com a Ciência Social Crítica (BHASKAR, 1989).

Esse enquadre, como o próprio nome já diz, previa três dimensões passíveis de serem analisadas (Fairclough, 2001 [1992]): a *prática social* – “dimensão relacionada aos conceitos de ideologia e de poder” (MAGALHÃES, 2001, p. 17) –, a *prática discursiva* – “que focaliza os processos sociocognitivos de produção, distribuição e consumo do texto” (RESENDE; RAMALHO, 2006, p. 28) –, e o *texto* – como “elementos dos eventos sociais que se relacionam dialeticamente com elementos não-discursivos”(MAGALHÃES, 2004, p. 115). Essa divisão em diferentes dimensões foi elaborada, essencialmente, para fins de análise, não sendo estanques os limites entre estas. Nesse modelo, o foco central era o discurso. Vejamos a figura 3, que sintetiza esse primeiro enquadre teórico-metodológico:

Figura 3 – Enquadre tridimensional do discurso (FAIRCLOUGH, 2001 [1992]) e categorias analíticas propostas para cada nível



Posteriormente, em colaboração de Lilie Chouliaraki, Fairclough propõe um refinamento, tanto teórico quanto metodológico, a esse “Modelo tridimensional”, no livro *Discourse in late modernity - Rethinking Critical Discourse Analysis* (1999). Na obra, a autora e o autor mantêm as dimensões anteriores, mas de forma pulverizada, no novo enquadre que formulam, transferindo a centralidade da análise para as práticas sociais, e, assim, aproximando ainda mais na perspectiva do Realismo Crítico de Bhaskar (1989). Segundo observam Resende e Ramalho (2006, p. 30) esse “movimento descentralizador nas análises empíricas são importantes, especialmente no que concerne ao foco na dialética e ao caráter emancipatório da prática teórica em ADC”. Com essa nova configuração teórico-metodológica, Chouliaraki e Fairclough (1999) propõem uma localização precisa para o discurso no mapeamento ontológico, como sendo um dos momentos das práticas sociais. Em seguida, esse enquadre mais recente será debatido em profundidade.

É necessário, ainda, observar que, segundo Magalhães (2004), a ADC não se constitui como uma continuação da LC, mas como um desdobramento posterior, sendo que seu principal aporte foi a ampliação do escopo inicial delineado pela LC, constituindo “uma contribuição significativa da linguística para debater questões da vida social contemporânea, como o racismo, o sexismo (a diferença baseada no sexo), o controle e a manipulação institucional, a violência, as transformações identitárias, a exclusão social” (MAGALHÃES, p. 120). De maneira mais ampla, Fairclough contribuiu, igualmente, para:

‘a criação de um método para o estudo do discurso e seu esforço extraordinário para explicar por que cientistas sociais e estudiosos da mídia precisam dos(as) linguistas’ (Magalhães, 2005, p. 3). Podemos acrescentar a essa lista a relevância que o trabalho de Fairclough assumiu na consolidação do papel do(a) linguista crítico(a) na crítica social contemporânea. (RESENDE; RAMALHO, 2006, p. 21)

Ainda assim, é possível afirmar que a LC delinea-se como um dos momentos que fomentaram a configuração da Análise de Discurso Crítica, juntamente com a Linguística Sistêmico Funcional e a Ciência Social Crítica. Ao mesmo tempo, é impossível falar de uma só ADC, pois sob esse rótulo diferentes perspectivas teóricas para o estudo discursivo são articuladas, havendo, no entanto, elementos de coerência entre essas diferentes abordagens: (i) todas as abordagens de ADC em função de compreender que a linguagem funciona na sociedade, lançam mão da aproximação de diferentes campos teóricos a interdisciplinaridade; (ii) todos/as os/as investigadores/as da área conduzem estudos socialmente posicionados; e (iii) há a prevalência da empiria sobre a teoria que não se impõe sobre o trabalho investigativo, mas que é alimentada por esse trabalho (RESENDE, 2008, p. 39). Nessa perspectiva, a pluralidade de abordagens constitutivas do que se entende como ADC não impede que haja, efetivamente, um construto teórico metodológico coeso, organizado ao redor do binômio discurso e sociedade. Essa multiplicidade se deve centralmente à complexidade dos processos sociais que são o foco dos estudos em ADC, sendo

possível aos/às investigadores/as discursivos/as acessar diferentes componentes ontológicos em função de seus objetos de estudo, e desse modo definir uma ou outra abordagem.

A ADC constitui-se, desse modo, como uma matriz epistemológica europeia, que reite-ramos e legitimamos, pelo estudos discursivos, no contexto latino-americano. A partir dessa matriz, há, de maneira cada vez mais intensa, o desenvolvimento de epistemologias que compreendem nossas especificidades culturais, conjunturais, históricas, para o duplo objetivo de contribuir com a superação de assimetrias sociais e com o avanço da ciência linguística. São exemplos os trabalhos de Maria Izabel Magalhães (2000), que é pioneira na área, atuando desde 1986 no Brasil; José Meurer (2004); Laura Pardo (2008); Neyla Graciela Pardo Abril (2008); Denize Elena Garcia da Silva (2009); Viviane de Melo Resende (2009); Viviane Sebba Vieira Ramalho (2010); Maria Carmen Aires Gomes (2007), Guilherme Veiga Rios (2012).

Por compreender que o discurso é parte irreduzível da vida social, a ADC requer que se utilizem epistemologias de diferentes áreas – tais como ciências sociais críticas e ciências da comunicação, entre outras –, que permitam estudar o sistema semiótico – objeto de estudo da linguística –, ativado nas práticas sociais. A seara da ADC constitui, desse modo, um arcabouço teórico-metodológico consolidado interdisciplinarmente. Nesse sentido, os estudos discursivos operacionalizam conceitos de outras áreas, criando interconexões entre diferentes epistemologias, geradas em diferentes campos. Esse caráter interdisciplinar vem sendo incrementado por diferentes investigações, que buscam aproximar ainda mais o campo da linguística discursiva a outras áreas do conhecimento e que, assim, procuram efetivamente romper as barreiras positivistas que isolam as epistemologias em limites rígidos. O avanço dessas aproximações de mais a mais está fazendo da ADC uma transdisciplina, é dizer, um campo de epistemologias híbridas, geradas no contato de saberes de diferentes áreas que não são apenas justapostos, mas operacionalizados.

A investigação sobre a os processos sociais implicados na produção de ações discursivas, tais como a revista *Ocas* e o jornal *O Trecheiro*, exige uma abertura sobre diferentes áreas de conhecimento, para que seja efetivamente possível de mapear a conexão entre os aspectos discursivos e os não-discursivos de práticas sociais. A compreensão de que a linguagem funciona na sociedade orienta o caráter crítico da área, que procura contribuir para a superação de arranjos assimétricos de poder na sociedade. Por isso, a investigação discursiva só se justifica se estiver alinhada a causas sociais, sendo a responsabilidade social uma baliza essencial para o trabalho científico.

Em razão dessas especificidades da área, faz-se necessário observar que o rigor conceitual é fundamental, tanto para garantir a cientificidade da ADC quanto para fazer dos estudos filiados a essa seara mais que trabalhos científicos, trabalhos sociais, na acepção mais abrangente do termo, legitimados pela sua contribuição ética para o social. O caráter transdisciplinar supracitado tem encontrado grande ressonância na construção de ‘epistemologias do sul’ (SOUSA SANTOS,

2005) orientadas a partir das especificidades da ADC na América Latina e principalmente no Brasil. Esse desenvolvimento se deve, principalmente à necessidade de ter métodos e teorias adequados à(s) realidade(s) do contexto social específico, o que reitera o objetivo de devolver informações para a teoria a partir da empiria, o que caracteriza a ADC desde sua gênese, tendo em vista que esta ciência foi pensada para a abertura. Isso resulta ser um dos grande trunfos da área, segundo Ramalho e Resende (2011, p. 19):

Essa heterogeneidade de abordagens – essa abertura para a diferença, é o que impulsiona a ADC para um aperfeiçoamento constante, uma vez que as diferentes abordagens não estão fechadas para o diálogo, e que em pesquisas situadas é possível lançar mão de conceitos e categorias oriundos de diversas perspectivas, a possibilidade de criatividade nos desenhos de pesquisa é grande.

Essa abertura não significa falta de rigor científico, na realidade, ela promove a necessidade de se pensarem os conceitos abordados de maneira coerente e aprofundada. Nesse sentido, cada uma das investigações tem de contemplar a reflexão teórica em seu ponto de partida, observando as linhas condutoras das epistemologias disponíveis, que são, evidentemente, as ferramentas intelectuais que viabilizam o primeiro contato científico com o objeto focalizado. Essa reflexão tem de ser retomada ao cabo do trabalho investigativo, em seu ponto de chegada, dobrando os resultados obtidos sobre a teoria e, assim, procurando devolver à matriz híbrida de que se partiu informações sobre o funcionamento social da linguagem. Nessa perspectiva, os estudos em ADC têm como premissa sempre poder contribuir para ampliar o arcabouço teórico-metodológico, por meio de novos caminhos epistemológicos que possibilitem uma melhor compreensão dos processos sociais discursivos.

Há, no entanto, que se frisar que não se aceita a possibilidade de nossas epistemologias conseguirem, mesmo em um futuro, mapear integralmente o funcionamento da linguagem na sociedade, e que os objetivos da ADC não se limitam apenas a contribuições para a teoria, há o objetivo de se “investigar criticamente como a desigualdade social é expressa, sinalizada, constituída, legitimada pelo uso do discurso” (WODAK, 2004, p. 225), e com isso devolver para o campo social informações, saberes e epistemologias que possam contribuir com a superação de assimetrias sociais.

Esse retorno à teoria no final da construção da pesquisa é uma etapa fundamental para que efetivamente haja uma contribuição do estudo para a teoria e para o método, do contrário, não há processo dialógico entre as epistemologias iniciais e aquelas a que podemos chegar/acessar por meio da empiria. Nesse sentido, este capítulo foi construído essencialmente em dois momentos: antes das análises e depois das análises, sendo a relação entre o trabalho empírico e a construção de saberes instâncias inseparáveis. Há, também, sob esse prisma, que se apontar que por se tratar de um arcabouço teórico-metodológico, a teoria e o método estão sempre parelhos, não sendo possível descolar uma do outro. Isso também se deve ao caráter pós-

moderno da área, que procura superar fronteiras positivistas pouco produtivas para o trabalho científico. Nesse sentido, o presente capítulo que focaliza a teoria, também traz reflexões acerca do método, e o capítulo seguinte, que se dedica à metodologia, também olha para o construto teórico.

Retomando a ideia supracitada de necessidade de rigor conceitual, é necessário descrever as epistemologias de que partimos e construir um debate informado pela empiria de maneira meticulosa para que a cientificidade de nossos estudos seja garantida. A existência de fragilidades conceituais pode levar a resultados falseados, sendo imperioso construir as bases teóricas. Evidentemente, por mais rigor que se tenha, a perfeição é intangível, e, por isso, em outros momentos, outros/as pesquisadores/as, com o distanciamento e com base em epistemologias mais desenvolvidas, podem constatar falhas conceituais e propor avanços; mas, o esforço transdisciplinar de que tratei tem também de ser um esforço disciplinar, que discipline o emprego de ferramentas epistemológicas e de ferramentas metodológicas. Assim, nesta seção, discuto, de maneira sucinta, os conceitos basilares para o desenvolvimento do trabalho ora reportado nesta dissertação.

2.1.2 TEORIA SOCIAL DO DISCURSO: CONCEITOS FUNDAMENTAIS

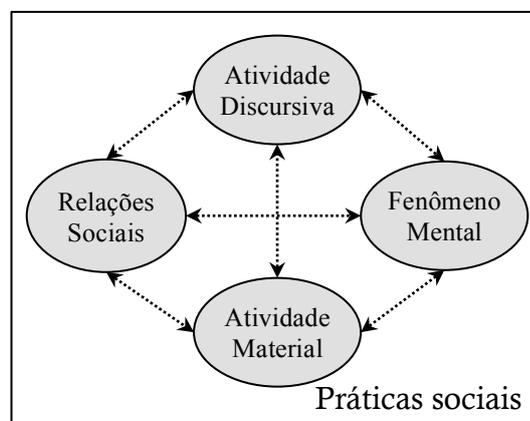
Como supracitado, a ADC integra o ramo da linguística funcionalista e, assim, concebe a linguagem como sistema semiótico cujo funcionamento é socialmente contingenciado, constituindo-a e sendo por ela constituída, sendo, justamente esse funcionamento, o foco das investigações em ADC. A materialização do potencial semiótico por atores sociais se dá por meio de eventos discursivos que resultam em textos. Para Fairclough (2003), qualquer ato linguístico constitui um texto, estando compreendidos desde textos escritos – jornais, livros, publicidades etc. – ou textos orais – interações informais, aulas, programas de televisão etc. – até textos imagéticos e textos multimodais, em cuja composição se utilizam diferentes modalidades de linguagem (oral, escrita, sonora, imagética etc.). Essas modalidades ou semioses são incluídas no conceito ampliado de texto, e são passíveis de serem analisadas.⁸ O texto é a unidade mínima de estudo em ADC porque é a menor estrutura linguística capaz engendrar significados sociais, sendo as funções que a linguagem exerce socialmente associadas a significados discursivos, os quais podem ser mapeados por meio dos textos que os materializam.

O interesse central dos estudos em ADC recai sobre a produção de significados sociais por meio de textos, por compreender que a construção da realidade social se dá, também, e de maneira cada vez mais central, pela via simbólica. A atividade discursiva é, nesse sentido, definida como um dos momentos das práticas sociais. O conceito de prática social é operacionalizado a partir dos estudos de Harvey (1992). Para o autor, as práticas sociais são multifacetadas, com-

⁸ No caso de imagens estáticas, por exemplo, temos textos imagéticos, passíveis de análise, entre outros, pelo referencial semiótico da Gramática do Design Visual (KRESS; VAN LEEUWEN, 1996).

postas por diferentes momentos, dos quais o *discurso* (ou atividade discursiva) é constituinte, juntamente com a *atividade material*, as *relações sociais* e o *fenômeno mental* (na operacionalização proposta por Chouliaraki e Fairclough, 1999). Cada momento é parte irreduzível da prática social, estando em relação dialética com os outros, e qualquer mudança que ocorra em um dos momentos repercutirá nos demais e, de maneira global, afetará as redes de práticas sociais relacionadas. Assim, esses momentos são constitutivos das práticas sociais e se relacionam pela interiorização e pela articulação, cada momento informando os outros e sendo informado pelos outros (RESENDE; RAMALHO, 2006). A Figura 4, a seguir, sintetiza os conceitos abordados até aqui:

Figura 4 – Discurso como momento integrante das práticas sociais e em relação dialética com os outros momento

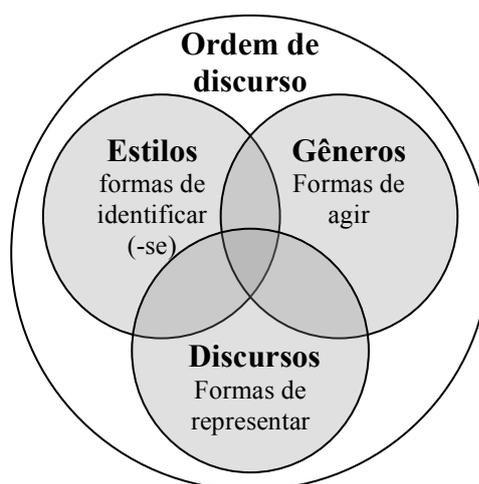


Para estudar a linguagem na sociedade, diferentes aspectos podem ser focalizados; no caso da ADC, o foco são as práticas sociais, acessadas por meio do estudo do funcionamento social da atividade discursiva. Determinados traços linguísticos materializam significados sociais, e, assim, fazem com que os textos funcionem na sociedade. A perspectiva funcional do discurso nessa versão de ADC foi construída com base na aproximação com a Linguística Sistêmico Funcional (LSF), pela operacionalização das Macrofunções textuais de Halliday (1985) (Ver seção 2.3). Desse modo, para Fairclough (2003), em todo texto (i) identificamos outras pessoas e a nós mesmos/as, pela construção de significados identificacionais que instanciam *estilos* discursivos; e (ii) agimos sobre o mundo social e sobre outras pessoas, pela construção de significados acionais, que instanciam *gêneros* discursivos; (iii) representamos o mundo social, ou aspectos dele, pela construção de significados representacionais, que instanciam *discursos*.

Ao mesmo tempo em que promove essa operacionalização dos conceitos hallideanos, Fairclough (2003) estabelece uma outra aproximação teórica com os estudos arqueológicos de Foucault (2010 [1971]) e operacionaliza o conceito de *Ordens do Discurso*, segundo o qual há três formas básicas de funcionamento do discurso na sociedade: ação, representação e identificação. Esses três eixos de funcionamento são associados a elementos componentes das ordens de discurso,

respectivamente: gêneros – tipos relativamente estáveis de textos, articulando formas e funções particulares (BAKHTIN, 2000) –, discursos, na acepção mais concreta (vide Seção 1) – modos particulares de representar aspectos do mundo, associados a campos específicos da atividade humana – e estilos – modos particulares de construção de identidades sociais em práticas específicas. Vejamos a Figura 5, que ilustra os elementos das ordens de discurso:

Figura 5 – Composição ontológica das ordens de discurso

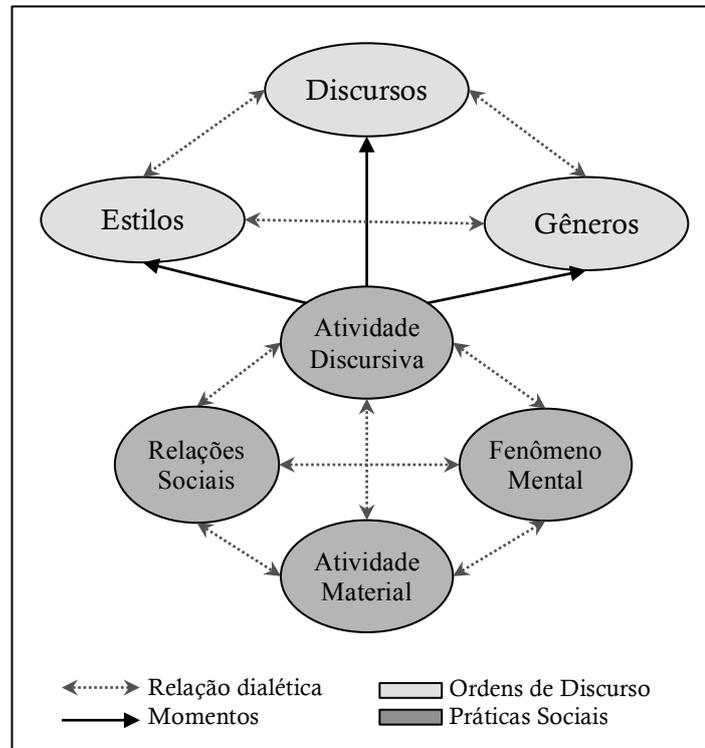


Por meio dessa representação esquemática, ainda que não responda à complexidade da relação entre os momentos das ordens de discurso, podemos compreender como entre o ‘agir’, o ‘identificar(-se)’ e o ‘representar-se’ há limites porosos, do que se depreende que uma mudança em qualquer um desses momentos, repercutirá nos outros e modificará a ordem do discurso como um todo. O mesmo ocorre para as práticas sociais, de que é momento a atividade discursiva, estas não estão isoladas entre si, há diferentes dinâmicas postas em jogo que levam à modificação das práticas, o que igualmente repercute por todos os seus momentos, e, conseqüentemente, afeta diretamente às ordens de discurso. Estas, mesmo respondendo a determinadas práticas sociais, não estão isoladas e estabelecem redes de ordens do discurso, umas informando às outras, modificando as outras. A semelhança do funcionamento das ordens do discurso e das práticas sociais será retomada em 2.2.

Até este momento, tratei, de maneira quase que sub-reptícia, da dupla acepção do termo discurso para os estudos de ADC: como substantivo mais abstrato, significa “linguagem como momento irreduzível da vida social” ou, como já vimos, atividade discursiva (ver Figura 4); por outro lado, como substantivo contável, um discurso é um “modo particular de representar parte do mundo”, ligado a interesses específicos (RAMALHO; RESENDE, 2011, p.17). Podemos, pois, identificar discursos particulares como o discurso religioso neopentecostal, o discurso político neoliberal, entre outros, que respondem a ordens do discurso particulares e, conseqüentemen-

te, a práticas sociais particulares. Acrescentando esses novos elementos ontológicos à figura 6, temos a seguinte modelização:

Figura 6 – Atividade discursiva na prática social e seus momentos internos



(Fonte: RAMALHO; RESENDE, 2011, p. 42, com adaptações)

A figura 6 representa o mapeamento ontológico das *práticas sociais* e das *ordens de discurso* e põe em evidência a relação de contingência que há entre esses dois níveis. Assim, é possível compreender a proposta esquematicamente, e relacionar a cada prática social uma rede de Ordens de Discurso própria. Como observado em 2.1.1, a partir de Chouliaraki e Fairclough (1999) houve o deslocamento do eixo central da modelização teórica e da proposta metodológica para as práticas sociais, por se compreender que é por meio de seu estudo que é possível, efetivamente construir uma explanação crítica social robusta que possa efetivamente contribuir para a superação dos problemas investigados (ver Capítulo 3).

Entende-se, de acordo com o arcabouço da ADC, que a linguagem tem um caráter funcional, sendo que seus usos repousam sobre processos de interação em uma sociedade. Para Fairclough (2003) qualquer ato linguístico constitui *texto*, estando compreendidos desde textos escritos – jornais, livros, publicidades, entre outros – ou textos orais – falas, aulas, programas de televisão, entre outros – até textos multimodais, em que se utilizam diferentes modalidades de linguagem (oral, escrita, sonora, imagética etc.) para sua composição. Essas modalidades ou semiotes são incluídas no *conceito ampliado de texto*, e são passíveis de serem analisadas (no caso de imagens estáticas, por exemplo, temos textos imagéticos, passíveis de análise pelo referencial semió-

tico da Gramática do Design Visual). Os atos discursivos são entendidos, desse modo, como ações sociais; são meios por que os indivíduos podem operar sobre a sua realidade.

É necessário recorrer ao conceito de *dialogismo*, também operacionalizado pela ADC, a partir de Bakhtin (1992), segundo o qual todos os textos, desde conversas - explicitamente dialógicos - até textos escritos - mesmo que aparentemente não-dialógicos -, estão vinculados como elos em 'cadeias dialógicas', respondendo aos que os precederam e dando ensejo a novos textos. Conforme atesta Ramalho (2005, pp. 276-7):

Em seus ensaios filosóficos sobre a linguagem, sustenta que a “verdadeira substância da língua” não repousa na interioridade dos sistemas linguísticos, mas no processo social da interação verbal (BAKHTIN, 2002, p. 123). Seguindo preceitos do materialismo histórico, essa filosofia apresenta a enunciação como realidade da linguagem e como estrutura sócio-ideológica, de sorte que prioriza não só a atividade da linguagem, mas também sua relação indissolúvel com seus usuários. (RAMALHO, 2005, pp. 276-7)

Nessa perspectiva, as ações individuais desencadeiam, em maior ou menor medida, outros atos na sociedade, e, em função do exposto, também na esfera discursiva atos sociais se interconectam, sendo essa a essência da proposta de Bakhtin (2006) para uma “dialética da linguagem”. Assim, o modelo do funcionamento da linguagem formulado pela Teoria Social do Discurso compreende textos como “eventos discursivos situados” (Ramalho e Resende, 2011, p. 33) na medida em que existem pela/na linguagem, articulando diferentes discursos - na materialização determinadas formas de ver o mundo ou parte dele -, mobilizando gêneros discursivos - “tipos relativamente estáveis” (BAKHTIN, 2006) de agir por meio do discurso - e realizando estilos específicos - na construção de identidades em práticas específicas.

Delinea-se, assim, uma ampliação do conceito de *texto* pelo prisma de seu funcionamento social, sendo (também) neles que os embates originados das práticas sociais se materializam. Os textos, nessa perspectiva, permitem acessar significados sociais, por articularem discursos, gêneros e estilos produzidos, de maneira supra-individual, nas práticas sociais, que se dão de modo a instaurar, sustentar, ou alternativamente resistir a e superar formas de dominação. Há que pontuar que diferentes textos, formulados no seio de ordens de discurso associadas a práticas específicas, articulam discursos distintos e, desse modo, localizam-se no espaço das oposições, seguindo uma cadeia dialógica que põe em jogo atitudes responsivas entre atores sociais.

Essas oposições discursivas evidenciam conflitos sociais originados dialeticamente na/pela desigualdade social, constituindo conflitos pelo poder. A atividade discursiva é, nessa perspectiva, *locus* do embate entre diferentes atores sociais e entre diferentes grupos. Essa relação foi inicialmente observada por Foucault (2010 [1971]), segundo o qual:

Em toda sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função

conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade. (...) o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo por que, pelo que se luta, o poder do qual nos queremos apoderar. (pp. 9-10)

Para o autor, é pela construção simbólica, viabilizada pelo discurso, que atores sociais minimizam o espetáculo da manifestação do poder (FOUCAULT, 2011), sendo por meio dessa “economia do gasto de forças simbólicas” (MORENO, 2006) que o poder consegue penetrar em todas as esferas das práticas sociais. Nessa perspectiva, a análise do discurso se justifica para o estudo da sociedade, sendo, pois, o conceito de *poder* operacionalizado por Fairclough (2001), a partir dos estudos arqueológicos de Foucault. Para ele:

O poder é implícito nas práticas sociais cotidianas, que são distribuídas universalmente em cada nível de todos os domínios da vida social e são constantemente empregadas; além disso, o poder ‘é tolerável somente na condição de que mascare uma grande parte de si mesmo. Seu sucesso é proporcional à sua habilidade para esconder seus próprios mecanismos’ o poder não funciona negativamente pela dominação forçada dos que lhe são sujeitos; ele os incorpora e é produtivo no sentido de que os molda e reinstrumentaliza, para ajustá-los a suas necessidades. (FAIRCLOUGH, 2001, p. 75)

O conceito de *poder* é ampliado, nas aproximações e desdobramentos epistemológicos pela ADC, nesse sentido, é pela operacionalização dos conceitos de Gramsci (1978, 2000) que o poder passa a ser compreendido como *hegemonia*. Por esse prisma, o poder como hegemonia não se autossustenta e os grupos hegemônicos têm de empenhar muito de seu capital material e simbólico para travar lutas por sua manutenção, mobilizando processos extremamente sofisticados para apaziguar as tensões imanentes à distribuição desigual de poder. Ainda conforme Fairclough (2008, p. 85), “a hegemonia é concebida como um equilíbrio instável construído sobre alianças e a geração de consenso das classes ou grupos subordinados, cujas instabilidades são os constantes focos de lutas”. Caracterizando-se os conflitos supracitados como *lutas hegemônicas*.

Essas lutas encontram recursividade na atividade discursiva, sendo por meio da ativação do sistema semiótico linguístico em seu uso social, que a construção da realidade social é viabilizada por conteúdos simbólicos (ver seção 1.1). São esses conteúdos que, engendrados no bojo da desigualdade, permitem sustentar arranjos assimétricos de poder, opondo grupos sociais em polos de oposição. O discurso tem, desse modo, um papel central da sustentação das ordens hegemônicas, sendo, por meio dela, que os consensos são forçados. Entende-se, assim, que os textos constituem palco para essas lutas pelo poder.

Um segundo conceito intrinsecamente ligado ao de hegemonia é o de *ideologia*, tendo em vista que os discursos que são engendrados visando a sustentação dos poderes hegemônicos constituem a ideologia. A esse respeito, na introdução de sua arqueologia sobre a ideologia, Chauí (2008 [1980], p. 7) distingue ideologia de conjunto de ideias, ela observa que:

Frequentemente, ouvimos expressões do tipo ‘partido político ideológico’, é preciso ter uma ‘ideologia’, ‘falsidade ideológica’. Essas expressões tomam a palavra ideologia

para com ela significar “conjunto sistemático e encadeado de ideias”. Ou seja, confundem ideologia com ideário. Nossa tarefa, aqui, será desfazer a suposição de que a ideologia é um ideário qualquer ou qualquer conjunto encadeado de ideias e, ao contrário, mostrar que a ideologia é um ideário histórico, social e político que oculta a realidade, e que esse ocultamente é uma forma de assegurar e manter a exploração econômica, a desigualdade social e a dominação política

A ideologia não é, pois, qualquer tipo de ideário, mas um especificamente formulado para instaurar, reiterar e sustentar ordens hegemônicas, que exploram e dominam outros grupos sociais.⁹ Nessa perspectiva, em trabalho posterior, Thompson (1995) faz, igualmente, um histórico do conceito de ideologia distinguindo as abordagens críticas e não críticas, propondo um conceito inerentemente negativo de ideologia, estando esta sempre relacionada à arranjos de dominação e exploração. Ele evidencia que as abordagens não críticas se aproximam do senso comum de ideologia, marcando, desse modo, uma distinção entre este conceito neutro de ideologia e o conceito crítico científico de ideologia, que é adequado como epistemologia para investigações que visam a superação desses arranjos. Ainda conforme nos ensina Chauí (2008 [1980], p. 85):

As ideias dominantes nada mais são do que a expressão ideal das relações materiais dominantes, as relações materiais dominantes concebidas como ideias; portanto, a expressão das relações que tornam uma classe a classe dominante; portanto ideias de dominação. (...) A ideologia consiste precisamente na transformação das ideias da classe dominante em ideias dominantes para a sociedade como um todo, de modo que a classe domina no plano material (econômico, social, e político) também domina no plano espiritual (das ideias).

Por meio da crítica materialista, é possível compreender como as ideias de um determinado grupo social, que detém o poderio político e econômico, são forjadas como sendo universais para todos os grupos, o que tem como efeito potencial mitigar a dominação e as assimetrias sociais. A filósofa evidencia que, para que essas ideias se tornem comunais entre todos os membros de uma sociedade, é fundamental que a hegemonia disponha de recursos não só materiais para sua distribuição – por exemplo: sistema educacional, religião, meios de comunicação, entre outros –, sendo que essa distribuição se faz, de maneira mais frequente, em práticas centralmente discursivas. De maneira mais radical, Bakhtin (2006, p. 30) afirma que “O domínio do ideológico coincide com o domínio dos signos: são mutuamente correspondentes. Ali onde o signo se encontra, encontra-se também o ideológico. Tudo que é ideológico possui um valor semiótico”. Sob essa ótica, o interesse da maioria dos estudos em ADC repousa em investigar como essas ideias são construídas no/pelo discurso e como são disseminadas. Fairclough (2003, p. 9) observa que um dos efeitos do texto que mais interessam à ADC são, justamente, os efeitos ideológicos. Em suas palavras:

⁹ Não sendo pertinente, por exemplo, falar substituição de uma “ideologia ruim/falsa” por uma “ideologia boa/verdadeira”, como propôs Lênin, ou afirmar que o conjunto de discursos feministas compõem uma ideologia.

Representações ideológicas podem ser identificadas em textos (Thompson, 1984 glosa ideologia como 'significado a serviço do poder'), mas ao dizer que ideologias são representações que podem ser explicitadas para contribuir com relações de poder e dominação, estou sugerindo que a análise textual precisa ser encerrada no que se refere à análise social que pode considerar corpos de texto em termos de seus efeitos sobre relações de poder. Além disso, se ideologias são primariamente representações, elas podem igualmente ser sancionadas em maneira de agir socialmente, e inculcadas em identidade dos atores sociais. Ideologias podem também ter a durabilidade e a estabilidade que transcendem textos individuais ou corpos de textos.¹⁰

Nesse sentido, desvelar mecanismos discursivos por que projetos de dominação e exploração são engendrados coaduna, como interesse de pesquisa, com a perspectiva propositiva (ver Capítulo 3) a que a ADC procura responder. Tendo em vista que as ideologias condicionam “construções de práticas a partir de perspectivas particulares que suprimem contradições, antagonismos, dilemas em direção a seus interesses e projetos de dominação” (Chouliaraki e Fairclough, 1999, p.26). É, nessa perspectiva, que o trabalho de Thompson (1995) tem grande relevância para a ADC, pois ele elabora uma abordagem para o estudo da ideologia por meio de formas simbólicas e de suas configurações estratégicas mais frequentes. Conforme o autor atesta:

Formas simbólicas não são meramente representações que servem para articular ou obscurecer relações sociais ou interesses que são constituídos fundamental e essencialmente em um nível pré-simbólico: ao contrário, as formas simbólicas estão, contínua e criativamente, implicadas na constituição das relações sociais como tais. Por isso, proponho conceitualizar ideologia em termos das maneiras como o sentido mobilizado pelas formas simbólicas, serve para estabelecer e sustentar relações de dominação: estabelecer querendo significar que o sentido poder criar ativamente e instituir relações de dominação; sustentar, querendo significar que o sentido pode servir para manter e reproduzir relações de dominação através de um contínuo processo de produção e recepção de formas simbólicas (THOMPSON, 1995, p. 79)

A isso ele acresce que “nenhuma dessas estratégias é intrinsecamente ideológica”, sendo a construção do sentido, como já debatido, realizada a cada produção textual, e portanto, imprescindível a “análise cuidadosa das maneiras como as formas simbólicas se entrecruzam com relações de dominação em circunstâncias particulares e concretas” (THOMPSON, 1985, p. 82). O autor elenca cinco “modos gerais de operação da ideologia” – legitimação, dissimulação, unificação, fragmentação e reificação –, mas deixa claro que não são os únicos modos existentes e que qualquer estratégia tipicamente associada a um determinado modo pode ser empregada com objetivos diferentes. Vejamos o quadro 1 que sintetiza essas estratégias:

¹⁰ Ideological representations can be identified in texts (Thompson 1984 glosses ideology as 'meaning in the service of power'), but in saying that ideologies are representations which can be shown to contribute to social relations of power and domination, I am suggesting that textual analysis needs to be framed in this respect in social analysis which can consider bodies of texts in terms of their effects on power relations. Moreover, if ideologies are primarily representations, they can nevertheless also be 'enacted' in ways of acting socially, and 'inculcated' in the identities of social agents. Ideologies can also have a durability and stability which transcends individual texts or bodies of texts. (FAIRCLOUGH, 2003, p. 9)

Quadro 1 – Inventário das estratégias ideológicas de construção simbólica

MODOS GERAIS DE OPERAÇÃO DA IDEOLOGIA	ESTRATÉGIAS TÍPICAS DE CONSTRUÇÃO SIMBÓLICA
LEGITIMAÇÃO Relações de dominação são representadas como legítimas.	RACIONALIZAÇÃO Uma cadeia de raciocínio procura justificar um conjunto de relações.
	UNIVERSALIZAÇÃO Interesses específicos são apresentados como interesses gerais.
	NARRATIVIZAÇÃO Exigências de legitimação inseridas em histórias do passado que legitimam o presente.
DISSIMULAÇÃO	DESLOCAMENTO Deslocamento contextual de termos e expressões.
	EUFEMIZAÇÃO Valoração positiva de instituições, ações ou relações.
	TROPO Sinédoque, metonímia, metáfora.
UNIFICAÇÃO Construção simbólica de identidade coletiva.	PADRONIZAÇÃO Um referencial padrão proposto como fundamento partilhado.
	SIMBOLIZAÇÃO DA UNIDADE Construção de símbolos de unidade e identificação coletiva.
FRAGMENTAÇÃO Segmentação de indivíduos e grupos que possam representar ameaça ao grupo dominante.	DIFERENCIAÇÃO Ênfase em características que desunem e impedem a constituição de desafio efetivo.
	EXPURGO DO OUTRO Construção simbólica de um inimigo.
REIFICAÇÃO Retratação de uma situação transitória como permanente e natural.	NATURALIZAÇÃO Criação social e histórica tratada com acontecimento natural.
	ETERNALIZAÇÃO Fenômenos sócio-históricos apresentados como permanentes.
	NOMINALIZAÇÃO/PASSIVAÇÃO Concentração de atenção em certos temas em detrimento de outros, com apagamento de atores e ações.

(Fontes: RESENDE; RAMALHO, 2006, com adaptações)

Algumas dessas estratégias foram citadas no Capítulo 1, em que traço uma análise de conjuntura das práticas sociais que focalizo, alinhavada pela temática da violência material e simbólica. Como debatido, há a recorrência de determinadas formas de representar, identificar e agir discursivamente que estão associadas à configuração das práticas sociais articuladas na produção de periódicos orientados para a superação de assimetrias sociais. Nesse sentido, o mapeamento dos modos ideológicos foi essencial para compreender como as contingências sociais, à base das realidades de rua, são parcialmente formuladas pelo discurso, e desse modo, justificar uma investigação das práticas sociais por meio do estudo discursivo. Mas, esse mesmo estudo teve de ampliar um pouco o escopo desse mapeamento, observando, como supracitado, que nem

sempre determinadas formas linguísticas e estratégias discursivas já sedimentadas pelo uso estão a serviço de projetos de dominação e exploração. Como veremos no Capítulo 4, por exemplo, a estratégia de unificação, no caso das publicações focalizadas objetiva fazer um reforço identitário para os grupos de pessoas em situações de rua e de precariedade

Nessa perspectiva, o trabalho que ora apresento difere um pouco da maioria dos trabalhos filiados à ADC, pelo fato de um dos objetivos centrais destes ser o desvelamento das articulações ideológicas que os textos podem promover, dando visibilidade às incoerências e principalmente perturbando a estabilidade hegemônica com intuito de contribuir para que mudanças ocorram. Na subseção que segue, aprofundarei essa reflexão à luz dos aportes do Realismo Crítico para a ADC.

2.2 SOBRE O FUNCIONAMENTO DA LINGUAGEM EM SOCIEDADE: OPÇÃO ONTOLÓGICA E APROXIMAÇÕES INTERDISCIPLINARES

Em razão da complexidade do conceito de atividade discursiva, segundo o qual se compreende que esta é parte irreduzível da vida social, a ADC requer que se utilizem epistemologias de diferentes áreas – tais como ciências sociais críticas e ciências da comunicação, entre outras – que permitam estudar o sistema semiótico, conforme instanciado em práticas específicas, e mapear as relações entre linguagem e sociedade. Assim, a seara da ADC constitui um campo consolidado interdisciplinarmente. Nesse sentido, os estudos discursivos operacionalizam conceitos de outras áreas, criando interconexões entre diferentes epistemologias, geradas em diferentes campos. Esse caráter interdisciplinar vem sendo incrementado em diversas investigações que buscam aproximar ainda mais o campo da linguística discursiva de outras áreas do conhecimento e que, assim, procuram efetivamente romper barreiras positivistas que isolam epistemologias em limites rígidos. O avanço dessas aproximações de mais a mais está fazendo da ADC uma transdisciplina, é dizer, um campo de epistemologias híbridas, geradas no contato de saberes de diferentes áreas que não são apenas justapostos, mas operacionalizados.

Em investigações qualitativas, há a necessidade e se definir, de maneira rigorosa, como será realizada a abordagem dos processos sociais focalizados. Nesse sentido, a localização dos processos dentro de um mapeamento ontológico é fundamental (MASON, 2002). Na vertente de origem britânica de ADC, que recebeu notáveis contribuições das vertentes latino-americanas, foi construída, com base nos estudos de Chouliaraki e Fairclough (1999) e de Fairclough (2003), uma aproximação interdisciplinar com o Realismo Crítico (RC; BHASKAR, 1989). Como resultado, a ontologia estratificada da realidade social tem sido operacionalizada para o desenvolvimento de teoria do funcionamento social da linguagem.

Para compreender onde se situa nosso objeto de estudo propriamente dito – o discurso ou a atividade discursiva em práticas particulares –, é necessário retomar a opção ontológica selecionada. A ADC se aproxima dos trabalhos de Harvey (1992), operacionalizando seu conceito de

práticas sociais, como supra citado; e também dos de Bhaskar (1998), adotando o Modelo Transformacional da Atividade Social do Realismo Crítico para construir uma ontologia social do discurso. O conceito do primeiro autor nos indica o caráter multifacetado das práticas sociais e permite compreender o funcionamento dos momentos das práticas em sua constituição interna (vide Seção 2.1). Uma articulação desse aparato teórico com a formulação dos momentos internos da atividade discursiva – os elementos das ordens do discurso, gêneros, discursos e estilos (vide Figura 5) –, por sua vez, permite compreender como o momento discursivo funciona em práticas particulares. A contribuição do segundo autor completa a formulação de um quadro ontológico para estudos discursivos críticos, propondo um modelo do funcionamento da sociedade. Como veremos a seguir, os níveis de abstração dos elementos desse quadro ontológico (estruturas, práticas sociais, eventos) são operacionalizados para a compreensão dos níveis da linguagem (sistemas semióticos, ordens de discurso, textos).

2.2.1 OPERACIONALIZAÇÃO DO ‘MODELO TRANSFORMACIONAL DA ATIVIDADE SOCIAL’ PARA O ESTUDO DISCURSIVO

Para o RC, a estrutura social fornece recursos para ação, ao mesmo tempo em que a constrange, e o potencial que oferece é aberto às imprevisíveis instanciações que se realizam em eventos concretos. A realização desse potencial em eventos, entretanto, é mediada por entidades organizacionais intermediárias que, como o nome indica, organizam o potencial estruturante e viabilizam sua realização nos diversos campos da atividade humana. A materialização do *potencial* constitui os eventos sociais *realizados*, que deixam traços *empiricamente* observáveis, entre os quais estão os traços discursivos instanciados em eventos: os textos que nos servem de objetos.

Por meio da análise de amostras discursivas historicamente situadas, pode-se perceber a internalização dos componentes das práticas sociais no discurso. As práticas sociais dependem (também) do discurso para serem materializadas em eventos sociais, isto é, para serem concretizadas. Assim, é possível associar o mapeamento ontológico de Bhaskar (1989) ao funcionamento do discurso nas práticas sociais. Nessa perspectiva, o potencial da linguagem é também uma estrutura que oferece recursos e impõe constrangimentos para a ação discursiva. Assim como o potencial social estruturante é mediado por práticas sociais para sua realização em eventos, também o potencial semiótico da linguagem é mediado por entidade organizacional intermediária: as ordens de discurso. As ordens de discurso são, nessa relação, equivalentes às práticas sociais, organizando o vasto potencial semiótico para que este seja realizado por atores sociais, sob a forma de eventos discursivos, nos diversos campos da atividade humana.

Vejam o quadro 2, que sintetiza essa associação dos níveis de abstração da vida social com os níveis correspondentes na linguagem:

Quadro 2- Níveis ontológicos da vida social e a relação possível para a compreensão do funcionamento social da linguagem

Elementos Ontológicos	Sociais	Discursivos
Potencial	Estruturas sociais	Sistema semiótico
Entidades organizacionais intermediárias	Práticas sociais	Ordens de Discurso
Realizado	Eventos sociais	Eventos discursivos

(Fonte: FAIRCLOUGH, 2003, p. 220, com adaptações)

Como discutimos na Seção 2.1.1, as ordens de discurso são “as combinações particulares de gêneros, discursos e estilos, que constituem o aspecto discursivo de redes de práticas sociais, a faceta socialmente estruturada da linguagem” (FAIRCLOUGH, 2003, p. 220). Assim, as ordens de discurso são, igualmente às práticas no que se refere à relação entre estruturas sociais e a agência humana, o ponto de conexão entre o sistema semiótico abstrato (mecanismos e estruturas discursivas) e sua realização concreta (textos). Ordens de discurso específicas participam na composição das práticas sociais e, nessa perspectiva, diferentes discursos, sendo diferentes formas de representar o mundo, estão atrelados a práticas sociais particulares – o mesmo se aplica a gêneros e estilos particulares. Essas práticas devem ser analisadas segundo a percepção de que são frutos de processos sociais e que na mesma medida os produzem.

Em razão da centralidade das ordens de discurso como entidades organizacionais intermediárias, e por seus elementos não serem linguísticos, mas sócio-semióticos, constituem o foco de investigações discursivas crítica, tendo em vista “a natureza constitutiva do discurso”, que “constitui o social, como também os objetos e os sujeitos sociais” (FAIRCLOUGH, 2001, p. 81). Essa concepção é complementada pelo entendimento de que os discursos são construídos no espaço da interdiscursividade. Ramalho e Resende (2011) observam, sobre a configuração de redes de ordens de discurso, que estas configuram um sistema social, no sentido de que constituem “um potencial semiótico estruturado que possibilita e regula nossas ações discursivas”. Assim, é necessário compreender como as ordens discursivas, entendidas como “combinações particulares de gêneros, discursos e estilos” (FAIRCLOUGH, 2003, p. 220), relacionam-se entre si.

É possível associar essa percepção do discurso elencada dos trabalhos de Foucault ao mapeamento ontológico exposto na Seção 2.1.1, e observar que a produção de eventos discursivos só é viável pela existência do nível de organização ocupado pelas ordens de discurso, que informam a ação discursiva com regras que, ao mesmo tempo em que oferecem recursos para a ação, limitam essa ação. A esse respeito, Fairclough (2001, p.65) observa que:

Uma formação discursiva consiste de regras de formação para o conjunto particular de enunciados que pertencem a ela e, mais especificamente, de regras para a formação de objetos, de regras para a formação de modalidades enunciativas e posições de sujeito, de regras para a formação de conceitos e de regras para a formação de estratégias. Essas regras são constituídas por combinações de elementos discursivos e não-discursivos anteriores, e o processo de articulação desses elementos faz do discurso uma prática social, chamada por Foucault de 'prática discursiva'. (...) os objetos do discurso são constituídos e transformados em discurso de acordo com as regras de uma formação discursiva específica, ao contrário de existirem independentemente e simplesmente serem referidos ou discutidos dentro de um discurso particular.

Assim, há contingências sociais engendradas no discurso e pelo discurso, e são esses recursos-constrangimentos, organizados em relação a práticas sociais específicas, que constituem a essência das ordens de discurso. Nessa perspectiva, toda prática social articula ordenações discursivas particulares, que viabilizam a atividade discursiva, um de seus momentos. As práticas sociais são dinâmicas, sendo cada vez mais evidente, nas práticas contemporâneas, a aproximação de espaços sociais e a hibridação de práticas. Tendo em vista que há sempre ordens de discurso constitutivas e constituídas dessas/nessas práticas, estas também sofrem modificações por meio de trocas promovidas por imbricamento entre as ordens.

A dinâmica das ordens de discurso pode, então, ser compreendida quando uma determinada prática social se associa a outras, sendo possível o hibridismo nessas práticas. A maneira como ordens de discurso se relacionam entre si é, igualmente, um desdobramento da percepção discursiva de Foucault (2012 [1972]). Uma vez que as práticas sociais são multifacetadas, uma alteração em qualquer dos momentos da prática espalha-se para os demais, afetando-os em maior ou menor medida. Nesse sentido, podemos estabelecer a mesma relação da adaptação dos níveis de abstração da realidade social para compreender como se produz a atividade discursiva. As ordens de discurso na contemporaneidade são cada vez mais híbridas, e esses hibridismos se espalham para todos os elementos das ordens de discurso postas em contato. Nesse sentido, quando práticas sociais particulares, com suas ordens de discurso também específicas, são postas em hibridação, discursos particulares são modificados pelo contato com outros discursos (na interdiscursividade), gêneros particulares são modificados pelo contato com outros gêneros (na intergenericidade) e estilos particulares são afetados pelo contato com outros estilos, gerando formas alternativas de identificação discursiva.

Diferentes ordens de discurso podem ser aproximadas para a produção de novas formas de representar – interdiscursividade –, identificar – adoção de estilos – e de agir – intergenericidade (MEURER, 2001). Há que se compreender que as diferentes práticas sociais compartilham o mesmo estrato e assim informam umas às outras, pela aproximação ou afastamento, em redes que as conectam. A esse respeito, Resende e Ramalho (2006, p. 43) observam que:

A abordagem de redes é importante em ADC por dois motivos: as práticas assim compreendidas são determinadas umas pelas outras e cada uma pode articular outras gerando diversos efeitos sociais. As redes são sustentadas por relações sociais de poder,

estando as articulações entre práticas ligadas a lutas hegemônicas. Desse modo, permanências de articulações são compreendidas como efeito de poder sobre redes de práticas, enquanto tensões pela transformação dessas articulações são vistas como lutas hegemônicas. Dado o caráter inerentemente aberto das práticas sociais, toda hegemonia é um equilíbrio instável, e a ADC, no seu papel de teoria crítica, trabalho nas brechas ou aberturas existentes em toda relação de dominação.

Desse modo, ao mesmo tempo em que esse potencial organizado pelas práticas constrangem a ação dos indivíduos, oferece a possibilidade de mudança. Isso corrobora, pois, como a ideia de lutas hegemônicas, tendo em vista, que não faria sentido, mobilizar tantos recursos para manter um *status quo* se não houvesse a possibilidade de resistência.

Ainda, nesse sentido, é necessário pontuar que Foucault (2011, 2012), de quem se operacionaliza o conceito de ordem do discurso em ADC, propõe uma relação de assujeitamento dos seres humanos aos grupos que detêm o poder; nesse sentido, para ele não há meios de superação da dominação, sendo, conseqüentemente, inevitável submeter-se e internalizar os construtos simbólicos formulados pela ideologia. Isso, evidentemente, dissona da perspectiva crítica, adotada pela ADC e pelo RC, para quem há a possibilidade de resistência e mudança, lançando mão do conceito gramsciano de luta hegemônica (ver seção 2.1.1). Compreende-se que o poder não se retroalimenta, e sim se erige com base nos espólios alcançados em batalhas pela hegemonia, é possível entender como se dá o esforço em todas as instâncias da atividade social, inclusive no plano discursivo, para a manutenção do poder. O esforço dos grupos hegemônicos na mobilização de recursos materiais e simbólicos para subsidiar sua luta só se justifica se entendermos o poder de resistência que atores sociais – que portanto não são assujeitados – apresentam.

Outro ponto que vale destacar é que, à luz da aproximação da compreensão da dinâmica das ordens do discurso e do conceito de hegemonia operacionalizado a partir de Gramsci (1978, 2000), é possível compreender como “jogos de consenso e dissenso que atravessam e condicionam a produção simbólica nos meios de comunicação, interferindo na conformação do imaginário social e nas disputas de sentido e de poder na contemporaneidade”(MORAES, 2010, P. 54). Nesse sentido, é possível situar os produtos da mídia tradicional e da mídia alternativa, conforme essas oposições, e é sobre estes que lançaremos os olhos para investigar as práticas que cercam a realidade de pessoas em situação de rua. No entanto, em razão de focalizar produtos midiáticos circunscritos às ordens de discurso das práticas sociais de mobilização e resistência, há que se definir igualmente o que é a contra-hegemonia. Moraes (2010, 73), observa que:

Gramsci (1999, p. 314-315) situa as ações contra-hegemônicas como “instrumentos para criar uma nova forma ético-política”, cujo alicerce programático é o de denunciar e tentar reverter as condições de marginalização e exclusão impostas a amplos estratos sociais pelo modo de produção capitalista. A contra-hegemonia institui o contraditório e a tensão no que até então parecia uníssono e estável. Gramsci nos faz ver que a hegemonia não é uma construção monolítica, e sim o resultado das medições de forças entre blocos de classes em dado contexto histórico. Pode ser reelaborada, revertida e modificada, em um longo processo de lutas, contestações e vitórias cumulativas.

A contra-hegemonia, nesse sentido, necessita da formulação de discursos não-ideológicos. E o caráter desse tipo de formação discursiva resulta ser o interesse central, deste trabalho, em uma tentativa de procurar compreender como as ações discursivas das ONGs Rede Rua e OCAS são formuladas como resposta e como proposta. Algumas pistas, como observei em 2.1, podem ser levantadas a partir do contraste entre os modos de operação ideológicos e as estratégias textuais empreendidas por atores sociais ligados às práticas de produção da revista *Ocas* e do jornal *O Trecheiro*, passíveis de acesso por meio dos textos. Outra “pista” para o trabalho analítico pode ser, igualmente, recolhida de Chauí (2008 [1980], p. 118) que, ao encerrar sua arqueologia sobre a ideologia, indica um caminho para a “crítica da ideologia”:

que consiste em preencher as lacunas e os silêncios do pensamento e discurso ideológicos, obrigando-os a dizer tudo que não está dito, pois dessa maneira a lógica da ideologia se desfaz e se desmancha, deixando ver o que estava escondido e assegurava a exploração econômica, a desigualdade social, a dominação política e a exclusão cultural.

Por esse prisma, é possível chegar a um ponto de equilíbrio entre o labor científico e o esforço de resistência originado fora dos muros acadêmicos, havendo uma coerência entre o que fazemos (ou procuramos fazer) e o que grupos de pessoas mobilizados em prol de uma causa social fazem. É dizer, tanto na perspectiva do que procuramos fazer em ADC – no sentido de procurarmos desvelar discursos que contribuem para a perpetuação de projetos de dominação e exploração – quanto do que pode ser configurado como discurso não-ideológico – aquele que dá a ver/ouvir/saber o que a hegemonia cega/silencia/mitiga. Assim, podemos

É necessário delimitar a nossa possibilidade de agência enquanto membros de espaços restritos, como a academia, sendo, nesse sentido, central o papel da sociedade civil quando se trata da construção de forças de resistência, principalmente, como vimos, por ações sociais conjuntas encerradas no bojo de OSCs ou ONGs. Isso se dá, igualmente por meio do discurso, com foco especial nos espaços midiáticos, tendo em vista o caráter hipersemiotizado discutido no Capítulo 1. Nesse sentido, Moraes (2010, p.75) conclui que é:

fundamental a interferência cada vez maior das forças reivindicantes no interior da sociedade civil e junto ao poder público, com dois objetivos: a) discutir e reavaliar a centralidade da comunicação no processo de desenvolvimento sociopolítico e cultural; b) pressionar por medidas efetivas em favor da democratização da informação e da produção cultural. Significa desenvolver batalhas permanentes por uma comunicação plural e não oligopolizada, no quadro geral das lutas por outra hegemonia, fundada na justiça social e na diversidade.

Esse potencial para a pressão e a potencial promoção de mudanças é contemplado pelo modelo transformacional da Atividade Social do Realismo Crítico (BHASKAR, 1989), que será retomado na subseção seguinte, evidencia a existência de brechas sistêmicas para a ação social, mesmo em face de constrangimentos e bloqueios engendrados e perpetrados pelas práticas hegemônicas.

2.2.2 A CONSTRUÇÃO DISCURSIVA DA (IN)EVITABILIDADE

A ontologia estratificada do RC, para além de nos informar sobre os diferentes níveis dos componentes ontológicos, mapeia os meios pelos quais a mudança social pode ser promovida. Já observei que o mesmo potencial constrangedor, oferece abertura pelos recursos que se podem buscar nele. Nessa perspectiva, é possível à agência individual tomar recursos e devolver para a estrutura informações que podem levar à continuidade, pela reprodução dessas estruturas, ou à transformação, por meio da contestação de rearticulação no potencial da estrutura. Há, assim, poderes causais que por meio dos quais a permanência ou a mudança ocorrem. A esse respeito, Resende (2008, p. 91) observa que:

Assim como discursos contextualmente localizados podem ser explicados em termos causais, podem também ser identificados como tendo poderes causais em eventos. É isso o que justifica a perspectiva de relação dialética entre linguagem e sociedade, reivindicada pela ADC e nem sempre claramente formulada: aspectos discursivos de práticas sociais, como representações discursivas de eventos e práticas, podem ter efeitos causais na sociedade; podem, por exemplo, legitimar certos modos de ação ou ser utilizadas como base para construções identitárias. Por outro lado, a colonização de diferentes práticas sociais por certas representações discursivas e sua presença em diferentes tipos de texto, e a configuração de ordens do discurso em práticas particulares são também resultados de poderes causais, no sentido de que a organização dos elementos discursivos em práticas é socialmente estruturada.

Assim, o conceito de redes de ordens de discurso pode contribuir para a compreensão de como determinadas formas específicas a determinadas práticas podem espalhar-se pelo sistema social, colonizando outras áreas, ou campos sociais (BOURDIEU, 2011). É o que ocorre com as ordens de violação que a partir da força das ordens discursivas associadas ao capital, ao dinheiro em estado puro (SANTOS, 2011), colonizam outras ordens discursivas, transformando o específico de uma área em comum a todo o sistema. Nesse sentido, também na instância discursiva a violência sistêmica se materializa.

Outro ponto que deve ser debatido é que o potencial de mudança, mapeado no 'Modelo Transformacional da Atividade Social' é o que justifica a viabilidade crítica propositiva de nossas investigações. Tendo em vista que para além de gerar epistemologias restritas ao universo da ciência, as investigações discursivas em ADC devem transpor as barreiras auto impostas pela tradição e informar ao conjunto social com recursos que possam ser usados para a superação de bloqueios na agência e, assim, contribuir para essa mudança. Nessa perspectiva:

A destruição deste poder de imposição simbólico radicado no desconhecimento supõe a **tomada de consciência** do arbitrário, que dizer, a revelação da verdade objectiva e o aniquilamento da crença: é na medida em que o **discurso heterodoxo** destrói as falsas evidências da ortodoxia, restauração fictícia da *doxa*, e lhe neutraliza o poder de desmobilização, que ele encerra um poder simbólico de mobilização e de subversão, poder de tornar actual o poder potencial das classes dominadas. (BOURDIEU, 2011, p.15, grifos originais)

Bourdieu, que tem um extenso trabalho sobre o papel da/o intelectual, nos aponta a possibilidade de ruptura da ordem hegemônica por meio de “discursos heterodoxos”, ou como referirei neste trabalho, discursos contra-hegemônicos e discursos contra-ideológicos. Por meio da atividade discursiva, é possível promover a tomada de consciência sobre os poderes causais que são abstratos, mas cujos efeitos materiais são possíveis de apreender. Nesse particular, as ferramentas de que dispomos em ADC, contribuem para evidenciar o arranjo de forças articulado nas práticas que focalizamos por meio dos textos que nos fornecem a materialidade necessária para erigirmos críticas explanatórias.

Como observado na Seção 1.1, a perversidade sistêmica se constrói, também, por meio da ação discursiva. Neste sentido, o domínio de recursos simbólicos permite a produção de significados que têm efeitos sociais potenciais e em uma cadeia exitosa, contribuem para a sustentação de ordens hegemônicas. Fairclough (2003) observa que a linguagem, como parte indissociável da vida social, é afetada pelos movimentos de readaptação do capitalismo, dos quais deve-se ressaltar a tecnologização dos diferentes momentos da vida social, que acarreta a especialização dos discursos na sociedade – criando feudos simbólicos, em que cada assunto da vida deve ser/só pode ser tratado de forma sistematizada por profissionais específicos de cada área. Isso, levado às últimas consequências, alija pessoas que não detêm os recursos necessários para acessar esses conhecimentos, de poder (Fairclough, 2007p. 132).

Nesse sentido, Chauí (2008 [1980], p. 87) retoma a reflexão sobre os intelectuais ideólogos que “Estão encarregados, por meio da sistematização das ideias, de transformar as ilusões da classe dominante (isto é, a visão que a classe dominante tem de si mesma e da sociedade em representações coletivas ou universais”. Assim, atores sociais que têm acesso a determinados recursos materiais e simbólicos operam na formulação de discursos que respondem e sustentam “a coerência ideológica”, na produção de silêncios e lacunas que, em uma contradição inerente, são a base sobre qual se erige essa “ideologia coerente” (CHAUÍ, 2008 [1980], pp. 109-110).

A coerência de que trata, evidentemente, é estabelecida em relação aos objetivos e interesses hegemônicos, que assenta na/pela esfera discursiva posições-práticas a serem ocupadas. Essas posições sociais nas práticas são formuladas com o objetivo de descolar a ideia (de dominação e exploração) da prática (de dominação e exploração). Sob essa ótica, ainda conforme nos ensina Chauí (2008 [1980], p. 104):

Examinando a maneira como o modelo da Organização se difunde e se espalha por todas as instituições sociais e por todas as relações sociais, Lefort fala na ideologia contemporânea como a *ideologia invisível*. Ou seja, enquanto na ideologia burguesa tradicional as ideias eram produzidas e emitidas por determinados agentes sociais – o pai, o patrão, o padre ou pastor, o professor, o sábio –, agora parece não haver agentes produzindo as ideias, porque elas parecem emanar diretamente do funcionamento da Organização e das chamadas “leis do mercado”.

Ao mesmo tempo em que há a necessidade de esconder sua origem, o poder desdobra-se como forças invisíveis espraiadas em diferentes práticas sociais e mobilizadas por grupos específicos de ideólogos/as fomentados pelo poderio econômico e cujas ideias podem (tragicamente) ser dispersadas ao vento que sopra o barco hegemônico, por meio dos espaços sociais, centralmente discursivos, legitimados pelo poderio político (que se origina desse poder econômico).

A maneira como esses espaços são construídos e como essa autolegitimação é processada também é um foco de investigação pertinente para a ADC, tendo em vista que para sua realização são elaboradas tecnologias específicas. Essas tecnologias são o fulcro de “instrumentos de precisão que interferem no próprio conteúdo da ciência” (CHAUÍ, 2008 [1980], p. 105), entendendo-se ciência (de modo limitado e limitador) como um saber útil a determinados propósitos.

Assim, observando-se o desenvolvimento dessas tecnologias e sua penetração na vida social, é possível falar em uma tecnologia discursiva, que vem sendo amplamente desenvolvida e explorada pelas mais diversas redes de práticas sociais. Desse modo, é emergente o interesse no conhecimento sobre os usos da linguagem, sendo cada vez mais sofisticadas as tecnologias aplicadas à produção de textos, com objetivos dos mais diversos.

No entanto, deve-se ponderar que aqueles/as que detêm os meios e os recursos para acessar o conhecimento especializado de construção textual ganham *status* (ou o mantêm) ao serem capazes de ‘distribuir’ sua forma de ver o mundo ao mundo. E, assim, sobrepõem-se às/aos que são desprovidas/os em alguma medida desses meios e recursos, o que corrobora para perpetuar, pelo uso da linguagem, assimetrias sociais existentes, em favor de interesses particulares.

Santos (2011, p. 38) observa que o atual sistema ideológico assenta-se no binômio poder econômico e informação. Em suas palavras:

Entre os fatores constitutivos da globalização, em seu caráter perverso atual encontram-se a forma como a informação é oferecida à humanidade e a emergência do dinheiro em estado puro como motor da vida econômica e social. São duas violências centrais, alicerces do sistema ideológico que justifica as ações hegemônicas e leva ao império das fabulações, a percepções fragmentadas e ao discurso único do mundo, base dos novos totalitarismos – isto é, dos globalitarismos a que estamos assistindo.

O autor discute assim o caráter despótico da informação a serviço de interesses econômicos. Nesse sentido, as tecnologias de texto (FAIRCLOUGH, 2007) são engendradas sob o jugo da hegemonia e são empregadas para construir, no campo simbólico da comunidade, a opressão do individualismo como norma. Os grupos que detêm o poder hegemônico, no campo da economia, transferem, sem muitas “perdas energéticas” (SANTOS, 2011, p. 52), o potencial do poderio econômico para o campo simbólico, por meio do discurso, pela manutenção de veículos midiáticos. A importância central da influência sobre a mídia é construída pelos meios e pelos fins, é dizer, os meios que permitem a existência de empresas midiáticas que outorgam a si mesmas como detentoras de uma verdade reiterada pela audiência. Isso leva ao incremento de inves-

tidores/as ávidos por mais consumidores/as, o que novamente assegura a hegemonia da mídia como mediadora das realidades no universo social hipersemiotizado, legitimando o poder que produziu essa mídia.

A mídia, na materialização promovida por seus diversos produtos, constrói e divulga significados sobre os mais diversos temas. No que concerne à realidade da situação de rua e da pobreza extrema, é mister observar que a construção de significados por atores sociais opera na construção social da realidade (FOUCAULT, 2011), e que, associado a isso, o caráter ampliado que esses significados assumem ao serem veiculados por instrumentos midiáticos de grande visibilidade contribui na perpetuação de determinadas estruturas sociais, pela reprodução de significados (CHAMPAGNE, 2011).

Nessa mesma perspectiva, Bourdieu (1998, pp. 34-35), ao discutir a construção mediática da xenofobia que alveja imigrantes e descendentes de imigrantes na Europa, aponta alguns recursos de que dispõem as empresas midiáticas para promover o espraiamento dos conteúdos simbólicos que forja, pelo/para o cadinho econômico:

Através dos automatismo verbais, das imagens banalizadas, das falas batidas, e à insensibilização que a violência produz, elevando pouco a pouco, em toda a população o limiar de tolerância ao insulto e ao desprezo racistas, minando as defesas críticas contra o pensamento pré-lógico e a confusão verbal (...) reforçando subrepticamente todos os hábitos de pensamento e de comportamento herdados de mais de um século de colonização e de lutas coloniais. (...) mutilam uma realidade histórica ambígua para reduzi-la às dicotomias tranquilizadoras do pensamento maniqueísta que a televisão, inclinada a confundir um diálogo racional com uma luta livre, instituiu como modelo.

O realizado é atravessado pela ação discursiva hegemônica, que estabelece uma realidade simbolicamente distribuída. Devo salientar que poderia ter empregado o termo no plural, no entanto, pela incrível coerência e coesão das hegemonias, em seus propósitos, que resultam ser unívocos, o resultado é o apagamento da alteridade. O destaque a essa ação robusta e espraiada é necessário para evidenciar como suas ferramentas visam, grosso modo, a um fim unívoco que é a manutenção dos arranjos de poder por meio do silenciamento do/a outro/a. A sofisticação das técnicas assim aplicadas leva ao estarrecedor consenso que impossibilita a reação, por agir preventivamente na docilização/apassivação dos corpos (FOUCAULT, 2011). Essas técnicas, no entanto, necessitam da repetição para construir a concordância com a exploração. Essa repetição novamente necessita do apoio de veículos midiáticos que repetem, nos diários, semanários, seus regimes de verdade, periodicamente repisando construtos simbólicos e apagando sua construção, naturalizando-os. Nessa perspectiva, Bourdieu (1998, p. 56) aponta para o caráter repetitivo das técnicas para viabilizarem seus efeitos sociais. Ele observa que:

Esse trabalho de imposição, começado há muito tempo, continua hoje. (...) essa espécie de gota-a-gota simbólico para o qual os jornais escritos e televisados contribuem muito fortemente – em grande parte inconscientemente, porque a maioria das pessoas que repetem essas declarações o fazem de boa fé –, produz efeitos muito profundos. É

assim que no fim das contas, o neoliberalismo se apresenta sob as aparências da inevitabilidade.

O conceito de inevitabilidade é, como o faz ver o título desta dissertação, central para meu estudo. Nesse sentido, a violência sistêmica e sistematizada, imanente ao capitalismo, é recrudescida, no novo capitalismo, pelo seu potencial colonizador. Há uma crença, fundada sobre a repetição discursiva, de que as práticas sociais só podem ter uma determinada forma, que é a própria violência. As agressões e abusos são mitigados pela ação discursiva, e seu efeito se torna acentuadamente perverso, pois ao mesmo tempo em que aumentam a potência de violação, silenciam seus efeitos, e emudecem a resistência. Essas ações discursivas são centralmente promovidas pela grande mídia, que sustentada pelo poder econômico, age servilmente aos interesses particulares, conferindo-lhe a força da legitimação, pela naturalização dos arranjos de poder.

Bourdieu (2011, p.122) ainda observa que “É a estrutura do campo mundial que exerce uma coação estrutural, o que confere aos mecanismos uma aparência de fatalidade”, assim a rede globalitária cria uma teia que apreende a todas/os no campo do negativo: da impossibilidade de resistir e da inevitabilidade da exploração e da dominação. Deve-se pontuar que estamos tratando de uma aparência construída e repetida sistematicamente, de maneira a projetar-se como um simulacro. Nesse sentido, a exemplo da fábula, emprestada de Borges, com que Baudrillard (1991 [1981]) introduz seu *Simulacres et Simulation*,¹¹ a tarefa dos “cartógrafos do Império” se assemelha em muito ao ofício desses/as ideólogos/as contemporâneos/as, que constroem um emaranhado de representações ficcionais que descolam a prática das ideias. Há, no entanto, que se marcar uma diferença crucial para a manutenção dos “mapas” discursivos contemporâneos: essa construção é feita à miúdo e é repercutida sistematicamente, instanciando inúmeros mapas que se sobrepõem e dão a aparência do inevitável às práticas sociais.

Mesmo em face desse quadro desolador, em que a resistência encontra limites ao esbarrar em todas essas pressões (centralmente) discursivas, a possibilidade pode ser construída por meio do contraditório formulado em ações contra-hegemônicas; sendo necessário, para tanto, o desenvolvimento de tecnologias formuladas em matrizes epistemológicas contra-hegemônicas, bem como de espaços subversivos (tais como a mídia alternativa sói ser) que possam ser apropriadas por atores sociais para combater no campo simbólico a opressão da verdade única tautológica e inevitável. A inevitabilidade, desse modo, tem de ser contrariada construção da noção de ‘evitabilidade’, por meio do preenchimento das lacunas e dos silêncios, o que só pode ser construído com base em outras matrizes de conhecimento, que não as legitimadas pela e legitimadoras da hegemonia.

¹¹ “Se outrora pudemos tomar pela mais bela alegoria da simulação a fábula de Borges em que os cartógrafos do Império desenham um mapa tão detalhado que acaba por cobrir exactamente o território (mas o declínio do Império assiste ao lento esfarrapar deste mapa e à sua ruína, podendo ainda localizar-se alguns fragmentos nos desertos – beleza metafísica desta abstração arruinada, testemunha de um orgulho à medida do Império e apodrecendo como uma carcaça, regressando à substância do solo, de certo modo como o duplo acaba por confundir-se com o real ao envelhecer) – esta fábula está terminada para nós e tem apenas o discreto encanto dos simulacros de segunda categoria.” (BAUDRILLARD, 2001 [1981], p. 7)

A produção desse contraditório assenta, assim, na evidência da incoerência dessa “coerência ideológica”, mas, para tanto, é necessário também a repetição. Essa repetição só é viável se houver espaços de construção/veiculação simbólica contra-hegemônicas, que constituem (entre outros) espaços discursivos. É nessa perspectiva, que os objetos que focalizo nessa investigação – a revista *Ocas*” e o jornal *O Trecheiro* – distanciam-se de objetos tradicionais da ADC, pois, tratam-se de periódicos, cuja participação na vida social se dá contextualizada em práticas de mobilização social contra a disparidade sócio-político-econômica. E que, por essa razão, têm o potencial de construir esse contraditório, por meio da produção e da veiculação de textos - representações, ações e identificações – alternativos.

Nesse sentido também, esses espaços discursivos formulados e encerrados pela ação dessas publicações, oferecem a possibilidade de se investigar as situações de rua a partir da visão particular de quem está engajado/a na sua superação das práticas de exploração, tendo em vista que são produto da ação de atores sociais articulados e engajados pela superação das radicais assimetrias sociais que foram construídas diacronicamente e que são reiteradas sincronicamente pelos poderes hegemônicos. Em consequência disso, as estratégias textuais de que lançam mão os/as editores/as e colaboradores/as dos periódicos supracitados tendem a ser diferentemente construídas, e a aplicação das ferramentas metodológicas constituídas pela ADC, *a priori*, para o mapeamento de discursos hegemônicos, tem de ser repensada, a exemplo do que foi sinalizado quando tratei dos *modus operandi* tradicionais da ideologia. Desse modo, a aplicação dessas ferramentas aos textos que compõem os *corpora* desta investigação exigiram, como veremos, um refinamento teórico-metodológico, o que pode constituir-se como um retorno para o arcabouço da ADC, e, desse modo, contribuir para o incremento das investigações discursiva, sendo que meu foco recai sobre o potencial discursivo para a promoção de mudanças, sob uma perspectiva crítica positiva.

Na subseção que segue, focalizarei as ferramentas metodológicas fundamentais para a produção de análise de discurso textualmente orientadas: as categorias analíticas discursivas.

2.3 ENTRE TEORIA E PRÁTICA: O ESTUDO SISTEMÁTICO DE TEXTOS POR MEIO DE CATEGORIAS ANALÍTICAS

A ADC estabelece uma interface com a LSF de Halliday (2004 [1991]), sendo central o conceito de que a linguagem humana constrói e é construída pela realidade social, havendo “uma relação entre as funções sociais da linguagem e a organização do sistema linguístico”. A orientação das investigações em ADC se dá, desse modo, na direção do entendimento funcional da linguagem, que como “sistema aberto” para os “estímulos de seu meio social” (RESENDE; RAMALHO, 2006, pp. 56-57) possibilita acessar os conteúdos simbólicos construídos e veiculados por meio de seu uso. Tendo como parâmetro o fato de que determinados traços linguísticos interiorizam sis-

tematicamente alguns significados sociais, os fatores do sistema linguístico que definem as escolhas das quais se constituem os textos são analisados.

Isso não quer dizer que a relação entre significação e estruturas linguísticas seja fixa, pelo contrário, há uma imensa gama de variabilidade em como os significados sociais são texturizados, mas, ainda assim, é possível observar as regularidades de realização dos significados sociais nos recursos semióticos. E é, justamente, por meio do mapeamento dessas regularidades que é viável proceder a análises textualmente orientadas. Nossas análises não podem definir quais foram os objetivos de produtores/as textuais, nem qual os efeitos do texto no âmbito de sua recepção¹², o que podemos analisar são efeitos potenciais de significação social.

Para poder realizar tal tipo de estudo, que focaliza os textos, para acessar a instância discursiva e, posteriormente, fazer o salto para a explanação social crítica, é imprescindível a elaboração de ferramentas metodológicas que liguem o denso construto teórico e o trabalho investigativo empírico, assim, as *categorias analíticas* emergem como ferramentas essenciais para a investigação discursiva. Segundo Resende e Ramalho (2006), em ADC, é imperioso ao/à pesquisador/a ter vasto domínio das *categorias analíticas discursivas* para proceder a uma investigação textualmente orientada.

Nessa perspectiva, com o mesmo peso do arcabouço teórico transdisciplinar, há os procedimentos metodológicos, dos quais vale destacar o trabalho com categorias linguísticas atreladas à instância de conceitos sociológicos, o que reflete o caráter teórico-metodológico da área.

Para viabilizar a análise social textualmente orientada, as *categorias analíticas* desenvolvidas em linguística funcional, em diversas vertentes, são articuladas pela ADC, objetivando acessar a instância das práticas sociais pelos usos da linguagem. Desse modo, é possível “mapear as conexões entre o discursivo e o não discursivo, tendo em vista seus efeitos sociais” (RAMALHO; RESENDE, 2011, p. 113). A análise textualmente orientada vem, desse modo, preencher o espaço de conhecimento entre o processo social e sua faceta linguística ao entender que existe uma “correlação entre a estrutura social e a estrutura linguística” (SILVA, 2009, p. 66).

2.3.1 CATEGORIAS ANALÍTICAS COMO FERRAMENTAS METODOLÓGICAS E OS SIGNIFICADOS DO DISCURSO COMO BASE EPISTEMOLÓGICA

Como observado em 2.1, em ADC, entende-se que o discurso (em sua acepção abstrata) veicula três grandes significados: acional, representacional e identificacional. Para a ADC, assim como qualquer prática social é composta de diferentes instâncias que estão em relação dialética, qualquer evento discursivo articula esses três diferentes (macro)significados, que lhe são constituintes e constitutivos e que, igualmente, relacionam-se de maneira dialética, estando presentes em maior ou menor medida em cada evento discursivo. Segundo Fairclough (2001 [1992], p. 91):

¹² Mesmo que a investigação preveja a análise das recepções, não é possível esgotar todos os efeitos possíveis de um texto.

O discurso é uma prática, não apenas de representação do mundo, mas de significação do mundo, constituindo e construindo o mundo em significado. Podemos distinguir três aspectos dos efeitos construtivos do discurso. O discurso contribui, em primeiro lugar, para a construção do que variavelmente é referido como ‘identidades sociais’ e ‘posições de sujeito’ para os ‘sujeitos’ sociais e tipos de ‘eu’ (...) Segundo, o discurso contribui para construir as relações sociais entre as pessoas. E terceiro, o discurso contribui para a construção de sistemas de conhecimento e crença. Esses três efeitos correspondem respectivamente a três funções da linguagem e a dimensões de sentido que coexistem e interagem em todo o discurso.

Assim, ao dialogar com a LSF, Fairclough (2001) propõe um novo arranjo para as funções de Halliday (2004 [1991]), mantendo o caráter multifuncional da linguagem humana. Para este, existem três macrofunções – *ideacional* (representação da experiência), *interpessoal* (interação social) e *textual* (caráter sistemático que permite a geração de significados por meio de estruturas gramaticais) – que se inter-relacionam nos textos, sendo que a análise deve verificar cada um desses aspectos. Fairclough (1992) divide a função interpessoal em duas outras funções: *identitária* (forma como as identidades são constituídas e expressas no texto) e *relacional* (forma como as relações sociais são textualmente representadas e negociadas).

Posteriormente, Fairclough (2003), procurando um aprofundamento da relação entre LSF e ADC, incorpora a função textual à relacional, e propõe três *significados do discurso* relacionados a essas funções: *significado acional* (enfoque do texto como ação e interação social), *significado representacional* (enfoque do texto como representação) e *significado identificacional* (enfoque do texto como forma de construção identitária). Vejamos o quadro x, que ilustra esses dois momentos da operacionalização dos conceitos da LSF pela ADC:

Quadro 3 – Operacionalização das Macrofunções da LSF pela ADC, em dois momentos

Macrofunções da Linguagem (Halliday, 1991)	Funções da linguagem (Fairclough, 2001 [1992])	Significados Discursivos (Fairclough, 2003)
Ideacional	Representacional	Representacional
Interpessoal	Identitária	Identificacional
	Relacional	Acional
Textual	Acional	

(Fonte: RESENDE; RAMALHO, 2006, p. 61, com adaptações)

Apesar de não estar explicitado na obra de Fairclough o porquê de a opção pela mudança do nome do conceito de ‘Função discursiva’ para ‘Significado discursivo’, e de a ideia de significado já estar presente nos estudos de LSF, podemos entender que essa opção esteja associada a uma mudança de perspectiva crítica, tendo em vista que: (i) a(s) função(ões) social(ais) desempenhada(s) por determinado texto não pode(m) ser compreendida(s) em sua totalidade devido ao fato de a relação entre a realização discursiva e a ação social ser extremamente complexa; e (ii) que o termo significado possibilita compreender que se trata de um potencial discursivo passível de análise em razão de uma relativa estabilidade na texturização de determinados conteúdos simbólicos. Outro ponto que vale destacar é que, como já observado, houve o deslocamento do eixo central do enquadre teórico-metodológico da ADC do foco no discurso, para o foco nas práticas sociais, nessa perspectiva, é possível compreender que a mudança de “linguagem” (hiperônimo, empregado inclusive em Fairclough, 2003) para “discurso” (linguagem em sociedade), também esteja associada a essa mudança de perspectiva.

É, então, por meio do entendimento da formulação do conceito de significados discursivos, que foi possível à ADC formular e recontextualizar categorias analíticas que permitem investigar, por meio dos elementos linguísticos, questões sociais. Essas categorias são a instância de mediação entre a teoria e o objeto de estudo, tendo em vista que é por meio delas que é possível apreender elementos discursivos presentes nos textos para analisá-los. Como debatido em 2.1, Fairclough propõe uma correspondência entre os significados e estruturas sociodiscursivas relativamente estáveis, relacionando: significado acional e gêneros, significado representacional e discursos, e significado identificacional e estilos; assim é que se configura essencialmente a teoria social do discurso.

A LSF também foi operacionalizada pela Teoria Social Semiótica da Gramática do Design Visual (GDV), de Kress e Van Leeuwen (2006 [1996]), para o estudo de textos multimodais, que integram elementos imagéticos e verbais. Em função da compreensão ampliada de texto da ADC, a perspectiva da semiótica social é pertinente para o desenvolvimento de investigações discursivas. No caso desta dissertação, o foco central são os textos verbais, mas eu me apoiei, lateralmente, em contribuições da GDV e do estudo recente sobre a significação das cores de Van Leeuwen (2010) para analisar textos multimodais centrais (títulos-nome e capas) das publicações que focalizei. Por isso, vale retomar o construto teórico da Semiótica Social, em linhas gerais.

A semiótica remonta aos estudos de Saussure (1975), que desenvolveu a primeira perspectiva estruturalista do conceito de signo. Posteriormente, com a ramificação da ciência linguística e o interesse pela compreensão do funcionamento dos signos verbais e não-verbais como elementos mobilizados socialmente com finalidades sociais. Assim, a partir da perspectiva sistêmica, o escopo inicial da semiótica foi ampliado e foram lançadas as bases da semiótica social, para a qual:

o estudo geral da semiose, isto é, dos processos e efeitos da produção e reprodução, recepção e circulação dos significados em todas as suas formas, utilizadas por todos os tipos de agentes de comunicação (...). A semiótica social focaliza a semiose humana, compreendendo-a como um fenômeno inerentemente social em suas origens, funções, contextos e efeitos (...). Os significados sociais são construídos por meio de uma série de formas, textos e práticas semióticas de todos os períodos da história da sociedade humana (HODGE; KRESS, 1988, p. 261).

Os fatores extrasemióticos de contexto (social), escolha (do/a produtor/a) e função foram adaptados para o estudo de como os signos são mobilizados para a formulação de significados sociais. Nessa perspectiva, Kress e Van Leeuwen (2006, [1996]) constroem a GDV como um desdobramento da Gramática Sistemática Funcional (GSF, HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2004), procurando mapear regularidades na composição de textos imagéticos, relacionados a potenciais significativos sociais. Segundo Carvalho (2007, p. 22):

a descrição e a explicação de como os recursos semióticos são usados em domínios particulares. Através desta abordagem, os semioticistas sociais podem contribuir para a expansão dos recursos semióticos, ao oferecer novos recursos ou possibilitar usos inovadores daqueles já existentes, gerando, assim, mais ferramentas para a produção e interpretação da comunicação visual.

Para tanto, da mesma maneira que a ADC, a GDV operacionaliza as macrofunções de Halliday (2004), adaptando-as para a investigação de textos imagéticos. Assim, Kress e van Leeuwen (2006 [1996]) propõem que as macrofunções ideacional, interpessoal e textual, sejam compreendidas em termos de significados *representacional* – o que é realizado de modo concreto ou abstrato pelos participantes representados no texto –, *interativo* – “expressados pelo tipo de interação estabelecida entre os participantes representados, os produtores da imagem e os espectadores destas mensagens visuais” – e *composicional* – “forma pela qual os recursos representacionais e interativos são integrados para estruturar os elementos do *layout* e conferir-lhes coerência e unidade de significação” –, respectivamente.

Vejamos o Quadro 4, que sintetiza essa operacionalização:

Quadro 4 – Operacionalização das Macrofunções da LSF pela GDV

Macrofunções LSF (HALLIDAY, 1991)	Significados GDV (KRESS; VAN LEEUWEN, 2004)
Ideacional	Representacional
Interpessoal	Interativo
Textual	Composicional

Categorias analíticas e prototipicidade

Como supracitado, os significados do discurso são internalizados, de maneira mais ou menos estável, por traços linguísticos determinados. É com base nessa relativa regularidade que são formuladas as categorias discursivas que são agrupadas em termos dos significados discursivos. Assim, para cada significado do discurso há categorias associadas, o mesmo pode ser definido para cada significado imagético.

Para compreender tanto o funcionamento dessas categorias quanto sua própria essência, em termos teóricos, é possível (a exemplo do trabalho sobre os gêneros de Swales, 1990) propor uma aproximação com o conceito de prototipicidade, da linguística cognitiva. O conceito de protótipos foi amplamente explorado por Rosch (1973, 1978) e Rosch e Mervis (1975), por meio de estudos empíricos sobre a construção de significados e sua organização. Para a psicolinguística, os significados são organizados em razão de suas semelhanças, é dizer, em razão de traços de proximidade. Segundo o que nos ensina Silva (1997, p. 60):

a categorização linguística se processa, geralmente, na base de *protótipos* (exemplares típicos, mais representativos, ou, melhor, representações mentais destas entidades) e que, conseqüentemente, as categorias linguísticas apresentam uma estrutura *prototípica* (baseada em protótipos). Mais precisamente, a Linguística Cognitiva afirma que os vários membros ou propriedades de uma categoria possuem, geralmente, diferentes graus de saliência (uns são prototípicos e outros periféricos), agrupam-se, fundamentalmente, por similaridades parciais ou "parecenças-de-família" (conceito tomado de Wittgenstein 1953) e os limites entre si bem como entre diferentes categorias são, frequentemente, imprecisos. (SILVA, 1997, p. 60)

Não ignorando as distinções fundamentais entre categorias de ordem cognitiva e de ordem textual/discursiva, e o fato de a ADC não dispor de ferramentas para investigar o processo mental, apenas podendo acessar os significados engendrados em textos, como componentes ontológicos realizados, podemos entender que o conceito de paradigma ou protótipo refere-se à construção de significados, o que é congruente com a ontologia proposta por Fairclough (2003), que distingue três significados imbricados nas ações discursivas.

No entanto, é necessário deslocar o conceito de prototipicidade para a compreensão da produção de significado sob a perspectiva discursiva, tendo o texto como unidade mínima, ampliando, desse modo, o escopo do conceito inicial de protótipo. Mesmo com essa realocação conceitual, essa proposta não é dissonante dos avanços empreendidos pela semântica e pela linguística cognitiva, tendo em vista que para estas, “a linguagem, pela sua função categorizadora, não reflete objetivamente a realidade, mas impõe uma estrutura no mundo, interpreta-o e constrói-o; donde a natureza perspectivante-perspectivadora [associada ao conhecimento de mundo] da significação linguística” (SILVA, 1997, p. 64). Nessa medida, para além da identificação de traços semânticos, proponho compreender o significado como sendo resultante diacronicamente e condicionado sincronicamente de/pelas práticas sociais (RESENDE, 2009, p. 28).

Para embasar essa aproximação, é necessário recorrer à noção de causalidade (SAYER, 2000), no sentido de compreender a relação existente entre as práticas sociais e os significados discursivos. A esse respeito, Resende (2009, p. 24) explica que “assim como os textos podem ter efeitos causais identificáveis, também há causas sociais implicadas na construção de textos, isto é, a relação de causalidade entre práticas sociais e textos é de mão dupla, o que está ligado ao conceito de ordens de discurso.” Desse modo, é possível desenvolver uma reflexão sobre as categorias analíticas a partir dessas diferentes perspectivas epistemológicas, compreendendo que o mapeamento dos significados discursivos – acional, representacional e identificacional – em textos é viabilizado pela prototipicidade de realização que apresentam em relação a determinados traços linguísticos; pelo modo mais ou menos estável com que determinados traços linguísticos internalizam relações de significação social. Porém, como assevera Fairclough (2003), não se trata de causalidade mecânica, pois não há relação biunívoca entre texturização e efeito potencial.

É necessário pontuar que a noção de categorização prototípica distancia-se da hipótese aristotélica de categorias discretas; para a teoria dos protótipos, há *continua* entre as categorias, que se distinguem pelo compartilhamento ou não de traços de maneira gradual. Essa concepção é bastante afim com a proposta de Halliday (1991) para as categorias gramaticais, cuja diferenciação não é estanque, não havendo, entre os significados discursivos, separações nítidas, mas fronteiras porosas que permitem que um significado informe outro, em uma relação de imbricação dialética. Nesse sentido, também, as diferentes epistemologias se harmonizam e possibilitam a compreensão sobre o funcionamento de categorias analíticas já descritas na teoria e para o desenvolvimento de outras, tendo em vista que o arcabouço teórico-metodológico de que dispomos não está acabado, sendo pertinentes e necessários novos refinamentos da teoria e do método.

Flexibilidade qualitativa no trabalho com categorias

Em função das especificidades de cada objeto de estudo, é necessário ter liberdade para mobilizar diferentes epistemologias e ferramentas metodológicas para que a análise não seja limitada. E a compreensão das categorias analíticas em termos de prototipicidade pode contribuir com a adequação do conjunto de ferramentas de que dispomos para realizar estudos que permitam partir da concretude do texto para a produção de explanações críticas sociais robustas e pertinentes a cada objeto. Isso não significa dizer que as categorias analíticas sejam formuladas *ad hoc* ou aplicadas de maneira incoerente, tendo em vista que a cientificidade da ADC reside no uso sistemático dessas categorias em sua associação com conceitos teóricos. Mas significa, isso sim, que existe uma flexibilidade inerente tanto no desenvolvimento quanto na aplicação dessas categorias.

Segundo Fairclough (2003), as categorias exploradas em uma análise não podem ser definidas *a priori*, sendo necessário acessar os dados que o texto (objeto central da investigação em ADC) oferece para, então, poder formular as questões que orientarão quais categorias analíticas são mais produtivas para a análise. Nesse sentido, estendo a compreensão da impossibilidade de

se definirem categorias aprioristicamente para a necessidade de se repensarem as conexões entre os elementos sociais discursivos e os não discursivos a cada análise. Dessa maneira, os estudos empíricos podem devolver para a teoria reflexões que possibilitem a compreensão sobre ontologia, epistemologia e sobre as potencialidades metodológicas que daí decorrem.

Há ainda que se ponderar que as categorias analíticas podem ser combinadas para a construção de análise de dados em que a exploração de uma ou outra categoria seja fértil. Assim como os métodos que empregamos em pesquisa qualitativa, aqui também são os dados que condicionarão a opção pelo recorte e por um procedimento ou outro; no mapeamento dos significados sociais com base em categorias analíticas, igualmente há que se ter flexibilidade para lidar com as contingências e as possibilidades do campo, ora, textual.

A exemplo disso, podemos observar que, nos dados analisados, a *intertextualidade* articula-se intrinsecamente com a *representação de atores sociais*, o que permite uma análise que combine esses dois aspectos textuais. Apesar de essa segunda categoria analítica ser em princípio relacionada com o significado representacional (em que o texto opera representado as coisas do mundo), essa articulação não é inválida. Fairclough (2003) observa que os diferentes significados não são separados, ao contrário, são construídos dialeticamente, o que é possível ler no trecho:

Eu tenho usado o termo Identificação para um dos três maiores tipos de significados em textos. O processo de identificação é parcialmente um processo textual, e ainda que Estilos/Identificação não sejam discretos de Discursos/Representação ou Gêneros/Ação (sua relação é, ao contrário, dialética).¹³ (Fairclough, 2003, p. 159)

Assim, não somente devemos categorizar visando sistematizar nossa análise, mas devemos também poder articular diferentes significados, bem como diferentes categorias, em nossas análises, para que a distância entre o que conseguimos mapear e o que é articulado efetivamente nos textos seja diminuída: quando mais sofisticado tratamento conferido aos dados, mais elementos ontológicos significativos são passíveis de serem analisados. Isso aproxima o modelo teórico do objeto real que pretendemos descrever, bem como garante maior eficiência à metodologia empregada na análise, visto que todos esses significados são ativados em maior ou menor proporção em todos os textos. Nos itens que seguem, procuro delimitar as categorias analíticas que emprego no exame de meus dados, separando sua apresentação segundo os três significados do discurso.

¹³ I have used the term Identification for one of the three major types of meaning in texts. The process of identification is partly a textual process, and although Styles/Identification are not discrete from Discourses/Representation or Genres/Action (their relationship is on the contrary dialectical) (FAIRCLOUGH, 2003, p. 159)

2.3.2 DESCRIÇÃO DE CATEGORIAS ANALÍTICAS SEGUNDO OS SIGNIFICADOS DISCURSIVOS

Categorias analíticas prototípicas para o mapeamento do Significado Representacional

Há traços discursivos que internaliza de maneira prototípica o significado representacional, e que, portanto, servem, essencialmente, para articular discursos nos textos. Nesta subseção, abordarei a descrição de quatro categorias que são relacionadas a esses traços: ‘representação de atores sociais’, ‘representação de eventos sociais’, significado de palavra’ e interdiscursividade.

Representação de atores sociais e Representação de eventos sociais

As categorias ‘representação de atores sociais’ e ‘representação de eventos sociais’ foram amplamente explorada por van Leeuwen (2008). Para formular sua proposta de ferramentas analíticas, o autor parte do conceito de práticas sociais para modelizar a maneira como essas práticas são representadas por meio da atividade discursiva. Ele pondera que é importante diferenciar práticas social de representação da prática, pois não se trata de uma relação de mimeses ou de reflexão, mas de recontextualização. Em razão disso, é possível, por meio de textos, acessar formas particulares de representar o mundo, ou aspectos dele. Assim, essas categorias analíticas permitem o mapeamento dos discursos (em sua acepção concreta) em textos, pois cada uma dessas formas é condicionada pelos propósitos particulares do/a produtor/a de texto, e, portanto, as escolhas lexicais em textos podem evidenciar os discursos a que se filiam. Nas palavras de van Leeuwen (2008, p. 6):

Como discursos são cognições sociais, formas específicas [construídas] socialmente de conhecimento das práticas social, elas podem, e são, usadas como fontes para a representação de práticas sociais em texto. Isso significa que é possível reconstruir discursos a partir de textos que delinham a partir deles.

Nessa perspectiva, analisar a maneira como se dá textualmente a representação de atores sociais tem demonstrado ser bastante produtivo por permitir que se identifiquem “posicionamentos ideológicos em relação a eles, bem como a suas atividades” (SILVA, 2009, p. 67). Conforme o que foi observado em 2.2, para além do mapeamento de discursos hegemônicos, é possível, também, empregar essa categoria para analisar textos que emergem de contextos de resistência aos projetos de dominação e exploração da hegemonia.

As práticas sociais, para van Leeuwen (2008), são constituídas por dez elementos: *participantes, ações, modos de realização, condições de elegibilidade para participantes, estilos de apresentação, tempos, locais, condições de elegibilidade para locais, recursos, e condições de elegibilidade para recursos*. A partir dessa modelização, o autor elabora um inventário sociossemântico “dos modos pelos quais atores sociais podem ser representados” (RESENDE; RAMALHO, 2006, p. 72) e dos modos pelos quais as ações sociais (ou eventos sociais) podem ser recontextualizados em textos. Esses modos estão, respectivamente sintetizados nos quadros 5 e 6, que seguem.

Quadro 5 – Modos de representação de atores sociais

REPRESENTAÇÃO DE ATORES SOCIAIS				
E X C L U S Ã O	Supressão			
	Colocação em segundo plano			
I N C L U S Ã O	Ativação			
	Apassivação	Sujeição		
		Beneficiação		
	Participação			
	Circustancilização			
	Possessivização			
	Personalização	Indeterminação		
			Associação	
			Dissociação	
			Diferenciação	
			Indiferenciação	
		Categorização	Funcionalização	
			Identificação	Classificação
				Identificação relacional
				Identificação física
		Nomeação	Avaliação	
			Formalização	
			Semiformalização	
			Informalização	
			Titularização	Honorificação
				Afiliação
		Destitularização		
	Determinação única			
	Sobredeterminação	Inversão	Anacronismo	
Divergência				
Simbolização				
Conotação				
Diferenciação				
Generalização ¹⁴				
Especificação*	Individualização			
	Assimilação	Coletivização		
Agregação				
Impersonalização	Abstração			
	Reificação			
	Generalização*			
	Especificação*	Individualização		
Assimilação		Coletivização		
	Agregação			

(Fonte: VAN LEEUWEN, 2008, p.73, com adaptações, tradução minha)

¹⁴ Os mesmos procedimentos de generalização e especificação são possíveis de serem empregados tanto para a personalização quanto para a impersonalização.

Quadro 6 – Modos de representação de eventos sociais,

REPRESENTAÇÃO DE EVENTOS SOCIAIS			
Reação	Não especificada		
	Cognitiva		
Ação	Afetiva		
	Perceptiva		
Ação	Material	Transacional	Interativa
		Não-transacional	Instrumental
	Semiótica	Comportamental	Especificação de forma
		Não-comportamental	Especificação de tópico
		Tradução	Citação
Ativação			
Desativação	Objetivação		
	Descrição		
Agenciação			
Desagenciação	Definição do evento		
	Definição da existência		
	Naturalização		
Abstração	Generalização		
Concretização	Diferenciação		
Determinação única			
Sobredeterminação	Simbolização		
	Inversão		

(Fonte: VAN LEEUWEN, 2008, p.73, com adaptações, tradução minha)

Significado de palavra

O significado de uma palavra só é pleno quando texturizada, é no contexto do texto que, associada a outras palavras, seu significado pode ser construído e recuperado. Existem duas facetas para o fenômeno da significação, uma de caráter mais individual, outra de caráter social/coletivo. A seleção lexical depende da ação individual, no entanto, o sistema semiótico de que o indivíduo alça palavras é prévio a ele/a, e portanto o(s) significado(s) que uma palavra pode alcançar quando contextualizada não dependem exclusivamente da intenção do/a autor/a de um texto. As palavras compõem um repertório prévio à ação individual, para a ADC:

Os significados das palavras e a lexicalização de significados não são construções individuais, são variáveis socialmente construídas e socialmente contestadas, são “facetas de processos sociais e culturais mais amplos”(Fairclough, 2003a, p.230). Além disso, a relação entre palavra e significado não é uma constante trans-histórica, ao contrário, muitos significados potenciais são instáveis, o que pode envolver lutas entre atribuições conflitantes de significados – e a variação semântica é vista como um fator de conflito ideológico, pois os significados podem ser política e ideologicamente investidos. (RESENDE; RAMALHO, 2006, p. 75)

Assim, elas dão a ver a(s) maneira(s) como a sociedade, que constituiu funcionalmente e foi constituída pela língua e seus usos regulares, formula sua realidade. A categoria ‘significado da palavra’ é relacionada ao significado representacional, por ser a base para a construção das representações de mundo. É por meio da lexicalização de elementos da realidade social que os significados são textualizados, nesse sentido, desde a menor instância linguística, perspectivas particulares são engendradas. Por essa razão, as formas lexicais são potencialmente férteis para a análise dos discursos articulados em textos.

É importante salientar que, mesmo em face disso, a agência do/a produtor/a de texto não é apagada, ao contrário, ela se deixa ver pela seleção lexical e pela atribuição de significados que são elaborados nos textos. Essa escolha co-ocorre com a escolha (consciente ou não) de posicionamento político-ideológico das pessoas em relação ao mundo. Friso que essa escolha pode não ser consciente, pois muitas vezes os indivíduos reproduzem maneiras de representar o mundo, atreladas a determinados grupos hegemônicos, em função da pressão discursiva que estes exercem sobre o conjunto da sociedade. Uma das principais estratégias ideológicas é a disseminação dos discursos, fazendo com que estes colonizem as falas individuais, sem que haja uma reflexividade a esse respeito. Essa reprodução é, no mais das vezes (pelo menos é o que quero acreditar), feita de maneira não intencional, pela assimilação do conjunto de saberes e formas que a hegemonia promove. Fairclough (2003) observa, nesse sentido, que quanto mais são reproduzidos os discursos que sustentam a ideologia mais eficientes são os mecanismos discursivos/ideológicos empregados e mais estabilizada (ainda que sempre instável) é a hegemonia.

Interdiscursividade

A ‘interdiscursividade’ apresenta, paralelamente à ‘intertextualidade’, a estratégia textual de reproduzir discursos e articulá-los em textos. São conceitos operacionalizados a partir dos trabalhos de Bakhtin, e há certa confusão nos limites entre um e outro; Fairclough (2003) tenta aclarar os traços distintos de cada categoria. Ele mostra como um texto, mesmo atualizando várias vezes, pode fazer isso sem articular diferentes discursos, pois a seleção da intertextualidade pode ser situada em textos que reproduzem os mesmos discursos, acarretando um fechamento para a diferença, não havendo, portanto, polifonia.

É importante, quando a pesquisa se pauta no aspecto interdiscursivo, que sejam identificadas as formas regulares de representação de mundo, características de determinados setores sociais, que figuram no texto, bem como a maneira como os diferentes discursos são articulados: se há luta discursiva, se há incoerências na construção do texto, e em que medida esses discursos captam “o caráter processual” do que pretendem representar, mostrando novamente a agência do/a produtor/a de texto na seleção do que e de como representar. A esse respeito, Resende e Ramalho (2006, p. 71) apontam que:

Os diferentes discursos não apenas representam o mundo concreto, mas também projetam possibilidades diferentes da realidade, ou seja, relacionam-se a projetos de mudança do mundo de acordo com perspectivas particulares. As relações estabelecidas entre diferentes discursos podem ser de diversos tipos, a exemplo das relações estabelecidas entre pessoas – discursos podem complementa-se ou podem competir um com o outro em relações de dominação – porque os discursos constituem parte do recurso utilizado por atores sociais para se relacionarem cooperando, competindo, dominando.

Dessa maneira, podemos salientar, por meio da análise interdiscursiva, os discursos presentes em um texto e os modos como se articulam. Ainda segundo Resende e Ramalho (2006), a articulação da diferença, que deve ser observada ao se explorar a intertextualidade, também o deve ser na interdiscursividade. Quando há competição entre discursos, pode-se caracterizar um “discurso ‘protagonista’ e um discurso ‘antagonista’”. Nesse caso, a articulação serve a propósitos de negação de um discurso em nome da afirmação do outro.” (RESENDE; RAMALHO, 2006, p. 71). Essa concorrência é deflagrada nos dados que serão, em seguida, analisados, o que marca o posicionamento contrário à hegemonia e em favor das pessoas em situação de rua.

O mapeamento de discursos articulados em um texto pode dar indícios para a compreensão de como diferentes ordens de discurso se relacionam em termos de repetibilidade de determinados discursos e de colonização de uma ordem discursiva sobre outra. Associada à análise do hibridismo de gêneros, a reflexão acerca de hibridismos de discursos tem um vasto potencial para informar sobre “processos de mudança social e identificar trabalhos potencialmente criativos e inovadores de atores sociais na texturização”¹⁵ (FAIRCLOUGH, 2003, p. 216, tradução minha).

Categoria analítica prototípica para o mapeamento do Significado Identificacional

Como vimos, os três significados da linguagem (FAIRCLOUGH, 2003), estão em relação dialética, inter cruzam-se, sendo momentos do ato discursivo. Nesse sentido, o representar pessoas incute uma identidade a outrem, quando são articulados discursos hegemônicos, essa identidade é *legitimadora* de determinadas práticas exploratórias. Quando se trata de discursos contra-hegemônicos, a construção identitária pode marcar uma ação de resistência quando construída por atores oprimidos pela identidade legitimadora, nesse caso trata-se de *identidade de resistência*. Da mesma forma, quando os discursos articulados são aqueles de pessoas que visam a superar situações desprivilegiadas na estrutura de dominação, a alternativa há hegemonia surge da *identidade de projeto* (RESENDE; RAMALHO, 2006, p. 76).

No tocante à construção identitária, Castells (2000, p. 24) observa que:

A construção de identidades vale-se da matéria-prima fornecida pela história, geografia, biologia, instituições produtivas, pela memória coletiva e por fantasias pessoais, pelos aparatos de poder e revelações de cunho religioso. Porém, todos esses materiais são processados pelos indivíduos, grupos sociais e socieda-

¹⁵ Genre mixing is an aspect of the interdiscursivity of texts, and analysing allows us to locate texts within processes of social change and to identify the potentially creative and innovative work of social agents in texturing. (Bakhtin 1986a, Chouliaraki)

des, que reorganizam seu significado em função de tendências sociais e projetos culturais enraizados em sua estrutura social, bem como em sua visão de tempo/espaço.

Assim, a matéria prima de que se valem atores sociais para identificar-se e identificar o mundo é a compreensão do mesmo, que se constrói com base em representações. Não podemos desconsiderar as construções identitárias enquanto construtos de diferentes experiências individuais, coletivas e sociais. Cada um desses elementos se interconectando e moldando tanto os atores, como os diferentes sistemas sociais.

Da mesma maneira como para o significado representacional, há traços discursivos que internalizam de maneira regular os elementos que compõem o significado identificacional. Nesta subseção, apresento a descrição de três das categorias que foram formuladas/operacionalizadas pela ADC para mapear este significado: ‘avaliação’, ‘modalidade’ e ‘metáfora’.

Avaliação

A avaliação marca o posicionamento valorativo de produtores/as de texto frente a elementos sociais. Segundo Fairclough (2003, p. 165, tradução minha), as coisas com “que as pessoas se comprometem em textos é uma importante parte de como elas se identificam, [sendo] a texturização de identidades,¹⁶ e, por isso, trata-se de uma categoria associada ao significado identificacional.

Sua materialização no discurso pode ser realizada por traços linguísticos mais explícitos, em que a evidência da atribuição valorativa é maior, ou mais implícitos, em que o efeito potencial de significação resulta na dissimulação (THOMPSON, 2002) de discursos subjacentes ao texto. A esse respeito, Fairclough (2003, p. 58) observa que: relações de poder são mais eficientes sustentadas por significados tidos, amplamente, como tácitos”. Nessa perspectiva, a avaliação é uma categoria fértil para o mapeamento de estratégias ideológicas.

Além de se apresentar de modos mais ou menos permeáveis, também essa categoria se comporta em uma lógica de *continuum* com gradações/intensidades entre o bom/desejável e o ruim/não desejável, e por essa razão pode ser engendrada por uma pluralidade de processos discursivos: de modo explícito sob forma de “um atributo em processos relacionais atributivos; um verbo em processos materiais e verbais; um advérbio avaliativo, um sinal de exclamação” (RESENDE; RAMALHO, 2006, p. 79); ou de modo implícito como um pressuposto, que pode ser desencadeado pelos silêncios significativos que podem estar contidos em um texto.

Esses *continua* que existem para a avaliação são descritos amplamente pela LSF, compondo um dos sistemas gramaticais mais explorados em investigações que relacionam a realização linguístico-discursiva e a produção de significados sociais.

¹⁶ what people commit themselves to in texts is an important part of how they identify themselves, the texturing of identities. (FAIRCLOUGH, 2003, P. 165)

Modalidade

A modalidade compõe outro sistema gramatical mapeado por Halliday (2004, p. 74), para o qual a modalização se constrói com base no “juízo do[a] falante sobre as probabilidades ou obrigatoriedades envolvidas no que diz”. Fairclough (2003), ao operacionalizar a categoria para os estudos discursivos, reconfigura as instâncias internas da categoria, viabilizando-a para o mapeamento de significados discursivos, centralmente o significado identificacional. Nesse sentido, o foco no “juízo do[a] falante” (HALLIDAY, 2004) desloca-se para o comprometimento do ator social evidenciado ao fazerem *afirmações, perguntas, demandas ou ofertas* (RESENDE; RAMALHO, 2006, p. 82).

Fairclough (2003) compreende a modalidade em termos de troca, e, para tanto, distingue a modalidade deôntica, quando a troca é de atividades (material) – bens e serviços – e a modalidade epistêmica, quando a troca é de conhecimento. Há, assim como para a avaliação, uma diferenciação do grau em termos de modalidade categórica “que evidencia um alto grau de comprometimento do/a autor/a com suas proposições” (RESENDE; RAMALHO, 2006, p. 85).

Uma segunda distinção que Fairclough (2003) propõe, e que pode ser observada para as duas espécies de modalidade nos dois graus definidos, é o quanto a subjetividade do/a autor/a está expressa. Isso terá como efeitos potenciais de sentido a universalização dos discursos articulados, quando a subjetividade é mitigada por meio de estruturas objetivas; e a marcação da autoria e da parcialidade quando a subjetividade é expressa.

Metáfora

A categoria analítica metáfora associa-se, em princípio, ao significado identificacional. Lakoff e Johnson (1980) atestam que a metáfora nada mais é do que “compreender uma coisa em termo de outra”, e essa compreensão é particular, sendo que a maneira como relacionamos os sentidos deixa ver a maneira como entendemos o mundo e como nos identificamos em relação ao mundo representado. Segundo Fairclough (2001, p. 241):

Quando nós significamos coisas por meio de uma metáfora e não de outra, estamos construindo nossa realidade de uma maneira e não de outra. As metáforas estruturam o modo como pensamos e o modo como agimos, e nossos sistemas de conhecimento e crença, de uma forma penetrante e fundamental.

Desse modo, por meio de construções metafóricas, o ser humano identifica o mundo ao mesmo tempo em que se identifica, em que permite que sua identidade seja evidenciada no estilo das conexões entre campos conceituais de que se vale na comunicação. Trata-se, ao mesmo tempo, de um ato criativo do indivíduo sobre os usos da linguagem e de mapeamentos conceituais culturalmente motivados.

O uso de metáforas para a construção de um texto pode operar na universalização de determinadas perspectivas, ou, contrariamente, pode subverter maneiras de se pensar e representar

aspectos do mundo. A metáfora é, pois, da esfera cognitiva, sendo que o ser humano categoriza tudo à sua volta, construindo novos conhecimentos e novas percepções nas bases do conjunto de conhecimentos prévios que retoma em sua ação discursiva. Os indivíduos, pela característica inerente ao pensamento humano, entendem as coisas com base em outras. Assim, a metáfora nasce a partir do sistema conceitual do seres humanos, e deflagra suas individualidades culturalmente contingenciadas.¹⁷

Para Fairclough (2001, p. 241), “todos os tipos de metáfora necessariamente realçam ou encobrem certos aspectos do que se representam”. Uma metáfora pode, então, ressaltar um traço do que é identificado pela aproximação que promove com outros aspectos da realidade, e, da mesma maneira, pode mascarar uma característica, e isso pode estar condicionado a uma intencionalidade ideologizante.

Nas análises que apresento mais à frente, observo que metáforas são empregadas para identificar não apenas as pessoas que produzem efetivamente os textos, mas também, e principalmente, o grupo constituído pela população em situação de rua e pelo conjunto de pessoas que se alinham à sua causa. As metáforas observadas operam, em sua maioria, realçando aspectos do que está sendo representado (FAIRCLOUGH, 2008), elaborando uma representação mais ligada ao campo da abstração sobre as situações de rua e situações de precariedade.

Categoria analíticas prototípica para o mapeamento do Significado Acional

Nesta subseção descrevo as categorias estrutura genérica, ‘intertextualidade’ e ‘coesão’. No corpo analítico, em 4.2, trabalharei com a categoria ‘análise do acesso aos espaços discursivos’, só então apresentarei a descrição dessa categoria ‘acesso aos espaços discursivos’, por se tratar de uma operacionalização que proponho a partir de van Dijk (1991).

Estrutura Genérica

Para sermos/estarmos na vida social, nos comportamos segundo práticas sociais, que possibilitam, ao mesmo tempo em que constroem, a ação individual. Essas práticas são situadas nos espaços sociais e são reconstruídas pela sua (re)produção/ transformação, em cada ação empreendida pelas pessoas que atuam nesses espaços sociais. Entendendo que em toda prática social existe atividade discursiva, relacionamos os ‘esquemas’ das práticas sociais aos gêneros discursivos por meio dos quais a atividade discursiva é realizada.

Os gêneros discursivos são reconhecíveis pelas características funcionais e organizacionais que exibem e pelos contextos em que são utilizados. “Os gêneros discursivos são (inter)ações” caracterizadas por Magalhães (2005, p. 237) como “formas textuais e sentidos deriva-

¹⁷ Lakoff & Johnson (1980) descrevem três categorias básicas de metáfora: conceituais, ontológicas e orientacionais. As características das metáforas ontológicas e orientacionais serão retomadas na seção analítica.

dos dos propósitos das situações sociais, determinando os textos falados, escritos e visuais”. Dessa maneira, pelo uso da linguagem, agimos sobre o mundo, ao mesmo tempo em que trazemos para o texto as feições das práticas sociais. Nessa perspectiva, o estudo do gênero discursivo objetiva acessar o significado acional (FAIRCLOUGH, 2003) articulado pelo/a produtor/a textual, possibilitando, a partir da materialidade do texto, ter indícios de como a prática social está assentada, e quais relações dela decorrem.

Para a ADC, as práticas sociais criam estruturas para a sua projeção discursiva, e é sobre essas estruturas – os gêneros – que repousarão as formulações individuais – os textos. Os gêneros discursivos são entendidos como estáveis em função de sua temática, estrutura composicional e função estilística (Bakhtin, 1992), sendo elaborados pela/na interação social e diretamente relacionados com uma esfera de utilização da língua. Eles se articulam em função das práticas sociais, sendo que as práticas tendem a se expressar primordialmente por meio de determinadas formas genéricas.

Neste trabalho, confiro um tratamento especial para a análise dos gêneros midiáticos tradicionais em contraste com o que lemos nas edições da revista *Ocas* e do jornal *O Trecheiro*, que podemos entender como exemplos de mídia alternativa. O jornal, tradicional ou alternativo, é na verdade um suporte para vários textos que são estruturados sobre diversos gêneros. De certa maneira, os suportes tradicionais trazem esquemas de organização mais ou menos estáveis, podendo, assim, ser feita uma relação com a questão genérica. Este fato também será observado nas análises, um aspecto muito profícuo pelo fato de haver um direcionamento contrário ao apresentado na grande mídia, por revelar maneiras diferentes de se abordar as questões relativas às situações de rua. Essa diferença se reflete diretamente na estrutura dos textos (nas estruturas *genéricas* materializadas), tendo em vista que em função de promover uma maneira outra de ver o mundo, em suportes impressos, os veículos são compelidos a formular novas maneiras de ação discursiva.

Intertextualidade

Bakhtin (2002) sugeriu, como vimos, que todo texto participa de *cadeias dialógicas* com os textos que vieram antes dele e com aqueles que virão depois, na medida em que os textos respondem aos que vieram antes e dão ensejo a respostas posteriores, e o fazem retomando partes uns dos outros ou ecoando uns aos outros. É isso o que caracteriza a *intertextualidade*, o que, no sentido mais evidente, significa partes de textos em outros textos, ou seja, citações (FAIRCLOUGH, 2003, p. 40). Para além da citação direta – em que parte de outro texto aparece de forma explicitamente delimitada no texto – e indireta – em que os fragmentos de outro texto figuram mesclados ao texto situado – existem outros modos de construir a intertextualidade. Cada um desses modos caracteriza formas de agir e se posicionar, visto que, ao dar maior ou menor espaço a uma voz, mais ou menos explicitamente, o/a autor/a do texto demonstra seu alinhamento e a importância que atribui à voz que atualiza em seu ato linguístico. A esse respeito, Ramalho e Resende (2011, p. 133) lembram que:

Em textos específicos, a ausência, a presença, assim como a natureza da articulação desses outros textos, que constituem vozes particulares, permitem explorar práticas discursivas existentes na sociedade e a relação entre elas. De acordo com Fairclough (2001, p. 29), a presença de uma voz específica, articulada de maneira também específica em vez de outras, sinaliza o posicionamento do texto em lutas hegemônicas.

Em outro trecho, as autoras explicam que a análise discursiva crítica deve observar em que medida o texto (e conseqüentemente seu/sua autor/a) demonstra uma abertura ou um fechamento para a diferença, isto é, dos variados graus de dialogicidade com as vozes recontextualizadas (RAMALHO; RESENDE, 2011, p. 133). É importante observar os cenários de negociação da diferença, pontuando quais são as vozes incluídas, de que maneira o são, bem como quais são as ausências significativas.

Sobre isso, podemos frisar que o silenciamento das opiniões antagônicas opera ideologicamente, mascarando a realidade e em certa medida naturalizando-a. Em um texto mais aberto à diferença, que negocie o espaço com outras vozes, a maior ou menor abertura deixa ver o grau de engajamento do/da autor/a com o que está sendo texto, podendo concordar, discordar, polemizar esses outros atos de fala (RESENDE; RAMALHO, 2006). Isso localiza a intertextualidade como característica do significado acional da linguagem, pois, ao selecionar fragmentos de outros textos e incorporá-los ao seu, o/a autor/a age efetivamente sobre o mundo.

Coesão

É pertinente para a ADC investigar a maneira como elementos coesivos são articulados nos textos pelo fato de evidenciarem relações lógicas estabelecidas pelo/a autor/a, o que pode dar indicações de quais discursos podem estar sendo articulados. Nesse sentido, a coesão é extremamente propícia para a identificação de silenciamentos e de lacunas (CHAUÍ, 2008 [1980]). A esse respeito, Resende (2008a, p. 164) observa que:

Ao tratar as relações estabelecidas entre orações pelos mecanismos de coesão textual, Halliday distingue três tipos de relações lógico-semânticas de expansão entre orações: elaboração, extensão e realce (Halliday, 2004). Na elaboração, a oração que expande o significado expresso em outra provê uma maior caracterização da informação dada: reafirma, esclarece, refina, exemplifica, comenta. Na extensão, uma oração expande o significado de outra introduzindo algo novo por meio de adição, deslocamento ou alternativa. No realce, uma oração destaca o significado de outra, monta-lhe um cenário qualificando-a com característica circunstancial em referência a tempo, espaço, modo, causa ou condição.

Nesse sentido, a coesão textual nos dá pistas sobre a coesão discursiva e sobre os efeitos potenciais de sentido do texto. Assim, a categoria também está relacionada com o mapeamento de relações semânticas estabelecidas no texto.

Vejamos o Quadro 7, em que as categorias da ADC estão sintetizadas:

Quadro 7 – Categorias analíticas conforme o significado discursivo prototípico

ANÁLISE DE DISCURSO CRÍTICA			
Significado representacional			
Representação de atores sociais	Inclusão		
	Exclusão		
Representação de eventos sociais	Reação/Ação		
	Ativação/Desativação		
	Agencialização / Desagencialização		
	Abstração / Concretização		
	Determinação singular / Hiperdeterminação		
Significado de palavra Lexicalização de significados	Estrutura sintática		
	Seleção lexical	Hiperlexicalização	
		Co-ocorrência	
	Relações semânticas	Hiponímia	
Sinonímia			
Hiperonímia			
Interdiscursividade	Hibridismo discursivo	Homogeneidade discursiva: fechamento para a diferença	
		Heterogeneidade discursiva: abertura para a diferença	
	Mapeamento de estratégias discursivas	Ideológicas: reiteração de discursos hegemônicos	
		Não-ideológicas: contestação de discursos hegemônicos	
Significado identificacional			
Avaliação	Afirmações avaliativas		
	Presunções avaliativas		
Modalidade	Objetiva	Universalização	
	Subjetiva	Evidência da parcialidade	
	Epistêmica ou Deontica	Categórica: obrigação/ comprometimento/não –hipotético	
		Não-categórica: inclinação/ não-comprometimento/ hipotético	
Metáfora	Conceituais		
	Orientacionais		
	Ontológicas		
Significado acional			
Estrutura genérica	Intergenericidade		
	Hibridismo genérico		
Intertextualidade	Inclusão	Abertura para a diferença	
		Fechamento para a diferença	
	Exclusão	Fechamento para a diferença	
Coesão	Elaboração		
	Extensão		
	Realce		
Acesso aos espaços discursivos	Acesso pela 'intertextualidade' (autoria de outro ator social)		
	Acesso pela 'representação de atores sociais' (autoria de outro ator social)		
	Acesso pela ocupação da posição de autor/a em práticas de produção de textos		

Categorias analíticas para o mapeamento de significados em textos multimodais

A análise de imagens não é foco deste estudo, sendo utilizada como ferramenta lateral na investigação. Em todo caso, senti necessidade de tecer alguns comentários a respeito das representações imagéticas trazidas nos periódicos analisados, sobretudo no que tange à configuração de seus nomes-títulos. Ressalto, entretanto, que as ferramentas analíticas da GDV não serão exaustivamente exploradas, ao contrário, incorporo o referencial de modo muito menos sistemático. Assim mesmo é que as categorias a seguir apresentadas o são apenas na medida de minha necessidade, não abarcando refinamentos mais atualizados nos estudos da área.

Estruturas representacionais

A categoria ‘estruturas representacionais’ articula prototipicamente a Metafunção Representacional, e, assim, pode ser associada ao Significado Representacional do Discurso (FAIRCLOUGH, 2003). Ela se refere à representação tanto de eventos quanto de atores sociais (categorias que serão apresentadas na sequência), assim, pode-se articular essa categoria visual à categoria verbal. A GDV (KRESS; VAN LEEUWEN, 2006) descreve a existência de dois processos fundamentais para a representação: (i) os *narrativos*, em que os participantes, ou, para a ADC, os atores sociais representados envolvem-se em ações ou eventos descritos imageticamente por vetores. Segundo Silva e Ramalho (2012, p. 12) “O tipo de vetor, a quantidade e os tipos de participantes envolvidos definem os processos narrativos como: processos de ação, processos reacionais, processos verbais, processos mentais e processos de conversão”. E (ii) os *conceituais*, em que os atores são representados como membros de uma categoria ou com base em atributos que servem a uma classificação, em que não há vetores, conforme Santos e Sousa (2008, p.5), “os modelos conceituais classificam, estruturam ou dão significado”.

Ainda a esse respeito, Carvalho (2007, p. 33-34) observa que:

os *significados representacionais* são, e podem ser subdivididos em duas estruturas: a *narrativa*, relacionada a representações e eventos; e a *conceitual*, referente à representação da “essência” dos participantes, podendo ser *classificacional*, *analítica* ou *simbólica*. Os *significados interativos* (...) são, através dos seguintes recursos: o *sistema do olhar*, o *enquadramento*, e a *perspectiva*. (...) [e] o conceito de composição [é descrito] como a forma pela qual os recursos representacionais e interativos são integrados para estruturar os elementos do *layout* e conferir-lhes coerência e unidade de significação, através de três sistemas inter-relacionados: *valor informacional*, *saliência* e *moldura*. (Grifos originais)

A caracterização de uma ou outra estrutura processual é feita a partir da análise de vetores formados na imagem. Assim, os vetores são a representação imagética de processos que são representados verbalmente por meio de estruturas que engendram a agentividade com base em verbos.

Contato

A segunda categoria focalizada é a de ‘contato’, que articula prototipicamente a Metafunção Interativa, que pode ser associada tanto ao Significado Identificacional quanto ao Significado Acional do Discurso (FAIRCLOUGH, 2003). No sentido do Significado Acional, o ‘contato’ pode ser classificado como demanda ou oferta. A esse respeito, Gomes (2011, p. 24) ensina que,

Para Kress e van Leeuwen (1996), a imagem mantém relação com os espectadores/leitores e um dos recursos utilizados para se estabelecer tal relação é o olhar ou contato. Quando uma imagem apresenta o participante representado olhando para os olhos do espectador/leitor é estabelecido um contato direto, uma relação até mesmo imaginária que os conecta, que pode ser de afinidade, proximidade, por exemplo. Este tipo de imagem é chamado por Kress e van Leeuwen (1996) de demanda, ou seja, os olhos dos participantes demandam alguma coisa do espectador/leitor. No entanto, outras imagens são indiretamente endereçadas. Nesse caso, o espectador/leitor não é mais o objeto do olhar, mas sim o sujeito deste olhar. Essa imagem é denominada de oferta, já que oferece o ator ali representado como um objeto de contemplação, gerando efeito de impessoalidade.

Assim, a imagem tem o potencial de construir o significado discursivo acional/relacional; nesse sentido, podemos articular diretamente o contato com os gêneros. Ou seja, a maneira como o texto se apresenta demandando ou não a interconexão com o/a leitor/a pode informar sobre estruturas genéricas visuais mais ou menos estáveis. Já na aproximação com o Significado Identificacional, podemos associar a demanda à formulação de uma identidade que apresenta mais agência, é dizer, de atores ou, como no caso dos periódicos ora analisados, de instituições que sejam mais protagonistas. E a oferta, por sua vez, pode ser associada a uma construção identitária de menor agência, que requer de outrem a complementação, sendo assim relacionada a atores sociais passivos ou coadjuvantes.

As categorias ‘valor informacional’ e ‘saliência’ permitem mapear estruturas visuais que materializam prototipicamente a Metafunção Composicional, que, desse modo, podem ser associada ao Significado Acional do Discurso (FAIRCLOUGH, 2003). Neste campo, estamos diretamente tratando de estruturas composicionais que podem ser relacionadas às estruturas genéricas, passíveis de mapeamento com base na categoria homônima.

A categoria de saliência inclui, entre outras nuances (ver quadro a seguir), as cores utilizadas na composição. Para analisar a informação contida no uso de cores, lanço mão das categorias desenvolvidas por Kress e van Leeuwen (2002): ‘matiz’ – que está diretamente relacionada com a temperatura da cor, sendo um *continuum* entre o azul, que é a cor mais fria, até o vermelho, que é a cor mais quente; ‘pureza’ – que se refere à composição da cor, sendo as mais puras as cores primárias, e as menos puras as cores produzidas a partir de misturas; ‘brilho’ – que se refere à luminosidade da cor, sendo um *continuum* entre o preto, que é de luminosidade mínima, e indo até o branco, que é a luminosidade máxima; ‘saturação’ – que também está em um *continuum* entre a maior concentração de cor, que em termos de significado indica maior grau de emoção ou

sentimento, até a diluição total da cor, em que há uma neutralização das emoções e sentimentos; e ‘diferenciação’, que se refere à composição entre as cores presentes no texto imagético, que pode ser monocromático, tendo pouca diferenciação, ou policromático, explorando a diferenciação para produção de sentidos.

Vejam os Quadro 8, elaborado com base em Carvalho (2012), em que as categorias da GDV estão sintetizadas:

Quadro 8 – Categorias analíticas conforme a metafunção prototípica

GRAMÁTICA VISUAL	
Metafunção representacional	
Participantes	Individualização
	Coletivização
	Portador de significados
	Circunstâncias
Estruturas representacionais	Narrativa/Agência
	Conceitual/Estaticidade
Metafunção interativa	
Contato	Demanda (vetores linha do olhar) - envolvimento
	Oferta (não há vetores) - contemplação
Distância	Íntima – Primeiro plano
	Social – Plano médio
	Impessoal – Plano geral
Atitude	Ângulo Horizontal Frontal – Envolvimento
	Ângulo Horizontal Oblíquo – Não envolvimento
	Ângulo Vertical Alto – Poder do observador
	Ângulo Vertical Baixo – Poder do participante da imagem
	Ângulo Equânime – Não há assimetrias de poder
Metafunção composicional	
Valor informacional	Dado (esquerda) e Novo (direita)
	Ideal (topo) e Real (base)
	Centro e Margem
Saliência	Tamanho, saturação de cores, perspectiva, fatores culturais.
Enquadre	Conexão
	Desconexão

(Fonte: CARVALHO, 2012, com adaptações)

3

APREENDENDO O SOCIAL NO LINGUÍSTICO E O LINGUÍSTICO NO SOCIAL

Não somos cientistas sociais, somos analistas de discurso. embora nossos problemas sejam de caráter social e dialoguemos com teorias sociais, é importante que mantenhamos nossa posição como analistas - o que, por um lado, ajuda a legitimar a linguística como campo de investigação crítica e, por outro, esclarece nosso foco. isso não significa nos fecharmos em um campo considerado acabado; sabemos que todo conhecimento é histórico e contextual, e como qualquer outro conjunto de crenças é passível de transformação e superação. Nesse sentido, é vantajosa a abertura a teorias fronteiriças, e é essa abertura que faz da ADC não uma disciplina, mas uma interdisciplina.

(Viviane Resende, 2008, pp. 94-95)

Para investigar a linguagem em sociedade, sob uma perspectiva transdisciplinar, é necessário, para além de retomar um marco teórico híbrido, construir formas de se acessar a complexidade ontológica dos processos a que se propôs estudar. Desse modo, pensar na interconexão das etapas da pesquisa é fundamental para garantir a coerência e o rigor indispensáveis para a produção científica engajada na superação de problemáticas sociais. Procuo, assim, em 3.1, refletir acerca de questões éticas que se impõem à pesquisa qualitativa e do rigor metodológico que é imperioso para assegurar a cientificidade sob a perspectiva das ciências humanas. Em 3.2, evidencio as opções de caráter epistemológico e metodológico, a partir das quais construí minha investigação, tendo como base a ontologia explicitada no primeiro capítulo. Observo os procedimentos de coleta dos dados que compuseram os *corpora* documentais da pesquisa, bem como explicito os critérios usados para o convite/seleção de colaboradores/as para gerar as entrevistas que constituíram os *corpora* etnográficos. E em 3.3, retomo em linhas gerais as notas de campo e evidencio os aportes mais significativos que as experiências de campo trouxeram à presente pesquisa.

3.1 CONSTRUÇÃO CIENTÍFICA E REFLEXÃO ÉTICA: COESÃO E COERÊNCIA

Proponho pensarmos o fazer científico a partir da compreensão da composição de uma tessitura textual, tendo em vista que toda investigação resulta, ao final, ser apresentada em texto. Nessa proposta, a **coesão** e a **coerência** são fundamentais para, muito além de construir uma fluidez textual, e conseqüentemente a viabilidade comunicacional do relatório final de uma pesquisa, sedimentar o **rigor científico** de nossos estudos. Esse rigor é algo que nos é frequentemente questionado pela tradição positivista da academia (não só) brasileira. Para as ciências exatas e biológicas, o método e sua descrição rigorosa são a base da cientificidade, ou, melhor dizendo, da legitimação científica pelos/as pares, tendo em vista que são necessários para que outro/a pesquisador/a possa reproduzir as condições do estudo e assim poder chegar aos mesmos resultados, confirmando-os como verdade científica.

Nossos estudos têm características outras, afinal, tratam de aspectos do mundo diferentes, bem como lançam mão de diferentes campos epistemológicos para poder compreendê-los. Da mesma maneira, o rigor de nossos procedimentos metodológicos e de sua descrição precisa, ainda que sejam igualmente indispensáveis, têm características outras, e, acima de tudo, outros objetivos. Não almejamos a reprodutibilidade de nossos resultados (o que seria uma incoerência ontológica profunda), mas sim descrever quais caminhos foram construídos para acessar componentes ontológicos das práticas sociais que focalizamos, e assim poder contribuir para a produção de um conhecimento sobre os processos sociais que seja robusto o suficiente para que ao mesmo tempo em que amplie a epistemologia de nossa seara, possibilite uma contribuição efetiva para a superação dos problemas sociais, que são nossa motivação primeira.

Nessa perspectiva, a coesão entre as diferentes etapas de uma investigação é essencial para a construção desse rigor científico, mas não é seu único elemento, já que a coerência é obtida na/pela ética, a real premissa básica de todo o trabalho científico. Assim, a reflexividade imperiosa de uma pesquisa que esteja engajada na agenda propositiva das ciências humanas se dá em duas vias, no sentido de que se deve refletir sobre a prática teórica, ao mesmo tempo em que se reflete sobre a prática social mais abrangente, como observam Chouliaraki e Fairclough (1999, p. 66):

A investigação social crítica deve ser reflexiva, assim, como parte de toda análise deve existir uma reflexão sobre a posição a partir da qual se conduziu a investigação. Uma questão aqui (...) é a relação entre a prática teórica do/a analista e as práticas práticas, que são analisadas.¹⁸ (tradução minha)

A autora e o autor, ao descreverem o seu enquadre metodológico (CHOULIARAKI; FAIRCLOUGH, 1999, p. 60), elencam cinco etapas, seguindo a lógica proposta na epistemologia do Realismo Crítico (BHASKAR, 1989), para o desenvolvimento da investigação em ADC. Vejamos o quadro extraído de Resende e Ramalho (2006, p. 37), que sintetiza esse rol:

¹⁸ Critical social research should be reflexive, so part of any analysis should be a reflection on the position from which it carried out. One issue here (...) is the relationship between the theoretical practice of the analyst and the practical practices, which are analysed. (CHOULIARAKI; FAIRCLOUGH, 1999, p.66)

Quadro 9 – "O enquadre para a ADC de Chouliaraki e Fairclough"

ETAPAS DO ENQUADRE PARA ADC DE CHOULIARAKI E FAIRCLOUGH		
1) Um desvio (atividade, reflexividade)		
2) Obstáculos para serem superados	(a) análise de conjuntura	(i) práticas relevantes
	(b) análise de prática particular	(ii) relações do discurso com outros momentos da prática
	(c) análise de discurso	(i) análise estrutural
(ii) análise interacional		
3) Função do problema na prática		
4) Possíveis maneiras de superar os obstáculos		
5) Reflexão sobre a análise		

(Fonte: Resende e Ramalho (2006, p. 37), com adaptações).

Nesse enquadre, a reflexão sobre a análise é uma etapa posterior às demais, sendo o fechamento do enquadre epistemológico. No entanto, limitar essa reflexão a apenas uma etapa de retomada de uma investigação seria comprometer o seu caráter qualitativo (auto-reflexivo). Assim, acredito que visando superar essa incoerência, Fairclough (2010) propõe uma redimensionamento dessas etapas, retirando a última etapa de sua posição final e trazendo-a para uma instância permanente durante todas as etapas da pesquisa. Desse modo, o autor evidencia o caráter premente da (auto)reflexividade, é dizer, da crítica não só ao externo, mas igualmente, ao interno. Corroborando com essa perspectiva, Mason (2005, p. 5) atesta que:

Reflexividade nesse sentido significa pensar criticamente sobre o que se está fazendo e por que, confrontando e frequentemente desafiando suas próprias suposições, e reconhecendo a como seus pensamentos, ações e decisões formatam a maneira como se pesquisa e aquilo que se vê. Isso, evidentemente, pode ser um processo muito difícil, pois envolve reconhecimento e lidar com elementos de suas próprias suposições que de outro modo não seriam enfrentadas, mas também envolve elementos altamente criativos e algumas vezes entusiasmantes.¹⁹(tradução minha)

Nesse sentido, o teor crítico da ADC reside no objetivo expresso pela pesquisa social crítica de se contribuir para a resolução de “desvios” sociais, por meio da análise de suas fontes e causas, dos modos de resistência e das possibilidades de se os superarem. Por um lado, a ADC

¹⁹ Reflexivity in this sense means thinking critically about what you are doing and why, confronting and often challenging your own assumptions, and recognizing the extent to which your thoughts, actions and decisions shape how you research and what you see. This of course can be a very difficult process, not least if it involves recognizing and dealing with elements in your own assumptions which you would rather not face, but also a highly creative and sometimes exhilarating one.

visa explicar as relações dialéticas que existem entre os elementos semióticos e outros elementos da atividade humana, esclarecendo qual o papel desempenhado pela(s) semiose(s) na reprodução ou na modificação de relações desiguais de poder e em processos ideológicos. Por outro, a crítica social em ADC só é efetiva quando, partindo da análise de discurso textualmente orientada, faz-se um salto para a explanação da questão motivadora da análise, focalizando as relações dialéticas, as várias formas como a lógica dominante e a dinâmica são testadas, desafiadas e desconstruídas por pessoas, e identificando as possibilidades existentes para a superação dos obstáculos e a maneira como esses desvios podem ser “corrigidos”.

É necessário, ainda, observar que, no mesmo redimensionamento, Fairclough (2008) substitui o ‘problema’ (como expresso no enquadre ilustrado na Figura 1) pela noção de ‘desvio’ social.²⁰ Ao optar por ‘desvio’ ao invés de ‘problema’, o autor observa que se trata de algo passível de modificação, haja vista que ‘problema’ teria um caráter de naturalização, devido a uma situação fortuita, como, por exemplo, um problema de saúde. Assim, evidencia-se a coisa em si como uma construção social, ao mesmo tempo em que se denota a possibilidade de mudança. Segundo ele, o foco em ‘desvio’ pode ser investigado produtivamente nos termos da relação entre elementos semióticos e extrassemióticos do objeto. Nessa mesma perspectiva, opto por tratar meu objeto de estudo como fruto de ‘processos’ sociais e não de ‘fenômenos’ sociais. Procuo com isso desnaturalizar elementos da ontologia que me interessa analisar e contribuir para sua compreensão como construtos sociais, que, como tal, podem, da mesma maneira que os ‘desvios’ serem superados. Essa opção é diferente da que construíram alguns/mas teóricos/as do Realismo Crítico, mas ela se constitui como uma forma de redobrar o conhecimento que tenho por ser linguista, para, justamente, poder construir e ampliar o conhecimento nesse esforço transdisciplinar (ver Seção 1.1).

Retomando a ideia de coesão e coerência no âmbito da prática investigativa, que proponho aqui, ainda resta observar que estas são construídas, igualmente, em duas vias: interna – na medida em que o científico redobra-se sobre si mesmo – e externa – no sentido de que a academia tem de romper as fronteiras existentes e abraçar o real devolvendo à sociedade os avanços alcançados, e, para além, propondo um diálogo de negociação dos resultados obtidos. Neste sentido, as ciências humanas diferenciam-se das ciências naturais, pois o escopo das investigações transcende os espaços acadêmicos, as epistemologias internas, e têm de lançar mão de um conhecimento amplo sobre as epistemologias externas a essa redoma acadêmica. Nesse sentido, Sayer (2000, p. 17) observa que:

²⁰ No original, em inglês, o termo empregado pelo autor é *wrong*. Sendo que *wrong* é diferente de *problem*. Vejamos as definições dicionarizadas: “Wrong as a noun means: (i) that which is wrong, or not in accordance with morality, goodness, or truth; evil: “I committed many wrongs”. (ii) an injustice: The wrongs they suffered aged them. (iii) Law . a) an invasion of another's right, to his damage. b) a tort”. Sendo, assim, possíveis as seguintes traduções: desvio (moral), falta de liberdade, injustiça, desigualdade, abuso, entre outras. Eu opto por desvio, por acreditar que este termo abarca um maior número de referentes semânticos.

enquanto cientistas naturais necessariamente tem de entrar no círculo hermenêutico de suas comunidades científicas, cientistas sociais também tem de entrar no círculo daqueles/as que eles/as estudam. Em outras palavras, a ciência natural opera em uma hermenêutica singular, enquanto que a ciência social opera em uma dupla hermenêutica.²¹ (tradução minha)

Essa especificidade da(s) epistemologia(s) que procuramos construir apresenta-se como consequência direta também dos nossos objetivos. No caso da perspectiva das ciências críticas (Realismo Crítico, Ciência Social Crítica e Análise de Discurso Crítica), o objetivo final é contribuir efetivamente para a promoção de mudanças sociais, na busca por uma sociedade igualitária e justa. Acrescente-se a isso a compreensão de que nossas investigações são necessariamente situadas contextualmente em um ambiente desigual (CAMERON et al., 1992), em que pesquisadores/as e colaboradores/as ocupam posições diferentes. Essa distinção decorre de uma diferença inicial dada em função da posição ocupada em uma prática social. Nós somos incorporados/as²², ou melhor, estamos circundados/as necessariamente por elementos sociais que estão além de nossas identidades, e que, dialeticamente, lhes são constitutivas. Pelo fato de esses elementos diferirem de uma prática para outra, ou de um conjunto de práticas para outro, as construções e os arranjos das posições que ocupamos e das identidades que constituímos diferirão. Por isso, a diferença entre seres humanos é, em termos, ‘natural’. A esse respeito Sayer (2000, p. 13) observa que:

No mundo social, os papéis sociais e as identidades são frequentemente relacionadas internamente, assim o que uma pessoa ou instituição é ou pode fazer, depende da sua relação com os/as outros/as; por isso, aquilo que é ser um/a tutor/a não pode ser explicado no nível do individual mas apenas em termos de suas relações com os/as estudantes, e vice-versa. Os poderes que podem desempenhar dependem parcialmente de suas relações uns/umas com os/as outros/as, e a partes relevantes do contexto, como as instituições educacionais.²³ (SAYER, 2000, p. 13, tradução minha)

Apesar dessa relação causal, que nos leva à ideia de uma naturalidade, a diferença existente entre seres humanos, e entre as posições que ocupam nas práticas, está para muito além desse sistema de prática posição, ela se configura como uma assimetria, que advém da distribuição do poder entre essas diferentes posições sociais. Ademais, ao entendermos essa assimetria no âmbito da relação entre pessoas que estão inseridas nas práticas acadêmicas e aquelas que estão fora, temos de compreender que ela foi construída ao longo do tempo pela condução de pesquisas alienada ao que se passava “extra muros”, e que por isso contribuiu, em certa medida, para ampliar a diferença pela alienação do conhecimento a quem ele é de fato de pertença: a sociedade (amplamente compreendida).

²¹ “while natural scientists necessarily have to enter the hermeneutic circle of their scientific community, social scientists also have to enter that of those whom they study. In other words, natural science operates in a single hermeneutic while social science operates in a double hermeneutic”

²² Embodied

²³ In the social world, people’s roles and identities are often internally related, so that what one person or institution is or can do, depends on their relation to others; thus, what is to be a tutor cannot be explained at the level of individuals but only in terms of their relation to students, and vice versa. The powers which they can draw upon depend partly on their relations to one another, and to relevant parts of the context, such as educational institutions.

Esse potencial de prejuízo é enorme, justamente em função da assimetria de poder que há entre quem está inserido/a na academia e aqueles/as que estão fora desse contexto. Os argumentos de especialistas podem, e muitas vezes o fazem, contribuir para a reificação de processos de exploração. Cameron et al. (1992), retomando Foucault, atestam que:

Foucault observa, dando uma outra perspectiva à sua famosa máxima ‘conhecimento é poder’, que os/as cidadãos/ãs de democracias modernas são controlados/as menos pela violência nua ou pelo poder econômico do patrão ou do senhor de terras do que por pronunciamentos do discurso especializado, organizado no que ele chama de ‘regimes de verdade’ – formas de entendimentos que legitimam atitudes e práticas sociais particulares. Evidentemente, programas de investigação da ciência social de objetos tais como ‘criminalidade’, ‘desvios sexuais’ ou ‘maternidade na adolescência’ tem contribuído com ‘regimes de verdade’. Ao estudar e apresentar os ‘fatos’ sobre esses fenômenos, estes têm contribuído para construir pessoas particulares (‘criminosos’, ‘desviados’, ‘mães adolescentes’) como alvos para o controle social e têm influenciado a forma que este controle tomará.²⁴ (CAMERON et al., 1992, p. 2, tradução minha)

Nesse sentido, as ordens de discurso (FOUCAULT, 2010), atreladas às práticas acadêmicas, caso não tenham na sua gênese uma preocupação com suas consequências em outras práticas sociais e em outras ordens de discurso, podem contribuir efetivamente para a permanência dos sistemas de exploração e dominação. Nessa perspectiva, é impossível (re)pensar a condição da/o intelectual e não retomar o referencial gramsciano do ‘intelectual orgânico’. Para o autor:

Criar uma nova cultura não significa apenas fazer individualmente descobertas ‘originais’, significa também, e, sobretudo, difundir criticamente as verdades descobertas, ‘socializá-las’, por assim dizer; transformá-las, portanto, em base de ações vitais, em elementos de coordenação e de ordem intelectual e moral. O fato de uma multidão de homens [e de mulheres] seja conduzida a pensar coerentemente e de maneira unitária a realidade presente é um fato “filosófico” bem mais importante e “original” do que a descoberta por parte de um “gênio filosófico” de uma nova verdade que permaneça como patrimônio de pequenos grupos intelectuais. (GRAMSCI, 1995, pp. 13-14, acréscimo meu)

Desse modo, é necessário fazer com que essa diferença, existente e construída, seja aos poucos desconstruída por meio de nossas intervenções, de nossos trabalhos de pesquisa. E a base para que essa nova configuração social possa ser construída passa pela construção do respeito a quem não está inserido/a nos quadros da academia; trata-se de entender que “todos os[as] homens[mulheres] são intelectuais, mas nem todos os[as] homens[mulheres] têm na sociedade a função de intelectuais” (GRAMSCI, 2000, p. 18, acréscimos meus). E pelo relativo poder que temos, no sentido de que, “para Gramsci, os intelectuais não se constituem pela concepção de

²⁴ Foucault observes, putting a new spin on the familiar saying ‘knowledge is power’, that the citizens of modern democracies are controlled less by naked violence or the economic power of the boss and the landlord than by pronouncements of expert discourse, organised in what he calls ‘regimes of truth’ – sets of understandings which legitimate particular social attitudes and practices. Evidently, programmes of social scientific research on such subjects as ‘criminality’ or ‘sexual deviance’ or ‘teenage motherhood’ have contributed to ‘regimes of truth’. In studying and presenting the ‘facts’ about these phenomena, they have both helped to construct particular people (‘criminals’, ‘deviants’, ‘teenage mothers’) as targets for social control and influenced the form the control itself will take. (CAMERON et al., 1992, p. 2)

um ‘saber superior’, mas pelas funções que esta categoria assume nas relações sociais” (PEREIRA, 2004, p. 3), devemos distribuir esse poder, e procurar construir conjuntamente nossas pesquisas com quem não ocupa as funções que temos.

É por isso que insisto no termo ‘colaborador/a’ para referir as pessoas que compartilharam comigo seu conhecimento para que esta pesquisa pudesse ser feita. Não é questão apenas de uma terminologia, mas de um posicionamento frente à produção de saber, de novas epistemologias que alimentam nossa(s) ciência(s). Assim, evito o termo ‘participante’, por entender que muito além de participar de uma pesquisa, as pessoas colaboram (trabalham em conjunto) para viabilizar a tal pesquisa. E também, por essa razão, entendo que o contínuo processo de (auto)crítica deve ser construído a partir de um prisma ético, em que o/a pesquisador/a marque sua posição de maneira explícita, visando desse modo ser coerente com o objetivo final de contribuir para uma efetiva mudança no arranjo social.

No que tange à ética na prática da pesquisa, cabe frisar que esta, necessariamente, implica inúmeras escolhas do/a pesquisador/a e que essas escolhas decorrem de seu posicionamento em relação ao objeto de pesquisa, em relação à sua filiação teórica, entre tantos outros aspectos que constituem sua identidade como pesquisador/a. Para Ramalho e Resende (2011, p. 115), “Não há análises textuais ‘completas’, ‘definitivas’, ‘objetivas’ ou ‘imparciais’. Toda análise é inevitavelmente seletiva, assim como toda pesquisa compõe-se de escolhas sucessivas, que lhe determinam o planejamento e a condução”. Corroborando com essa perspectiva, ao apresentar a seara de atuação da ADC, Magalhães (2005) nos ensina que:

A obra *Tales of the field*, de J. van Maanen (1988), apresenta diversas formas de produção do relatório de pesquisa, não mais considerado como um gênero discursivo fixo. A heterogeneidade dos gêneros discursivos, das vozes representadas nos textos e da própria autoria são características de um pensamento sobre a ciência que difere radicalmente da objetividade defendida pelo positivismo. Como defende o teórico português B. de S. Santos (2003: 88-89), “A ciência moderna produz conhecimentos e desconhecimentos. (...) Ao contrário, a ciência pós-moderna sabe que nenhuma forma de conhecimento é, em si mesma, racional; só a configuração de todas elas é racional”. (MAGALHÃES, 2005, p. 232)

Nesse sentido, afastando-se da ideia positivista de ciência, a ADC entende que a produção humana carrega marcas de sua feitura, estando historicamente situada. A esse respeito, Rajagopalan (2003, p. 55) mostra como qualquer teoria linguística acarreta implicações éticas, por articular determinados discursos. Nesse sentido, as escolhas, que constituem uma pesquisa, também podem ser condicionadas por interesses particulares, o que deflagra questões éticas, visto que a atividade científica, que tem alto grau de legitimidade, pode ser questionada em função de seus objetivos. Assim, saber como o conhecimento foi produzido (epistemologia), qual o entendimento de mundo (ontologia), permite perceber os modos de condução de um trabalho. Ainda segundo o mesmo autor:

Estamos em outras palavras no terreno da sociologia do conhecimento, e não mais no da epistemologia do saber. Ao perguntar quais as considerações éticas, ideológicas e políticas que subjazem a determinadas posturas teóricas, estamos em verdade inquirindo as condições em que o novo “saber” se produz e se reproduz. Estamos procurando entender, entre outras coisas, quais os recortes que o novo saber efetua, e ao fazer isso, quais exclusões ele legitima. A preocupação principal aqui é dar largada a uma discussão acerca dessas questões com a esperança de que ela traga subsídios para uma maior conscientização do aspecto ético das nossas práticas teóricas. (RAJAGOPALAN, 2003, p. 22).

O posicionamento do/a pesquisador/a, evidenciado na produção acadêmica, acarreta a reflexão sistemática sobre questões éticas. Nessa perspectiva, para a ADC, o posicionamento em relação à pesquisa não é apenas compreensível, mas é fundamentalmente necessário à prática de pesquisa crítica, não sendo possível proceder a uma crítica explanatória sem se posicionar frente ao objeto investigado. Assim, a ética é, conseqüentemente às escolhas que situam uma pesquisa no enquadre da ADC, foco do próprio fazer científico.

3.2 CONSTRUÇÃO DO DESENHO DE PESQUISA: OPÇÕES ONTOLÓGICAS, CONTINGÊNCIAS EPISTEMOLÓGICAS E IMPLICAÇÕES METODOLÓGICAS

Nesta subseção retomo a reflexão sobre o desenho de pesquisa e os procedimentos levados a cabo para coleta e geração de dados. Ela está dividida em três partes: em 3.2.1, reflito acerca da construção de uma pesquisa de caráter qualitativo e de como é necessário o rigor para garantir a qualidade desse tipo de investigação; em 3.2.2, retomo os critérios adotados para composição dos *corpora* documentais, arrolando os textos efetivamente analisados; e, em 3.2.3, explico a maneira como os dados documentais orientaram o convite a colaboradores/as, revisito as notas de campo que tomei durante toda investigação e apresento os tópicos-guia empregados para a realização de entrevistas semiestruturadas.

3.2.1 COESÃO E COERÊNCIA COMO QUALIDADE DA PESQUISA QUALITATIVA

A coesão e a coerência se dão no âmbito dos objetivos sociais da investigação e igualmente em relação à própria ontologia sobre que nos baseamos, que entende o mundo social como sendo constituído de diferentes estratos. Conforme o que foi retomado em 1.1.2, o que podemos acessar são componentes ontológicos das práticas sociais do estrato empírico, sendo o real impossível de alcançar senão por meio da subjetividade do/a pesquisador/a. Ramalho (2007, p. 79) corrobora com essa compreensão do alcance da pesquisa sob a perspectiva crítica, enfatizando que:

a ADC descarta a possibilidade de pesquisas científicas acessarem diretamente, por exemplo sem passar pelo crivo do pesquisador, o estrato empírico da realidade. Nessa mesma perspectiva, pode ser apontada a influência do RC na posição “crítica” da ADC, ou seja, em sua inclinação emancipatória. Essas implicações teórico-metodológicas do RC podem ser apontadas como algumas características que contribuem para distinguir a ADC de outras vertentes de análise de discurso.

O entendimento de que não se pode acessar diretamente elementos do real recai na compreensão de que, mais do que crítica, a ADC tem de ser (auto)crítica, evidenciando, desse modo, as limitações da ciência em compreender determinados processos sociais. A esse respeito, Ramalho e Resende (2011, p.35) observam que:

Para Bhaskar (1978, p. 26), constituiriam falácias epistêmicas” pretender, por um lado, estudar o mundo real de maneira objetiva, visto que só podemos estudar o mundo real passando pelo filtro de nossas experiências; e, por outro, conceber o mundo como constituído apenas pelo domínio empírico, ou seja, por aquilo que experienciamos.

Para o Realismo Crítico, o estrato empírico se refere ao domínio da experiência, daquilo que pode ser compreendido por meio do conjunto de processos sociais, pessoais, e, na mesma medida, do desenvolvimento da própria ciência. Sayer (2000, p. 12) aponta ainda que a possibilidade de observar algo permite compreender algo que pensamos existir, mas cuja existência não depende nem de nossa compreensão, nem de nosso pensar existir. Para o Realismo Crítico, é plausível a existência de entidades não observáveis, mas de cujos efeitos é possível tomar conhecimento, e assim, em uma lógica de causalção, chegar a compreender seu funcionamento, por meio da manifestação que nos é transitiva. Isso, porém, não permite a redução dos poderes causais a seus efeitos, mas mostra que há meios de se acessar componentes extremamente abstratos por meio da análise de elementos mais concretos.

Sobre esta questão, Resende (2009, p. 26) observa que: “A irredutibilidade é consequência da abertura do social que garante que as relações entre (redes de) práticas seja um equilíbrio provisório, nunca acabado – o que é realizado em um dado momento é dependente de que poderes causais são ativados”. Nesse sentido, existem poderes causais que, mesmo que não sejam ativados em determinada prática, continuam a existir. Por essa razão, nossas pesquisas são sempre parciais e estão sempre em construção (FAIRCLOUGH, 2003). Acrescente-se a isso a relativa impermanência dos processos sociais que analisamos ao longo do tempo, que, diferente dos fenômenos naturais, são mais mutáveis e cuja mudança frequentemente não conseguimos acessar. Assim, é possível compreender/criticar a própria imaturidade de nossa ciência e a necessidade de uma constante atualização.

Isso, no entanto, não inviabiliza nossas investigações ou a possível contribuição que possam trazer à sociedade. Na realidade, a compreensão dessa complexidade ontológica nos permite acessar com maior clareza elementos dessa rede de práticas e construir conhecimento sobre ela. Para o Realismo Crítico, esse mapeamento é o que viabiliza a dimensão transitiva da ciência, sendo a partir dessa transitividade que a compreensão sobre as estruturas de poder, os poderes causais, os bloqueios para a superação de desvios sociais, entre outros elementos, podem ser analisados e, a partir deles, pode-se gerar uma epistemologia que retroalimente essa cadeia de compreensão da complexidade da realidade social (SAYER, 2000; RAMALHO, 2006; RESENDE, 2009). Se acaso uma ontologia plana tivesse sido adotada, não seria possível acessar esses ele-

mentos, pois estes estariam imersos na indistinção entre o que é real/potencial e aquilo que nós podemos efetivamente acessar.

Essa transitividade se estabelece na/pela dimensão interpretativa ou hermenêutica, no conhecimento sobre os processos sociais. Os significados permeiam todo processo social; assim, é por meio desses significados que se pode acessar o estrato cognoscível ou empírico dos componentes ontológicos que visamos analisar.

O Realismo Crítico entende que os fenômenos sociais são intrinsecamente significativos, e por isso o significado não apenas lhes é descritivo, mas lhes é constitutivo (há, evidentemente, materiais constituintes também). Significado tem de ser entendido, não pode ser mensurado ou contado, e portanto há sempre um elemento interpretativo ou hermenêutico na ciência social. Isso é mais evidente na etnografia e na Análise de Discurso.²⁵ (SAYER, 2000, p. 17, tradução minha)

Os estudos discursivos podem contribuir muito para estudos mais amplos sobre os processos sociais, por gerar epistemologias capazes de mapear o funcionamento da instância discursiva, que, por suas características imanentes, é concretamente transitiva. Ao acessar eventos discursivos (sempre materiais), podemos compreender a maneira como as práticas sociais (ou, o equivalente discursivo, as ordens de discurso) constroem esses eventos, e como, na outra via, os eventos discursivos ajudam a conformar as práticas sociais. A impossibilidade de mensurar ou de criar correlatos numéricos para os processos que estudamos faz com que seja necessário lançar mão de outro tipo de abstração. A esse respeito, Resende e Marchese (2011) observam que:

No que se refere às perspectivas metodológicas, a ADC coaduna-se com paradigmas interpretativistas. Como Pardo (2008a) argumenta, depois de 500 anos de predomínio do paradigma positivista, inclusive nas ciências sociais, na última metade do século XX tomou forma um movimento voltado ao interpretativismo, e, no interior desse movimento, fortaleceu-se o uso de métodos qualitativos que permitem abordar problemas sociais, cuja essência é inerentemente qualitativa. De fato, dificilmente se poderia revelar aspectos qualitativos de problemas sociais com base apenas em estudos predominantemente estatísticos ou quantitativos. (RESENDE; MARCHESE, 2011, p. 8)

Assim, delinea-se o imperativo, em ADC, de se realizarem investigações de caráter qualitativo, tendo em vista as especificidades de nossos estudos e a importância de observarmos a coesão e a coerência supracitadas. É mister, pois, desenvolver epistemologias que respondam a essa complexidade ontológica, bem como desenvolver métodos de investigação que lhes sejam adequados, tanto no sentido da hermenêutica do círculo endógeno das ciências sociais quanto no círculo hermenêutico externo à academia, que é constitutivo e constituinte das práticas sociais que são o alvo final de nossas investigações. Trata-se de construir nossos trabalhos como pesquisas engajadas, por meio das quais necessariamente agimos junto às práticas sociais que investigamos. A esse respeito Flick (2009) observa que:

²⁵ Critical realism acknowledges that social phenomena are intrinsically meaningful, and hence that meaning is not only externally descriptive of them but constitutive of them (though of course there are usually material constituents too). Meaning has to be understood, it cannot be measure or counted, and hence there is always an interpretative or hermeneutic element in social science. This is most obvious in ethnography and discourse analysis. (SAYER, 2000, p. 17)

Em sua definição (...) Denzin e Lincoln (2005a, p. 3) destacam que as “práticas dos pesquisadores transformam o mundo”. Novamente, há dois lados da moeda nessa afirmação. O primeiro é que os[as] pesquisadores[as] qualitativos[as] não agem com neutralidade invisível, e sim tomam parte quando observam (na observação participante) ou fazem com que os[as] participantes reflitam sobre sua vida e história de vida (em uma entrevista biográfica), o que pode levar os[as] entrevistados[as] a compreender coisas novas sobre sua situação e o mundo ao seu redor. O segundo é que a pesquisa qualitativa deveria (em geral ou sempre) se engajar na tarefa de mudar mundo. (FLICK, 2009, p. 22, acréscimos meus)

A coesão e a coerência emergem como ‘qualidade da pesquisa qualitativa’ (FLICK, 2009, p. 87), que se refere ao se entender que a pesquisa qualitativa tem como característica indispensável o posicionamento explícito do/a pesquisador/a em relação ao que está investigando, à maneira como investiga e como produz os resultados da sua investigação. Não se trata aqui nem de ingenuidade tampouco de cinismo de acreditar que nossos estudos sozinhos podem transformar a realidade social, mas de acreditar em uma agenda mais ampla para a pesquisa social que, ancorada na adoção do Modelo Transformacional da Realidade Social (ver seção 1.2), pode mover elementos sociais, redistribuindo determinadas forças e poderes e, dessa maneira, pode culminar na promoção de mudanças. Nesse sentido, nossa seara de atuação pode contribuir de maneira vigorosa para a compreensão dos processos sociais, por meio do estudo da instância discursiva desses processos.

Observando os títulos das seções deste capítulo, é possível que meu/minha leitor/a esteja se perguntando por que eu insisto no conceito de construção para referir o trabalho acadêmico. Do mesmo modo que entendo que o trabalho científico crítico deve redobrar-se sobre si mesmo para ser coerente e coeso, entendo que os traços dessa produção devem ser evidenciados. Deste modo, insisto na ideia de construção processual, e não na aparição por ‘inspiração divina’ ou pela autolegitimação que a ciência se atribui, ideias positivistas que muitos relatórios de pesquisa, ainda hoje, parecem ressoar. A abordagem por que opto resulta ser contracionista, haja vista que examina “a relação com a realidade lidando com processos construtivos ao abordá-la” (FLICK, 2009, p. 29). A coerência a que me proponho faz com que a construção dessa investigação, necessariamente, estruture-se sob a premissa do caráter qualitativo, que julgo ser necessário para compreender em profundidade o funcionamento de práticas sociais, que são o foco das investigações em ADC. A esse respeito, Mason (2005), ao discutir os desafios para a pesquisa qualitativa, aponta que a pesquisa qualitativa:

tem uma incomparável capacidade de constituir argumentos convincentes sobre *como as coisas funcionam em contextos particulares*. Mais do que isso todavia, enquanto nem todos os/as pesquisadores/as qualitativos/as estão em uma missão de produzir ‘a imagem geral’ de como as coisas funcionam, o hábito qualitativo de conectar intimamente contexto com explanação significa que a pesquisa qualitativa é capaz de produzir *generalidades transcontextuais* muito bem fundamentadas, ao invés de aspirar a versões de contextuais mais frágeis.²⁶ (MASON, 2005, p. 1, grifos originais, tradução minha)

²⁶ This means that it has an unrivalled capacity to constitute compelling arguments about how things work in particular contexts. More than that though, while not all qualitative researchers are on a mission to produce ‘the general picture’

Dessa maneira, a opção por desenvolver pesquisas de caráter qualitativo resulta ser uma opção pela solidez da explanação que é viabilizada pelo aprofundamento do estudo. Devo frisar, no entanto, que essa opção pelo qualitativo estrito não é a única possível para a realização de estudos discursivos, sendo possível, também, combinar métodos em pesquisas quali-quantitativas, mas, tendo em vista meus objetivos de pesquisa, trata-se da opção mais coerente. Há casos de pesquisas extremamente bem sucedidas, como as empreendidas por Wodak (2009) e Pardo Abril (2008), que trabalham com *corpus* vultosos e associam métodos quantitativos e qualitativos, mas que têm como característica serem desenvolvidas por grandes equipes de pesquisadores/as e poderem dispor de um tempo maior para sua confecção, o que não é o caso da presente investigação, que teve de ser concluída, por mim, em dois anos.

Esse caráter qualitativo também está relacionado à dimensão transitiva, por meio da qual é possível gerar conhecimento sobre determinados componentes ontológicos. Por estarem estes interconectados com outros componentes, o conhecimento a partir deles construído permite desenvolver explicações sociais críticas mais amplas, e assim é possível “investigar e mostrar conexões e relações causais que estão ocultas em relações assimétricas de poder” (FAIRCLOUGH, 2003, *apud* RAMALHO; RESENDE, 2011, p. 36). Primar pela qualidade (ao invés da quantidade) de dados que deem a ver da melhor maneira possível essas relações causais viabiliza um estudo aprofundado que pode ensejar explicações críticas que tenham efetivamente o potencial de contribuir para a mudança de paradigmas sociais.

Assim, é possível entender como a opção por uma produção científica de caráter qualitativo não se reduz apenas à escolha por um ou outro método, mas decorre da pertinência de tal abordagem para o duplo interesse de contribuir com o desenvolvimento do conhecimento (no caso, do arcabouço teórico-metodológico da ADC) e com a superação dos problemas motivadores do trabalho de investigação, na perspectiva “extramuros”.

A pesquisa qualitativa é um rótulo que abarca um sem número de abordagens científicas possíveis. Ao se optar por desenvolver uma pesquisa assim rotulada, não se trata de tomar modelos e estruturas já sedimentadas para atingir nossos objetivos, mas de (re)pensar métodos e compor um repertório adequado tanto à opção ontológica quanto às possibilidades que as ferramentas epistemológicas nos fornecem, bem como às contingências que enfrentamos no desenvolvimento da investigação e aos objetivos não só nossos, mas de nossos/as colaboradores/as. Existe pois, a necessidade de refinar ferramentas e métodos de investigação já explorados com sucesso por outras/os pesquisadoras/es para a produção científica, bem como de desenvolver outras aproximações teórico-metodológicas aos componentes que intentamos investigar.

of how things work, the qualitative habit of intimately connecting context with explanation means that qualitative research is capable of producing very well-founded cross-contextual generalities, rather than aspiring to more flimsy de-contextual version.

A construção de uma investigação é feita com base nas cadeias de opções, uma consequência das demais e ensejando as demais, que devemos tomar ao longo do percurso de seu desenvolvimento. Ao pensar em opções e negar o acaso, exploramos a ideia de como o processo de construção da pesquisa condiciona seus resultados, evidenciando, desse modo, para além da obviedade, a centralidade da ação do/a pesquisador/a. Ainda sobre esse caráter processual, Mason (2005) observa que:

Pensar de maneira qualitativa significa rejeitar a ideia de um desenho de pesquisa feito em um único documento que seria um esquema detalhado anterior e integral para a peça de pesquisa. Isso também quer dizer rejeitar a ideia de estratégia e das decisões do desenho definidas *a priori*, ou que tais decisões possam e devam ser feitas apenas no começo do processo de pesquisa. Isso se deve ao fato de a pesquisa qualitativa ser caracteristicamente exploratória, fluida e flexível, conduzida pelos dados e sensível ao contexto. Assim sendo, seriam contraproducente e impossível de escrever de maneira antecipada um esquema detalhado. Na pesquisa qualitativa, decisões sobre desenho e estratégia são fundamentadas na prática, nos processos e no contexto da própria pesquisa.²⁷ (MASON, 2005, p. 24, tradução minha)

Assim, o desenho de uma pesquisa qualitativa deve ser construído ao longo da investigação, não deve, pois, permanecer estancado em um momento inicial do projeto, deve ser revisto e reavaliado constantemente, donde se compreende o redimensionamento ao enquadre de 1999, proposto por Fairclough (2008). A coerência interna e externa faz com que, partindo-se das opções teóricas e tendo em mente os objetivos a serem alcançados, seja construída uma rotina investigativa em que a reflexividade e a (auto)crítica são permanentes. Essa reflexividade deve contemplar a necessária utilização de ferramentas epistemológicas condizentes com o enquadre ontológico selecionado pelo/a pesquisador/a. No caso desta investigação, a opção pelo Modelo Transformacional da Atividade Social resulta no necessário mapeamento de meu objeto de interesse dentro da ontologia estratificada do Realismo Crítico, tendo em mente que:

o foco dessa abordagem relacional/dialética, igualmente informada pela ciência social crítica não está na estrutura social, mais fixa e abstrata, tampouco na ação individual, mais flexível e concreta. Está de fato na entidade intermediária das práticas sociais. E o conceito de 'prática social' como entidade intermediária é mais um dos aspectos do RC recontextualizados em ADC. (RAMALHO; RESENDE, 2011, p. 36)

O objetivo de se conduzir uma análise discursiva crítica é sempre acessar dados que possam informar sobre as práticas sociais e assim permitir uma explanação crítica que tenha o potencial de contribuir para a compreensão dos processos sociais em tela. Mesmo sendo esse o foco, ou, retextualizando, a meta final, o elemento ontológico transitivo do estrato social empírico com

²⁷ Thinking qualitative means rejecting the idea of a research design as a single document which is an entire advance blueprint for a piece of research. It also means rejecting the idea of a priori strategic and design decisions, or that such decisions can do and should be made only at the beginning of the research process. This is because qualitative research is characteristically exploratory, fluid and flexible, data-driven and context-sensitive. Given that, it would be both inimical and impossible to write an entire advance blueprint. In qualitative research, decisions about design and strategy are on going and are grounded in the practice, process and context of the research itself. (MASON, 2000, p. 24)

que trabalhamos são os textos, que, em função de sua materialidade, nos permitem acessar os significados discursivos construídos pelas práticas e a partir dos quais se constroem as práticas. A esse respeito, abordando a seara de atuação da linguística orientada para o social, Resende (2008) observa que:

Temos interesses específicos em aspectos de problemas sociais que não coincidem plenamente com os interesses das ciências sociais (em termos da dimensão intransitiva do conhecimento), e contamos com habilidades e discursos científicos diferentes (em sua dimensão transitiva). Acontece que nosso foco, como analistas de discurso, não são primariamente as atividades materiais ou as estruturas sociais de um modo amplo, mas *o momento discursivo das práticas sociais e as relações causais que estabelecem com outros momentos das práticas, as relações de emergência entre aspectos discursivos e não discursivos na reprodução/transformação da sociedade*. Como determinados discursos são utilizados para manter/transformar relações sociais? Como construções discursivas de identidades entram em conflito em práticas sociais específicas? Como recursos discursivos – habilidades para a produção de textos em gêneros específicos, acesso a espaços privilegiados de interlocução etc. – são disponibilizados a atores sociais que ocupam posições específicas? (RESENDE, 2008, p. 95, grifos meus)

O escopo das investigações filiadas à ADC abrange não apenas o momento discursivo das práticas sociais, que de fato são nosso foco e são o *locus* de maior transitividade em razão da especificidade das epistemologias de que lançamos mão, mas também nos interessa investigar as relações causais que a instância discursiva entretém com as demais instâncias das práticas sociais, visando dessa maneira compreender como a linguagem funciona no cerne social. Essa compreensão nos possibilita propor soluções para os desvios motivadores de nossos estudos, visto que, por meio da análise textual, temos o potencial de verificar em que nível está(ão) o(s) obstáculo(s) a ser(em) superado(s). Partimos, assim, de um foco, de nosso objeto mínimo – o texto –, que está interconectado com diferentes instâncias dos processos que investigamos. E é a partir do conhecimento das epistemologias de que dispomos, e que selecionamos, que somos capazes abordar os elementos textuais e discursivos, cujo funcionamento social já (em parte) mapeado, nos permite galgar o conhecimento sobre as práticas mais abrangentes.

Os significados do discurso (ver seção 1.1.1) são a base para a compreensão do funcionamento de textos em práticas sociais. Trata-se de elementos epistemológicos que nos permitem investigar em profundidade a atividade social cujas marcas subjazem nos textos. Assim, por meio da modelização em que os significados acional, representacional e identificacional são passíveis de análise por meio de categorias analíticas – nossas ferramentas metodológicas básicas (ver mais em 3.2) –, o objeto linguístico se constitui na interface de nossa compreensão teórica prévia e de nossos objetivos de pesquisa. Assim, emerge a necessidade de se formularem questões de pesquisa balizadoras da investigação, para definir caminhos a serem explorados e percursos a serem desenvolvidos durante o processo de investigação. Essa perspectiva difere da tradição de estipulação de hipóteses ou proposições prévias ao acesso empírico desses componentes ontológicos, que teriam como fim serem testadas ou provadas (MASON, 2005, p. 19).

A formulação de hipóteses não é adequada para a perspectiva teórico-metodológica da ADC, na qual a pesquisa tem como objetivo devolver para a teoria e para o método refinamentos e avanços em função do que pode ser compreendido por meio das experiências que desenvolvemos ao longo dos processos de pesquisa. Desse modo, um dos focos da investigação discursiva resulta ser a compreensão ou o mapeamento dos componentes ontológicos passíveis de acesso por meio do estrato empírico e transitivos a nossas epistemologias. Assim, o grande desafio intelectual (MASON, 2005) que compartilhamos, enquanto pesquisadoras/es, delinea-se nesse fluxo entre teoria, método e prática de pesquisa.

Tendo em vista os conceitos de coesão e coerência que explorei na seção anterior, que corroboram com o modelo desenvolvido por Mason (2005), procurei realizar um desenho de pesquisa que partisse de questões que pudessem efetivamente ser respondidas com os recursos das epistemologias articuladas no cerne na ADC. Nesse sentido, Mason (2005, p.27) observa que “Ao ligar suas questões de pesquisa e sua metodologia com um rol específico de métodos e técnicas, é necessário trabalhar, em algum detalhe, na reflexão sobre o que pode constituir conhecimento ou evidência relevantes para o seu desafio intelectual e suas questões de pesquisa”.²⁸ Assim, minhas questões de pesquisa foram elaboradas visando orientar a seleção de dados documentais e a geração de dados etnográficos, considerando o tratamento que conferi, posteriormente, a esses dados. Para tanto, foi necessário desenvolver estratégias metodológicas para realizar o desenho de pesquisa e escolher métodos para realização da investigação. Esse desenho está sintetizado nos quadros 10 e 11, que seguem.

²⁸ In linking your research questions, and your methodology, with a specific set of research methods and techniques, you will need to work out in some detail what might constitute knowledge or evidence relevant to your intellectual puzzle and research questions. (MASON, 2005, p. 27)

Quadro 10 – Desenho da Dimensão Documental da Pesquisa

	QUESTÕES DE PESQUISA	COMPONENTES ONTOLÓGICOS	MÉTODOS E FONTES	JUSTIFICATIVA EPISTEMOLÓGICA
AÇÃO	1. a) Como as ações discursivas de <i>Ocas</i> ” e de <i>O Trecheiro</i> são configuradas? b) Há uma “identidade” comum às duas publicações?	O texto como concretização do momento discursivo das práticas sociais articula o significado acional, portanto gêneros que foram investigados com base nos <i>corpora</i> documentais. Deve-se, no entanto, observar que esses dados, bem como a sua análises, são parciais. E que é por essa fragilidade que se faz necessária a complementação com dados etnográficos.	- Coleta de documentos; - Seleção dos <i>corpora</i> da revista <i>Ocas</i> ” e do jornal <i>O Trecheiro</i> com base em um recorte temporal e em critérios temáticos; - Análise de dados com base nas categorias analíticas: ‘estrutura de genérica’, ‘intertextualidade’ e ‘coesão’.	Com base na análise discursiva de dados documentais coletados, é possível acessar parcialmente o significado acional do momento discursivo das práticas de produção/divulgação das publicações da imprensa de rua. E, assim, investigar o potencial de agência de textos veiculados em <i>Ocas</i> ” e em <i>O Trecheiro</i> .
	2. a) Como a ação discursiva de cada texto analisado é configurada? b) Os textos materializam que tipos de gêneros? c) Quais são as diferenças e as semelhanças com aqueles materializados nos textos da mídia tradicional?			
REPRESENTAÇÃO	3. a) Como as pessoas em situações de rua são representadas nos textos das publicações? b) Como suas demandas são representadas nos textos das publicações? c) Como as publicações <i>Ocas</i> ” e <i>O Trecheiro</i> representam a violência em relação às pessoas em situações de rua?	O texto como concretização do momento discursivo das práticas sociais articula o significado representacional, portanto discursos, que foram investigados com base nos <i>corpora</i> documentais.	- Coleta de edições; - Seleção dos <i>corpora</i> da revista <i>Ocas</i> ” e do jornal <i>O Trecheiro</i> com base em um recorte temporal e em critérios temáticos; - Análise de dados com base nas categorias analíticas: ‘significado de palavra’, ‘representação de atores sociais’, ‘representação de eventos sociais’ e ‘interdiscursividade’.	Com base na análise discursiva de dados documentais coletados, é possível acessar o significado representacional do momento discursivo das práticas de produção/divulgação das publicações da imprensa de rua. E, assim, investigar a maneira como as pessoas em situações de rua são representadas nessas publicações e verificar se há mudança discursiva em relação à mídia tradicional, como os textos se posicionam em relação à essa realidade, e se há abertura para a diferença (Fairclough, 2003) nos textos analisados.
	4. Os discursos de assistencialismo e de protagonismo, em relação às pessoas em situações de rua, são articulados nos textos dessas publicações?			
IDENTIFICAÇÃO	5. a) Como pessoas em situações de rua são identificadas nos textos das publicações? b) Há contribuição para a formulação das identidades de resistência e/ou projeto de pessoas em situações de rua por parte das publicações, a partir de seus textos?	O texto como concretização do momento discursivo das práticas sociais articula o significado identificacional, portanto identidades (Castells, 2000) que foi investigado com base nos <i>corpora</i> documentais.	- Coleta de documentos; - Seleção dos <i>corpora</i> da revista <i>Ocas</i> ” e do jornal <i>O Trecheiro</i> com base em um recorte temporal e em critérios temáticos; - Análise de dados com base nas categorias analíticas: ‘avaliação’, ‘modalidade’ e ‘metáfora’.	A partir da análise discursiva de dados documentais coletados, é possível acessar o significado identificacional do momento discursivo das práticas de produção/divulgação das publicações da imprensa de rua. E, assim, investigar a maneira como pessoas em situações de rua são identificadas e se identificam nessas publicações e verificar se há contribuição para a formulação de identidades alternativas e/ou reforço identitário da população em situações de rua e verificar quais tipos de construção identitária são priorizadas em seus textos.
	6. a) Como pessoas em situações de rua se identificam nos textos de sua autoria veiculados em <i>Ocas</i> ” e em <i>O Trecheiro</i> ? b) Nos textos de autoria de pessoas em situações de rua que tipo de identidade – legitimadora, de resistência, de projeto – é formulada? c) Há prevalência de um ou outro tipo de construção identitária?			

Quadro 11 – Desenho da Dimensão Etnográfica da Pesquisa

	QUESTÕES DE PESQUISA	COMPONENTES ONTOLÓGICOS	MÉTODOS E FONTES	JUSTIFICATIVA EPISTEMOLÓGICA
A Ç Ã O	<p>1. a) As ONGs OCAS e Rede Rua têm ações conjuntas, como, por exemplo, oficinas?</p> <p>b) <i>Ocas</i> e <i>O Trecheiro</i> são complementares em relação às ações discursivas que promovem?</p>	<p>O texto das entrevistas potencialmente articulam significados outros dos encontrados nos textos documentais e possibilitaram a expansão do escopo desta investigação por meio da triangulação entre dados coletados e gerados, tendo como objetivo final a elaboração de uma crítica social explanatória. Em especial, no que tange a essa questão de pesquisa, interessou-me investigar como se processa a ação empreendida pelas publicações e, de forma mais abrangente a ação das ONGs.</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Geração de dados por meio de entrevistas semiestruturadas; - Transcrição das entrevistas; - Recorte e seleção de dados com base em critérios que respeitem a cronologia da interação e com base em regularidades que possam existir nos textos das falas; - Análise de dados com base nas categorias analíticas: 'relações semânticas/gramaticais entre os períodos e orações', 'presunção', 'modalidade', 'avaliação' e 'interdiscursividade' 	<p>Por meio de análise discursiva de dados gerados por meio de entrevistas, é possível ter outra perspectiva das práticas de produção/divulgação das publicações da imprensa de rua. E, assim, investigar a maneira como as publicações se relacionam entre si, e se existe complementariedade entre suas ações sociais de uma forma mais ampla, e especificamente de suas ações discursivas. E se, de fato, há espaço para a expressão de pessoas em situações de rua nas publicações, bem como se a ação das publicações propicia o protagonismo da população em situações de rua.</p>
	<p>2. a) No caso de <i>O Trecheiro</i>, existe a participação efetiva das pessoas que se encontram em situações de rua, na feitura do jornal? Se existe, como ela ocorre?</p> <p>b) No caso de <i>Ocas</i>, existe a participação efetiva de suas/seus vendedoras/es, na feitura da revista? Se existe, como ela ocorre?</p> <p>c) E, de uma forma mais ampla, existe a participação de pessoas que se encontram em situações de rua que não sejam necessariamente vendedores/as?</p>			
R E P R E S E N T A Ç Ã O D A A Ç Ã O	<p>3. a) Como os/as colaboradores/as e/ou vendedores/as regulares de cada publicação percebem sua prática discursiva?</p> <p>b) Como os/as colaboradores/as e/ou vendedores/as regulares de cada publicação percebem as consequências sociais de sua ação discursiva nas publicações?</p> <p>c) Consideram que as publicações afetam sua vida? Como e por quê?</p> <p>4. a) Como as/os editoras/es de cada publicação percebem sua prática discursiva?</p> <p>b) Como as/os editoras/es de cada publicação percebem as consequências sociais de sua ação discursiva?</p> <p>c) Como as publicações afetam a vida das/os editoras/es ??</p>	<p>O texto das entrevistas potencialmente articulam significados outros dos encontrados nos textos documentais e possibilitaram a expansão do escopo desta investigação por meio da triangulação entre dados coletados e gerados, tendo como objetivo final a elaboração de uma crítica social explanatória. Por meio dessa questão, foi possível investigar a percepção dos/as colaboradores/as e/ou vendedores/as, e dos/as editoras/es das publicações sobre a sua ação na produção/divulgação das publicações.</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Geração de dados por meio de entrevistas semiestruturadas; - Transcrição das entrevistas; - Recorte e seleção de dados com base em critérios que respeitem a cronologia da interação e com base em regularidades que possam existir nos textos das falas; - Análise de dados com base nas categorias analíticas: 'relações semânticas/gramaticais entre os períodos e orações', 'presunção', 'modalidade', 'avaliação' e 'interdiscursividade' 	<p>Com base na análise discursiva de dados gerados por meio de entrevistas, é possível ter outra perspectiva das práticas de produção/divulgação das publicações da imprensa de rua. E, assim, investigar como as pessoas em situações de rua se posicionam em relação à produção/divulgação das publicações e qual importância atribuem a prática social da imprensa de rua.</p>

3.2.2 COLETA E GERAÇÃO DE DADOS: TRIANGULAÇÃO METODOLÓGICA

Como observado na seção anterior, o maior desafio intelectual, que a meu ver se impõe para analistas de discurso, é compreender quais são os componentes ontológicos do real que podem ser apreendidos empiricamente por meio da análise discursiva. Esse desafio, no entanto tem de ser repensado para cada pesquisa, pois cada *corpus* analisado terá, evidentemente, características específicas, assim o que podemos e devemos almejar não são generalizações superficiais, mas, generalidades transcontextuais que nos permitam avançar mais em nossa compreensão sobre como funcionam as práticas discursivas e suas relações com as demais instâncias da realidade social. Em razão de meus objetivos de pesquisa, foi necessário construir um *corpus* plural, que permitisse vislumbrar um conjunto maior de elementos tanto das práticas quanto do potencial. Tendo em vista que cada texto, como realização do potencial, busca sua viabilidade nas práticas sociais disponíveis, e, assim, traz para o nível da concretude determinados elementos do estrato potencial, por essa razão, a análise de um evento unívoco informaria pouco sobre o potencial.

Em minha proposta de investigação qualitativa, a ideia de pluralidade se associa com a de amostragem Flick (2009, p. 44), evidentemente não no sentido generalização matemática, mas no sentido de construir um panorama robusto o suficiente para permitir a explanação social que chegue às generalidades transcontextuais supracitadas (MASON, 2005). Nesse sentido, o tipo de procedimento que empreguei para escolha dos casos que comporiam os meus *corpora* (abaixo descritos) foi a lógica construtivista que entende que estes não devem ser constituídos de antemão, mas sim “durante o processo de pesquisa, observando-se os dados obtidos, segundo o processo de análise destes continuamente” (FLICK, 2009, p. 45). Igualmente, em função da especificidade das práticas sociais alvo de minha investigação, por se tratar de práticas situadas em movimentos sociais e em trabalhos voluntários, eu tive de adotar um posicionamento flexível e aberto para a diferença desde o início, entendendo que a seleção não seria apenas baseada em minha volição, mas na somatória de interesses que encontraria durante o trabalho. Assim, optei por construir uma amostragem intencional que, segundo o que observa Flick (2009, p. 48) “tem maior probabilidade de ser parte de um desenho amplo, sendo mais fácil de administrar caso os[as] pesquisadores[as] sejam mais experientes”.

A experiência, evidentemente, não é o meu caso, mas para analisar processos humanos que antes mesmo de tomarem forma já se desfazem, não seria sensato aprisionar-me em uma rigidez, que mesmo mais simples, seria pouco produtiva para meus objetivos. Repiso a já cansada citação do Manifesto de Marx e Engels (2006, p. 28) – “Todas as relações imutáveis e esclerosadas, com o seu cortejo de representações e de concepções vetustas e veneráveis dissolvem-se; as recém-constituídas corrompem-se antes de tomarem consistência”. (Marx e Engels, 2006, pp. 28-29) –, mas ainda de uma pertinência irretocável, para justificar minha ousadia metodológica. Foi necessário para mim, como pesquisadora, construir estratégias que suprissem minha pouca experiência, para viabilizar o estudo que ora lhes apresento.

Assim, procurei construir um raciocínio ao mesmo tempo qualitativo tematicamente e quantitativamente distribuído no tempo para selecionar os textos que comporiam os *corpora* documentais. E tendo constituído essa primeira etapa documental da pesquisa, a partir dos dados que obtive, tracei os parâmetros, não rígidos, mas estruturados, para convidar determinados atores sociais a participar da pesquisa por meio de entrevistas semiestruturadas. Outro fator que condicionou a seleção de meus/minhas colaboradores/as foi:

encontrar os casos mais típicos ou os mais desenvolvidos para estudar o fenômeno [processo] que se está investigando. Dessa forma (...) buscamos pessoas com uma longa experiência com a questão de pesquisa ou as que estão realmente em posição de revelar a prática profissional em que estamos interessados[as]. (...) os[as] pesquisadores[as] qualitativos[as] estão interessados[as] nas pessoas que estão “realmente envolvidas e têm experiência com a questão em estudo. Portanto, estamos em busca de casos fundamentais em função da experiência do conhecimento, da prática, etc. (FLICK, 2009, p. 47)

Houve, pois, procedimentos plurais para compor *corpora* plurais, tendo em um mesmo estudo diferentes objetivos de amostragem, mas congruentes no sentido de que estas me permitissem mapear o funcionamento discursivo das publicações *Ocas* e *O Trecheiro*, o que se justifica pela necessidade de se ampliar a abordagem do fenômeno discursivo, que, como foi dito anteriormente, é entendido pela ADC como um momento da multifacetada prática social. Corroborando com a ideia de uma amostragem “orientada à coleta da heterogeneidade no campo e no sentido de permitir o máximo possível de comparações” (MAXWELL, 2005, p. 89), e de maneira mais aprofundada, visando construir *corpora* que permitissem acessar diferentes componentes ontológicos (RESENDE, 2008, p.83). À somatória desses procedimentos podemos chamar de triangulação metodológica (STUBBS, 1987), que visou, nesse sentido, a uma compreensão ampla do contexto pesquisado, evitando uma abordagem unilateral (MASON, 2005).

Nesse particular, devo frisar que a especificidade do tipo de dados também foi decisiva para a opção por um ou outro método. Nesse sentido, os dados documentais têm como característica serem dados coletados, pois estão disponíveis na realidade social, independente de minha interação com o campo, diferentemente dos dados das entrevistas que foram gerados por minha interação com atores sociais inseridos nas práticas que objetivei investigar. Sobre essa questão, Resende (2008a) propõe uma distinção epistemológica entre coleta dados e geração de dados, para a autora:

em pesquisa de campo de natureza etnográfica a maior parte dos dados não é simplesmente coletada – como se já estivesse disponível independente do trabalho do/a pesquisador/a –, e sim gerada para fins específicos da pesquisa. Ir a campo e realizar interações especificamente organizadas para a pesquisa não é coletar algo que já esteja disponível na vida social, pois o que fazemos é criar situações, gerar espaços de interlocução e, muitas vezes, criar métodos para isso. Investigamos problemas sociais sem dúvida pré-existentes à pesquisa, mas criamos situações sociais úteis para sua investigação. Por outro lado, algumas vezes coletamos textos e interações já disponíveis, que existem independentemente de nossa intervenção – é o caso da coleta de materiais impressos, no contexto da pesquisa, ou da gravação de interações típicas desse contexto. (RESENDE, 2008a, pp 82-83).

Assim para acessar componentes ontológicos que ampliariam o escopo relacionado aos processos relacionados às publicações *Ocas*” e *O Trecheiro* optei por gerar dados etnográficos por meio de entrevistas semiestruturadas. A descrição detalhada dos procedimentos que empreguei para a composição dos corpora está contida nas seções subsequentes.

Amostragem documental: equalização e heterogeneidade

A pesquisa que construí no mestrado partiu de uma trajetória anterior, começada em meu Trabalho de Conclusão de Curso, “Não deu no rádio, no jornal ou na televisão” – análise discursiva crítica de textos do jornal *O Trecheiro*, e no Projeto de Iniciação Científica, “A porta da rua, serventia de quem? – análise discursiva crítica de textos do jornal *O Trecheiro*”. As duas pesquisas que desenvolvi na área de ADC ainda durante a graduação foram orientadas pela professora Doutora Viviane de Melo Resende, e ambas integraram o projeto guarda-chuva – “Publicações em língua portuguesa sobre população em situação de rua: análise de discurso crítica” –, cujo o objetivo foi empreender uma pesquisa etnográfico-discursiva das cinco publicações orientadas para as situações de rua em Língua Portuguesa, mapeadas por meio do *International Network of Street Papers* (RESENDE, 2010a), os jornais Boca de Rua, de Porto Alegre, Aurora da Rua, de Salvador, e *O Trecheiro*, de São Paulo; e as revistas Cais, de Lisboa, e *Ocas*” de São Paulo.

Nesse projeto integrado, foram conduzidas investigações por pesquisadoras/es e estudantes (Viviane de Melo Resende, Andreia Alves dos Santos, Gersiney Pablo Santos e por mim) vinculadas/os ao grupo de pesquisa "Mobilização, direitos e cidadania: ação, representação e identificação no discurso", ficando cada um/a responsável por uma das publicações. Nessa perspectiva, a ideia inicial seria investigar apenas a revista *Ocas*” para essa pesquisa de mestrado, mas a riqueza de *O Trecheiro* e o fato de este estar diretamente relacionado à revista *Ocas*” (ver capítulo 2), fez-me optar pela condução de uma pesquisa acerca das duas publicações. Nela, procurei estudar como essas publicações são feitas, quem escreve para elas, como se dá a composição dos textos, como as pessoas em situações de rua são representadas nesses textos, como as demandas desse grupo de pessoas que sofre sistematicamente de violências diversas (do Estado que não garante seus direitos, de agentes do Estado como a GCM que atentam contra sua integridade física e moral, de pessoas da sociedade civil que são incapazes de reconhecer seres humanos naqueles/as que estão em situações dramáticas de pobreza extrema, etc), entre outros aspectos, e também procurei investigar em que medida elas são complementares, tendo em vista que algumas pessoas compõem as duas edições e que são ambas publicações sediadas na cidade de São Paulo.

Desse modo, a primeira dificuldade que se apresentou foi como compor uma pesquisa de caráter etnográfico documental sobre as duas publicações. Optei por dar continuidade ao modelo de investigação documental que havia empregado nas pesquisas de graduação. No entanto, por se tratar de duas publicações diferentes, tive de elaborar uma estratégia que contemplasse meu objetivo inicial de compreender como publicações de mídia alternativa tratam as informações

relativas às situações de rua e em especial à violência, focalizando os discursos que podem estar sendo articulados, os quais dão indícios da maneira como os jornais se posicionam em relação à temática da violência em relação às situações de rua. Assim, parti de uma reflexão estruturada em parâmetros temporais e temáticos para selecionar as edições que comporiam dois *corpora* documentais, relativos um a cada publicação, partindo das semelhanças entre as publicações.

Assim, foram coletadas todas as edições de ambos os periódicos, publicadas entre os anos de 2009 a 2012, sendo que as de *Ocas* foram adquiridas por meio da assinatura da revista pelo seu site, e as de *O Trecheiro* foram baixadas em PDF pela página da Rede Rua. A partir de um primeiro mapeamento, pude constatar que a revista *Ocas* tem um caráter mais variado em relação aos temas abordados pelos textos que veicula, não sendo, pois, integralmente orientada para as situações de rua, como o é *O Trecheiro*. Na revista há apenas um espaço fixo na revista destinado a tratar informações relativas a essa temática, a saber a seção “cabeças sem teto”, além do código de conduta que aparece em ao final das edições de 2009 e 2010 e no começo das edições de 2011 e 2012, que trata especificamente do compromisso entre vendedores/as e a publicação. Tendo em vista que as práticas midiáticas discursivas que me interessaram eram justamente às relacionadas as situações de rua e as situações de precariedade, esse foi o primeiro passo para a construção de *corpora* documentais que não fossem tão díspares um em relação ao outro, sendo o primeiro parâmetro selecionar as edições da revista em que houvesse mais de um espaço destinado ao debate de questões concernentes às situações de rua. Após essa segunda seleção, construí outro critério de caráter temático, sendo que o foco de meu interesse recai nas representações sobre violência, defini a seleção de textos que tratassem da questão da violência contra pessoas em situações de precariedade. Em seguida, para manter o crivo temporal, optei por uma revista de cada ano. E, por fim, escolhi os textos seguindo dois critérios: autores/as diferentes e seções da revista diferentes (diferentes gêneros).

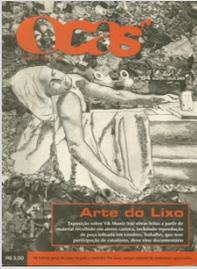
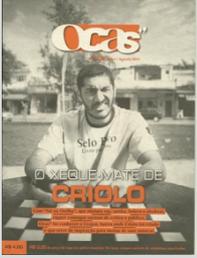
A partir desse primeiro *corpus* documental, procedi à seleção de edições e textos de *O Trecheiro*, procurando equalizar temporalmente e tematicamente os textos desta publicação com os de *Ocas*. Ou seja, procurei mapear notícias motivadas pelos mesmos eventos (por exemplo, a reintegração de posse do bairro Pinheirinhos em São José dos Campos em São Paulo), e/ou de edições publicadas no mesmo mês das de *Ocas*. E igualmente, selecionei uma edição de cada ano e textos de autores/as e seções diferentes. Devo salientar que a seleção dos textos não seguiu de maneira rígida esses critérios, mas sim foi balizada por estes, sendo repetidas vezes revista em função das análises e das contribuições que tive por meio das ações etnográficas que empreendi. Segue o quadro que traz a síntese dos critérios para a composição dos *corpora* documentais, e dois quadros contendo a síntese sobre os textos e edições analisadas, respectivamente, de *Ocas* e outro de *O Trecheiro*.

Vejam os Quadros 12, 13 e 14 que sintetizam os critérios empregados na seleção dos *corpora* documentais, e os Quadros 13 e 14 que trazem, respectivamente, os dados acerca dos textos coletados em função das edições, de *Ocas* e de *O Trecheiro* respectivamente:

Quadro 12 – Síntese dos critérios de seleção das edições

PUBLICAÇÕES		<i>Ocas</i>	<i>O Trecheiro</i>
C R I T É R I O S	Distribuição temporal	<ul style="list-style-type: none"> - Coleta de todos os volumes de <i>Ocas</i> publicados nos anos de 2009, 2010, 2011 e 2012; - Formação de quatro grupos, relativos aos quatro anos, de volumes da publicação. 	<ul style="list-style-type: none"> - Coleta de todos os volumes de <i>O Trecheiro</i> publicados nos anos de 2009, 2010, 2011 e 2012; - Formação de quatro grupos, relativos aos quatro anos, de volumes da publicação.
	Equalização das publicações	<ul style="list-style-type: none"> - Seleção de edições de cada grupo que tenham mais de uma seção abordando a situação de rua além de ‘cabeças sem teto’, para criar um paralelo com <i>O Trecheiro</i> que é totalmente destinado à rua. 	<ul style="list-style-type: none"> - Seleção de edições de cada grupo que coincidam com o mês de publicação das revistas selecionadas; - Seleção de textos que noticiem os mesmos eventos noticiados em <i>Ocas</i>.
	Focalização na temática da violência	<ul style="list-style-type: none"> - Seleção de textos que tratem da temática da violência contra pessoas em situações de precariedade. 	<ul style="list-style-type: none"> - Seleção de textos que tratem da temática da violência contra pessoas em situações de precariedade.
	Heterogeneidade de gêneros e de autores/as	<ul style="list-style-type: none"> - Seleção de textos de diferentes seções; - Seleção de textos de diferentes autores/as 	<ul style="list-style-type: none"> - Seleção de textos de diferentes seções; - Seleção de textos de diferentes autores/as

Quadro 13 – Corpus documental da revista *Ocas*”

Ano	Vol.	Capa	Texto	Seção	Autoria
2009	n° 64		Texto multimodal Capa	Capa	Equipe editorial
	mar/ abr		Texto verbal “Preferi a rua ao hotel”/Quanto vale ou é por aquilo?	Publicado parte no Editorial e parte na seção ‘Cabeças sem teto’	Sebastião Nicomedes (escritor, colaborador da revista)
2010	n° 70		Texto verbal “A história se repete”	Matéria de capa	Mariana Schreiber e Luciano Rocco, jornalistas, editores/as da revista
2011	n° 78		Texto verbal “Renovada e mais atraente”	Editorial	Equipe editorial
	jul/ ago				
	n° 79		Texto verbal “Pobreza nunca mais?”	‘Cabeças sem teto’	Ana Ligia Scachetti, editora da revista
2012	n° 81		Texto verbal “Em vez de Polícia, política!”	‘Em questão?’ (publicado originalmente no blog da autora)	Raquel Rolnik professora FAU – USP e relatora da ONU, colaboradora da revista
	jan/ fev		Texto verbal “Extermínio Brutal”	‘Cabeças sem teto’ (publicado originalmente em <i>O Trecheiro</i> , marca intercruzamento entre as publicações)	Lennita Ruggi e Rose Barboza pesquisadoras da USP e colaboradoras do jornal
	n° 85		Texto multimodal Capa	Capa	Equipe editorial

Quadro 14 – Corpus documental do jornal *O Trecheiro*

Ano	Vol.	Capa	Texto	Seção	Autoria
2009	n° 175 março		Texto verbal “Carta de um leitor”	Publicado no espaço da seção ‘Vida no trecho’ com o título de Carta de um leitor	Daniel Lopes (trabalhador terceirizado da área de limpeza, à época, em situação de rua)
	n° 178 Jul.		Texto multimodal Capa	Capa	Equipe editorial
2010	n° 190 Ago.		Texto verbal Porque viver nas ruas e em albergues? (Texto resposta a “Paulista se blinda contra morador de rua”, de O Estado de São Paulo, que integra o corpus complementar)	Editorial	Alderon Costa Jornalista e Editor chefe do jornal
2011	n° 201 set.		Texto verbal “Ânimo e luta estão presentes no DF” (Texto complementar, imagem de Pichação)	Direto da rua	Antônia Cardoso Abreu e Jacinto Mateus de Oliveira (MNPR-DF, colaboradores/as do jornal)
			Texto multimodal Capa	Capa	Equipe editorial

<p>2011</p>	<p>nº 203 nov/ dez</p>		<p>Texto verbal “De quem mora na rua - Extermínio Brutal”</p> <p>Texto verbal “Guerra silenciosa”</p>	<p>Matéria</p> <p>Matéria da última página</p>	<p>Lennita Ruggi e Rose Barboza pesquisadoras da USP e colaboradoras do jornal</p> <p>Lennita Ruggi e Rose Barboza com a colaboração de Jacinto Mateus de Oliveira</p>
<p>2012</p>	<p>nº 205 fev/ mar</p>		<p>Texto verbal “‘Estamos jogados na rua’ – Do Pinheirinho para a Rua”</p>	<p>Reportagem da última página</p>	<p>Davi Amorim, membro do MNCR, colaborador de <i>O Trecheiro</i>.</p>

Observações sobre os *corpora* documentais:

- (i) Para compreender o posicionamento do jornal *O Trecheiro* em relação à mídia tradicional, realizei a análise do texto “**Paulista se blinda contra morador de rua**”, publicado na edição de 8 de agosto de 2010, que deu origem à ação dialógica do editorial “**Porque viver nas ruas e em albergues?**” nº 190 de *O Trecheiro*.
- (ii) No mapeamento feito das edições de ambas as publicações, constatei que uma versão editada e resumida de um dos textos publicados inicialmente em *O Trecheiro*, sob o título “**De quem mora na rua - Extermínio Brutal**”, foi publicado novamente na revista *Ocas* em versão editada, sob o título “**Extermínio Brutal**”, bem como o foi a foto de Alderon Costa. Isso marca um intercruzamento das ações discursivas das publicações, donde o interesse em compreender o funcionamento do texto nos dois espaços discursivos que ocupou.
- (iii) Para compreender o funcionamento das publicações, entendi ser pertinente analisar o texto multimodal do seus nomes bem como de duas capas que apresentassem um caráter prototípico de formatação, disposição imagens, entre outros elementos, de cada uma das publicações.
- (iv) O texto da edição nº 85 da revista *Ocas* foi agregado posteriormente ao corpus concernente à publicação, o que se deveu aos aportes que obtive pela última etapa da investigação que se deu em São Paulo.

Geração de dados etnográficos por meio de entrevistas semiestruturadas

A ida a campo implica um planejamento prévio que começa na seleção dos métodos a serem empregados, mesmo sendo evidente que nem sempre o que planejamos, logramos concluir, mas a organização prévia permite prever e superar adversidades que possam ser encontradas em campo. Para esta dissertação, procurei construir notas de campo e entrevistas semiestruturadas com atores sociais previamente selecionados.

No tocante às notas de campo, segundo Resende (2008), estas “constituem um momento fundamental no trabalho de campo porque articulam, no discurso, os diversos métodos adotados em uma pesquisa particular, integrando percepções e interpretações associadas aos vários momentos da pesquisa”. Assim, as notas de campo serviram-me para fazer um primeiro recorte sobre os dados, começar a esquadrihar as análises e para que as impressões mais genuínas pudessem ser conservadas, tendo em vista que o tempo modifica nossas percepções, podendo mascarar o que foi efetivamente apreendido em campo.

Sobre as entrevistas, trata-se de um dos métodos básicos para as pesquisas qualitativas. Mas, há especificidades de cada contexto de pesquisa e para cada objetivo, assim, para o meu desenho, optei por fazer entrevistas semiestruturadas que são conduzidas por um tópico-guia. Diferentemente de perguntas objetivas que poderiam conduzir as respostas, limitando a possibilidade de geração de dados, os roteiros de entrevista trazem um guia com ideias centrais a serem abordadas durante a entrevista. Essas questões são eixos temáticos que organizam a geração dos dados, sendo baseadas nos objetivos da investigação, mas que não tornam a entrevista rígida.

O segundo aspecto do planejamento da ida a campo é a seleção de atores sociais a serem entrevistados, tendo em vista a qualidade dos dados que possam advir dessas entrevistas. Como observado por Flick (2009, p. 49):

Quando se faz um estudo com entrevistas (...), pode ser difícil saber se antemão ou no início quem serão as pessoas certas para serem abordadas. Na maioria dos casos, você estará interessado em encontrar as pessoas com mais conhecimento para lhe dar informações sobre o seu tópico e estará em busca de diferentes pontos de vista.

O critério de seleção dos/as colaboradores/as foi feito a partir da análise dos *corpora* documentais. Assim, selecionei alguns atores sociais que figuravam como autores/as de textos publicados nos periódicos, tais como colaboradores/as e editores/as. A esses atores foram enviados e-mails, explicando o caráter da pesquisa e meu interesse em entrevistá-los/as. Houve bastante receptividade, principalmente por parte dos/as colaboradores/as que têm trajetórias de rua e pelos editores chefes das publicações. No entanto, houve três pessoas que declinaram o convite, uma por falta de tempo, a outra por não querer participar de um trabalho acadêmico em nível de mestrado e a terceira por acreditar que não poderia contribuir com a pesquisa. As três são pessoas que estão em posições de prestígio e que detêm grande poder simbólico. Isso reitera o que discuti

no começo deste capítulo, quando tratei do resguardo cioso do tempo e da privacidade que pessoas de grande poder econômico e simbólico costumam ter.

O procedimento de seleção e “amostragem de pessoas”, no caso de meu trabalho, teve como baliza a heterogeneidade de posições-práticas ocupadas pelos/as meus/minhas colaboradores/as. Isso coaduna com a perspectiva de Flick (2009, p.16), que aponta que:

A pesquisa qualitativa usa o texto como material empírico (em vez de números), parte da noção de construção social das realidades em estudo, está interessada nas perspectivas dos participantes, em suas práticas do dia a dia e em seu conhecimento cotidiano relativo à questão em estudo. Os métodos devem ser adequados àquela questão e devem ser abertos o suficiente para permitir um entendimento de um processo ou relação.

Nesse sentido, interessou-me focalizar diferentes perspectivas e a representação das ações macro e micro das publicações, conforme os diferentes atores envolvidos. Assim, procurei gerar dados que dessem a ver a representação da ação de produção da revista *Ocas* e do jornal *O Trecheiro*, como ação macro das publicações; e, a representação da ação de produção dos textos veiculados nessas publicações, como ação micro. No que concerne a qualidade da pesquisa, novamente repiso a importância das contribuições dos/as colaboradores/as. Nesse sentido, a seleção destes/as foi orientada para que o trabalho conjunto tenha a melhor qualidade possível. A esse respeito Flick (2009, p. 29), observa que:

Essas premissas mostram que as pessoas, as instituições e as interações são envolvidas na produção de realidades nas quais elas vivem ou ocorrem, e que esses esforços produtivos se baseiam em processos de produção de sentido. As circunstâncias de vida “objetivas” (como uma doença) se tornam relevantes para a realidade, pelo menos em grande medida por meio dos sentidos subjetivos atribuídos a elas. Se quisermos entender esses processos de produção de sentido, devemos começar por reconstruir a forma como as pessoas, as instituições e as comunicações constroem seus mundos ou a realidade social em nossa pesquisa. Essas premissas são a base teórica e epistemológica para se usar métodos tais como entrevistas (ver Kvale, 2007, e Gibbs, 2007), para entender como os indivíduos estão engados na produção de sentido, e assim, entender as questões através de sua perspectiva (...) para mostrar como os sentidos são construídos em processos interativos ou em objetos e representações. (FLICK, 2009, p. 29)

Assim, a geração de dados recaiu sobre produção de sentidos sobre as publicações, procurando compreender o seu funcionamento dentro das práticas sociais relacionadas à mobilização em prol das causas de pessoas em situações de rua e pessoas em situações de precariedade. A verificação em campo do funcionamento discursivo é algo que potencialmente contribui com o arcabouço teórico-metodológico, pois informa à vez as epistemologias de que dispomos e sobre a eficácia dos métodos empregados. Nesse tocante, o começo deste capítulo responde à necessidade de se repensarem os métodos para os fins sociais, e o Capítulo 4 aborda a necessidade de refinamento de algumas ferramentas para a investigação discursiva.

No que tange a efetiva geração das entrevistas, houve um contraste entre o planejamento e a realização. Não foi possível entrevistar, por exemplo, Marcio Seidenberg, Presidente do Conselho executivo da revista *Ocas*", e Sebastião Nicomedes, escritor colaborador tanto de *Ocas*" e de *O Trecheiro*, em razão do período que fui a campo. O primeiro, estava em férias e o segundo se mudou de São Paulo. A ida a campo também foi muito difícil em razão de serem duas ONGs, e diferentes atores que gostaria de entrevistar, pela adequação das agendas de cada um/a. E, principalmente, por ter de equacionar a realização da pesquisa e contingências de ordem pessoal, por essa razão, apenas no final do mestrado é que pude ir a São Paulo.

Em um primeiro desenho de pesquisa, tinha pensado em analisar sequencialmente os textos documentais e os textos das entrevistas e depois, fazer um cruzamento das análises. Porém, por entender que em função do curto prazo que teria para analisar os dados das entrevistas, o tratamento conferido aos dados etnográficos em comparação com aquele conferido aos dados documentais seria prejudicado. Foi então que pensei em usar os dados de campo para triangular, diretamente, as análises dos textos documentais, amparando cada análise documental pela complementação das representações feitas pelos atores sociais envolvidos nas práticas. Esse foi o desenho final que segui para a confecção do capítulo analítico que segue.

Seguem os tópicos-guia que elaborei para (i) o grupo de atores que ocupassem a posição-prática mais institucionalizada e para (ii) o grupo de atores que ocupassem a posição-prática menos institucionalizada. Essa diferenciação se deu em função dos conteúdos simbólicos que gostaria de acessar por meio das entrevistas, e tendo em vista a diferença existente entre as posições dentro das publicações ocupadas pelos atores entrevistados.

Quadro 15– Entrevista com editores/as dos periódicos

Tópico-guia com roteiro para questões

I. A situação de rua na perspectiva da experiência/ história pessoal

- 1) Qual sua lembrança mais antiga da rua? Como você se aproximou dessa realidade?
- 2) Você se importaria de me contar um pouco mais sobre problemas/desafios que encontrou convivendo com a situação de rua?
- 3) E sobre as pessoas que você conheceu nesse contato, como você foi recebido? Que tipo de relações você estabeleceu?

II. Sobre a mídia e sobre trabalhar na *Ocas*" ou em *O Trecheiro*

- 4) Você poderia falar um pouco sobre a história da publicação? Quais momentos foram importantes nesses 10 anos (no caso de *Ocas*") ou 20 anos (no caso de *O Trecheiro*)?
- 5) O que o/a levou a trabalhar na publicação? Qual o trabalho que você desempenha/ou?
- 6) Há uma relação com os outros *Street Papers*?

Quadro 16 – Entrevista com colaboradores/as e/ou vendedores/as**Tópico-guia com roteiro para questões****I. A situação de rua na perspectiva da experiência/ história pessoal**

- 1) Qual sua lembrança mais antiga da rua? Como você se aproximou dessa realidade?
- 2) Você se importaria de me contar um pouco mais sobre problemas/desafios que encontrou convivendo com a situação de rua?
- 3) E sobre as pessoas que você conheceu nesse contato, como você foi recebido? Que tipo de relações você estabeleceu?

II. Sobre a mídia e sobre trabalhar na *Ocas*” ou em *O Trecheiro*

- 4) Como você soube da existência do jornal *O Trecheiro*? O que você acha da publicação?
- 5) Você já tinha lido o jornal antes? É fácil conseguir uma cópia?
- 6) Como foi escrever pro jornal? O tema, você que escolheu? Você acha importante o assunto sobre o que escreveu?
- 7) E os outros jornais, os de maior visibilidade, você acha *O Trecheiro* diferente?

Em campo, pude entrevistar apenas um editor – Alderon Pereira da Costa, Presidente da ONG Rede Rua e Editor-chefe do jornal *O Trecheiro*, que por sua participação também em *Ocas*”, prestou contribuições valiosíssimas para o trabalho; e quatro colaboradores/as com trajetórias de rua ou que experienciaram situações de precariedade. Destes/as três quiseram manter os nomes e um/a preferiu o uso de pseudônimo.

Assim, o primeiro colaborador entrevistado foi Jacinto Mateus Oliveira, membro do MNPR, atuante na área da luta contra as ordens de violação a que são submetidas pessoas em situações de rua, e que atualmente está engajado em uma investigação exaustiva sobre as pessoas que são mortas por estarem nas ruas do Distrito Federal. Essa entrevista foi feita em Brasília, na sala do movimento que integra o projeto Casa da Cultura da América Latina da Universidade de Brasília, no Setor Comercial Sul.

A segunda entrevista foi feita por meio da ferramenta virtual *Skype*, à distância portanto, com um/a vendedor/a de *Ocas*” que optou pelo uso de um pseudônimo. Como eu não quis demarcar o gênero desta/e entrevistada/o, optei pelo uso do genérico inclusivo e do termo “colaborador/a” para referi-lo no corpo do texto. Ademais, optei por suprimir pistas textuais que pudessem delimitar a sua identidade. Vale frisar que, em um primeiro momento, essa/e entrevistada/o afirmou que gostaria de ter seu nome divulgado, mas ao cabo da conversa, em função das críticas que fez às publicações, preferiu manter-se sem identificação para evitar quaisquer implicações.

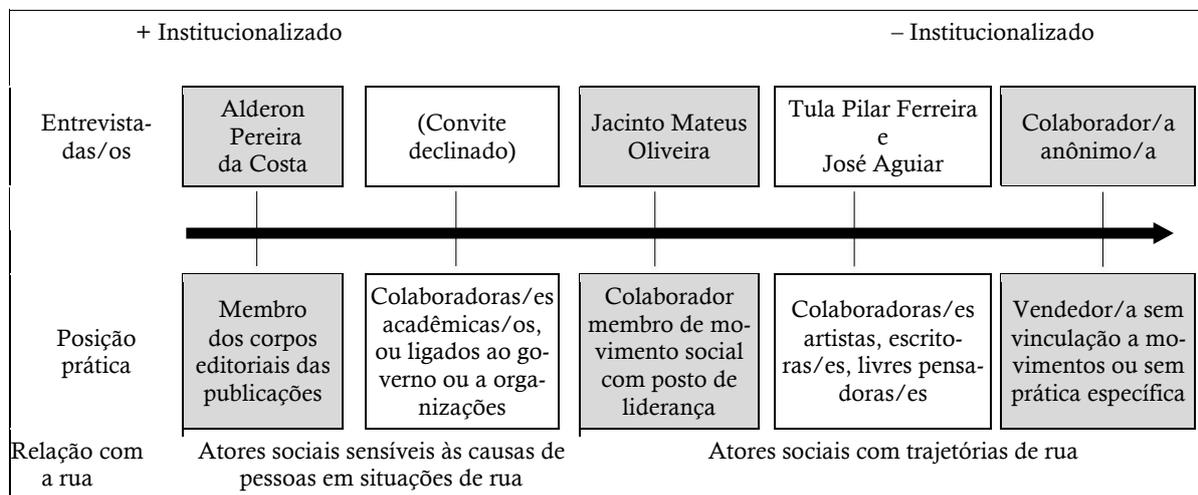
A terceira entrevista foi a de José Aguiar, vendedor da *Ocas*”, colaborador na produção de textos tanto na revista quanto no jornal, escritor e jornalista. Atualmente, além da venda direta de volumes de *Ocas*”, ele mantém um *blog* em que trata de diversos assuntos sendo seu foco a di-

vulgarção de informações pertinentes às situações de precariedade e situações de rua. Essa entrevista foi feita na sede da ONG OCAS, em São Paulo, na sala da psicologia da ONG.

A quarta entrevista foi a de Tula Pilar Ferreira, vendedora da *Ocas*”, colaboradora na produção de textos tanto na revista quanto no jornal, poetisa e artista performática. Atualmente ela atua como Coordenadora do *Raizarte* – coletivo de música, dança e poesia, e como Participante do Projeto Trecho 2.8 – criação e pesquisa em fotografia.

No quadro que segue estão sintetizados/as os nomes e as posições-prática que ocupam. Esse mesmo quadro será retomado na seção 4.2, em que analiso o acesso aos espaços discursivos das publicações. Isso se deve ao fato de eu ter optado por relacionar a seleção dos/as entrevistados/as e a autoria dos textos que analisei.

Quadro 17 –Entrevistadas/os em função das posições-prática que ocupam.



Sobre esse quadro, é importante observar que: (i) dentre os atores de maior poder simbólico, apenas o Presidente da Rede Rua e o Presidente do Conselho Executivo de OCAS mostraram interesse em participar da pesquisa. Provavelmente isso se deva a um interesse em divulgar os projetos e as ações das ONGs e em contribuir para o incremento de pesquisas que possam subsidiar avanços no âmbito da luta social; (ii) há uma ausência significativa, que é justamente, de meus pares acadêmicos, inseridos nas práticas de movimentos sociais. Nesse particular, posso evidenciar uma relativa falta de solidariedade com quem está começando na carreira acadêmica, o que evidencia o caráter extremamente hierarquizado que existe no ambiente da academia brasileira. E é importante também observar como, na extremidade menos institucionalizada, as críticas mais duras foram produzidas. Isso pode indicar uma definição do conteúdo simbólico produzido em função do seu comprometimento com as instituições.

3.3 NARRATIVAS DE CAMPO: FORMAS ALTERNATIVAS DE INVESTIGAR O SOCIAL POR MEIO DA GERAÇÃO DE TEXTOS ETNOGRÁFICOS

A etapa etnográfica da investigação foi construída em três espaços e tempos diferentes: virtual (netnografia), que se estendeu por todo o período da investigação; em Brasília, que ocorreu efetivamente em três ocasiões pontuais; e em São Paulo, que se constituiu das entrevistas complementadas pelas notas de observações que pude gerar durante meu trabalho de campo, na primeira semana de setembro de 2012.

A geração das entrevistas, tanto a que ocorreu em Brasília quanto as que foram feitas em São Paulo, deu-se posteriormente à análise parcial dos *corpora* documentais, sendo que os critérios de seleção e convite aos/às colaboradores/as ocorreu em função dessa primeira etapa. Assim, a primeira etapa informou a formulação da segunda. Na via contrária, foi necessário, depois de ir a campo, reorganizar e reestruturar as análises dos dados documentais, tendo em vista os ricos aportes que a realização de entrevistas representou para a investigação, havendo inclusive acréscimo de alguns textos aos *corpora* documentais. Assim, a triangulação metodológica entre coleta e geração se construiu em vias de complementariedade.

Relato em linhas gerais, a seguir, o trabalho de campo, apresentando notas de campo²⁹ sobre os momentos e espaços que constituíram a etapa etnográfica/netnográfica da investigação, e em um segundo momento explícito os critérios e procedimentos adotados para a geração das entrevistas.

3.3.1 ETNOGRAFIA VIRTUAL COMO APORTE PARA METODOLOGIAS MISTAS

O espaço virtual serviu-me para: (i) coletar as edições de *O Trecheiro* de 2009 a 2012; (ii) mapear as edições de *Ocas* do período referido, e encomendá-las por meio da página de assinatura da revista; (iii) começar a construir a análise de conjuntura, pelo acompanhamento das ações das ONGs responsáveis pelas publicações e pelo acompanhamento de blogs e postagens referentes às/aos autoras/es dos textos que analisei; e o mais importante, (iv) para começar a travar um relacionamento de troca com os atores inseridos nas práticas sociais alvo de minha investigação.

O primeiro contato foi com os/as produtores/as dos textos que selecionei para integrar os *corpora* documentais, por meio de ferramentas virtuais de comunicação, tais como redes sociais e mensagens de correio eletrônico, a partir das quais pude me apresentar, explicar o caráter de minha pesquisa e quais meus objetivos. Esse contato se manteve ao longo dos quatro semestres referentes ao curso de mestrado, e foi sendo feito à medida que havia alguma dúvida da minha parte ou da parte de meus/minhas interlocutores/as, e à medida que eu queria compartilhar com eles/as as produções acadêmicas que foram sendo elaboradas no formato de comunicações, pôs-

²⁹ As notas de campo são um instrumento empregado por pesquisadoras/as para registrar suas impressões e experiências em campo; elas servem de apoio para a reconstrução dos passos da pesquisa e podem servir de complementação para as instâncias analíticas. No caso desta dissertação, as notas de campo foram previamente exploradas no Capítulo 2 e serão revisitadas no Capítulo 4.

teres e artigos. Igualmente, comuniquei-me diversas vezes com as pessoas que gostaria de entrevistar para perguntar-lhes de sua disponibilidade/interesse em colaborar com a pesquisa e para combinar o melhor momento para realizar essas entrevistas.

Eu me vali de muitas das ferramentas do ciberespaço disponíveis, explorando recursos que muitas vezes são subaproveitados em investigações científicas. Dentre elas, devo destacar: as páginas *web* das publicações; os *blogs* de atores sociais alinhados à causa das pessoas em situações de rua e, de forma mais ampla, em situações de precariedade; alguns vídeos, veiculados no *youtube*, que traziam entrevistas dos atores sociais cujos textos eu analisei, tais como Sebastião Nico-medes, Alderon Costa, Tula Pilar Ferreira; comunicações por *e-mail*; e a rede social *Facebook*.

Todas essas ferramentas me permitiram ir aos poucos me integrando à realidade das práticas sociais relacionadas aos periódicos. Evidentemente, não pude desenvolver uma pesquisa etnográfica participativa, visto que não me tornei, com isso, um membro interno dos grupos focalizados, mas pude ocupar uma posição menos alienada àquelas práticas. Assim, quando cheguei a São Paulo não era um ser totalmente estranho àquele contexto, já se sabia de minha existência e, em linhas gerais, quais minhas intenções, o que acredito ter sido especialmente influenciado não só pelo que declarei nos vários e-mails que enviei, mas também pelos conteúdos que compartilhei pela rede social, os quais demonstraram em alguma medida meu posicionamento explícito na causa de pessoas em situações de rua.

Devo frisar também que, em todas as comunicações que fiz com editores/as e colaboradores/as de ambas as publicações e vendedores/as de *Ocas*", tive o mesmo critério de respeito extremo aos/às meus/minhas interlocutores/as que tive nas interações face a face. Mesmo o ambiente virtual das redes sociais sendo mais informal, procurei manter um padrão para todas as comunicações, entendendo que as pessoas a quem eu gostaria de entrevistar, e a quem eu estava fazendo um convite, não estavam à minha disposição. Esse posicionamento se afina com a perspectiva debatida em Cameron *et al.* (1992), em que os/as autores/as debatem questões de poder e de método em pesquisa linguística; em suas palavras:

Como ilustração óbvia, podemos apontar que uma enorme proporção de toda ciência social é conduzida sobre populações de pessoas relativamente pobres. (...) [são estes/as] que, em oposição a seus[suas] patrões[oas] (...), preenchem as páginas da ciência social. Sem dúvida, isso se deve em parte ao fato de membros de elites poderosas recusarem se submeter à inquirição de pesquisadores[as] – o seu tempo é valioso, sua privacidade é ciosamente protegida.³⁰ (CAMERON *et al.*, 1992, p. 2, acréscimos meus)

Nesse sentido, procurei dar valor ao tempo que cada um/a me cedeu, ao que me ensinaram compartilhando comigo das coisas do mundo que conhecem tão bem, entre outros aspectos.

³⁰ As a very obvious illustration, we may notice what an enormous proportion of all social research is conducted on populations of relatively powerless people. (...) [this are those] opposed to their bosses (...) who fill the pages of social science. Doubtless this is partly because members of powerful elites refuse to submit to the probing of researchers – their time is valuable, their privacy jealously guarded. (CAMERON *et al.*, 1992, p. 2)

Isso pode ser evidenciado no capítulo de análise de conjuntura e no capítulo de análises discursivas, em que, ao retomar suas palavras, empreguei o mesmo rigor usado para referências das obras/palavras de autores/as acadêmicos/as. Novamente, a coerência que me propus construir nessa investigação foi buscada em todas as esferas.

3.3.2 TRABALHO DE CAMPO EM BRASÍLIA

A parte da etapa etnográfica que ocorreu em Brasília deu-se efetivamente em cinco diferentes ocasiões e em três “espaços” sociais: (i) nos três encontros do Fórum Permanente da População em Situação de Rua do Distrito Federal a que pude assistir; (ii) na comunicação que ocorreu no Seminário de Pesquisa do Programa de Pós-Graduação em Linguística (PPGL/UnB), em que apresentei um recorte de minha investigação focalizando o texto “Ânimo e Luta estão presentes no DF” (ver seção 4.3), de autoria de Antônia Cardoso Abreu e de Jacinto Mateus de Oliveira, que foi seguida de um debate com este último e com a comunidade acadêmica do PPGL/UnB; e (iii) a entrevista com Jacinto Mateus de Oliveira.

Vale frisar que a participação em três fóruns de debate sobre as questões relativas às situações de rua, mesmo de maneira silenciosa, permitiram-me expandir em muito a compreensão acerca das conjunturas e contingências enfrentadas, e, principalmente, sobre como se organiza um movimento social em que se articulam diferentes atores sociais que ocupam diferentes posições nas práticas envolvidas na mobilização social; dentre elas, pessoas em situações de rua, membros do Movimento Nacional da População de Rua do Distrito Federal (MNPR-DF), professoras/es pesquisadoras/es, religiosas/os, estudantes, entre outros/as, em prol de uma causa comum. Pude observar também que a academia tem uma grande dívida com a sociedade, especialmente com todos/as aqueles/as cujas práticas são estudadas, e que no final nos ajudam para que obtenhamos nossos títulos e possamos progredir em nossas carreiras. Um questionamento que se manteve sempre presente é como e até que ponto eu poderia contribuir com as pessoas que estavam colaborando comigo, e com a questão da rua de maneira mais ampla. Foi muito em função desse questionamento que eu elaborei as estratégias metodológicas e refleti sobre como construir esse relatório de pesquisa tendo como objetivo maior essa contribuição com o social.

Outro momento que vale a pena ser registrado foi a participação de Jacinto Mateus de Oliveira na comunicação de um recorte desta pesquisa, em que eu focalizei a análise de um texto seu publicado em *O Trecheiro*, no Seminário de Pesquisa do Programa de Pós-graduação em Linguística. Nessa ocasião, eu fiz a apresentação, seguindo a lógica acadêmica, abordando teoria, método e expondo minha análise, à qual se seguiram algumas questões concernentes à ciência linguística. Depois, tomou lugar um debate sobre as situações de rua, ensejado pelo posicionamento de alguns/mas colegas em relação à questão social, dizendo do incômodo que sentiam por ter pessoas nas ruas, mais pela questão de segurança e de limpeza do que pela questão humana. Oliveira, então, posicionou-se, falando da luta diária que as pessoas em situações de rua enfren-

tam, do MNPR e do tópico específico concernente ao seu texto que eu havia analisado. Assim, evidenciou a falta de segurança enfrentada por aqueles/as que se encontram na rua, invertendo a lógica inicial.

Semanas após esse debate, pude ouvir retornos de de colegas expressando como eles/as passaram a ver as pessoas em situações de precariedade com mais humanidade. Atribuo grande relevância a esse evento, ele evidenciou como o convite de um membro externo a academia para participar ativamente de práticas, tradicionalmente fechadas, pode ensejar uma abertura tanto epistemológica – pelo contato entre o saber empírico/vivencial e o acadêmico – e pelo fator social, pela contribuição para que pelo menos por (parte) de meus pares, as pessoas em situações de rua fossem percebidas como cidadãos/ãs cujos direitos são sistematicamente lesados.

É interessante observar que a pluralidade que conseguimos nesse evento vem ao encontro das ideias expressas por Boaventura de Sousa Santos (2010) e por Milton Santos (2011 [2000]), que compreendem a necessidade de formular epistemologias híbridas que possam efetivamente viabilizar a compreensão de processos sociais que apresentam uma complexidade impossível de se contemplar apenas com base em uma perspectiva científica unívoca.

A esse respeito, Alderon Costa, durante a reunião que tivemos, fez um convite para a formulação de um seminário sobre *O Trecheiro*, propondo uma parceria com atores inseridos no contexto da universidade que produzissem estudos sobre a publicação.

O anseio que nós temos, viu Pilar, e que acho que (...) que é assim, a gente tem sempre uma vontade muito grande de fazer um seminário. Nós já planejamos várias vezes, não conseguimos ainda. (...) Sobre *O Trecheiro*. Que é pra discutir isso mesmo, não é? (...) Seria bem interessante. Até você e Viviane virem. (...) Então, se você quiser, acho que podemos fazer mesmo. Assim, seria assim, uns dois dias um final de semana, né? Num final de semana que a gente pensou. (...) Até num sábado, num domingo, a gente combinar fazer uma mesa. Até uma mesa redonda, né, Alderon? No meio quem escreve, do lado quem lê. Tinha uma série de ideias assim. É, a gente tinha pensado, tinha até planejado, mas a gente não consegue. Eu acho que com esse material produzido, nós poderíamos fazer.

Nesse convite, é possível ver como existe um lapso entre academia e atores sociais alheios às práticas acadêmicas. Há um bloqueio para a satisfação da proposta de integrar os diversos atores que estão de alguma maneira ligados à publicação. No entanto, a formatação em mesa redonda, em que a pluralidade teria de ser a tônica, revela a compreensão abrangente que os/as editores de *O Trecheiro* têm sobre as práticas em que estão inseridos/as. Nessa perspectiva, a experiência que conduzimos durante o Seminário de Pesquisa do PPGL pode servir de base para a composição de um encontro temático sobre o jornal *O Trecheiro*, em que diversos atores sociais que ocupam posições distintas possam colaborar para ampliar a compreensão sobre a produção do jornalismo de defesa civil articulada aos movimentos sociais.

3.3.3 TRABALHO DE CAMPO EM SÃO PAULO

Minha chegada a São Paulo, após diversas tentativas não exitosas, foi uma sequência de descobertas e (re)conhecimentos. As descobertas deveram-se ao contato com pessoas que, generosamente, compartilharam um pouco de seu conhecimento e de suas vidas comigo, em entrevistas e conversas sobre o jornal *O Trecheiro* e sobre a revista *Ocas*". E os (re)conhecimentos, à possibilidade de experienciar situações que eu só conhecia por meio dos textos que analisei, e de todo o material que li e assisti para construir a análise de conjuntura, em especial aquilo a que pude ter acesso por meio das publicações que são objeto de minha investigação.

Um dos maiores impactos que tive foi ver materializados na minha frente elementos de uma realidade que eu conhecia por meio dos textos que havia lido, principalmente em *O Trecheiro*. Dos (re)conhecimentos, vale citar três conjunturas características da cidade às quais eu pude ter acesso por meio dos textos veiculados nos periódicos analisados, e que estando em campo eu pude experienciar, concernentes à políticas empreendidas pelo governo de São Paulo, em especial: as tendas para "assistência" de pessoas em situações de rua; a "arquitetura da exclusão" que procura fazer da rua e de seus vãos ainda mais impraticáveis para pessoas em situações de rua; e a Guarda Civil Metropolitana, cuja truculência pude presenciar em diferentes momentos dos quatro dias em que estive em São Paulo.

Como previsto no desenho de pesquisa, pretendia entrevistar atores sociais ligados a ambas as publicações e que ocupassem posições-práticas diferentes: de um lado, atores mais "institucionalizados", como editores/as e colaboradores/as do meio acadêmico, e, de outro lado, atores menos ligados à ação institucional, mas cujos textos ou ações, de maneira mais abrangente, estavam a ela relacionados, como vendedores/as de *Ocas*" e colaboradores/as que tivessem trajetórias de rua. Em função de não ter conseguido conciliar minha ida às diversas atividades das duas ONGs, e dos dois corpos editoriais, bem como das pessoas que gostaria de ter entrevistado, tais como o senhor Sebastião Nicomedes, consegui conversar apenas com parte da equipe. No entanto, isso não foi prejudicial para a qualidade dos dados que pude gerar, pelo contrário, acredito que o grupo de pessoas a quem entrevistei contribuíram muito para a investigação.

Assim, conforme havia combinado previamente por mensagem de correio eletrônico com Nobuco Soga, voluntária de OCAS, responsável pela gestão da revista e do Ponto de Cultura OCAS, ela me apresentou a sede da ONG, explicou-me um pouco sobre as dinâmicas e sobre a logística de cada espaço. O espaço de OCAS é muito bom e bem organizado: há uma sala onde são promovidas reuniões e atividades do Ponto de Cultura, como oficinas de fotografia, entre outras; uma sala de multimídia com acesso à internet, onde o voluntário Paulo Sérgio Jamaica cuida do espaço e auxilia os/as usuários/as dos computadores; uma biblioteca que está sendo montada com doações; e uma sala de psicologia, onde a psicóloga Dra. Maria Alice faz o aten-

dimento aos/às vendedores/as e voluntários/as de *Ocas*". Foi nessa sala que pude entrevistar vendedores/as que colaboraram com meu trabalho.

Também fui apresentada ao senhor Alexandre Patto, que é o responsável pela distribuição das edições e quem "abre" a porta de entrada para o trabalho com *Ocas*". Ele é um ator chave na logística de geração de renda, pois além de controlar as entregas de volumes e os respectivos pagamentos, é ele que constrói o elo entre a equipe da revista e os/as vendedores/as, trabalhando no diálogo para que haja uma continuidade no trabalho de venda das revistas. Segundo o que ele me explicou, muitas vezes, pessoas em situações de vulnerabilidade social acabam tendo muita dificuldade para lidar com o dinheiro advindo da venda de revistas, e algumas vêm apenas para conseguir o primeiro lote que é entregue, mas não retornam.

Patto ainda observou, nos seus termos, que muitas vezes vai "à caça" de novos/as vendedores/as, bem como tenta manter um vínculo com os/as vendedores/as iniciantes. Ele oferece dicas importantes para aqueles/as que pretendem gerar renda a partir do trabalho com as revistas; ele observa, por exemplo, que eles/as "Têm que guardar um dinheirinho para comprar mais revistas", que têm que conseguir um bom ponto de vendas e construir uma clientela, entre outras dicas que na verdade são uma forma de letramento para a educação econômica do grupo de pessoas atendidas pela iniciativa da revista. Sobre os pontos de venda, ele me informou que em um primeiro momento tentou-se mapear a atuação dos/as vendedores/as para que todos/as pudessem ter um bom ponto, mas o cumprimento de horários e a disponibilidade da equipe foram difíceis de articular.

Outro comentário pertinente que fez, foi que a prefeitura não apoia o projeto e impede, por exemplo, a venda no Parque do Ibirapuera; ele reclama: "O governo parece que é contra a gente". Assim, em seu relato, Alexandre Patto observa vários bloqueios para a satisfação dos projetos de *Ocas*", mas ao mesmo tempo age para a superação desses problemas. No segundo dia em que estive na OCAS, enquanto eu esperava o final de uma reunião do MNPR, ele pode contar-me um pouco de sua incrível história de vida, em que a superação e a força de vontade puderam transformar sua realidade.

Nobuco Soga também me apresentou a Tula Pilar Ferreira, poetisa, e José Aguiar, jornalista, que, além de terem produções textuais muito relevantes, atuam na venda da revista *Ocas*". A seleção das pessoas que eu poderia entrevistar foi, assim, conduzida pela voluntária. Ainda assim, foram muito exitosas, tanto pelo caráter da valiosíssima contribuição que generosamente me trouxeram quanto pela questão humana, tendo em vista que pude conhecer pessoas com histórias de vida e com conhecimentos de mundo vastíssimos e completamente outros dos que eu, como pesquisadora e como pessoa, tenho. Espero, ao cabo desta dissertação, retribuir de maneira efetiva para o avanço das publicações e para a valorização da produção de pessoas tão generosas.

No mesmo dia em que estive na sede da OCAS, pude almoçar com três membros da equipe editorial de *O Trecheiro*, dentre os quais Alderón Costa, editor chefe do jornal *O Trecheiro* e

presidente da Rede Rua, a quem pude entrevistar na sequência. Durante o almoço algumas informações importantes concernentes às práticas de edição e revisão de texto foram expostas pelos membros da equipe do jornal, dos quais destaco três:

- O fechamento das edições geralmente feito em um dia, por uma equipe formada pelo editor, por um/a revisor/a de texto (trabalho remunerado), por pessoas ligadas à academia (serviço voluntário), e varia conforme a disponibilidade dos membros do núcleo editorial.
- A seleção dos textos que comporão as edições não segue uma metodologia muito clara, há textos enviados (cartas de leitores/as) que são selecionados e publicados principalmente na seção “Vida no trecho”; há outros que são encomendados pelo contato com pessoas em situações de rua e membros de movimentos, e que são publicados principalmente na seção “Direto da rua”; e há pautas que são formuladas em razão de acontecimentos ocorridos no mês da edição, e que, em geral, são escritos por membros desse núcleo editorial.
- A revisão/edição é um procedimento aplicado a quase todos os textos, exceto os destinados à publicação em “Vida no trecho”, sendo que há, além da adequação à norma padrão, mudança de escolhas lexicais e de estruturas estilísticas.

Logo após esse almoço, pude conhecer a Rede Rua. Sua sede é uma casa antiga, também no bairro do Brás, que foi comprada, segundo o que relatou Alderon Costa, para viabilizar os projetos da ONG. Ela tem no segundo piso dois estúdios, um para a edição de vídeos, o outro para a gravação de performances artísticas; e no primeiro piso, uma recepção onde trabalha um secretário, responsável principalmente pela distribuição das edições de *O Trecheiro*, há também uma sala de administração, uma cozinha e no fundo uma sala de reuniões, onde pudemos conversar durante quase duas horas. Na mesma vila, uma outra casa foi comprada para servir de apoio para a acolhida de voluntários/as vindos/as de fora do país, mas que atualmente, segundo Costa, em função da nova política Brasileira que não permite mais a permanência de voluntários/as no país, passou a ser usada como escritório, segundo o que relatou o editor de *O Trecheiro*.

A entrevista foi conduzida a partir do tópico guia que elaborei previamente, para que a geração de dados pudesse contribuir com a resposta de minhas questões de pesquisa. Esse tópico-guia também seria usado para entrevistar os/as editores/as de *Ocas*”, mas infelizmente, estes/as não se encontravam na cidade. Os dados dessa entrevista serão retomados em diferentes momentos do texto da dissertação, por isso não me atreei à sua descrição. Apenas pontuarei que, na ocasião, houve o convite para ir novamente à Rede Rua, no dia seguinte, para tentar entrevistar Salvador d’Acolá, outro colaborador da publicação. Assim, no dia seguinte, circulamos em espaços onde, normalmente, esse colaborador fica. Nesse trajeto, pude conhecer um pouco mais sobre as dinâmicas que envolvem o atendimento a pessoas em situações de rua oferecido pela prefeitura da cidade de São Paulo, em especial conheci a Tenda da Praça Dom Pedro.

A viagem a campo me possibilitou ser testemunha de traços da cidade que eu só conhecia por meio dos textos que havia lido em *O Trecheiro* e em *Ocas*". Mesmo vivendo em uma cidade que padece dos mesmos problemas conjunturais, derivados de uma realidade desigual, mesmo vivenciando a diáspora a exclusão demográfica entre o Plano Piloto e das cidades que compõem o Distrito Federal, não conhecia o requinte de crueldade dos elementos arquitetônicos da exclusão empregados em São Paulo: os "chuveirinhos", que são instalações hidráulicas colocadas nos baixos de viadutos para gotejar sobre aqueles/as que por ventura procurassem se abrigar sob aquele espaço; o fechamento desses espaços por grades e muros, para impedir até mesmo o acesso a esses "vãos da cidade" (ver capítulo 4); dos blocos de concreto chumbados ao chão para impedir que pessoas que não têm onde pousar, possam se deitar; dentre outras ações que materializam o caráter excludente das políticas públicas da cidade, não apenas de São Paulo que focalizo, como em Porto Alegre (ACOSTA; SANTOS; SANTOS, 2012).

Essas "tendas", segundo consta no site da Secretaria de segurança social, têm como objetivo principal promover a sociabilização de pessoas em situações de rua, tendo como foco adultos, como é possível ler no trecho que segue:

Espaço de Convivência para Adultos em Situação de Rua – TENDA

Caracterização do serviço: Serviço ofertado para pessoas adultas que utilizam as ruas como espaço de moradia e sobrevivência. Tem a finalidade de assegurar atendimento com atividades direcionadas e programadas para o desenvolvimento de sociabilidades, na perspectiva de construção de vínculos interpessoais e familiares, que oportunizem a construção do processo de saída das ruas. O serviço poderá ser realizado em espaços alternativos com estrutura de tendas.

Usuários: Adultos, de ambos os sexos, em situação de rua, acima de 18 anos acompanhados ou não de filhos.

Objetivo: Acolher pessoas em situação de rua visando fortalecer o processo de sociabilidade, na perspectiva de construção de vínculos interpessoais, familiares e comunitários com vistas à inserção social.

Funcionamento: Atendimento contínuo, de segunda a segunda das 8 às 22 horas.

Forma de acesso ao serviço: Demanda encaminhada pelo CRAS, CREAS, rede socioassistencial e procura espontânea.

Unidade: Espaço público ou locado administrado por organizações sem fins econômicos.

Abrangência: Regional (SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA SOCIAL, s/ data. Grifos originais.)

No entanto, essa sociabilização não se refere à integração efetiva de pessoas à sociedade como um todo, tratam-se de um espaços em que essas pessoas interagem apenas com seus pares, permanecendo isoladas do contexto social amplo. Essas tendas, a bem da verdade, contribuem para agrupar pessoas durante as horas úteis do dia e "liberar" a paisagem da cidade nesse período, corroborando dessa maneira com as estratégias do alto grau de vigilância e da arquitetura da exclusão. Além disso, esses espaços não oferecem nenhum encaminhamento efetivo para a saída das ruas, contam apenas com opções de lazer (campinho de futebol e televisão), e de higiene (banheiros químicos, chuveiros e tanques para lavar roupa precários).

4

SUPORTE, TEXTO E POSIÇÃO-PRÁTICA: UMA ABORDAGEM MULTIDIMENSIONAL

*“estamos aqui para somar
com esta luta continuar
e em planos futuros
nosso governo realmente
implementar
nossos sonhos, as lutas, estudos,
pesquisas
assim, o Brasil, “um país de todos”
na história com certeza vai ficar!”*

Tula Pilar Ferreira, extraído do poema
“Implementando sonhos”, publicado
em *O Trecheiro*

*“Quando pensamos em pessoas que vivem na rua,
sabemos de que rua estamos falando?
(...) As formas como as pessoas se relacionam,
com referência à pessoa em situação de rua
estão diretamente ligadas ao entendimento
que elas têm acerca do significado deste fenômeno,
ao seu reconhecimento ou não como sujeito de direitos.”*

José Aguiar, extraído de “A Rua”,
publicado no blog AguiarComunic

Neste capítulo, reúno as análises dos *corpora* documentais amparadas pela triangulação etnográfica dos dados gerados a partir das entrevistas feitas com editores/as e colaboradores/as das publicações *Ocas* e *O Trecheiro*. Essas análises objetivaram acessar componentes ontológicas de práticas sociais relacionadas à publicação dos referidos periódicos. Essas publicações configuram-se como ações discursivas macro, no nível do suporte, que reúnem e são constituídas por diferentes ações discursivas micro, no nível dos textos. O foco macro está contido nas duas primeiras partes, e o micro, na última. Assim, este capítulo divide-se em três partes: em 4.1, dedico-me à análise da estrutura dos suportes, focalizando, para tanto, diferentes elementos semióticos constitutivos das ações discursivas integradoras (revista e jornal) e ao mesmo tempo definidores das ações discursivas integrantes (textos veiculados); em 4.2, apresento a análise do acesso aos espaços discursivos constituídos por *Ocas* e *O Trecheiro*; e, em 4.3, apresento a análise de textos verbais veiculados nos espaços discursivos das publicações, sendo que a ordem de apresentação associa o conceito da comunicação de ‘fonte da informação’ (SANT’ANA, 2008) ao *continuum* de produtores/as de texto mais institucionalizados/as para os/as menos institucionalizados/as.

4.1 ESTRUTURA PARA AÇÃO: ESTRUTURA COMO AÇÃO

Periódicos têm como função básica servir para a veiculação de textos, constituindo, nessa perspectiva, um suporte para esses textos. Configuram-se, *a priori*, como um esqueleto que sustenta o corpo textual, uma estrutura definida previamente que depois será preenchida por diferentes textos, gerados para tanto ou selecionados (como será debatido em 4.2). Ao mesmo tempo, a própria configuração dos suportes constitui-se como ação discursiva do grupo de atores sociais reunidos institucionalmente em ONGs, no caso de nossos objetos de estudo, que aqui serão referidos como editores/as ou membros do corpo editorial da publicação.

Proponho que compreendamos o suporte como ação discursiva macro, que serve como “uma linha invisível incumbida de articular todos os demais enunciados em torno de um conceito” (FACCIN, 2009, p. 5). Essa ação discursiva macro é organizada/planejada anteriormente à publicação das edições; nesse sentido, como explorarei em 4.1.3, o suporte é previsto e posteriormente realizado. Em razão disso, no nível da realização, o suporte apresenta uma relação de anterioridade com os textos que veicula, sendo uma ação discursiva integradora de outras, ao mesmo tempo em que é por estes constituído/realizado de maneira concreta. Proponho que os textos sejam entendidos como ações discursivas micro, integrantes da ação macro, que, associados/ relacionados internamente/ agrupados, constroem o suporte realizado.

Sob essa delimitação, apresento, nesta seção, a análise da revista *Ocas*³¹ e do jornal *O Trecheiro*, em termos da ação discursiva macro que constituem, entendendo que esses suportes marcam a instância discursiva da ação das ONGs OCAS e Rede Rua. Para tanto, abordo a análise dos suportes seguindo uma lógica de leitura linear, em que a informação semiótica é acessada, idealmente³¹, conforme a sequência que vai do elemento mais saliente, ou seja, topicalizado, para o menos saliente, colocado em posições posteriores.

Assim, cada subseção focaliza um elemento semiótico relacionado à ação discursiva macro: em 4.1.1, faço a análise dos nomes dos periódicos; em 4.1.2, abordo as configurações prototípicas das capas dos volumes de 2009 a 2012 de ambas as publicações; em 4.2.3, analiso a estrutura dos suportes, que defendo como sendo discursivamente significativa. Essa última subseção tem como peculiaridade propor refinamentos ao arcabouço teórico-metodológico da ADC, cujo desenvolvimento se originou pela especificidade de meus objetos de estudo.

³¹ Vários caminhos de leitura são possíveis, sendo a escolha de que sequência seguir particular a cada leitor/a. É possível ir desde uma leitura linear, como a que me pauto para fazer a análise do suporte, até uma leitura em “hipertexto”, que salta de um ponto a outro, em função de “links”, que chamam a atenção do/a leitor/a e conduzem a uma ou outra dinâmica de leitura. Por exemplo, a matéria de capa de uma revista pode fazer com o que esse seja o primeiro texto a ser acessado e integralmente lido pelo/a leitor/a. Sendo o meio da revista a posição tradicional de uma matéria de capa, os textos anteriores são saltados para ir diretamente ao texto de “maior” saliência. Ao tratar de textos multimodais, o caráter alternativo das leituras é ainda mais relevante. A esse respeito, há diversos estudos que procuram mapear os possíveis caminhos de leitura, por meio da ferramenta de *eye tracking*.

4.1.1 AUTONOMEAÇÃO: AÇÃO E REPRESENTAÇÃO COMO IDENTIDADE

O interesse em analisar os nomes ou títulos-nome das publicações *Ocas* e *O Trecheiro* parte de seus significados discursivos potenciais: sendo o nome o primeiro elemento semiótico sobre o qual o/a leitor/a lançará os olhos, acaba por ser decisivo para que os demais elementos semióticos contidos no suporte sejam acessados ou não, no sentido que motiva o/a leitor a ler o periódico. O nome de veículos midiáticos tem como função primeira delimitar a ação discursiva por eles empreendida, é dizer, traçar a abrangência e orientar o/a leitora na compreensão da identidade da publicação. Essa identidade é construída pela ação institucional e serve como um filtro, a partir do qual serão produzidos os significados discursivos dos textos que integram a publicação.

Esses efeitos de sentido dos nomes de jornais são fundamentais para a compreensão da instanciação de identidades de periódicos. Pois, sintetizam à vez a identidade de jornais e revistas, enquanto suportes de conteúdos simbólicos, e o campo de ação das publicações, na medida em que definem o que será dito e projetam um público (LOOSE, 2010). Essa identidade institucional liga-se aos significados produzidos por ela, moldando-os: representação, identificação e ação estando contidos desde o primeiro elemento semiótico. A centralidade dessa ação se dá no sentido de que criam um ponto de partida e definem a direção para as ações discursivas macro e micro que serão desenvolvidas a partir da existência do jornal ou revista.

Segundo Mouillaud (2002, p. 43), os nomes operam em duas vias. A primeira refere-se à delimitação de um escopo sobre o que a publicação produzirá conteúdos – o autor usa a metáfora de um quadro que determina aquilo que será visto; trata-se do “dever-ser”. Assim, o que ‘deve ser’ é definido simbolicamente por meio da ação discursiva da formulação de um nome para um jornal. O binômio que o autor constrói apresenta o duplo que é o foco dos limites internos balizadores para a unificação dos conteúdos simbólicos que serão veiculados, todos agrupados pelo suporte que viabiliza o seu acesso. Assim, estabelece-se uma relação hierárquica entre a ação macro das publicações e as ações micro que a preenchem.

O nome do jornal também se retroalimenta a partir dos conteúdos simbólicos nele veiculados. A ação desencadeada, no momento da gênese da publicação, por seus/suas fundadores/as, pode ou não ser reiterada pelas equipes editoriais, por meio da condução dos espaços discursivos abertos a partir do nome. A relação, mesmo que seja hierarquizada entre o primeiro momento discursivo – ação de formular um nome e um identidade comunicacional – e os posteriores – formulação dos espaços discursivos da publicação, gestão desses espaços editoriais pela edição, construção de textos por editores e inclusão de textos de pessoas alheias ao círculo editorial –, estabelece uma via de mão dupla na construção simbólica: o nome informa a produção dos textos, e a produção de textos devolve ao nome, preenchendo-o de significados.

A relação estabelecida entre o/a leitor/a e o texto é igualmente delimitada por essa primeira ação discursiva. Nesse sentido, o nome define como os conteúdos serão apreendidos, por

ser uma informação discursiva que, em princípio, antecede a leitura dos textos que estão no interior do suporte. Assim, o nome encerra os significados que serão produzidos, sob sua própria significação. Segundo Loose (2010, p. 6, acréscimos meus), o nome remete sempre:

à identificação com o modelo original (ou anterior). O[A] leitor[a] partilha de um contrato de leitura e tem no nome do produto o reconhecimento daquilo que já lhe é familiar. Assim, o nome possui uma forte marca de distinção entre os outros, mas, no conjunto de seus exemplares (série), ele funciona como um grampo que unifica as diversas edições. (...) Outro aspecto é a referência que carrega o nome de dado produto. O público passa a se relacionar com vários discursos que são assinados por um único enunciado (o do nome). Mesmo que este seja um acoplado de inúmeros sentidos diferentes e, às vezes, até antagônicos, o nome dá uma unidade à forma de apresentação.

Nesse sentido, o nome do jornal ou da revista cria um contrato com o/a leitor/a, que vai esperar a coerência com a proposta simbólica ofertada pelo nome.³² Caso essa expectativa seja frustrada, poderá haver uma ruptura desse pacto e o/a leitor/a não mais consumir o periódico. Assim, o interesse comercial sobre o nome é central, pois da mesma maneira que delimita os conteúdos simbólicos, constrói um produto unificado sob o nome. Ao mesmo tempo, esse consumo não é apenas pela troca material, mas, também, dá-se pela via simbólica; assim, caso a coerência com a ação discursiva primeira não seja mantida pelos textos, haverá conflito entre o que o/a leitor/a esperaria encontrar como fonte de significados. O vínculo entre leitor/a e periódico é o que vai subsidiar sua viabilidade, não apenas comercial, mas, também, discursiva. Isso porque, se não houver quem ouça/leia, não se justifica um alguém que fale/escreva. Ampliando o foco do/a leitor/a para a comunidade de leitores/as, Faccin (2009, p. 7) observa que é:

possível supor que os títulos-nome funcionam como pressupostos das práticas discursivas dos jornais gaúchos e constituem o princípio de uma espera que mais tarde funcionará como uma espécie de olho mágico, através do qual os[as] leitores[as] reconhecerão a realidade, demarcando, assim, a identidade regional. (acrécimos meus)

No caso das publicações alvo de meu estudo, a identidade demarcada não se refere à região do estado de São Paulo, ou de maneira mais abrangente do Sudeste brasileiro, onde estas são editadas, publicadas e distribuídas, mas configura-se como uma identidade construída a partir e para o grupo de pessoas que se articulam em prol de uma causa maior, a da população em situações de rua e em situações de precariedade. A esse respeito, ainda segundo o mesmo autor, há jornais que se inscrevem no campo simbólico de povo, apresentando-se, assim, como portavozes de um determinado grupo de pessoas.

Dado ao fato de que ambas as publicações podem ser classificadas como pertencentes à mídia alternativa (como foi explorado no Capítulo 1), o peso do nome que seus/suas editores/as escolheram, para além de demarcar a ação discursiva que as publicações representam, opera no

³² A esse respeito na seção 4.2, apresento uma discussão concernente à relação da expectativa discursiva que é construída a partir dos “ideais” da revista *Ocas*”.

sentido de chamar a atenção para sua produção. Diferentemente de veículos midiáticos tradicionais, já sedimentados no mercado, cujos nomes são ao mesmo tempo a marca comercial, que lhes dá viabilidade comercial, e a assinatura, que confere suposta legitimidade às publicações, as publicações focalizadas buscam delimitar um espaço de atuação, mesmo tratando-se de publicações alternativas que já conquistaram, ao longo dos dez anos de *Ocas*" e dos vinte de *O Trecheiro*.

Ademais, há que se evidenciar que os nomes dessas publicações podem ser compreendidos como textos multimodais que realizam o gênero situado 'nome de periódico', e, mais especificamente, o gênero encaixado 'nome de periódico orientado para a situação de rua'. Em razão disso, sua análise pode permitir acessar os significados articulados pela ação discursiva das ONGs OCAS e Rede Rua. Por entender que os textos dos nomes são de caráter essencialmente multimodal, em que há uma verdadeira complementariedade entre os elementos semióticos visuais e verbais, procurei analisar na integralidade a sua construção.

***Ocas*"**: *materialização do nome e estrutura das capas*

O primeiro elemento da semiose visual que podemos descrever e analisar é a cor empregada nas edições de *Ocas*". Estas são sempre impressa em três cores, sendo preto (com suas nuances) para a maioria dos elementos, e para os textos e duas cores que são empregadas principalmente para dar destaque a elementos textuais dentro da publicação – cor das fontes, diferenciação de nomes de seções, títulos, olhos e passagens textuais, cor de fundo de colunas, entre outros – e em alguns elementos visuais tais como ilustrações.

Para analisar a informação contida no uso de cores lanço mão das categorias desenvolvidas por Kress e van Leeuwen (2002): 'matiz', 'pureza', 'brilho', 'saturação', e 'diferenciação'. Cada uma dessas categorias abarca uma característica das cores que permite a produção de conteúdos simbólicos associados ao elemento visual que é informado pela cor. Assim, é possível mapear, a partir da cor, o modo de agir discursivamente adotado na formulação da programação visual do texto do nome da revista, tendo em vista o exposto na seção 2.3, que associa o significado acional às estruturas composicionais da GDV.

Assim, retomando texto multimodal do nome da revista conforme realizado nas revistas que integram o *corpus* exposto em 3.2, podemos analisar o uso de cores em cada edição e assim projetar padrões de composição. As edições são sempre impressas em três cores, sendo preto para os textos e duas cores de grande brilho. A cor que mais aparece na materialização do nome da revista é o laranja, que é a cor que figura no site, como é possível ver em 3.3. Assim, a variedade de cores alterna-se com o retorno ao laranja. Essa cor é associada ao conhecimento, sendo a cor da sabedoria para os budistas (VAN LEEUWEN, 2010) e por ser uma cor de grande brilho e saturação, confere saliência ao nome. Vejamos o Quadro 17:

Quadro 17 – Estudo de cores das edições integrantes do *corpus de Ocas*”

	Nomes	Esquema de cores	Matiz	Pureza	Brilho	Saturação	Diferenciação
n° 64		laranja verde	+++quente ++frio	secundária secundária	++brilho +brilho	++saturada ++saturada	+++ policrômico
n° 70		verde marrom	- frio ± quente	secundária terciária	++++brilho - - - brilho	± saturada +++saturada	+++ policrômico
n° 78		laranja azul	+++quente - frio	secundária primária	++brilho +++brilho	+++ saturada ± saturada	+++ policrômico
n° 79		verde azul	- frio + frio	secundária primária	+++brilho - - brilho	+ saturada +++saturada	+++ policrômico
n° 81		laranja lilás	+quente - quente	secundária secundária	+++brilho ++brilho	+ saturada ± saturada	+++ policrômico
n° 85		vermelho azul	quente frio	primária primária	+brilho - - brilho	++ saturada +++saturada	+++ policrômico

O esquema de duas cores que foi destacado no quadro evidencia a relação de complementariedade, sendo que a que aparece no nome será a cor empregada para dar destaque às informações mais importantes, e outra para dar destaque a informações secundárias, mas que igualmente são destacadas. Por exemplo, a matéria de capa será destacada no índice pela cor principal, tendo numeração da página destacada tanto pelo tamanho da fonte quanto pela cor. O uso das cores também ocorre em elementos gráficos como figuras geométricas que compõem a diagramação da revista, bem como as ilustrações de Carvall e Paulo Caruso, colaboradores regulares da revista. Essa complementariedade dos significados visuais composicionais leva à construção da hierarquização das informações, o que se dá também pela natureza da cor.

Pode-se, desse modo, evidenciar o alto grau de tecnologia da publicação, tendo em vista que a complementariedade de cores incide diretamente na coerência estética e significativa da revista. A coerência visual se dá por regularidades na construção da semiose visual da revista em cada edição, e então podemos dizer que o trabalho com as cores constrói um dinamismo visual pela policromia. Há grande teor de emoção, pela saturação das cores e pelo brilho, e a complementariedade das cores usadas se dá em todos os níveis descritos no quadro.

É interessante, ainda, verificar como os elementos semióticos visuais são mais flexíveis, e os significados construídos a partir destes se configura em razão de cada edição. Nesse sentido, é como se o esquema de cores ganhasse uma nova “gramática” a cada volume da revista. Assim, a cor verde (com suas diferentes tonalidades, saturações e temperaturas) é operacionalizada de maneiras distintas em cada uma das seis edições do nosso *corpus* em que figura. Isso reitera a ideia de que a relação estabelecida entre significado e elementos significativos é mais fluida para a semiose visual, enquanto que para a semiose verbal, essa relação tem características um pouco mais estruturadas, mas sem para tanto serem rígidas.

Focalizando a construção de significados visuais do nome de *Ocas*”, mesmo este sendo impresso em diferentes cores conforme a edição, há um caráter unívoco em todas as cores, tendo em vista que são sempre cores que trazem altos graus de brilho e saturação. Assim, são cores que constroem grande saliência para o nome da publicação pela saturação e pelo contraste com a impressão em preto e branco do restante da capa. A esse respeito, van Leeuwen (2010) ao descrever a importância da luminosidade e da luminescência das cores, observa que:

A luminosidade de uma cor encontra-se em sua habilidade de brilhar a partir de si mesma. Cores mais claras e mais intensamente saturadas. (...) A cor luminescente brilha ou irradia porque é iluminada por trás, como no caso de vidro pintado ou da luz de néon, ou porque é ela própria uma fonte de luz, como a chama do fogão ou o brilho de um radiador.³³ (VAN LEEUWEN, 2010, p. 35, tradução minha)

Nesse sentido, as cores de *Ocas*” articulam diretamente o significado acional, tendo em vista que criam um elo interativo com o/a leitor/a pela expressividade, ao mesmo tempo são como uma luz neon que chama a atenção do consumidor para a revista como produto mercadológico. Ao mesmo tempo, as cores constroem a identidade visual da revista, outorgando-lhe um caráter de criatividade e de dinamismo que a aproxima do conteúdo cultural que veicula, bem como do público alvo que é consumidor de cultura, tendo em vista que a revista é comercializada principalmente em pontos culturais da cidade de São Paulo (Pinacoteca, Fnac, entre outros).

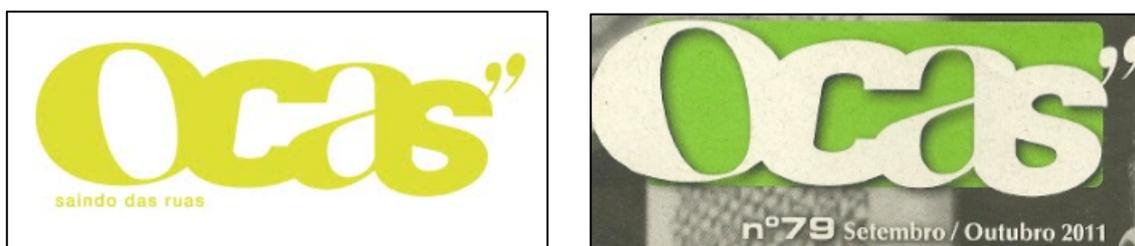
Em se tratando da análise dos significados sugeridos pelo estilo tipográfico, a pesquisa embasa-se nas categorias desenvolvidas por van Leeuwen (2006), quais sejam, “peso”, “expansão”, “inclinação”, “curvatura”, “conectividade”, “orientação” e “regularidade”. Focalizando a tipografia da fonte empregada no nome de *Ocas*”, a saliência do nome é valorizada pelo emprego de tipos negritados o que lhe conferem grande peso. O caráter dinâmico da cor é acentuado pela configuração dos tipos que apresentam tamanhos e eixos diferente. A orientação do nome é definida pelos tipos de tamanhos decrescentes que criam a imagem de uma ponta, que conduz o olhar em um vetor que acentua a velocidade de leitura, e assim amplia o dinamismo do nome. A curvatura do nome também incrementa esse dinamismo, sendo que cada um dos tipos apresenta uma angulação diferente, o que igualmente confere ao nome um dinamismo ampliado. Ao mesmo tempo, há um grande grau de conectividade pelo fato de os tipos serem serifados, ademais, não há espaço entre estes, sendo *ocas* um bloco coeso de grande peso visual. Tendo em vista parâmetros adotados, é possível dizer que o nome da revista constrói uma identidade ligada ao campo da criatividade, da emoção e do dinamismo. Ao mesmo tempo, constrói-se de maneira robusta pela coerência do emprego das cores e pela coesão dos tipos.

³³ The luminosity of a colour lies in its ability to glow from within. Lighter and more strongly saturated colours. (...) Luminescent colour glows or radiates either because it is lit from behind, as in the case of painted glass, or coloured neon light, or because it is itself a source of light, as in gasflames or the glow of radiators. (VAN LEEUWEN, 2010, p. 35)

No que concerne ao texto verbal, o nome da revista retoma a sigla da Organização Civil de Ação Social, mas há uma diferença entre a revista, que é escrita em com a inicial maiúscula e as demais em caixa baixa, e a ONG, que tem todas capitulares. Isso revela os nomes, mesmo a priori homônimo, marca uma diferença clara entre as instituições, assim, *Ocas*” é distinta de OCAS. Sobre o significado deste nome, ‘Oca’ é um termo oriundo do tupi e significa habitação.³⁴ A pluralidade marcada textualmente pelo “s” que poderia indicar uma variedade de casas indefinida, é limitada pelas aspas que são apenas fechadas. Assim, há uma pluralidade mas é um pluralidade encerrada no campo identitário da revista. Essas aspas também retomam a ideia do intertexto, da citação em discurso direto. Assim, a pluralidade que compõe a autorreferenciação traz também a ideia da intertextualidade, o que poderia indicar uma abertura à diferença.

O *corpus* de edições da revista, por se estender sobre os quatro últimos anos, permite que se faça uma análise discursiva diacrônica. Nesse tocante, a mudança evidente que ocorre a partir do terceiro ano é de grande valia para se compreender a ação macro da revista e como esta se configurou ao longo do tempo. A diagramação do nome da revista é alterada, este passa da cor em positivo nas fontes para ter a cor em negativo em um retângulo sobre o que se sobrepõe. Essa sobreposição é também um elemento composicional significativo que aumenta sua saliência e peso visuais, reforçando a identidade da revista. Ademais, nas duas primeiras edições há um subtítulo, um sobrenome, ou olho do nome. Vejamos a imagem ampliada, na Figura 7:

Figura 7 – Nome original da revista *Ocas*” e nome após a mudança



O olho “saindo das ruas” ligava explicitamente a revista, desde o seu primeiro elemento semiótico, às situações de rua. Definia um campo referencial que especificava a ação da revista, no sentido da superação das situações de rua e situações de precariedade que constituem o objetivo de geração de renda e (re)inclusão de atores sociais na lógica do trabalho remunerado e do consumo, que viabilizam sua estabilidade social. Esse subtítulo orientava o olhar do/a leitor/a para a questão da situação de rua, ampliando o aspecto do “olho mágico” (FACCIN, 2009).

Esse olho, a partir de 2011, dá lugar ao número da revista que era uma informação destacada, sendo variada sua posição nas capas anteriores à mudança. Assim, a informação relativa ao número da edição é privilegiado, marcando a identidade da revista como sendo construída a cada

³⁴ Há nuances de significação do termo, em função das diferentes línguas do tronco tupi, mas ‘habitação’ é constante.

número. Em campo, pude verificar que os/as vendedores/as e a equipe de voluntários/a da revista costuma dizer: “a revista da Tulipa”, “a revista do Ariano Suassuna”. Isso pode indicar uma aproximação conceitual ao campo da cultura em detrimento do campo das situações de rua.

Como podemos ler no editorial “Renovada e mais atraente”, do volume nº 78 de julho/agosto de 2011, essa mudança se deu como comemoração do nono ano da publicação,.

- (1) Neste mês de julho, a revista Ocas" completa nove anos de circulação. E o leitor logo perceberá que ela está renovada visualmente e também no conteúdo. (...) Visualmente, a revista explora mais o uso das cores e dá maior liberdade para criar interferências do texto na imagem e vice-versa, dando um ar mais contemporâneo para o design da Ocas". Todas as mudanças foram adotadas para que a revista fique mais atraente. É nosso muito obrigado aos leitores.

Nesse excerto, há em “a revista Ocas” o procedimento de autorrepresentação que será retomado na seção 4.2, que marca o ponto de emissão, e o procedimento de representação da recepção, pelo termo “o leitor”. O editorial explica a mudança da diagramação da revista, e na sequência noticia o êxito da revista “finalista em três categorias do prêmio internacional das revistas de rua, o International Street Paper Awards” – competição entre 114 periódicos orientados para a situações de rua e de precariedade. Essas categorias são arroladas: melhor reportagem, melhor artigo produzido por vendedor, e ressalta que a revista é mais uma vez finalista na categoria “melhor design”, em que fora laureada no ano de 2009. Assim, há um destaque ao visual da revista, que lhe agrega um valor simbólico enquanto objeto de consumo, como tecnologia do *marketing*. Assim, há a priorização da atratividade para seus/suas leitores/as à manutenção dos espaços e estruturas discursivos empregados até meados de 2011.

O Trecheiro: criatividade genérica

Para analisar o nome do jornal, parto de seu conteúdo semiótico verbal, em razão da especificidade dos dados. Além disso, esta análise foi construída também com base e dados gerados em campo, na entrevista que Alderon Costa me cedeu.

O nome “trecheiro” não se encontra dicionarizado, sendo usado nas regiões Sul e Sudeste do Brasil para se referir a pessoas que têm uma vida nômade, não pertencendo a um determinado local, migrando e ocupando os espaços públicos (praças, baixos de ponte, viadutos, marquises etc.). Ele deriva do termo *trecho*³⁵, que se refere a um espaço de tempo de duração definida ou, analogamente, a um espaço físico delimitado, sendo o “trecheiro” aquele que ocupa/vive nos “trechos” dos centros urbanos. Esse nome é complementado, da mesma maneira que o nome de *Ocas* antes da reformatação da revista, por um sobrenome, um subtítulo, um olho:

³⁵ Trecho: s.m. Pequeno espaço de tempo ou lugar; intervalo. / Excerto, pequena passagem de uma obra literária ou musical. // loc. adv. A trecho ou a trechos, de tempo em tempo, de quando em quando. (AURÉLIO ONLINE, disponível em: <<http://www.dicionariodoaurelio.com/Trecho.html>>. Acesso em: julho de 2012)

(2) Notícias do povo da rua

O olho “Notícias do Povo da Rua” complementa o (já direcionado) título, tornando ainda mais explícita a temática central desse jornal e esclarecendo o público alvo da publicação. Assim, o jornal traz, logo de início, uma afirmação da identidade do grupo de pessoas que vivem nas ruas. O uso do termo “povo” para a representação desse grupo social alude a um conjunto de pessoas organizadas ao redor de algo em comum. A mesma lexia, “povo da rua”, é utilizada pelo Movimento Nacional da População de Rua (MNPR, 2010). A esse respeito, Faccin analisou a construção de nomes de jornais que se auto referem como porta-vozes de um contingente populacional:

O grupo de jornais que evocam e se inscrevem no núcleo semântico povo não se confunde com o tom popularesco que, muitas vezes, a noção de povo é associada. Pelas estratégias discursivas mobilizadas pelos jornais *Correio do Povo* e *Diário Popular*, é possível observar que, nestes casos, tal núcleo privilegia um lugar de produção discursiva baseado não no território em si, mas no grupo de pessoas que compõe este território. Deste modo, os enunciados povo e popular adquirem uma feição de representação (no sentido político do termo) da população de uma determinada região, com enfoque para a defesa dos interesses regionais. (FACCIN, 2009, p. 9)

O jornal, ao nomear sua ação discursiva, traz para si a responsabilidade de tratar das temáticas da rua, contemplando o grupo de pessoas encerrado em “*O Trecheiro*” e em “Povo da rua”. A representação do grupo de pessoas em situações de rua é feita simbolicamente pela estratégia textual de agregação e unificação. Essas estratégias foram descritas por Thompson (1991) como formas de agir ideologicamente, no entanto, no contexto estudado, o uso dessa expressão constitui um movimento contra-ideológico, por operar em favor da população em situação de rua, unificando um grupo sob uma única representação para construir um reforço identitário. Trata-se, pois, de uma subversão em que o termo ganha um caráter valorativo do “Povo da rua” – parte do subtítulo do jornal: “Notícias do Povo da Rua”.

Como vimos, o título-nome sintetiza o conceito do jornal, transmitindo de forma imediata uma ideia acerca do objeto da publicação. Segundo Loose (2010, p. 5):

este enunciado é, ao mesmo tempo, mínimo e dominante. Mínimo porque representa, de forma condensada, toda uma concepção do produto jornalístico que denomina; dominante porque, explícita ou implicitamente, permeia todas as páginas e ‘conduz o tom’ dos discursos heterogêneos que o constituem.

Desse modo, o título-nome de *O Trecheiro* desempenha um papel fundamental como instrumento que permite que se coloque em pauta a vida de pessoas em situações de rua, além de ser um chamariz para que esse grupo social tenha interesse pela leitura e se veja representado na publicação. Esses são alguns efeitos potenciais de sentido que podem ser mapeados pela análise apenas do texto verbal, mas o conhecimento das motivações que levaram à escolha deste termo e

não de outros para nomear o jornal se mostra intangível apenas pela esfera documental. Assim, é necessário lançar mão dos dados gerados em campo.

O nome do jornal foi um dos temas que foi abordado na conversa com os/as editores/as da revista. Vejamos o excerto (3), em que Alderon Pereira da Costa trata da questão:

- (3) Começamos a discutir qual o nome do jornal? Qual o nome do jornal? Surgiu então a idéia de por... é um período que o Trecheiro era muito comum, “ah sou trecheiro” estava na moda, e as pessoas saíam daqui iam pra Santos, pro Rio de Janeiro (...) Eles contavam assim as histórias, e eram histórias bonitas, não eram histórias de: “Ah, eu passei fome”. Não eram sofridas, era glamoroso ser trecheiro, era, agora não porque tem as concessionárias e o pessoal reclama demais. Não deixam mais, então acabou um pouco isso. Agora se fala do trecheiro urbano, o pessoal de Santo Amaro vem almoçar aqui no centro, e muitos deles veem a pé. Mas isso de uns 10 anos pra cá, porque até então o pessoal era muito do trecho, andarilho, né? que o pessoal também fala. E aí então nós falamos vamos colocar esse nome, porque é um nome que traz notícias, o cara quando viaja ele chega aí vem a rádio pião, ele chega e traz informação de Santos, a gente sabia das coisas de Santos muito por ele, a violência em Santos, as coisas eram esses viajantes que traziam essas notícias, e aí disso começou essa idéia de colocar “O Trecheiro”, e aí ficou, eu não saberia o detalhe de como a gente fechou essa idéia, o nome soou bem, quando alguém falou esse nome e tal, soou bem.

Segundo Alderon Costa, o nome estava muito em voga à época da constituição do jornal, e era uma forma de autorreferenciação empregada por pessoas em situações de rua, em especial por andarilhos/as que cruzavam o estado de São Paulo a pé e traziam as notícias de outros locais quando de seu retorno. Por essa razão, há uma aproximação conceitual entre o campo de ação dos/as trecheiros/as que reportavam notícias e do jornal. Além disso, o termo “trecheiro”, segundo o que me relataram, refere-se ao esforço pela busca de trabalho. O editor explica que “pegar o trecho” ou “fazer o trecho” referem-se a:

- (4) [ir atrás] do seu sustento né? E dessa coisa da notícia, de andar, de caminhar... sabe era um período se falar em caminhada era muito comum: “Eu tenho que fazer minha caminhada”, na comunidade era muito falado isso né, “você tem que fazer uma caminhada”, caminhada é processo. (...) Fazer um caminho, seguir, ir ao seu objetivo e tudo mais. Tinha toda essa relação desse contexto, nesse período, né? E acho que ele, vamos dizer assim, trazia curiosidade também, principalmente porque o trecheiro na época que a gente criou ele, era assim duas coisas muito fortes. Não digo que é só isso, mas é a questão visibilidade das pessoas, porque as pessoas viviam muito debaixo dos viadutos, muito escondidas. Se hoje a questão da invisibilidade é forte naquele período é muito mais, porque realmente a população de rua não era vista, qualquer número era irrisório em relação a hoje, você chegava talvez a três mil, né? A gente chegou a falar cem mil, mas isso era um problema de contagem, mas éramos de três mil a cinco mil pessoas muito espalhadas. Você não conseguia identificar muito essa população como você hoje anda pela cidade, você topa, tropeça, não é? Não era tão forte assim.

Em (4), ao representar o momento e a ação da criação do jornal – “na época que a gente criou ele” – Costa evidencia o interesse em “dar visibilidade” ao grupo de pessoas que vivia nas ruas. Ele marca uma oposição com o momento passado em que havia, dentre outros fatores que não aborda, dois pontos que destaca: (i) menos pessoas em situações de rua – “Você não conseguia identificar muito essa população como você hoje anda pela cidade, você topa, tropeça, não é?”; e, em (ii), a situação de invisibilidade era mais grave – “se hoje a questão da invisibilidade é forte naquele período é muito mais”

Ao observar que hoje as situações de rua se fazem mais presentes, a ponto de não ser possível evita-las – “você topa, tropeça” –, ele evidencia o recrudescimento da problemática social, fruto de desdobramentos do capitalismo. Ele também destaca a dificuldade de contagem do número de pessoas em situações de rua, sendo um ponto crucial para o movimento social em favor da causa desse grupo, pelo fato de que, como vimos em 1.1, há um condicionamento das políticas públicas pela aferição do contingente populacional. As questões “Quantos somos?” E “Quem Somos?” é observada na edição de junho de 2009, na seção “Trecheirinhas”, que traz notícias rápidas e pontuais sobre as situações de rua.

(5) “Quantos Somos?”/“Quem somos?”

O excerto (5) está presente na sessão “Trecheirinhas” e introduz os resultados do censo de pessoas em situação de rua. As expressões usadas se valem do pronome da primeira pessoa do plural que posiciona a produtora do texto – Renata Bessi – como pertencente a esse grupo de pessoas, presumindo que a autora fale por toda a equipe editorial, esse recurso denota a solidariedade dessa equipe às pessoas em situação de rua, e pode refletir uma tentativa de transmitir a ideia de que quem escreve o jornal são de fato pessoas que se encontram nessas condições.

Observamos anteriormente que já no título do jornal aparece a expressão generalizante – “O Povo da Rua” – que se refere a toda uma comunidade de pessoas que se relacionam de alguma forma com a realidade das ruas, seja por nela viverem ou por integrarem grupos de apoio. Isso pode ser retomado em de várias expressões que compõem a mesma carga semântica. Os termos generalizantes – ‘pobres’ ou ‘moradores de rua’, por exemplo – que de certa maneira reificam as pessoas por reduzi-las à sua condição econômica e à sua situação de moradia. Já no jornal *O Trecheiro* há o uso de outros termos, igualmente generalizantes, mas que operam de forma diferente, por terem como efeito potencial conferir um sentido de unidade ao grupo que se organiza ao redor da situação de rua. A escolha de palavras agregadoras valoriza a identidade de todo o grupo, apontando dessa maneira outra orientação discursiva contra-hegemônica, que visa incluir socialmente pessoas marginalizadas. Desse modo, mesmo pessoas que não vivem nas ruas posicionam-se ao lado das que padecem dessa realidade, dando-lhes um reforço identitário.

Por meio da triangulação de dados, é possível compreender como a construção simbólica da identidade de pessoas em situações de rua, no momento da gênese do jornal, foi pensada, por uma identificação relacional em que o ator social representado tem atribuídas características tanto materiais – poucos pertences – quanto simbólicas – nomadismo, busca pelo trabalho, esforço -, que delimitam sua identidade. Nessa perspectiva, a ideia do “trecheiro” ganha um caráter romantizado, que hoje, conforme aponta Costa, já não existe, sendo associados dois motivos: o aumento da população em situação de rua e a privatização das estradas do estado de São Paulo. Nessa perspectiva o “glamour” que observa ser atribuído anteriormente perde a substância na atual configuração social.

Ademais esse nome era empregado em oposição à noção de “pardal”, que é outro termo empregado nas mesmas regiões do país para se referir igualmente a pessoas em situação de rua. Segundo Costa, o nome pardal tem um teor pejorativo, por ser um pássaro que sobrevive de restos humanos. Assim, estando à espera das migalhas, e não indo fazer o trecho. Vale lembrar que essa espécie foi introduzida artificialmente nas cidades brasileiras por ocasião da grande reforma higienista promovida por Pereira Passos no começo do século XX. A princípio a ideia de se importar essas aves para o país teve o objetivo de dar uma feição europeizada à antiga capital, Rio de Janeiro. Mas, com o tempo, as aves exógenas estabeleceram uma relação de concorrência com as aves nativas do país, causando problemas para o equilíbrio natural do meio ambiente brasileiro. Atualmente, esses pássaros podem ser encontrados em praticamente todas as regiões do Brasil, tanto em centros urbanos como rurais. Essa carga semântica não pode ser desprezada, ao se procurar entender como e por que o termo foi escolhido para representar pessoas em situação de rua, em oposição a ‘trecheiro’.

Apesar dos diferentes usos e cargas semânticas, ‘pardal’ e ‘trecheiro’ compartilham as ideias de não pertencimento a nenhum determinado local compartilhada pelas pessoas que se encontram em situação de rua e por essas aves em particular. Dessa maneira, as formas linguísticas, adotadas por falantes da região sudeste para referir pessoas em situação de rua, estão sempre orientadas no entendimento da não pertença, da brevidade de tempo em um ou outro local. Mesmo levando-se em conta que algumas dessas pessoas, principalmente aquelas que estão em situações de rua com suas famílias, acabam ficando mais tempo em alguns locais, fazendo espécies de assentamentos que reproduzem os espaços de uma casa – tendo o lugar de dormir, o lugar de cozinhar, entre outros aspectos funcionais de uma morada.

Outro dado relevante é o fato de que, como informa Costa, a configuração da população em situações de rua do momento da gênese do jornal ser constituída essencialmente por pessoas do gênero social masculino. Passemos ao excerto seguinte:

- (6) E era só homem nesse período, tinha muito poucas mulheres, né? Poucas mulheres.

É possível projetar que, dadas características da população que viviam em situações de precariedade e situações de rua entre o fim da década de 1980 e começo de 1990 e dado o fato de que o debate sobre o genérico inclusivo não estar difundido entre os movimentos sociais no Brasil, à época, que houve a opção pelo termo generalizante no masculino singular – “trecheiro”. Apesar de essa opção poder, hoje, ser analisada como estratégia de apagamento do contingente populacional feminino, há que se relativizar o período em que foi elaborado o jornal. Nessa perspectiva, poderíamos elucubrar, caso o jornal fosse criado hoje, com os avanços de movimentos sociais, muito provavelmente, seria repensado para atender às reconfigurações que se apresentam na constituição do conjunto de pessoas em situações de rua.

Abordando agora a diagramação do texto multimodal do nome do jornal, que apresenta diferentes elementos de criatividade genérica em relação aos jornais tradicionais, pela maneira como integra o emprego de recursos verbais e imagéticos. Vejamos a Figura 8:

Figura 8 – Título, com imagem e diagramação



O título-nome do jornal é composto por diferentes elementos, dos quais já tratamos em parte dos elementos composicionais verbais título e subtítulo ou olho. No que concerne a tipografia empregada, há, como em *Ocas*”, um grande peso visual em função da espessura, mas à diferença da revista, há um aspecto menos fluído e mais sóbrio, pelo fato de haver pouca inclinação e de os tipos usados não serem serifados. Além disso, a posição do nome é fixa na capa do jornal – topo, centralizado –, o que confere ao nome do jornal um peso visual e uma força como estrutural essencial da publicação, estando no campo do ideal, reúne o conceito simbólico e aponta a linha do jornal, topicalizando a informação.

Há ainda, no canto direito, o número da edição e o período de publicação – elementos que também constam das primeiras páginas de jornais tradicionais – e, abaixo, os dados da organização responsável pela publicação:

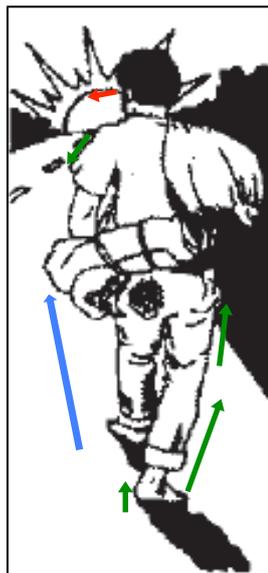
- (7) Rede Rua de Comunicação - Rua Sampaio Moreira, 110 – Casa 9 – Brás – 03008-010 São Paulo SP – Fone 3227-8683 – 3311-6642.

Esses dados dão a ver uma diferença na estrutura composicional do jornal focalizado em relação aos jornais da mídia tradicional, em que, em geral, tais informações não são disponibilizadas de maneira tão explícita e acessível, sendo necessário ao/à leitor/a pesquisar em outras fontes. Por parte da mídia tradicional, isso que pode representar um posicionamento avesso ao

diálogo aberto com o público, por parte das instituições responsáveis pelas publicações. Em oposição, em *O Trecheiro*, a disposição destes dados justapostos ao nome-título, que como vimos tem grande saliência, pode evidenciar uma abertura do periódico para o diálogo com o público.

Outro elemento de criatividade genérica que compõe o texto multimodal do título-nome do jornal, que, em algumas edições, figura antes do nome e, em outras, é posicionada no entre os elementos do texto verbal (como na figura 8). Vejamos a sua ampliação na Figura 9:

Figura 9 – Texto imagético e esquema analítico



Focalizando a metafunção representacional (em uma associação direta ao significado representacional) engendrada nos elementos composicionais da imagem, como observado em 2.3, a GDV distingue dois processos fundamentais para a construção dessa metafunção: *narrativos* e *conceituais*. No caso da imagem que temos em foco, entretanto, essa distinção, parece pouco produtiva pelo potencial funcional do texto do título-nome. É possível dizer que a imagem é, a um só tempo, narrativa e conceitual, pelo fato de a representação que descreve processos desempenhados pelo participante ou ator social representado servir para construir um conceito sobre ele.

O texto imagético em questão, representa um participante por meio de um desenho figurativo. Podemos dizer que se trata, provavelmente, de uma pessoa do gênero masculino em função da roupa e do corte de cabelo. Ele está representado de costas, descalço, e seus membros estão desenhados dando a ideia de movimento, descrito pelos os vetores em verde sobrepostos à imagem, cuja somatória (vetor azul) engendra o processo material de caminhada. O processo descrito refere-se a uma ação *não-transacional*, em que o Ator é também Meta da ação, sendo possível fazer uma analogia com o verbo intransitivo ‘caminhar’, tal como descrito pela gramática tradicional. Esse caminhar se dá por uma estrada – representada graficamente pelas linhas tracejadas – em direção a um horizonte onde figura um sol nascente ou poente, representado na linha do horizonte, por um semicírculo com grandes raios.

A partir desse processo narrativo orientado em direção ao sol, é possível analisar a imagem em termos de um processo *reacional*. Nesse tipo de processo “ao invés de ator, existe um reator (aquele/a que olha) e, em lugar de uma meta, ocorre um fenômeno (aquele/a que é olhado/a)” (SILVA; RAMALHO, 2012, p. 18), ele é descrito por vetores das linhas do olhar do *reator* em direção ao *fenômeno*. Na imagem em foco, apesar de não vermos a face desse participante, é possível inferir que seu olhar esteja direcionado para o sol, descrevendo um processo concomitante com o de ‘caminhar’: o de ‘ver’. Por meio dessa complementação de processos, o participante representado apresenta volição, pois reage – ao sol, que pode ser compreendido em termos simbólicos como um objetivo, uma esperança – e age – diferente da ideia tradicional de passividade com que é formulada a identidade legitimadora de pessoas em situações de precariedade.

Há ainda que se analisar o processo conceitual, por meio do qual o texto imagético constrói o conceito de ‘andarilho’. Na imagem o andarilho (Ator de caminhar) é representado como um *carregador*, que tem associados *atributos possessivos*: ele carrega uma bagagem composta por um saco ou sacola, um rolo, que pode ser um cobertor, um saco de dormir ou até mesmo um colchonetete, e um cantil, e está descalço, esse vazio (silêncio) também é significativo, pois trata-se de alguém que caminha mesmo sem sapatos. Assim, é possível analisar esse processo, em termos da taxonomia da GDV, como *simbólico sugestivo*, que, segundo Souza (2012, p. 45), “possui apenas um participante, o portador [em que] é enfatizado o ambiente”. O centro da representação é o andarilho, compreendido como o todo, e os atributos, são partes acessórias dessa representação.

Assim, podemos dizer que a imagem agregada ao título do jornal constrói uma classificação para pessoas em situação de rua, com base em atributos compartilhados, mas o grupo representado na figura do indivíduo é dinâmico, e segue em direção a uma meta. Essa imagem trabalha com a condensação de vários níveis de significado; ela complementa o sentido do título do jornal, retratando iconicamente as pessoas em situação de rua e representando o movimento pretendido pela *Rede Rua*, que busca a conquista, para a comunidade em situação de rua, de igualdades de oportunidade, que podem ser traduzidas pela expressão “lugar ao sol”, o que corrobora com a visão romantizada do ‘símbolo’ fundador do jornal: *o trecheiro*.

4.1.2 CAPA COMO MANCHETE E MANCHETE COMO CAPA

As capas de periódicos impressos constituem o primeiro espaço de acesso à informação semiótica que veiculam. Para além de apresentar as matérias que serão desenvolvidas no corpo do texto, servem para construir a identidade comunicacional do jornal ou revista, reforçando o a ação discursiva inicial do nome. As capas têm um duplo objetivo: síntese e apelo. A síntese se refere à possibilidade de, a partir delas, o/a leitor/a saber de antemão quais são as informações centrais que estão encerradas nos suportes. Nesse sentido, as informações contidas nas capas são as mais topicalizadas, em relação à ação macro, empreendida pelas publicações. E o apelo se refere à necessidade de as publicações se fazerem atraentes para que sejam adquiridas e lidas. *O Trecheiro*

difere de *Ocas*", nesse tocante, por não ser um produto comercializado, sendo evidente que, para a revista, esse segundo aspecto é priorizado. Outra diferença que deve ser salientada é que *O Trecheiro*, em função de ser um jornal diminuto, concentra sempre, o máximo de informações em cada uma de suas quatro páginas, o que faz com que suas capas não correspondam exatamente ao padrão tradicional, sendo esse espaço ocupado por uma pluralidade de textos mais variados.

Ainda sobre a especificidade de capas de periódicos, Kress e van Leeuwen (1998) desenvolveram um método para análise do *layout*, partindo da ideia de que os jornais contemporâneos não restringem caminhos de leitura possíveis para seus/suas leitores/as, mas permite diferentes abordagens da informação neles contida. Desse modo, a construção das capas dá a ver diferentes nuances discursivas. por meio de seus *significados composicionais*, que segundo os autores organizam os textos verbais e imagéticos, instanciando um todo coeso.

No caso de meus objetos a configuração de *Ocas*" é um pouco diferente do padrão tradicional. Como já comecei a tangenciar na subseção anterior, a revista se apresenta ao/à seu/sua leitor/a de maneira mais dinâmica, havendo diferentes elementos semióticos que conduzem a uma fluidez na leitura. Já *O Trecheiro* tem uma configuração mais tradicional, sendo a diagramação mais fixa, o que foi evidenciado pela posição do nome do jornal. Nesta subseção, seguirei o mesmo procedimento de separar as análises e na sequência, retomarei as ideias centrais em "algumas considerações".

***Ocas*" : processos conceituais do foco na rua para o foco na cultura**

As capas das edições de *Ocas*" do *corpus* apresentam duas formas padrão um artista da cena cultural brasileira, sendo que as capas coletadas no período dos últimos quatro anos apresentam basicamente dois padrões de composição: o/a artista representado/a por sua arte, e a imagem do/a próprio/a artista. Nesta parte, analisarei esses dois padrões típicos: nas duas primeiras capas, há o procedimento de metonímia, e nas duas últimas a representação é direta.

Abordando inicialmente a capa do volume nº 64, trata-se de uma obra do artista plástico Vik Muniz, que trabalha com fotografia e objetos descartados para compor representações figurativas. Especificamente esta imagem foi produzida no contexto do projeto do artista que junto a catadores/as de materiais recicláveis de um dos maiores aterros sanitários do mundo, o Jardim Gramacho,³⁶ situado na periferia da cidade do Rio de Janeiro.

Focalizando os elementos composicionais da capa da revista *Ocas*", há, grosso modo, quatro textos: (i) texto imagético, ao qual se sobrepõe (ii) o título-nome da revista (conforme a diagramação até 2011) e (iii) a manchete e o olho da matéria de capa, e (iv) uma barra destacada em que se lê o valor da revista e quanto o/a vendedor/a receberá pela venda, com mais saliência para esta última informação que é destaca pela cor. Até a edição nº 78, a diagramação geral da capa segue a mesma, sendo a posição do título-nome fixa no canto superior (campo das ideias)

³⁶ Disponível em: < <http://www.lixoextraordinario.net/filme-sinopse.php>>. Acesso em: dezembro de 2012.

esquerdo (dado). Da mesma forma, as imagens, em geral seguem o padrão de composição de um vetor na direção canto superior esquerdo para canto inferior direito, o que conduzia o olhar do/a leitor para a barra em que a revista é associada ao projeto de geração de renda.

Não me ateei à análise da imagem por ser a reprodução da obra de arte selecionada pelo artista Vik Muniz como chef-d'œuvre da exposição, resultante do projeto, e do documentário que foi feito na sequência. Nesse sentido, o texto imagético é metonímico, pois representa o artista por meio de sua obra. O mesmo procedimento pode ser observado na capa da edição de nº 70, que também traz a representação de uma obra de arte, sendo a cena do filme “Topografia de um desnudo” em que contracenam Maria Alice Vergueiro e Lima Duarte. Nesse caso, além de ser a representação da arte, também se trata da representação de artistas.

Ainda é importante ressaltar que em ambas as capas, a arte representada compartilhava da temática da rua. Uma pela representação de um catador, a outra por tratar do tema da “operação mata-mendigo”.³⁷

Vejamos as capas das edições nº 64 e nº 70 da revista *Ocas*:

Figura 10 – Obra de arte de Vik Muniz na capa de *Ocas* nº 64, e Cena de *Topografia de um desnudo* na capa de *Ocas* nº 70



No tangente à comparação entre as diferentes capas do *corpus* documental, retomando o corte entre as capas antes da edição de comemoração dos nove anos da revista, há uma diferença

³⁷ Esse filme tem grande pertinência para o atual momento em que vemos procedimentos higienistas em todas as cidades que sediarão eventos esportivos no país, estando às vésperas da Copa do Mundo de Futebol e das Olimpíadas.

entre as duas primeiras e as demais edições. As quatro últimas capas trazem fotos de artistas ligados, à arte alternativa, no caso de Criolo, Selton Mello e Tulipa Ruiz, e à arte popular, no caso de Ariano Suassuna, que ademais, é um cânone literário. Nos quatro casos são figuras públicas de grande saliência, o que confere às edições um grau de atratividade acentuado, elevando o valor agregado à publicação, no que tange sua comercialização. Por exemplo, em campo, fui informada por Alexandre Patto (voluntário da ONG OCAS) que a edição que trazia a foto de Ariano Suassuna na capa fora uma das mais vendidas, tendo se esgotado em pouco tempo.

Essa saliência é ainda mais ressaltada pelo fato de em todos os casos haver a representação individualizada dos/as participantes, em primeiro plano, ou plano americano. Outro fator importante nessa grande atratividade formulada pela composição das capas, é que as imagens são de demanda, pois o vetor que liga o olhar do/a representado/a é direto, o que cria um vínculo do/a leitor/a com a pessoa representada, e, por conseguinte, com a revista que a representa. Há, evidentemente, diferentes tipos de demanda, por exemplo, nas imagens que seguem na Figura 11, a ligação estabelecida entre Tulipa Ruiz e o público leitor é mais íntima, não apenas pelo plano que é fechado, em relação à foto em que figura Selton Mello, há, em função do sorriso, uma afetividade maior. Vejamos as capas dos volumes n° 81 e n° 85:

Figura 11 – Capas das edições n° 81 e n° 85 da revista *Ocas*”



Abordando, as análises específicas das capas, é importante pontuar que há uma mudança crucial entre a diagramação destas e a das primeiras revistas: a posição de dado e novo e de ideal e real. Isso marca uma mudança em como a revista configura sua identidade como publicação.

No caso da capa da edição nº 81, onde é representado o ator e diretor brasileiro Selton Mello como participante individualizado, ocupa a posição lateral esquerda (dado), a distância da imagem é configurada em plano médio, sendo a atitude é definida pelo ângulo vertical baixo que evidencia o poder do ator representado. A posição do nome está um pouco mais baixa o que relaciona a revista a um campo intermediário entre o ideal e o real, mas está abaixo da informação mais topicalizada – rosto de Selton Mello.

Na capa da edição nº 85 a cantora brasileira Tulipa Ruiz, é, da mesma maneira, representada individualmente, sendo o ângulo vertical baixo, empregado novamente, tendo como efeito de significação o empoderamento de quem está sendo representado/a. O nome da revista volta para a posição do dado, mas desce totalmente para a posição base, referente ao real.

Houve também a saliência enfatizada do nome, que pela mudança do esquema de cor, como vimos, ganhou destaque, mas perdeu o olho. No entanto a posição topicalizada no ponto mais ligado ao dado, no sistema tema-remata – parte superior esquerda – foi gradualmente sendo abandonado, como é possível ver na seção 3.2, onde figuram todas as capas. Nas duas últimas edições, a análise de tema e remata, é muito fértil.

Nessa perspectiva, há um encolhimento do valor simbólico da revista, enquanto identidade institucional, que sede espaço para a divulgação do trabalho de artistas (isso será abordado na seção seguinte). O nome deixou de ocupar o topo das páginas para ocupar espaços mais baixos, o que é extremamente significativo pois a posição do topo está ligada ao ideal ao plano das ideias, enquanto que a posição baixa está ligada ao real, ao plano material. Neste sentido, a revista deixa de ser o foco e a origem da construção de significados, da produção simbólica, e passa a servir de base material para a veiculação de significados alheios a ela, no caso específico, do trabalho dos artistas que nela figuram.

Isso, complementa a análise anterior, em que foi analisado diacronicamente um afastamento da revista de questões relativas às situações de rua. O nome, como observado no começo da subseção anterior, efetivamente delimita a produção de significados. Assim, ao ter abolido o sobrenome que a relacionava diretamente à situação de rua, a revista passa a ter outro foco. Evidentemente, a escolha pela reestruturação provavelmente culminou pela mudança gradual de foco.

Se expandirmos um pouco nosso *corpus*, podemos analisar que no começo a publicação era voltada integralmente para as situações de rua, o que pode ser evidenciado pela edição número 4 da revista, que segundo meu/minha colaborador/a observou trazia na capa o nome “Pobreza”, centralizado, escrito em vermelho sobre o fundo preto. Isso conferia um caráter central ao tema na revista. Sendo que o cerne do conteúdo da revista orbitou ao redor da temática da pobreza, trazendo diferentes textos abordando diferentes aspectos dos processos sociais de pauperização. Observando que as duas primeiras edições do *corpus* tratam da temática das ruas pelo crivo da arte, sendo informações selecionadas, dentro do conjunto de notícias relativas às situações

de rua, por terem relação com o campo da arte. E que, em seguida, as capas passam a ser centralmente focadas nos/as artistas que representam, ficando o conceito “ocas” colocado em segundo plano. Podemos concluir que o foco na rua foi sendo substituído pelo foco na arte.

O Trecheiro: representação de pessoas em situações de rua e mobilização social

As edições de *O Trecheiro* apresentam dois padrões prototípicos que se distinguem pela composição com apenas um texto imagético e em outras, pela composição com duas imagens. No entanto, em todo o período coletado, as edições mantiveram a coerência visual, o que confere à identidade da revista uma estabilidade ao longo do tempo.

Nesta seção apresentarei análises da capa da edição nº 178, de junho de 2009 e da capa nº 201 de setembro de 2011. Ambas apresentam a mesma estrutura, sendo a distribuição dos elementos seguindo uma ordem mais fixa: (i) o nome do jornal em posição fixa, como analisado na subseção anterior; (ii) a presença sempre de uma imagem que compõem com o título e o olho a da manchete o que seria equivalente à capa da revista *Ocas*”, ou seja, a informação mais importante da edição; (iii) a disposição do texto em colunas estruturadas aos moldes do jornal *standart*.

Vejamos a imagem que figura na capa do jornal nº 178:

Figura 12 – Manchete e montagem de fotografia e texto, na matéria de capa da edição de junho de 2009 de *O Trecheiro* (Charles Fernandes da Silva, fotografado por Alderón Costa) como olho.



Na imagem há a representação individualizada de um ator social – um homem jovem, bonito, negro, de barba, cuja cabeça está coberta com um cobertor. Com base nas categorias de Kress & van Leeuwen (1996), podemos dizer que a imagem é conceitual de processo analítico – o participante é um *portador* associado a seus *atributos* possuídos; é representado por meio de classificação, e não há ação, propriamente dita, envolvida.

Se analisarmos apenas pelo vetor do olhar do participante representado, podemos dizer que se trata de uma imagem de demanda, pois está colocado olhando para o/a leitor/a. No en-

tanto, trata-se de um olhar de soslaio e não de um olhar direto, efetivamente. Essa imagem pode ser, então representada simultaneamente como de demanda e de oferta, no caso, a oferta se configura pelo ângulo oblíquo do vetor que sai do olhar do participante. Isso tem como efeito potencial produzir, por um lado um vínculo direto com o leitor, endereçando-lhe um ‘você’ visual” (BRITO; PIMENTA, 2009, p. 96). Sendo que para a criação desse vínculo entre o ator representado na imagem e o/a leitor/a, colabora também o enquadramento, já que a imagem de Charles aparece com alta proximidade, o que, somado à natureza de demanda da imagem, contribui para a criação de um vínculo, de um ‘nós’ que inclui o ator representado e o/a leitor/a da imagem (KRESS; VAN LEEUWEN, 1996). E, ao mesmo tempo, trata-se de uma imagem que lança uma dúvida, que afasta o/a leitor/a em termos que poderíamos interpretar como um questionamento.

Esse conceito é complementado pela composição da manchete – “O frio é o maior veneno” – e pela sobreposição do texto do olho dessa manchete, que está reproduzido no excerto 8:

- (8) Charles Fernandes da Silva nasceu em Santos e disse que veio a São Paulo tentar a sorte. Espera encontrar um trabalho. “Nesse frio está muito difícil, como o senhor está vendo”.

Esse texto opera tanto como legenda, na medida em que traz o nome da pessoa que aparece na fotografia, quanto como acréscimo, na medida em que informa sua origem – “nasceu em Santos” –, o motivo por que ele está nas ruas de São Paulo – “veio a São Paulo tentar a sorte” – e sua expectativa em relação à cidade – “Espera encontrar um trabalho”. Até aqui, a articulação da voz de Charles se dá por discurso indireto, com o uso de verbo dicendi e as transformações discursivas utilizadas na formação desse tipo de relato de fala (FAIRCLOUGH, 2003).

Na sequência, há uma virada para o discurso direto, evidenciada pelo uso das aspas: “Neste frio está muito difícil, como senhor está vendo”. Na citação direta da voz de Charles da Silva, podemos ler a expressão “o senhor”, usada por Charles como pronome de tratamento para se referir a seu interlocutor direto – provavelmente Alderón Costa, que assina a fotografia e a matéria. Entretanto, na apropriação da fala de Charles pelo autor, em sua montagem, a mesma expressão passa a se referir também ao leitor do jornal, que pode ver, na fotografia, a situação em que Charles se encontra. Pela articulação entre texto e imagem é possível, aos/às leitores/as, acessar um conteúdo simbólico que constrói a representação da dificuldade de sua situação (e o frio, mencionado no texto verbal, está bem representado pelo cobertor que cobre sua cabeça).

Nesse jogo simbólico, a transitividade do termo “o senhor” é deslocada do interlocutor na interação face a face para o/a interlocutor/a na interação mediada. O efeito do uso do discurso direto para a articulação da voz de Silva, no texto, é, então, uma aproximação desses atores – a pessoa em situação de rua representada e o conjunto de leitores/as que passam a ser diretamente interpelados/as, provocados/as a empreender um esforço de compreensão da situação representada. Esse processo, portanto, remete o/a leitor/a do texto midiático à situação de rua, aproxi-

mando-o/a dessa realidade. Além disso, a articulação direta dessa voz no objeto impresso garante-lhe legitimidade e maior duração no tempo, permitindo que atinja um maior número de atores. Simultaneamente, o olhar de soslaio pode nos orientar para uma análise em que esse “o senhor está vendo” pode ser um imperativo eufemizado: olhe/veja.

Ainda assim, essa representação pode estar associada ao interesse da Rede Rua em constituir uma identidade que seja reconhecida e respeitada, o que se opõe à representação padronizada na mídia tradicional, que apaga o problema da situação de rua, reificando pessoas nessa condição. A exclusão operada pela grande mídia (re)constitui, em textos, o processo de apartação social que sofrem as pessoas em situação de rua. Ao não representarem a individualidade de pessoas que se encontram em situações precárias, textos da grande mídia naturalizam a desigualdade social, a demissão do Estado e o desrespeito a direitos sociais básicos.

Em oposição a isso, a representação individualizada e a intertextualidade desencadeada no excerto 8, constitui uma maneira alternativa de construir significados sociais sobre pessoas em situações de rua. Nesse sentido, a identificação também está em jogo, pois há a articulação de uma construção identitária de resistência (Castells, 2001); que tem o potencial de fomentar uma consciência comunitária que aglutine projetos de mudança e, em última instância, que possibilite (a luta por) acesso a direitos básicos e às almejadas oportunidades de transformação social.

Desse modo, retomando a Figura 9, temos uma representação coletiva, que em termos de luta e mobilização, pode favorecer a construção de identidade para o grupo; e a representação individual, com ênfase em histórias de vida e trajetórias individuais, humaniza o problema e o delimita com contornos mais concretos (Resende, 2010c).

Outra representação frequente nas capas do jornal é a da mobilização social. Vejamos a Figura 13, em que consta o topo da capa da edição nº 201, de setembro 2011:

Figura 13 – Topo da página da edição nº 201



Os dois textos imagéticos que compõe o texto multimodal da manchete estão sobrepostos, o que relaciona as duas representações. Em ambos os casos há a representação coletivizada de vários participantes e as imagens são narrativas e descrevem processos materiais, mas há diferenças. Vamos a elas.

Na primeira imagem, da esquerda, a distância é em plano médio veem-se os detalhes da ação: ao mesmo tempo em que a bandeira do Brasil é lavada com baldes de água em 1º plano, um rapaz beija a bandeira em 2º plano. Há vários vetores descritos: ‘movimento descendente’ da água, ‘ação de despejar água’, ‘ação de beijar’, ‘inclinação dos participantes sobre a bandeira’. O contato da imagem se dá pelo posicionamento oblíquo e ângulo *contre-plongée*. A representação da bandeira tem alta saliência, em função do tamanho, das cores realistas, da intensidade do foco (evidenciada pela possibilidade de se verem as gotinhas de água) e pela centralidade. Sendo que o enquadre se dá em uma relação centro – ação e foco da ação/bandeira – e periferia – participantes. Trata-se de um imagem de oferta que oferece uma outra forma de entender o país: o povo em cima e a nação em baixo, o povo como fonte do conceito de nacionalidade. Assim, há o empoderamento do atores representados. A leitura, inicialmente, se dá no sentido vertical, seguindo o vetor descrito pela água em movimento capturada na imagem estática. O valor informacional é ampliado pelo fato de haver três vetores convergentes para o centro, como um asterisco. Nesse sentido, o chorro descreve vetores que se cruzam sobre a bandeira, um pouco abaixo da linha de ordem e progresso. Assim, trata-se de uma convergência, tanto dos corpos dos atores representados, quando dos baldes (ferramentas instrumentais para o ato desempenhado) e a água em si. Isso ressalta o caráter da ação de lavar a bandeira.

Na segunda imagem, da direita, há uma representação à grande distância, em plano geral/plano aberto, sendo que a foto foi tirada com uma lente olho de peixe, enquadramento da faixa que parece agrupar mais ainda o conjunto de pessoas que estiveram na marcha: unidas contra a corrupção. A imagem é dividida em três faixas horizontais: chão, faixa e grupo de atores representados (que somam metade da imagem) e céu, árvores e prédios de ministérios (que somam a outra metade) A maior saliência está na faixa pelo tamanho, contraste e pela cor preta, que lhe conferem grande peso visual. A leitura se dá em camadas, sendo central o “grito branco e letras garrafais” sobre esse fundo preto Assim, a imagem ganha um caráter descritivo, sendo que a leitura se dá no sentido horizontal, seguindo o vetor da faixa. Igualmente, é uma imagem de demanda, mas que também tem caráter conceitual pois fomenta a reflexão sobre a corrupção. Ao mesmo tempo, há um movimento frontal, descrito pelo vetor da marcha desse grupo de atores, sendo o contato direto pelo posicionamento frontal e ângulo equânime. Temos, inclusive, a impressão de que esse grupo sairá da imagem, em função do ângulo em que a faixa foi representada como uma ponta de lança. Essa frontalidade implica necessariamente em uma interação forte, interação direcionada do grupo representado para quem lê o jornal. Trata-se de uma imagem de

demanda em razão da possibilidade de ler em duas semioses, e pelo diálogo com o grupo de marcha diretamente para o olhar do/a leitor/a.

As duas imagens sobrepostas constroem a coletivização como estratégia de reforço identitário do grupo referido como “povo”. Trata-se de uma coletivização em dois planos sobrepostos que projeta uma construção identitária do grupo nomeado como “Povo” (“O povo grita” da manchete), em um tipo diferente de nacionalismo, trata-se de um povo que ama e cuida – beija e lava a bandeira –, de um povo que protesta – marcha na Esplanada dos Ministérios, em Brasília – e de um povo unido – tanto pela ação de lavar, quanto pela de marchar, que são unificadas pela ação de produção textual pela sobreposição.

Algumas considerações

A análise do nome como gênero textual nos permite acessar o significado acional da ação discursiva macro da revista e do jornal, pois informa sobre como essas publicações delimitam a sua agência. A partir da análise do significado de palavra, podemos acessar o significado representacional e verificar como, desde o primeiro elemento semiótico mobilizado, os discursos são articulados. Tanto o significado acional quanto o significado representacional colaboram para a construção do significado identificacional, produzindo uma identidade institucional para as publicações enquanto ações discursivas das ONGs OCAS e Rede Rua.

Podemos compreender o título-nome como um gênero discursivo, é configurado de maneiras distintas em função das práticas em que é produzido. Assim, o nome de publicações alternativas tem características que marcam textualmente a diferença das ordens de discurso de que emergem. Podemos destacar os seguintes traços que marcam as especificidades na forma de agir, representar e identificar.

No que concerne a configuração do gênero situado nome de publicação voltada para a situação de rua poderia ser descrito como: (i) pelo uso de recursos visuais que fornecem uma profundidade multimodal que densificam os representados (aqui vê-se um intercruzamento com o significado representacional); (ii) pelo emprego de expressões específicas que destacam o jornal pelo teor de seu nome (aqui é possível associar o modo de agir ao modo de identificar-se); e (iii) pela estrutura “nome + sobrenome”. Sobre esse último ponto, o fato de *Ocas* ter deixado de usar o olho “saindo das ruas”, pode indicar um afastamento da revista das situações de rua, em termos de sua produção simbólica.

Nesse sentido, o título-nome “*O Trecheiro*” contém todo panorama social, sendo nome do jornal é, ao mesmo tempo, causa e consequência da construção de significados no corpo do jornal. Já o título-nome *Ocas* articula o conceito de morada/habitação, oferecendo um espaço simbólico para pessoas em situações de rua, em termos relativos, haja vista a mudança de delimitação – da rua para a arte – promovida (também) pela supressão do olho “saindo das ruas”.

Assim, a formulação identitária das publicações aproximam-nas de seu público alvo, o que se repete, grosso modo, da forma como as publicações tradicionais são configuradas, mas há que se pontuar que a relação estabelecida entre o/a produtor/a de texto, associa-se ou a imagem propriamente dita de seu sujeito-alocutário e de seu público alvo; e, no caso de *Ocas*", na atual configuração, associa-se a conceitos simbólicos compartilhados pela revista e pelos/as leitores/as, quais sejam, o dinamismo e a criatividade, marcado pela fluência da estrutura visual que analisamos, que se associam ao campo da cultura e das artes. Sobre este ponto, vale ressaltar que, como foi observado em campo, os pontos de venda são principalmente ligados à cultura, por exemplo megalivraria Fnac e a Pinacoteca do Estado.

As capas de *Ocas*" constituem textos multimodais coesos e apontam apenas um quadro para a construção de significados na revista, o tema do artista em voga. Já, em *O Trecheiro*, as capas configuram-se de maneira diferente, apresentando vários textos reunidos, o que amplia o escopo de cada edição, mesmo havendo um tema central que é definido pelo nome do jornal "O Trecheiro – Notícias do povo da rua". À diferença de *Ocas*" o foco do jornal recai sobre a situação de rua, e mais especificamente sobre as pessoas em situações de rua. Assim, a humanidade que lhes é sistematicamente roubada pelas pressões hegemônicas é restituída pelas representações. Ao mesmo tempo, há uma construção identitária coletiva, que aponta para o protagonismo de atores sociais que marcham contra a corrupção e pela vida, assim, sendo evidenciada a agência. Isso corrobora com a ideia de "fazer o trecho", não no sentido de buscar trabalho, mas de procurar condições de vida melhores.

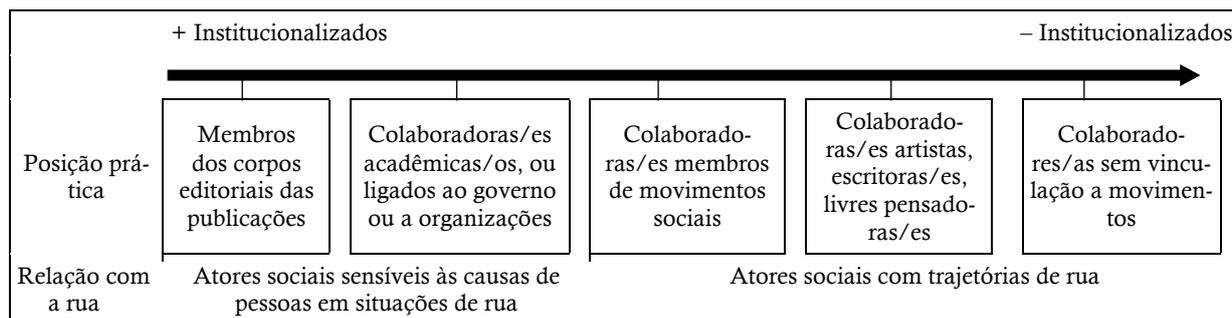
4.2 QUEM ESCREVE PARA *OCAS*" E PARA *O TRECHEIRO*: UMA ANÁLISE DO ACESSO AOS ESPAÇOS DISCURSIVOS

Pelo mapeamento inicial dos volumes de 2009 a 2012 dos periódicos *Ocas*" e *O Trecheiro*, pude verificar a recorrência de três atores sociais "padrão" que ocupam as posições de produtores/as de texto em *Ocas*" e em *O Trecheiro*. Esse recorrência evidencia a existência de "condições de elegibilidade" (van Leeuwen, 2008, p.10) para escrever para as publicações, bem como a definição do acesso aos espaços discursivos abertos pelas publicações por parte de seus/suas editores/as. Para compreender como se configura esse acesso, procurei formular o modelo de um *continuum* que vai dos atores sociais mais institucionalizados para os menos institucionalizados, em termos das posições que ocupam nas práticas de que participam (dentro do escopo das publicações e em suas atividades fora desse contexto). Nesse *continuum*, entendo como mais institucionalizados/as aqueles/as que são diretamente ligados/as às publicações, integrando-as, e aqueles/as menos institucionalizados/as são os/as que contribuem para as publicações, não integrando seus recursos humanos mais diretamente.

Assim, esses atores estão situados em posições dentro de práticas sociais, e têm um caráter mais ou menos institucionalizado: (i) editores/as do jornal e da revista, (ii) colaboradores/as

acadêmicos/as articulados/as na luta pelos direitos de pessoas em situações de precariedade, e (iii) pessoas que têm trajetórias de rua. Este último, por sua vez, também têm três categorias de atores que acessam a posição de produtores/as textuais: (a) membros de movimentos sociais (tais como o MNPR e o MNCR³⁸), (b) artistas, escritores/as e livres pensadores/as, e (c) pessoas sem vinculação a movimentos sociais ou artísticos. Vejamos o esquema sintético para o *continuum* proposto:

Quadro 16 – Continuum de produtores/as de texto das publicações conforme o grau de institucionalização das posições que ocupam nas práticas de que participam.



Conforme a lógica desse *continuum*, a concentração dos textos publicados em *Ocas* e em *O Trecheiro* se dá na esfera da produção de atores sociais mais institucionalizados. Evidentemente, a maior parte dos textos são produzidos pelos/as editores/as das publicações, sendo que em sua maioria respondem aos gêneros jornalísticos matérias, reportagens e editoriais. Já os textos produzidos por atores que não são ligados diretamente aos corpos editoriais, são, em sua maioria, textos que atualizam gêneros menos especializados, tais como colunas de opinião, missivas, poemas, entre outros. É possível, desse modo, verificar uma relação entre posição-prática, espaço discursivo e gênero, o que evidencia a configuração das ‘ordens de discurso’ (FOUCAULT, 2010; FAIRCLOUGH, 2003) integradas à prática da produção de jornais e revistas voltados para as situações de rua sob a perspectiva do jornalismo de defesa civil (WAISBORD, 2009).

Nessa perspectiva, a especificidade dos textos veiculados nas publicações se delineia não somente nos gêneros materializados, que foram focalizados como “tipos de linguagem ligados a uma atividade social particular”, mas em todos os “estratos do sistema de ordens do discurso” (RAMALHO; RESENDE, 2011, p. 47). Essa especificidade, como veremos, evidencia-se também nos discursos articulados, que são um “tipo de linguagem usado para construir algum aspecto da realidade de uma perspectiva particular”. No caso dos veículos midiáticos que investigo, essa perspectiva se constrói a partir da rua, ou do alinhamento às causas de pessoas em situações de rua. Também é possível perceber essa estruturação de um sistema de ordens de discurso alternativas por meio dos estilos, compreendidos como “tipo de linguagem usado por uma categoria

³⁸ Movimento Nacional da População em Situação de Rua e Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis.

particular de pessoas e relacionado com sua identidade" (CHOULIARAKI; FAIRCLOUGH, 1999, p.63). No que tange aos estilos, estes são um lócus profícuo para a investigação por permitirem compreender como se constroem as identidades a partir da ação discursiva. Nesse sentido, as publicações não compartilham da mesma identidade institucional, cada uma delas tem especificidades que as caracterizam como ação discursiva situada e independente.

Em ambas as publicações, o mapeamento de autores/as foi fácil, pois todos os textos estavam assinados logo no início. No que tange à ação discursiva institucional, o jornal *O Trecheiro* acaba sendo mais plural, pelo fato de não haver uma assinatura que reúna os/as produtores/as de texto sob uma única voz, a do jornal. Cada texto traz as marcas do estilo, logo da identidade, de cada um/a de seus/suas produtores/as de maneira mais evidente. Isso contribui para que a materialização de gêneros jornalísticos seja mais flexível, não havendo, portanto, uma padronização no formato das reportagens e matérias.

Já em *Ocas*", há estratégias frequentes de unificação das vozes dos/as editores/as por meio tanto da assinatura de textos como "*Ocas*", quanto de autorreferenciação, como em "A história se repete" (cuja análise estruturada segue em 4.2.1), em que Mariana Schreiber e Luciano Rocco, jornalistas responsáveis pela matéria, constroem estruturas tais como:

- (9) **A *Ocas*" entrevistou** um casal que mora nas ruas do centro do Rio há dois anos. (Grifos meus)
- (10) **Procurada pela *Ocas*"**, a Secretaria Especial da Ordem Pública (Seop), responsável pelos "Choques de Ordem" negou que as equipes pratiquem atos violentos ou joguem fora os pertences de quem vive na rua. (Grifos meus)

Estrutura semelhante se repete no Editorial do volume nº 85, que não está assinado, como é recorrente em jornais e revistas de grande circulação, sendo que além da autorreferência à revista *Ocas*", há a referência à ONG OCAS. Vejamos os excertos (xxx) e (xxxx)

- (11) **A OCAS tem priorizado** facilitar o trabalho dos vendedores nas ruas. (Grifos meus)
- (12) **A OCAS entende** que a sociedade é também corresponsável na busca de parcerias que promova mais e melhores condições de trabalho dos vendedores. (Grifos meus)

Essa forma de autorreferência leva à construção de uma identidade institucional coesa para a revista, ao evidenciar a ação social macro, bem como a ação discursiva macro, que unifica as ações micro de diferentes atores. Ao mesmo tempo, a revista resulta ser a ação discursiva primordial da ONG OCAS, cuja identidade também se delineia a partir dessa ação macro marcada pela publicação. A esse respeito, Ribeiro (2010) aponta que:

a autorreferência é uma das principais estratégias utilizadas atualmente pelas organizações de mídias jornalísticas, a fim de assegurarem o reconhecimento por parte da soci-

idade, em relação a sua importância enquanto “mediadoras” de informação, relatos, acontecimentos, entretenimento etc.

Nesse sentido, os/as editores/as de *Ocas* afirmam a identidade da revista como mediadora legítima da informação que veicula, por meio do apagamento da ação individual dos/as editores/as, que assim têm seus textos não como autores/as mas como atores ligados diretamente à revista atuando sob seu escopo. Procedimento equivalente a esse foi empregado no texto “Paulista se blindam contra morador de rua”, publicado na edição de 8 de agosto de 2010 do jornal *O Estado de São Paulo* (também analisado nesta seção, como *corpus* complementar). Como é possível ler no excerto abaixo, as jornalistas Camilla Haddad e Cristiane Bomfim, que assinam a matéria, apagam as marcas de sua agência usando a seguinte estrutura:

- (13) Ao percorrer o maior centro financeiro da cidade, **a reportagem constatou** que condomínios se “blindam” com paredes de vidros em seus jardins. (Grifos meus)

Tanto no caso de *Ocas* quanto no de *O Estado de São Paulo*, o processo tem como Ator/Experienciador a publicação específica em cada caso. Nesse sentido, é “*Ocas*” que prioriza e que entende, e é “a reportagem” de *O Estado de São Paulo* que constata, e não os/as jornalistas que produziram o texto. Essa estratégia discursiva bem como a configuração genérica dos textos de *Ocas* revelam o alto grau de tecnologização discursiva da revista, o que coaduna com a sofisticação da programação visual da revista, mas que ao mesmo tempo destoa do caráter fluido e flexível que foi constatado na análise de suas capas, em 4.1.1, tendo em vista que seus textos seguem de maneira mais rígida os moldes de gêneros midiáticos tradicionais. Em contrapartida, como observamos, *O Trecheiro* configura-se em termos tanto de estrutura de suporte quanto de estrutura genérica como um veículo menos especializado, mais alternativo, o que igualmente difere da análise feita apenas com base na diagramação do jornal, que se apresenta de maneira bastante tradicional, com posições fixas para o nome, disposição em colunas, entre outros aspectos.

Com a análise macroestrutural, é possível situar as publicações em espaços sociodiscursivos diferentes, observando como uma revista que responde ao suporte situado *Street Paper* é construída atendendo a determinadas funções sociais, e como, diferentemente, um jornal destinado à defesa dos direitos de pessoas em situações de rua é configurado, respondendo a outros objetivos. Essa análise corrobora a proposta de compreensão dos suportes como elementos de ordens do discurso, tal como defendi em 4.1.3.

Ainda sobre a autoria dos textos, é pertinente aproximar este estudo das contribuições de van Dijk (1991, 1998), que explorou amplamente a análise dos padrões de acesso aos espaços discursivos. Para o autor, é crucial para estudos em ADC investigar como se dá a negociação dos espaços midiáticos, entendendo que:

Um elemento crucial na reprodução discursiva do poder e da dominação é o acesso ao discurso e a eventos comunicativos. A esse respeito, discurso é semelhante a outros recursos sociais valiosos que fundamentam a base do poder e aos quais há uma distribuição desigual do acesso. Nesse sentido, nem todos/as têm igual acesso à mídia ou a textos e falas médicas, legais, políticas, burocráticas ou acadêmicas.³⁹ (VAN DIJK, 1991, p. 85-86, tradução minha)

Ele aponta alguns critérios para analisar o acesso a eventos discursivos, com base nas questões “Quem pode falar ou escrever para quem, sobre o que, quando e em que contexto?” e “Quem pode participar em determinados eventos comunicativos e ocupando que papéis?” (VAN DIJK, 1991, p. 86). Nesse sentido, o quadro apresentado na Figura 1 é bastante ilustrativo de quem ocupa a posição de produtor/a de texto nas publicações. Esse quadro não é apenas a sistematização da constatação de quem escreve, ele também informa sobre as características compartilhadas pelas diferentes categorias de atores sociais que escrevem para as publicações. Assim, por meio dos textos é possível vislumbrar alguns dos critérios em jogo para que essas diferentes categorias de atores possam efetivamente ser autores/as em *Ocas*" e em *O Trecheiro*.

Para Van Leeuwen (2008), toda prática social é constituída por: ‘atores’, ‘ações’, ‘modos de realização’, ‘condições de elegibilidade’, ‘estilos de apresentação’, ‘tempos’, ‘locais’, ‘condições de elegibilidade para locais’, ‘recursos’ e ‘condições de elegibilidade para recursos’. Esses elementos constitutivos podem ser apreendidos por meio das pistas textuais que podemos levantar do mapeamento feito. Desse rol, interessou-me focalizar (i) as ‘condições de elegibilidade’, que são condições que um ator social deve ter para poder desempenhar um papel determinado em uma determinada prática social; (ii) os estilos de apresentação, que dizem respeito às exigências estéticas que devem ser atendidas pelos atores sociais envolvidos nas práticas; e (iii) os ‘recursos’, que são ferramentas e materiais de que os atores sociais devem dispor para poder participar das práticas sociais. Proponho adaptar (ii), que se refere à apresentação pessoal dos atores sociais, para a ‘estética de apresentação dos textos’, ou seja, para a forma que estes devem ter para poder acessar os espaços discursivos oferecidos pelo esqueleto das publicações, o que significa dizer tanto o gênero textual quanto o estilo de escrita que devem ser contemplados pelos/as autores/as. Também proponho adaptar o elemento (iii), ‘recursos’, como ‘recursos simbólicos’; no caso, focalizo o domínio do código linguístico e o grau de letramento dos atores sociais. Associando essa perspectiva teórica com a análise dos padrões de acesso, de van Dijk, e com o conceito de sistema posição-prática, do Realismo Crítico (ver Capítulos 2 e 3), é possível delimitar condições de elegibilidade para que atores sociais ocupem a posição de produtores/as de texto nas práticas de produção das publicações *Ocas*" e *O Trecheiro*, garantindo acesso a espaços discursivos.

³⁹ One major element in the discursive reproduction of power and dominance is the very access to discourse and communicative events. In this respect discourse is similar to other valued social resources that form the basis of power and to which there is unequally distributed access. For instance, not everyone has equal access to the media or to medical, legal, political, bureaucratic or scholarly text and talk. (van Dijk, 1991, p. 85-86)

Para ser autor/a de um texto, e assim preencher espaços discursivos abertos nas publicações, é necessário, a todos/as os atores, independente da posição que ocupem nas práticas, ter um grau de letramento relativamente elevado e estar alinhado com a causa de pessoas em situações de rua e de precariedade. Essas são as duas condições básicas de elegibilidade, mas há outras que variam conforme a posição ocupada pelos atores sociais.

Nessa perspectiva, como não é de estranhar em uma organização, ser membro das ONGs Organização Civil de Ação Social (OCAS) ou Rede Rua configura-se como a condição de elegibilidade para assumir o posto de maior poder dentro das publicações: fazer parte do corpo editorial da revista *Ocas* ou do jornal *O Trecheiro*. Essa é uma posição de poder porque são esses atores que definem as pautas e os espaços discursivos – determinando inclusão ou exclusão de seções na publicação e possibilitando alterações estruturais como as que foram observadas na seção 4.1.3 – e que negociam o acesso de outros atores à posição de autoria dentro das publicações – seja pelo convite aos/às parceiros/as para que produzam textos para integrar as publicações ou pela seleção de textos já publicados em outras mídias (principalmente as virtuais, como *blogs* e redes sociais) cuja temática tenha pertinência para a ação macro das publicações e que possam ser adaptadas ou não para integrar o corpo de textos das edições (como veremos mais adiante).

Apesar de não ter podido entrevistar os/as editores/as de *Ocas*, foi possível, por meio das edições, que trazem em sua contracapa o organograma da OCAS, comparar os nomes de membros com aqueles das assinaturas dos textos publicados na revista. (Esse organograma consta da seção 1.2) A comparação leva a concluir que cinco dos membros do corpo editorial participam efetivamente na produção de textos para a revista: Rosi Rico, Ana Lígia Scachetti, Luciano Rocco, Márcio Seidenberg e Fábio Kato (este último na produção de textos multimodais, pela diagramação da revista). Destes/as, os/as que mais produzem textos são a editora e a editora assistente, o que evidencia uma relação entre a posição ocupada e a prática da produção de textos. Há, nesse sentido, como é de se esperar, atores que fazem parte da revista mas que não escrevem para ela, atuando em áreas administrativas. Isso também demonstra que o fato de ser parte da revista não implica necessariamente ocupar também a posição de produtor/a de texto.

O segundo grupo de pessoas que ocupa a posição de autoria de textos é constituído por atores sociais integrados à academia, cuja posição *a priori* constitui, igualmente ao grupo anterior, uma das condições de elegibilidade. A segunda condição determinante é a sensibilidade a problemáticas sociais, principalmente aquelas ligadas às situações de precariedade, o que pode ser evidenciado pelo teor e pelo tratamento dado a essas questões nos textos desses atores. Existe também a necessidade de alinhamento com as causas defendidas pelas publicações, por exemplo, o direito à moradia digna. Isso é interessante, pois permite vislumbrar a definição de um poder de seleção do que e de como será publicado nos espaços discursivos, havendo uma harmonização dos pontos de vista veiculados pelas publicações, sob a tônica do jornalismo de defesa civil que caracteriza, em linhas gerais, suas ações macro. Nesse sentido, as publicações não diferem da

grande mídia, que também busca coerência com linhas editoriais politicamente informadas, e faz desse alinhamento condição de elegibilidade para a publicação de textos.

O terceiro grupo que foi mapeado é de atores sociais com trajetórias de rua. Para esse grupo, o fato de viver ou ter vivido as problemáticas das situações de rua faz com que sejam as principais fontes das informações que serão veiculadas nos textos. Nesse sentido, ter estado ou estar em situações de rua acaba por ser a configuração de uma posição prévia nas práticas, o que permite o acesso aos espaços discursivos das publicações em autoria. No que se refere à possibilidade de ter textos publicados, essa condição de elegibilidade (trajetórias de rua, para o terceiro grupo) equivale às posições de membro das ONGs (para o primeiro grupo) e de membro da academia (para o segundo), o que, em certa medida, pode indicar o deslocamento do eixo de poder de que dispõem jornalistas e pesquisadores/as para as mãos de pessoas que, em outras práticas sociais, não poderiam exercer o poder discursivo da produção de textos.

Dessa maneira, *Ocas*" e *O Trecheiro* diferenciam-se não apenas de veículos da mídia tradicional, em que seria impossível (ou pelo menos improvável) que pessoas em situações de rua acessassem a posição de autoria, mas também de outros veículos alternativos, em que, da mesma maneira, o acesso a essa posição é restrito a especialistas (jornalistas, pesquisadores/as, entre outros/as). Nesse particular, refiro-me a publicações como a revista *Cais*, de Lisboa, investigada no projeto integrado pela professora Viviane de Melo Resende, em que apenas os/as jornalistas acessam a autoria (RESENDE, 2011).

A configuração do acesso à posição de autoria que foi possível delinear na análise ora apresentada pode ser útil para os demais periódicos voltados para a população em situações de rua, por ter o caráter do protagonismo valorizado desde a gênese dos textos. Corroborando com esse ponto, Resende (2011, p.37) constrói em sua explanação uma crítica à ação da revista *Cais*, observando que:

uma iniciativa da envergadura da revista *Cais* poderia representar um espaço simbólico efetivo para a autorrepresentação e a auto-organização. E isso poderia significar muito mais, favorecendo a expressão de vozes no mais das vezes silenciadas pela mídia e a formação de uma ator social coletivo capaz de mobilização pela mudança social. Nos termos do Realismo Crítico, uma revisão dessa natureza nas práticas de produção da revista poderia favorecer a emergência não só de novos discursos, híbridos em sua origem, como também de novas condições de possibilidade, em que o protagonismo pudesse 'sair do papel'.

Nessa perspectiva, a participação efetiva de pessoas em situações de rua ou que tiveram trajetórias de rua na produção de textos das publicações representa um grande avanço em termos de luta social e da articulação de atores sociais de maior poder simbólico e atores sociais desprivilegiados.

Ainda assim, há condições de elegibilidade secundárias que viabilizam o acesso à posição de autoria por este terceiro grupo. A primeira delas, já abordada, é o relativamente alto grau de

letramento, que é uma condição *sine qua non*. Mas há outras, que variam de acordo com a posição ocupada por esses atores na prática, as quais procurei sistematizar conforme a diversidade encontrada nesse grupo e levando em conta as diferenças entre *Ocas* e *O Trecheiro*.

Desse modo, para publicar textos autorais na revista *Ocas*, atores sociais que tenham trajetórias de rua devem: (i) estar inseridos/as no contexto da OCAS como vendedores/as; e/ou (ii) atuar em suas oficinas (por exemplo, as fotos produzidas a partir da oficina de fotografia são sistematicamente publicadas na seção “Foco” da revista); e/ou (iii) terem se destacado por desenvolver trabalhos artísticos, como é o caso de Sebastião Nicomedes e de Tula Pilar Ferreira. Neste último caso, há uma correlação direta com o caráter de revista cultural que a publicação vem adotando ao longo do tempo. Denota-se o maior grau de institucionalização dos atores, já que mesmo os que têm trajetórias de rua devem atender a essas condições para ter acesso aos espaços discursivos da revista.

Já em *O Trecheiro*, as condições de elegibilidade são: (i) estar inserido em movimento social e/ou ter aí posto de liderança, como é o caso de Davi Amorim (MNCR), de Jacinto Mateus (MNPR) e de Antônia Cardoso Abreu (MNPR e CATAMARE); e/ou (ii) destacar-se como livre pensador/a, como é o caso de Salvador Dacolá; e/ou (iii) ter se destacado por sua atividade artística, como é o caso de Sebastião Nicomedes e de Tula Pilar Ferreira; e/ou (iv) ser leitor/a do jornal e escrever missivas relatando um pouco de sua biografia ou refletindo sobre algum aspecto relevante para a publicação, como, por exemplo, a terminologia empregada para referir pessoas em situações de rua (ACOSTA, 2011). Nesse quarto caso, as cartas são publicadas, principalmente, no espaço da seção “Vida no Trecho”, em que não há a necessidade desse alto grau de letramento, bem como não há o imperativo de os atores sociais ocuparem qualquer posição mais institucionalizada. Em alguns casos, as missivas em resposta à ação de *O Trecheiro* são transcritas *ipsis literis* nas edições do jornal. Nesses casos, por vezes, a foto do texto manuscrito aparece como imagem ilustrativa ao lado da transcrição (imagem de manuscrito em folha de caderno, por exemplo), o que amplia o caráter de autenticidade e fidelidade com o que foi efetivamente produzido por um ator social que se encontra em situações de precariedade.

Mas a compreensão ampla de como são processadas as negociações entre os/as editores/as das publicações e os/as colaboradores/as só pode ser apreendida na triangulação oferecida pelos dados gerados em campo. Infelizmente, não pude reunir-me com a equipe editorial de *Ocas*, mas alguns dados puderam ser gerados sobre a produção e a história da revista na reunião com Alderon Costa, que é membro dos corpos editoriais das duas publicações em foco. Nessa reunião, tratamos mais especificamente do jornal *O Trecheiro*, sobre o qual pude gerar dados que possibilitaram a compreensão em profundidade de como se constrói a relação dos/as editores/as com as pessoas em situações de rua e como se dão as negociações para o acesso à posição de autoria. Na entrevista, Costa observou que:

- (14) Duas discussões que a gente sempre teve também, que é a participação da população de rua. Como é que essa população pode participar no jornal, né? Aí vem todos aqueles textos que a Cleisa já colocou no almoço, a dificuldade que as vezes as pessoas têm de se expressar na escrita. No “Vida no trecho”, a gente resolveu tentando dar prioridade sempre à fala direta dele. Tanto que a orientação que a gente dá pra todo mundo é gravar a vida no trecho. Eu, pessoalmente, eu e a Cleisa, a gente faz só gravar. Porque aí você consegue anotar a expressão mesmo que a pessoa fala, né? Eu ouço e eu construo uma frase, que pode ter o mesmo sentido, mas não é aquilo que ele falou. Então, o gravador ajuda nisso. Então a gente tentou se aproximar mais da fala dele, a partir dessa metodologia, né? Usando o gravador, esse instrumental. É... O “Direto da rua”, né, ele veio, é, a tentativa do “Direto na Rua” é responder a isso, né? A essa participação direta da população de rua.

No excerto 14, o editor chefe de *O Trecheiro* e presidente da Rede Rua observa que há dificuldades no que tange ao baixo grau de letramento de alguns/mas colaboradores/as. A esse respeito, em conversa informal, que foi registrada em minhas notas de campo, os/as editores/as de *O Trecheiro* relataram como se dava o procedimento de revisão dos textos veiculados no jornal. Sobre isso, há uma distinção básica no espaço do “Vida no Trecho”, onde mesmo quando o texto é fruto da transcrição de falas de entrevistas que os/as editores/as de *Ocas*” realizam com pessoas em situações de rua, há um respeito extremado ao estilo individual de cada colaborador/a.

O que vale ressaltar é o interesse dos/as editores/as de *O Trecheiro* em viabilizar o acesso “direto” de pessoas em situações de rua ao espaço discursivo, além do alto grau de reflexividade na busca de soluções para os entraves que se impõem a essa prática, como se nota na “recomendação de gravar” as entrevistas do ‘Vida no Trecho’. Por exemplo, em “Eu ouço e eu construo uma frase, que pode ter o mesmo sentido, mas não é aquilo que ele falou.” (trecho da entrevista com os/as editores/as de *O Trecheiro*), podemos analisar a representação da ação de produção do jornal e, mais especificamente, da ação discursiva da produção dos textos para o jornal. Existe uma diferença marcada entre o ato de “ouvir” e o ato de “construir uma frase”: o editor observa que o sentido pode manter-se, mas que se perde “aquilo que foi dito”. Nesse sentido, a transcrição do dizer preserva os traços de estilo dos/as colaboradores/as que relatam um pouco de suas vidas para a seção “Vida no trecho” e, dessa maneira, os significados identificacionais expressos originalmente são mantidos no produto final. Esse cuidado com a produção discursiva marca a ação da publicação e assegura uma coerência com o objetivo final de mudança social, pois muda a perspectiva com que geralmente são tratadas as subjetividades de pessoas desprivilegiadas em termos de poder simbólico.

Já nos demais espaços, inclusive na seção “Direto da Rua”, o procedimento de revisão é semelhante ao de jornais tradicionais, havendo a adequação à norma padrão e a supressão de palavras de teor inadequado, tais como “pano de bunda” que, segundo me foi relatado, foi uma expressão suprimida de um texto de um/a dos/as colaboradores/as que estava em situação de rua, por ter sido compreendida, na revisão, como não essencial para transmitir o que o autor gostaria de expressar em seu texto e por “pensar” no texto. Assim, todos os textos passam pelo escri-

tínio dos/as editores/as do jornal, havendo uma espécie de manual para padronizar todos os textos.

Pelo prisma dos/as colaboradores/as, Jacinto Mateus de Oliveira, livre pensador e membro do Movimento Nacional da População de Rua (MNPR), observa que foram necessários diferentes momentos de diálogo com os/as editores/as de *O Trecheiro* para chegar à publicação do texto “Ânimo e Luta: estão presentes no DF” (cuja análise estruturada segue em 4.2.3), uma co-autoria com Antônia Cardoso Abreu, coordenadora do MNPR. Vejamos o trecho de entrevista que Oliveira me concedeu:

- (15) Mas agora, com relação àquela matéria, eu comecei a dialogar e falei: “Gente, eu enviei um (...)”. Na verdade, eu postei aquilo lá no *face* e aí o pessoal falou que viu uma matéria, estão formulando uma matéria pro *Trecheiro*, e eu falei: “É tem essa matéria que eu e a companheira Antônia construímos, nós estamos aí sentando pra construir e fazer do jeito certo, tentando adequar.” E aí eles pediram pra fazer uma matéria e enviar. Eu peguei, enviei para *O Trecheiro*, eles enviaram uma resposta, conversaram com a Antônia, e a gente ia construindo e enviando, e aí saiu aquela matéria. Porque chegou no mês de agosto que era o mês de luta do movimento, dia 19 de agosto é o Dia Nacional de Luta, e a gente estava indignado, porque, poxa, o cara é condenado, José Cândido Amaral Filho, e a gente esperava uma sentença exemplar pra ele, eu fui na audiência dele, aí a gente vê que conforme a posição social e tudo mais, a pessoa estava sendo punida, não com o rigor da lei que ele merecia, mas ele estava sendo punido, estava começando a quebrar um pouco disso aí.

Nesse excerto de sua fala, Oliveira observa que, a partir do contato dos/as editores/as com ele por meio da rede social *Facebook*, houve o convite para publicar, na edição comemorativa do Dia Nacional de Luta, um texto que havia saído inicialmente em formato de *post* (publicação em meio virtual), na página de Oliveira.⁴⁰ Esse convite deu-se pela relação já existente entre Oliveira e a equipe de *O Trecheiro*, (inclusive na rede social) e pelo fato de Oliveira ter uma produção textual muito robusta, que veicula na internet em publicações diárias.⁴¹

Por outro lado, vale observar como o produtor de texto descreve a sua produção em co-autoria com Antônia Cardoso Abreu: ele revela o caráter processual não só de sua participação como autor na publicação, que foi negociada, mas também do próprio texto. Ele usa o termo “construímos”, que denota o processo inicial do texto, veiculado na internet, como fruto do trabalho dele e de Abreu, em colaboração. Em seguida, ele retoma o campo semântico de construção e revela que o texto inicial teve de ser refeito para integrar o corpo da publicação *O Trecheiro* (“construir e fazer do jeito certo, tentando adequar”). Ele observa que a construção inicial não estava adequada para responder ao convite feito pelos/as editores/as do jornal. Assim, delinei-

40 Procedimento equivalente, de seleção de um texto já veiculado, foi repetido pelos/as editores/as de *Ocas* com os textos “Extermínio Brutal”, publicado inicialmente na edição de novembro de 2011 de *O Trecheiro* e republicado, com edições, no volume de janeiro de *Ocas*”, e “Em vez de polícia, política”, da professora Raquel Rolnik, publicado inicialmente em seu blog e republicado na mesma edição de janeiro de 2012 de *Ocas*”, sendo que este último texto não sofreu edições.

⁴¹ Eu só posso afirmar isso porque, da mesma maneira, construí uma relação com Jacinto Mateus Oliveira por meio da referida rede social. Nesse sentido, o aporte das ferramentas netnográficas à minha pesquisa, de que tratei no Capítulo 3, é notório.

am-se as condições para que um espaço discursivo aberto pudesse ser preenchido pela reflexão de Oliveira e Abreu acerca do assassinato de dois homens em Brasília e do julgamento de seu algoz. O texto, tendo sido publicado na seção “Direto da Rua”, foi revisado, segundo o que relatou o coautor, mais de uma vez, até que pôde ser publicado em *O Trecheiro*. Esse processo de revisão e adequação à ação discursiva macro é semelhante às rotinas de produção de periódicos de grande circulação (PEREIRA; SANTOS, 2005).

Ainda nessa perspectiva, a quarta pessoa que pude entrevistar, dentre os/as colaboradores/as dos periódicos que têm trajetórias de rua, observou que:

- (26) **Pesquisadora:** O que o/a senhor/a acha dos textos que estão no *Trecheiro*, em relação aos textos de forma geral?
Colaborador/a: Não tem diferença nenhuma, é o mesmo, está ligado no *Trecheiro*, está ligado na Revista *Ocas*”. Inclusive, muita coisa (...) que deveria ser publicado no *Trecheiro*. Porém, eu não vou publicar porque no *Trecheiro* tem que seguir uma norma editada por certas pessoas e eu não vou aceitar, eu gosto de ser livre, o morador de rua gosta de ser livre. Apesar que hoje eu não estou mais em situação de rua, o morador de rua gosta de ser livre, ele não gosta de ser imposto. Jamais eu vou querer que determinado meio de comunicação use a minha imagem e vai escrever aquilo que não é coisa da minha cabeça, fulano vai escrever, vai usar o meu nome, vai publicar, e eu não vou aceitar. Eu quero escrever aquilo que realmente eu vivi, aquilo que eu presenciei, aquilo que eu quero relatar é aquilo que sai da minha cabeça, e não aquilo que sai da cabeça de fulano, que fulano escreve e usa o meu nome, eu não vou aceitar, não aceito imposição, vou escrever uma matéria e colocar o que ele quer escrever (...)

Nesse trecho da entrevista, o/a senhor/a entrevistado/a, que preferiu não ser identificado nesta dissertação, aponta para a existência de normas para a participação no espaço discursivo aberto pelas publicações. Ele observa que não está de acordo com a edição e a reconfiguração de textos para a publicação. Ao mesmo tempo, meu/minha colaborador/a formula uma identidade de resistência por meio da identificação relacional em que define o/a morador/a de rua como um ser dotado de volição, que tem por identidade a liberdade. A volição é textualmente demarcada pelos processos mentais volitivos, de natureza deôntica em seu conteúdo que denota desejo ou não aceitação, desencadeados nos trechos: “eu vou *querer*”, “*não vou aceitar*”, “Eu *quero* escrever”, “eu *quero* relatar”, “eu *não vou aceitar*”, “*não aceito*”. Os processos “querer” e “aceitar” no primeiro e nos dois últimos casos marcam a negação das normas, marcam uma posição de resistência. Já o segundo e o terceiro casos marcam o desejo de “escrever” e “relatar” de maneira mais genuína as representações sobre o que viveu, viu, participou. A hiperlexicalização empregada pelo/a meu/minha colaborador/a demonstra a importância destacada que ele/a atribui a sua produção intelectual.

Ao mesmo tempo, o zelo pela autoria, por seu nome, configura uma mudança de paradigma da figura assujeitada, sem autoestima, que em geral é atribuída a pessoas que estão em situações de precariedade. Essa subversividade e esse zelo por suas condições de vida, pelo respeito à sua humanidade, pôde ser observada também nos relatos de José Aguiar, Jacinto Mateus

Oliveira e de Tula Pilar Ferreira. Em suas falas, apontam que a sua situação de precariedade (nos dois primeiros casos se configuraram como situações de rua, e no caso de Ferreira, situação de risco social) derivou da não submissão a determinados esquemas sociais (isso será tratado mais adiante, na Seção 2.1.2). Assim, todos os atores sociais que eu entrevistei mostraram ter um elemento em comum: o de não aceitar arranjos de exploração.

A construção de suas falas demonstra alto grau de reflexividade, em especial no excerto 12 sobre o que me detenho. Meu/Minha colaborador/a aponta para o bloqueio do protagonismo em razão das condições de elegibilidade que definem o acesso ou não aos espaços discursivos. Ao mesmo tempo, meu/minha colaborador/a indica, no excerto (12), assim como Oliveira, no excerto (11), que há um processo de formulação editorial sobre os textos produzidos por pessoas em situações de rua, para que estes possam ser veiculados no jornal. Nesse sentido, a necessidade do emprego de recursos textuais para “adequar”, conforme se lê no excerto 11, evidencia uma busca do corpo editorial pela tecnologia dos textos que são veiculados no jornal.

Em outro momento da entrevista, ao ser questionado/a sobre quais seriam as normas para a publicação, meu/minha colaborador/a observou que presenciou um incidente envolvendo uma pessoa em situação de rua que precisou de socorro e não foi amparada, nem pelos policiais que estavam no local, nem pelo atendimento de emergência do corpo de bombeiros, que ele contactou para pedir auxílio. Ela/e atribuiu grande valor informacional para esse evento e observou que este deveria ter sido noticiado. Na sequência, ela/e observa como procedeu:

- (17) **Colaborador/a:** Eu que peguei o meu celular e fotografei o caso, fotografei e escrevi (...), aí, eu comentei aqui na revista, comentei com o pessoal, escrevi mais ou menos um texto (...). Da mesma forma que a polícia não deu sentido, alguém aqui também não deu sentido em relatar o caso, aí, eu relatei à minha moda.

Assim, ela/e atribui às pessoas envolvidas nas práticas focalizadas um comportamento semelhante ao daqueles/as que deveriam prestar socorro e não prestaram. As pessoas não são referidas diretamente, mas por “alguém aqui”, o que pode, ao lado de seu desejo de anonimato, apontar o indizível da crítica, que se torna velada. No trecho, o ato de não dar sentido deflagra a seleção das informações pertinentes ou não para as publicações. O que para ela/e teria grande peso, para as equipes editoriais, segundo o relato, não mereceu ser alçado ao posto de notícia e ser veiculado no espaço discursivo.

Há também uma relação de alteridade marcada, entre ele/a e o outro/a que pretende editar seus textos para poder veiculá-los. Nesse sentido, o cerceamento que atribui à equipe editorial se marca no trecho:

- (18) Jamais eu vou querer que determinado meio de comunicação use a minha imagem e vai escrever aquilo que não é coisa da minha cabeça, fulano vai escrever, vai usar o meu nome, vai publicar, e eu não vou aceitar.

Quando aponta que se trata de um determinado meio de comunicação, meu/minha colaborador/a reitera a associação feita entre os textos das publicações e os demais textos midiáticos, pois se trata, em sua representação, de mais um “meio de comunicação”, estando, assim, submetido às práticas específicas de produção midiática. Nesse excerto, há também uma sequencialidade entre a escrita feita por outrem, o uso do seu nome para legitimá-la, e a sua publicação. Esse procedimento é semelhante ao que Resende (2011) observa na revista *Cais*, que é um *street paper* de Lisboa. A autora aponta que, em entrevista, o editor da revista *Cais* lhe explicou que na seção (página) do suporte que apresenta os perfis de vendedores/as, mesmo aparecendo falas entre aspas postas ao lado de fotografias em close-up, a produção dessas falas, desse texto, é tarefa da edição. Conforme Resende (2011, p. 35):

Em sua explicação, hesita – “Ou seja, isto é...”- e depois conta que pergunta à pessoa como se sente como vendedora da *Cais*, e texturiza a informação no texto que será publicado. Por mais bem-intencionada que seja a formulação dessa página – e jamais duvidei da excelente intenção das pessoas que se dedicam a essa iniciativa, nem é meu objetivo aqui julgar isso –, precisamos reconhecer que estamos diante de uma relação de poder que limita o que o/a vendedor/a pode dizer ao editor quando perguntado sobre “o que sente quando vende a revista *Cais* na rua”. Essa voz, já é constrangida pelos limites da relação de poder, é retexturizada pela voz institucional que, por sua vez tem o interesse de formular uma representação positiva da venda da *Cais*, e reenquadra essa voz em um esquema já fixado.

É possível que essa reflexão seja também pertinente, embora com muito menor força de coação, para os casos tanto de *Ocas*” quanto de *O Trecheiro*. Vale pontuar que, em *Ocas*”, no único texto de uma pessoa em situações de precariedade publicado no recorte temporal que fiz, entre os anos 2009 e 2012, há uma delimitação. No olho que antecede o texto de Sebastião Nicomedes, na edição nº 64 de abril e maio de 2009, consta:

(19) “preferi a rua ao hotel”

A afirmação é de Sebastião Nicomedes, que conhece na pele a realidade da vida nas ruas. Excepcionalmente nesta edição, a *Ocas*” cede este espaço ao escritor, “acolhido” pela operação “Choque de ordem” no Rio de Janeiro. Aqui, ele conta sua experiência nas calçadas e abrigos da capital fluminense.

Nesse sentido, a troca que se delineia entre a subjetividade do “escritor”, que com sua “experiência” pôde contribuir com a revista, é algo de caráter excepcional. A revista é personalizada, reiterando o processo de construção de uma identidade institucional, marcada pela autorreferência: “a *Ocas*” cede este espaço”. Essa troca é feita pela cessão de um espaço discursivo para a veiculação das impressões de Nicomedes; a ação é marcada como um benefício promovido “excepcionalmente” pela revista.

Assim, é possível observar um bloqueio para o protagonismo de pessoas em situações de rua nas publicações, que resulta ser incoerente com os discursos articulados nos textos e que defi-

nem as linhas de ação das publicações, disponíveis também na internet. No site da revista *Ocas*” é possível ler, na seção “A revista”:

- (20) *Ocas*” promove a responsabilidade social e publica seções dedicadas a notícias nacionais e internacionais, comportamento, lançamentos artísticos e intelectuais e ensaios. Além disso, a publicação reserva espaço para a expressão dos vendedores e aborda problemáticas relacionadas à exclusão social. A revista é produzida por jornalistas e não depende de grupos de comunicação, nem está vinculada a interesses comerciais e políticos.

Nesse trecho, há a explicitação das linhas editoriais que, além de abarcarem informações sobre política, cultura e variedades, “reserva espaço para a expressão dos vendedores”. A reserva de espaço pretendida no campo da projeção, da representação da ação da revista, texturizada no espaço virtual, passa a ser uma cessão excepcional do espaço discursivo, na materialidade textual da revista. Das edições coletadas, apenas a nº 64 traz o texto de uma pessoa em situação de precariedade; nas demais, os temas sobre pobreza são tratados por especialistas, como Raquel Rolnik, e pelos/as editores/as da revista. Além disso, como veremos de maneira mais detalhada nas análises que seguem, há um afastamento da revista em termos do conteúdo veiculado da linha editorial que define a abordagem de “temas relacionados à exclusão social”, sendo o principal foco a cultura. Como foi debatido em 4.1.2, as capas da revista sempre trazem um artista, ou de forma metonímica, a arte de um artista, que é matéria de capa. Da mesma maneira, os textos reunidos em cada edição, via de regra, priorizam notícias sobre a cultura. Isso é confirmado pela fala de meu/minha colaborador/a, no trecho de sua entrevista que segue nos excertos 21, 22 e 23:⁴²

- (21) **Pesquisadora:** Se o/a senhor/a puder falar um pouco do que o/a senhor/a acha dos textos [de *Ocas*“]. Do que essa revista representa. Do que os textos, eles representam.

Colaborador/a: Olhe só, a Revista *Ocas*”, ela saiu mesmo pra vir focar, veio com o sentido de resgatar o morador de rua, até aí tudo bem. Os voluntários teve uma adesão de muitos estudantes na época, e ela veio com um sentido de resgatar o morador de rua. Porém, com o passar do tempo, ela começou a descambar um pouco e sair fora da linha. Isso aí, eu acho que pegou mal pra revista. É uma crítica mesmo. (...) Eu acabo fazendo uma crítica, porque ela descambou, e mudou o rumo, a origem, o sentido. E isso aí prejudicou não só o projeto, essa mudança, esse caminho da revista, essa tomada de rumo da revista. Ela acabou se prejudicando totalmente. Eu já tive vontade, várias vezes, de largar esse projeto. Eu acho que essa mudança de tomada de rumo prejudicou totalmente o projeto e prejudicou muito as pessoas que viam a revista com outro sentido. Viam a revista no sentido de que esse projeto ia resgatar o morador de rua, e desenvolver o trabalho voltado ao morador de rua. Então, essa mudança, ela desvirtuou totalmente. Acabou perdendo espaço junto aos movimentos, junto até os leitores mesmo. O leitor sentiu que essa mudança ela teve um sentido, sentido não... É... Ela choca, acabou chocando com os ideais, com os próprios leitores da revista, eles perceberam que esta mudança estaria, viria, não era o sentido que eles tinham. A visão que eles tinham da revista não era a mesma visão, então...

- (22) **Pesquisadora:** Quando foi que aconteceu esta mudança de rumo?

⁴² Esses excertos seguem justapostos para fins de análise, no entanto a sequência cronológica original é 21, 23 e 22.

Colaborador/a: De uns três, quatro anos pra cá mais ou menos.(...) Então, Pilar, essa tomada de rumo da revista ela está deixando de ser uma revista totalmente assistencial, uma revista que venha a discutir mais o problema do morador de rua, pra tornar-se uma revista mais voltada a divulgar projetos culturais, e isso aí pra mim é desvinculação de revista (...). Então, como eu falei pra você os leitores eles sentiram isso, sentem porque cobram da gente. Muitas vezes eu estou na Paulista, estou aí, em algum evento, e eles vão pegar a revista, e diz: “Pô, por que que a revista tomou um rumo totalmente diferente?” Isso aí tirou o crédito do projeto. Tirou o crédito do projeto

(23) **Pesquisadora:** O/A senhor/a falou das causas, o/a senhor/a me falou que antes a revista mostrava.

Colaborador/a: Era totalmente voltada às causas das pessoas em situação de rua. Ela divulgava mais as perseguições que o morador de rua sofre, ela alertava também, ela procurava orientar, ela cobrava (...), que cobrava dos governantes as dificuldades que tem o porquê que a pessoa está em situação de rua (...), essa mudança. Naquela época eu levava a revista e falava essa revista é totalmente voltada pro morador de rua por causa disso, disso e disso. Hoje, eu não posso fazer o mesmo, por quê? Porque é uma revista que está divulgando um trabalho, que está preocupada em divulgar o trabalho de um artista, de um Wagner Moura, de um Paulo Caruso, (...), traz aí o Wagner Moura, a outra traz essa atual traz na capa a Tulipa Ruiz e o Maurício de Sousa. O Maurício de Sousa o que é? Eu o vejo como um grande empresário, que tem a mídia na mão dele. Qual a preocupação do Maurício de Souza com o morador de rua? Qual a preocupação dele? Nenhuma. Então ela deixa de publicar uma matéria voltada ao morador de rua, uma causa própria, pra divulgar Maurício de Sousa, uma Tulipa Ruiz. (...) Quando você vai apresentar a revista pro leitor eu vou falar, essa revista é um projeto social. Como projeto social que traz o Maurício de Sousa, um megaempresário, uma cara que representa as multinacionais, como que eu vou explicar pras pessoas que Maurício de Sousa está na Revista OCAS? Você entendeu? Você tá conseguindo entender o meu ponto de vista? Entra em choque.

Nesse trecho, a/o entrevistada/o faz uma reflexão sobre o histórico e a atual realização da revista A seleção lexical empregada revela o conflito entre a intenção, o projeto, e a realização. Ele observa, em 21, que houve um “choque com os ideais”, dividindo temporalmente a história da revista entre um primeiro momento em que “A revista era totalmente voltada pro morador de rua” e o agora em que não pode defender mais a pertinência do projeto, o que pode ser lido em “Hoje, eu não posso falar, por quê? (...)Porque é uma revista que está divulgando um trabalho, que está preocupada em divulgar o trabalho de um artista”.

Assim, a percepção da mudança e a definição de dois momentos materializa-se textualmente entre um antes em que a revista cumpria com o prometido pelos “ideais”, expostos em 15, e o atual momento em que focaliza a cultura. Ao ser questionada/o sobre o momento em que se deu essa mudança, ele observa que esta ocorreu “De uns três, quatro anos para cá”. Esse dado coincide exatamente com o recorte temporal da coleta de revistas. Talvez, em razão disso haja uma complementariedade tão grande entre a análise documental e análise de dados etnográficos. As avaliações de meu/minha colaborador/a, positivas e negativas, da revista, opostas pela percepção da mudança, está sistematizada no quadro abaixo, em que destaco o procedimento de representação da ação de três grupos: (i) ação discursiva da revista, ou seja, dos/as editores/as da

revista; (ii) representação da própria ação como vendedor/a; (iii) representação da percepção dos/as leitores/as costumeiros/as sobre a revista.

Quadro 18 – Estrutura temporal e dicotomia como representação

Estratégias textuais	Antes de 2008/2009	Atualmente
Representação da ação discursiva da revista	<p>Era totalmente voltada às causas das pessoas em situação de rua.</p> <p>Ela divulgava mais as perseguições que o morador de rua sofre, ela alertava também, ela procurava orientar, ela cobrava, que cobrava dos governantes as dificuldades que tem o porquê que a pessoa está em situação de rua</p> <p>ela está deixando de ser uma revista totalmente assistencial, uma revista que venha a discutir mais o problema do morador de rua</p> <p>ela deixa de publicar uma matéria voltada ao morador de rua, uma causa própria</p>	<p>é uma revista que está divulgando um trabalho, que está preocupada em divulgar o trabalho de um artista</p> <p>traz na capa a Tulipa Ruiz e o Maurício de Sousa</p> <p>pra tornar-se uma revista mais voltada a divulgar projetos culturais, e isso aí pra mim é desvinculação de revista</p> <p>pra divulgar Maurício de Sousa, uma Tulipa Ruiz.</p>
Representação da própria ação como vendedor/a	<p>Eu já tive vontade, várias vezes, de largar esse projeto.</p> <p>Naquela época eu levava a revista e falava essa revista é totalmente voltada pro morador de rua por causa disso, disso e disso.</p>	<p>Hoje, eu não posso fazer o mesmo, por quê?</p> <p>Quando você vai apresentar a revista pro leitor eu vou falar, essa revista é um projeto social.</p> <p>Como projeto social que traz o Maurício de Sousa, um megapresário, uma cara que representa as multinacionais?</p> <p>Como que eu vou explicar pras pessoas que Maurício de Sousa está na Revista OCAS?</p>
Representação da percepção dos/as leitores/as costumeiros/as sobre a revista	<p>Viam a revista no sentido de que esse projeto ia resgatar o morador de rua, e desenvolver o trabalho voltado ao morador de rua.</p>	<p>Eu acho que essa mudança de tomada de rumo prejudicou totalmente o projeto e prejudicou muito as pessoas que viam a revista com outro sentido.</p> <p>Acabou perdendo espaço junto</p>

		<p>aos movimentos, junto até os leitores mesmo.</p> <p>O leitor sentiu que essa mudança ela teve um sentido, sentido não... É... Ela choca, acabou chocando com os ideais, com os próprios leitores da revista, eles perceberam que esta mudança estaria, viria, não era o sentido que eles tinham. A visão que eles tinham da revista não era a mesma visão, então...</p> <p>os leitores eles sentiram isso, sentem porque cobram da gente.</p> <p>Muitas vezes eu estou na Paulista, estou aí, em algum evento, e eles vão pegar a revista, e diz: “Pô, por que que a revista tomou um rumo totalmente diferente?” Isso aí tirou o crédito do projeto. Tirou o crédito do projeto</p>
--	--	---

Nesse quadro, podemos destacar a representação de diferentes conflitos nos três eixos de representação da ação: (i) o “choque” da revista tal como hoje é configurada e os seus “ideais”; (ii) o conflito entre a necessidade de continuar e a “vontade de largar” o projeto; e (iii) o “choque” do/a leitor/a que antes “via” um projeto social e hoje “vê” uma revista cultural.

Nas representações do/a colaborador/a, a avaliação pode ser associada com a estratégia de representação que emprega, sendo a maior concentração de significados produzida no polo da produção para o que a revista era até 2008/2009, e no polo da recepção do/a leitor/a que não mais dá “crédito” ao “projeto”. É muito importante salientar que, ao invés de usar o termo comprador/a para referir aos/às que adquirem a revista, ela/e focaliza que não se trata apenas de uma troca material e sim de uma troca, centralmente, simbólica, tendo em vista que são “leitores/as”. Ao fazer isso, ela/e advoga que, para os/as que se acostumaram a acompanhar as notícias sobre as situações de rua por meio da revista, a mudança para a cultura não foi positiva. Da mesma maneira, aponta que o público alvo dessa revista é, ou deveria ser, composto pelos movimentos sociais, que deixam de dar crédito e assim de legitimar a revista.

Ele/a aponta como sendo central um choque entre o discurso e a ação da revista. Nesse sentido, observa que há um abandono gradual do discurso do protagonismo para dar espaço ao discurso assistencialistas. Isso é reiterado no excerto 24, que segue:

- (24) **Pesquisadora:** O/A senhor/a acha que as pessoas que vendem revistas, as pessoas que estão em situação de rua ou em situação de precariedade, como o/a senhor/a, acha que elas percebem essa mudança?

Colaborador/a: É aquilo que eu falei pra você, um projeto voltado ao assistencialismo, ele não deixa de ser um projeto assistencialista. Ele não deixa de ser um projeto assistencialista, com essa mudança de rumo. Não tem como eu chegar na rua e falar que essa revista é voltada pro morador de rua. Como que é voltada pro morador de rua sendo que o conteúdo não tem nada haver com o morador de rua?

Ela/e observa que o duplo interesse da revista, assistência e subsídio simbólico, está se resumindo apenas ao assistencialismo. Esse é, evidentemente, importante para ele, tendo em vista que não “largou o projeto”, provavelmente por precisar deste para ter uma autonomia econômica. Há uma dicotomia entre o ato de vender a revista e defendê-la como produto de interesse, para além do mercadológico, focado no social. Essa dicotomia é revelada substancialmente pela estrutura modalizada: “Eu já tive vontade, várias vezes, de largar esse projeto”. Pelo emprego do advérbio “já”, que modaliza o ato de “ter vontade de largar”, a mesma volição que em 13 foi apresentada, neste trecho é frustrada ou não se realiza. Esse contraste entre o querer e o fazer é salientado pela circunstância “várias vezes”, que marca a recorrência dessa vontade e consequentemente dessa frustração. Esse ator social, em outro momento, indica que já conversou diversas vezes com a equipe editorial, nesse sentido, ele ainda procura sustentar o projeto, agindo para que o “rumo” que acreditava ser melhor seja “retomado”.

Nomes de grande saliência simbólica são selecionados para figurar nas capas e nas principais matérias da revista. O fato de “deixar de tratar do morador de rua” “veicular o trabalho de um artista”, revela que simbolicamente a revista contribui para a reiteração de conteúdos já legitimados pelo mercado. A priorização da cultura na revista indica, assim, um afastamento da temática das situações de rua. Isso pode estar relacionado com a necessidade de fazer da revista um produto, cuja viabilidade comercial sustente o projeto. Isso foi apontado no editorial da edição nº 78, de julho/agosto de 2011, em especial no excerto selecionado:

- (25) Neste mês de julho, a revista *Ocas* completa nove anos de circulação. E o leitor logo perceberá que ela está renovada visualmente e também no conteúdo. (...) Todas as mudanças foram adotadas para que a revista fique mais atrativa. É nosso muito obrigado aos leitores.

Novamente, a referência ao/à consumidor/a da revista se dá por um termo associado ao conteúdo simbólico: “leitor”, “leitores”. No entanto, a seleção lexical para explicar o caráter da diferença indica uma estratégia de *marketing*: “renovada”, “mudança”, “atrativa”. Nesse sentido, a impermanência do conteúdo que sofre alteração evidencia o caráter dinâmico da técnica mercadológica. A atratividade da revista está diretamente relacionada com a saliência de sua capa, e isso pode ser constatado numericamente, por exemplo, como constatado em campo e registrado em notas, pelo fato de a revista que trazia Ariano Suassuna na capa ter-se esgotado, e de outras que veiculam conteúdos mais voltados para o social, tais como a revista cuja matéria de capa é

“Nas ondas da cidadania”, ainda estar disponível para a venda. É possível que esses dados de aferição do mercado consumidor da revista possam ter definido a orientação da revista.

Algumas considerações

A revista *Ocas*” e o jornal *O Trecheiro* promovem uma mudança de paradigma no que tange ao acesso de pessoas em situações de rua e pessoas em situações de precariedade aos espaços discursivos midiáticos. Mesmo havendo critérios de elegibilidade, o acesso é viável, fato que não se repete em periódicos da mídia tradicional. A grande novidade que essas publicações trazem é a possibilidade de pessoas em situações de rua ocuparem a posição de produtor/a de texto midiático, ou veiculado midiaticamente, conforme o gênero realizado.

O fato de poder-se ler textos produzidos integralmente por pessoas em situações de precariedade, na seção “Vida no trecho” e nas cartas de leitores/as, e textos produzidos por pessoas em situações de rua em coautoria com os/as editores/as das publicações (como proponho entender o processo de adequação dos textos aos moldes midiáticos), veiculados nos demais espaços.

Há, no entanto, que se distinguir a permeabilidade dos diferentes espaços discursivos micro, é dizer, das seções das publicações. A reserva de espaço de que trata o site de *Ocas*” pode ser evidenciada pelo fato de a maioria dos textos estarem concentrados nas seções: “Vida no trecho”, “Carta de leitor” e “Direto da rua”, de *O Trecheiro*, e “Cabeças sem teto”, de *Ocas*”. Há, outras seções que são ocupadas por textos de pessoas em situações de precariedade, como os reservados a matérias que sejam diretamente relacionadas à situações vivenciadas, como é o caso do texto “‘Estamos jogados na rua’ – Do Pinheirinho para a Rua”, publicado na edição nº 205 de *O Trecheiro*, de autoria de Davi Amorim, que é membro do MNCR. Há também, espaços que excepcionalmente são ocupados como é o caso do Editorial de *Ocas*” nº 64.

A tecnologização do discurso quando vem associada ao trabalho de um profissional de revisão acarreta a editorialização do texto, que submetido ao escrutínio do olhar profissional, é modificado, como observaram Costa e meu/minha colaborador/a. Essa revisão corre o risco de censurar a expressão das ideias e de acabar tendo como efeito de sentido a violação, sendo a voz subalternizada, pela relação hierarquizada com os/as editores/as das publicações que são quem definem o acesso ou não aos espaços discursivos destas. Sendo que espaço em que ainda se conserva uma liberdade para expressão genuína de ideias fica restringido à seção “Vida no trecho”, que em muito se assemelha com as seções de mídias tradicionais de “Carta do leitor”. Nesse sentido também, a tecnologização leva à aproximação com a lógica tradicional, dos veículos da grande mídia, que se configuram como espaços acessíveis apenas para um grupo restrito submetido a normas fixas e a editorialização dos textos. Isso entra em contradição com a premissa de uma “comunicação a partir do excluídos”, almejada pela Rede Rua.

A *Ocas*”, que, como veículo midiático, é muito mais tecnologizada que *O Trecheiro*, acaba sendo mais rígida quanto aos gêneros articulados e quanto aos critérios de elegibilidade para o

acesso à posição de produtores/as de texto. Igualmente, a revista entra em contradição, ao escapar dos temas e dos conteúdos simbólico das situações de rua e situações de precariedade para privilegiar temas mais salientes e mais vendáveis. Assim, o foco principal da revista acaba recaiando na viabilização da geração de renda para pessoas em situações de rua e pessoas em situações de precariedade.

É importante pontuar que o corte entre o antes, avaliado positivamente por meu/minha colaborador/a, e o depois, negativamente, coincide justamente com o recorte temporal para coleta de edições. Meus dados apontam para a configuração que a revista adotou nos últimos anos, mas não demonstra todo o desenvolvimento da revista, nem tampouco consegue abarcar todos os avanços que certamente existiram. Assim, ressalto que como toda investigação discursiva qualitativa, esta também não almeja ser exaustiva. Neste sentido, evidencia-se a necessidade de se pensar diacronicamente um estudo sobre a revista, que avance tanto para o histórico quanto para as futuras edições. Quero dizer com isso que os resultados que obtive são parciais e que não tenho com eles a intensão de desconstruir o trabalho belíssimo que desempenham todos/as os/as voluntários/as de ambas as publicações. É importante salientar que a análise ora apresentada tem como objetivo contribuir para a compreensão das práticas associadas à produção de periódicos destinados à população em situações de rua, causa com a qual me alinho. Assim, a crítica se dá no sentido apontar possíveis bloqueios para a realização dos objetivos dessas publicações.

4.3 ANÁLISE DAS AÇÕES MICRO ENCERRADAS EM *OCAS*'' E EM *O TRECHEIRO*

Conforme analisado em 4.2, há diferentes grupos de atores sociais que participam como produtores/as de texto nas publicações *Ocas*'' e *O Trecheiro*. Em razão do *continuum* proposto, em que se leva em consideração o grau de institucionalização da posição ocupada pelos atores nas práticas sociais, é possível organizar o corpo analítico que focaliza as ações micro, ou seja, os textos verbais publicados na revista e no jornal. Para além desse mapeamento de produtores/as de texto, é mister pontuar que, em função da autoria, os textos correspondem a ordens discursivas diferentes. Para tanto, lancei mão do conceito de ‘fontes da informação’ (LAGE, 2000) e da ideia de que a relação entre o/a produtor/a de texto e a fonte difere pela centralidade do conhecimento. Assim, a fonte é o que definirá o caráter da produção, como ‘jornalismo de defesa civil’ (WAISBORD, 2009), quando o/a produtor/a de texto se pauta em outras fontes, ou como ‘mídia das fontes’ (SANT’ANNA, 2008), quando o produtor/a de texto é a fonte.

Em relação aos textos que podem ser delimitados como circunscritos à ordem do discurso do jornalismo de defesa civil, há que se fazer subdivisão, entre *fontes primárias* e *fontes secundárias*. A esse respeito, Lage (2008, pp. 12-13) descreve que: *fontes primárias* – “são aquelas em que o jornalista se baseia para colher o essencial de uma matéria; fornecem fatos, versões e números”, em geral são pessoas que experienciaram o evento noticiado, ainda segundo o autor, “O testemunho é

normalmente colorido pela emotividade e modificado pela perspectiva” –; e *fontes secundárias* – que “são consultadas para a preparação de uma pauta ou a construção das premissas genéricas ou contextos ambientais”, em geral são especialistas “que se procuram em busca de versões ou interpretações de eventos”. Essa distinção subdivide os textos dos *corpora* que correspondem ao jornalismo de defesa civil, e nos permite compreender como a atividade discursiva especializada da mídia mobiliza informações a partir de outros grupos sociais para produção de textos.

É em razão da distinção do saber que originou o texto que foi estruturada essa seção, devo frisar, no entanto, que o tema topicalizado não é o único explorado pelos textos, trata-se de uma organização que tem como objetivo viabilizar um estudo que reúna todas as análises e não apenas as justaponha. Assim, em termos de recursos simbólicos necessários para a produção de textos, quem não tem trajetória de rua apenas sabe por meio da abstração do que se trata, e por meio da solidariedade que sente, sensibiliza-se a essa temática. Esse saber também é um tipo de saber sensível, mas é, principalmente, racional, pois, parte de conceitos abstratos para compreender os processos sociais sobre os quais escreve. No caso das/os colaboradoras/es oriundas/os da academia, são epistemologias acadêmicas que subsidiam os textos. Já os/as editores/as das publicações atuam em um local mais híbrido, tendo em vista que há mais experiência sensível em relação às situações de rua, mas, ainda assim, o conhecimento teórico que detêm é decisivo para a construção textual. Por outro lado, os saberes sociais mobilizados para a construção de textos por parte de pessoas que têm trajetórias de rua são epistemologias sensíveis, partem da experiência, da vivência, do sensorial. Os textos que produzem trazem informações e relatos que eles/as mesmos/as coletam, podendo ser suas experiências individuais, ou aquelas compartilhadas com pessoas que se encontram nas mesmas situações.

Esta seção está dividida em cinco partes, nas quais apresento o recorte a analítico concernente à: em 4.3.1, ação micro dos jornais e revistas de rua como resposta à mídia tradicional; em 4.3.2, representação da pobreza e as demandas de pessoas em situações de precariedade e de rua por editores/as das publicações e de colaboradoras/es ligadas/es à academia; em 4.3.3, ação das publicações pela articulação em rede em nível local (com movimentos sociais e com as outras publicações orientadas para as situações de rua); em 4.3.4, representação da ação e identificação de colaboradores/as das publicações que são ligados/as a movimentos sociais; e, em 4.3.5, a construção identitária de pessoas com trajetórias nas ações discursivas de colaboradores/as com trajetórias de rua.

4.2.1 O JORNALISMO DE DEFESA CIVIL COMO RESPOSTA À MÍDIA TRADICIONAL

A partir do recorte temporal feito para a coleta de dados documentais, verifiquei, na edição nº 190 de *O Trecheiro*, que o editorial “Por que viver nas ruas e em albergues?” de autoria de Alderon Pereira da Costa havia sido produzido “como resposta à reportagem do *O Estado de São Paulo*, de 8/5/2010, no caderno Cidades/ Metr pole, p. C9”, de autoria de Camilla Haddad e Cristiane Bomfim, jornalistas funcionárias do referido jornal. Isso evidencia o dialogismo que liga os dois textos e nos revela um dos campos de a o do jornal *O Trecheiro*, que   servir como um resposta aos meios de comunica o tradicional. Esse procedimento também   perceptível em *Ocas*”, como será exposto em 4.2.2.

Por entender que a a o discursiva responsiva só poderia ser analisada plenamente se em contato com o texto que a originou, apresento análises sequenciais dos textos conforme sua cronologia. Trazer o texto de *O Estado de São Paulo* para este trabalho serve-me não apenas para balizar a análise do texto “Por que viver nas ruas e em albergues?”, mas para evidenciar as pressões discursivas promovidas pela grande m dia que estão a serviço da hegemonia e que contribuem para a agudiza o das situa es de precariedade.

O texto “Paulista se blinda contra morador de rua” responde ao esquema abstrato do gênero reportagem, composto por: título, olho, lide, corpo da matéria, *coda* e apêndice. Trata-se da manchete do Caderno Cidades/Metr pole da referida edi o d’*O Estado de São Paulo*. O seu título nos oferece a primeira aproxima o para a constru o de significados que se dará na sequência da matéria):

(26) Paulista se blinda contra morador de rua

Conforme atesta Pacchi Filho (2009, p. 1) os títulos priorizam as informa es contidas no texto e como orientam a maneira como os significados serão/devem ser articulados pelo/a leitor/a. Eles ocupam o lugar da chamada e por isso deve ser atraente, tendo em vista que nos suportes midiáticos, há uma competi o pela aten o do/a leitor/a, entre os diversos textos veiculados. Essa competi o ocorre pelo pouco tempo de que os indivíduos dispõem para ler textos jornalísticos, e pela presteza exigida pela configura o da sociedade hodierna. Em fun o do tempo de leitura rarefeito, o apelo de um texto deve se construir em um espaço sucinto bem como deve ser posto em destaque graficamente. Por isso, os títulos são o espaço da ambiguidade, do jogo de palavras, do duplo sentido (PACCHI FILHO, 2009), o que   evidenciado pelo primeiro termo que compõe o título em (26). Assim, “Paulista” pode ter (pelo menos) dois referentes: pessoa paulista ou a Avenida Paulista. Essa possibilidade de atribui o de significados múltiplos apriorísticos   definida por Fairclough (2001, p. 233) como “ambivalência potencial”. Ainda segundo o autor, “a potencialidade para a ambivalência” pode ser explorada “estrategicamente”; como vimos trata-se de uma característica dos gêneros jornalísticos, mas a maneira como essa pluralidade de significados   explorada pode ter efeitos ideologizantes no referido texto.

Em uma primeira aproximação, considerando-se apenas o título, “Paulista” pode se referir a qualquer pessoa oriunda do Estado de São Paulo, pelo fato de a ação de blindar só poder ser atribuída a pessoas. Nessa mesma linha de construção de significado, ao se associar o co-texto “morador de rua” que de forma linear refere uma pessoa ou conjunto de pessoas, o caráter personificado de “Paulista” é reforçado, sendo o polo oposto do que vem ao final. A partir do título, é possível delinear um esquema de oposição entre o Ator – “Paulista” – e a Meta – “morador de rua”. Nessa oposição, o primeiro termo representa um polo de prioridade em relação à expressão que fecha o título, que representa um polo de menor importância.

O texto lança suas bases em uma metáfora que é à vez orientacional e ontológica (LAKOFF; JOHNSON, 1980). Ela é orientacional, pois orienta a separação física, que encontra respaldo na realidade social, em que a estratificação social resulta na apartação física/geográfica. A mesma metáfora pode ser caracterizada como ontológica, pois categoriza o fenômeno social pela configuração de tipos diferentes de pessoas, em relação a uma essência. O primeiro polo, refere-se à agência (processo verbal – blindar-se), e aos/às que têm algo a proteger (significado do processo). Já para o segundo, as pessoas são essencialmente perigosas, pois causam a necessidade da blindagem. Pessoas, habitantes de uma mesma cidade, igualmente cidadãos/ãs brasileiros/as, são essencialmente diferentes. Essa “diferença”, ou o entendimento da realidade a partir dessa diferença, naturaliza a segregação/apartação social e geográfica, identificada pela metáfora orientacional. Essa naturalização é um efeito potencial desse texto, a partir da qual o tratamento desumano é permitido moralmente, visto que, nessa oposição, um não é par do outro.

Conforme aponta Resende (2008, p. 428) esse/essa outro/a, o polo oposto do jogo social de acúmulo e escassez, é algo a ser temido, rejeitado, odiado. No caso específico do texto analisado, o que prevalece é a relação/aproximação conceitual entre ‘pessoa em situação de rua’ e ‘perigo’; e, por isso, as pessoas são eliminadas da paisagem da urbe. O espaço que de início poderia ser de convivência – a rua, as marquises, as fachadas, os jardins – por ser logradouro público, é inviabilizado para o grupo de pessoas que não dispõem do capital econômico-social e por consequência são alienadas dos direitos individuais. Pelo texto é possível observar o diâmetro abissal, que identifica as pessoas (moradores/as de direito, pessoas em situação de rua), por meio das escolhas lexicogramatical, operadas pelas autoras do texto.

Essa relação, de duas categorias de metáfora são articuladas pela construção da metáfora bélica, basilar, construída na ação de “blindar-se”. Os polos que distinguimos encontram como referentes atores sociais, que também são opostos, por fatores econômico-sociais, sendo o primeiro caracterizado pelos ‘moradores’ de direito, aos/às quais os direitos sociais são garantidos, em especial o de ir e vir e o de ficar/permanecer/ocupar um lugar; o segundo polo se refere aos ‘moradores’ ou ‘não-moradores’, aos/às quais o acesso aos mecanismos de produção que garantiriam sua sobrevivência é cerceado. No caso da matéria, há um cerceamento físico – blindagem com paredes de vidro – e, a esse cerceamento, alia-se o constrangimento moral, de que trataremos na

sequência. O título poderia ser reduzido a: Paulista X Morador de rua. (Para mais, retomo a discussão sobre metáforas na seção seguinte).

Na outra possível acepção para “Paulista”, Avenida Paulista, o referente catafórico, é apresentado no olho da reportagem. Vejamos o texto:

- (27) Prédios da avenida instalam paredes de vidro em calçadas para isolar fachadas, marquises e jardins.

A Avenida que os/as paulistanos/as costumam referir apenas por “Paulista”, é o *locus* onde decorre a ação. Essa ação, no entanto, é empreendida por elementos não-humanos, posto que são “os prédios da avenida” que “se blindam”, e não, as pessoas proprietárias/responsáveis pelos prédios que blindam suas fachadas: a agência humana é apagada. Assim, esse olho promove uma desambiguação acerca do termo “Paulista”. A ambivalência potencial do termo que analisamos é reduzida pelo contexto verbal, que confere destaque relativo ao segundo sentido, mas que não elimina o primeiro (FAIRCLOUGH, 2000). A primeira significação possível subjaz como um eco e que potencializa esse termo: trata-se ao mesmo tempo dos paulistas de maior poder econômico-social que estão se isolando, bem como do isolamento do lugar que lhes é próprio, posto que a Avenida Paulista é a artéria do capital especulativo da capital de São Paulo. Assim, “Paulista” há uma condensação de significados que convergem para a construção da metáfora orientacional/ontológica supracitada. Observa-se, a atribuição do significado do título é orientada pelo olho, e da mesma maneira, ambos excertos conduzirão a articulação de significados do texto como um todo, pela cama que oferecem, essa articulação ditará a organização integral do texto

Como analisado, o texto jornalístico tem como característica estilística apagar os traços de sua feitura, e assim condicionar a atribuição de significados, universalizando a percepção de seus autores/a. No corpo do matéria, a mesma oposição entre “paulistas” e “moradores de rua” é expressa, sendo a metáfora orientacional e ontológica retomada, bem como a metáfora bélica .

De início são incluídos no texto representantes dos paulistas – moradores legítimos e autoridades. Vejamos o excerto (28):

- (28) “Temos visto cada vez mais a mendicância tomando conta da cidade. De uns dois anos para cá, a coisa está piorando e afora chegou ao limite na região”, diz a presidente da Sociedade dos Amigos e Moradores do Bairro de Cerqueira César, Célia Marcondes. A Secretaria Municipal de Assistência Social (Smads) reconhece o problema. Em nota, confirmou que a região é um atrativo para moradores de rua, por concentrar renda e serviços, e que, por lei, eles não podem ser levados para albergues contra a vontade. (grifos e destaques meus)

A subjetividade das pessoas que detêm recursos materiais e simbólicos para garantir seus direitos, e até mesmo, sobrepô-los aos direitos dos/as demais, é trazida para o texto pela citação direta. Assim, a primeira ideia à que temos acesso no corpo da matéria é a do incômodo causado pelas pessoas que habitam as ruas. Em seguida, ao citar indiretamente o comunicado da

SMADS, que representa o posicionamento do governo, as autoras legitimam a percepção subjetiva que abre o texto. A confirmação inserida, nada mais é que o argumento de autoridade que valida existência de um “problema”, de um mal-estar social.

Ao usar a expressão “a mendicância”, o significado de “morador de rua” que aparece no título é impregnado pelo conceito “aquele/a que mendiga”. Assim o que co-ocorre com morador de rua é a acepção pejorativa da pessoa à margem dos processos econômicos e que vive das migalhas lançadas das mesas fartas da Paulista. A essa acepção se soma a retomada pelo pronome pessoal “eles”, da segunda citação, para referir os/a “moradores de rua”. Quando, no texto há a representação de um grupo de atores alheios à comunicação (eu/nós e você/vocês participando do ato comunicativo, ele(a)/eles(as) estando fora), necessariamente a oposição aos que participam da comunicação é deflagrada.

O final de um texto jornalístico é, no jargão, o pé-da-matéria, trata-se da posição menos privilegiada, pode ser cortada, posto que as informações mais relevantes são topicalizadas, pelo fato de o/a leitor/a precisar apreender o maior número de informações no menor tempo possível. Em consequência, não há uma linearidade garantida na leitura, o/a leitor/a não chegará, necessariamente, ao cabo do texto, as informações priorizadas nas primeiras posições têm mais chance de serem lidas. No caso do texto analisado, essa posição final é ocupada por uma *coda*, que em italiano, quer dizer cauda. Em um animal, a cauda tem a função primordial de manter o equilíbrio, sendo uma extensão da coluna, da mesma maneira, em um texto trata-se de um complemento que faz parte do texto, mas, que não é vital. Vejamos um trecho da *coda*:

- (29) “Tivemos de sair porque os ICMS estavam batendo, jogando água. Meu colega levou até bomba”, disse uma moradora de rua que se identificou como Tereza, de 50 anos, e estava com o marido e o filho na frente do Conjunto Nacional.

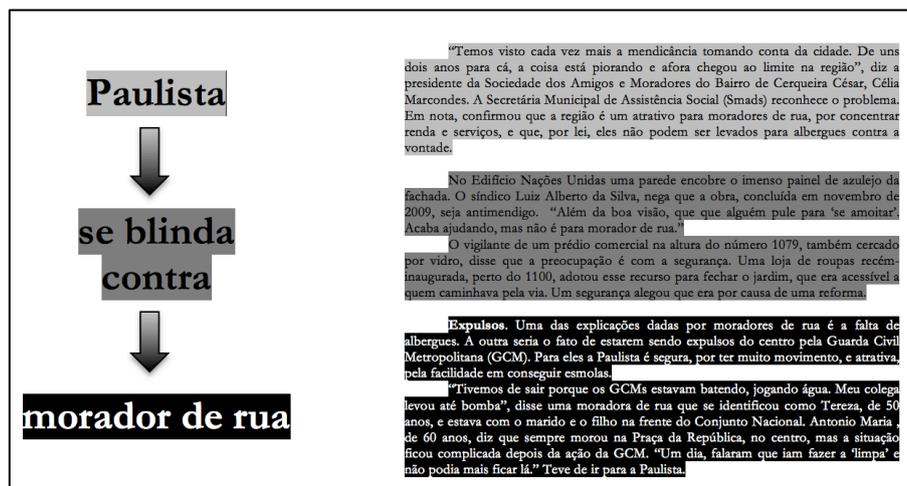
A subjetividade da senhora Tereza, que vive nas ruas com sua família, é trazida para o texto, no entanto sua fala é posta em questão pelo que segue. Ao dizer que a “moradora de rua” “se identificou como” tal, as autoras do texto põe em cheque a veracidade dessa informação. Novamente, a identidade das pessoas em situação de rua é apagada, para o texto, são “não-pessoas”. A incoerência é ainda maior quando observamos a co-ocorrência de “moradora de rua”, e “estava na frente”, ela é de rua, mas apenas estava na rua. Diferentemente do síndico que estava no prédio, vivia lá, e exercia uma função, as pessoas em situação de rua são não-pessoas que ocupam a cidade, sem poder, incomodando os/as que podem ocupar.

A veracidade de sua fala também é questionada por coesão, pois no argumento de autoridade introduzido no começo do texto, a representante do governo atesta que “por lei não eles não podem ser obrigados”. Ao invés de associar a ação criminosa da Guarda Civil Metropolitana do estado de São Paulo, testemunhada pelas pessoas em situação de rua que contribuíram para a feitura do texto, as autoras usam o testemunho como uma explicação, ou desculpa para o fato de

essas pessoas terem saído de uma região da cidade e migrado para outra. Desse modo, essa *coda* insere ‘aspas’, que ocupam o espaço do contraditório, inserem a voz do ‘personagem’ anunciado/enunciado no título – “morador de rua” – sem, para tanto, representarem uma abertura à diferença, pois no movimento circular que o texto descreve, a sua fala não é válida.

Vejam a Figura 14 que sintetiza a construção da metáfora de oposição – conceitual e orientacional – do texto em relação ao seu título

Figura 14 – Estrutura da apresentação da informação no título e no corpo do texto.



Como resposta a esse texto foi elaborada a carta “Por que viver nas ruas e em albergues?” de Alderon Pereira da Costa, Editor-chefe do jornal *O Trecheiro*, que foi enviada ao jornal *O Estado de São Paulo*, e que posteriormente foi publicada com adaptações no espaço do Editorial da edição nº 190 de agosto do jornal *O Trecheiro*, como explicitado em nota de rodapé do texto. É evidente, assim, o caráter dialógico e intertextual do texto, o que justifica a opção de analisar também o texto do jornal da grande mídia.

Há uma distinção clara entre a forma como as pessoas em situação de rua são representadas no primeiro texto e como são no segundo. O posicionamento do produtor de texto de *O Trecheiro* é de abertura para o diálogo, o que é marcado pelo convite que faz no começo de seu texto, vejamos o excerto (30):

- (30) Vamos refletir sobre as medidas que o poder público e a sociedade vêm adotando com as personas em situação de rua

Nele, é possível verificar outra forma de representar o mesmo grupo de pessoas representadas como “moradoras de rua” no primeiro texto: “pessoas em situação de rua”. Essa expressão é adotada pelos movimentos de pessoas em situação de rua, por isso sua legitimidade, pela “autonomeação”. Esse emprego evidencia o alinhamento do jornal à sua causa, além de retomar a identidade de resistência, por apresentar uma alternativa à identidade legitimadora das relações de exploração, evidenciada no texto de *O Estadão*. Ao mesmo tempo, o uso dessa representação

pode representar um esforço pela constituição de uma *identidade de projeto*, tendo em vista que há a intenção de superar as práticas já estabelecidas. Desse modo, apenas pela escolha lexicogramatical na representação de pessoas em situação de rua, o editorial mostra posicionamento contrário ao do texto a que responde.

Na mesma linha de resposta, o editorial qualifica a “migração”, atestada pela “reportagem” do *Estadão*, veja-se o excerto seguinte:

- (31) A matéria diz respeito à migração forçada das pessoas em situação de rua do centro da cidade para a Avenida Paulista (...) Qual a efetividade dessas medidas? Expulsar as pessoas do Centro, jogar água, colocar a GCM para “incomodar” essas pessoas, abrir tendas como espaços de “refugiados” ou fechar estas marquises resolvem? O que se pode propor como soluções para esse conflito?

Segundo o texto de *O Trecheiro*, trata-se de uma “migração forçada”, atribuindo exterioridade ao que desencadeia a retirada de pessoas em situação de rua a outro rincão da cidade. Ao construir uma sentença como a que vimos, *O Estado de São Paulo*, não evidencia as causas dessa migração, dissimulando as pressões sofridas pela população de rua em sua vida diária, não podendo permanecer nos locais por muito tempo, sendo condenada ao nomadismo.

A identificação da apartação social é evidenciada no trecho em que o editor do jornal classifica as pessoas como “refugiados”, em (31). Assim, brasileiras/os são dentro de seu próprio país são refugiados de uma guerra invisível, tratadas/os como tal por aqueles/as que podem agir, por terem acesso aos recursos necessários. A expressão também completa a metáfora de guerra, iniciada por “migração forçada”.

Dessa maneira, por meio da ação micro do editorial, o jornal opõe-se à maneira como tradicionalmente é entendida e por consequência representada a situação de rua, ou mesmo o contrário, no caso da grande mídia, sendo representada e depois entendida essa situação pela sociedade como um todo. Tendo em vista que essas pessoas que padecem desse problema dramático, como pessoas que estão nas ruas por sua responsabilidade, que migram de um lado a outro por iniciativa própria, em busca da “facilidade em conseguir esmolas”, como vimos em (30), causando incômodo aos 'moradores/as de direito”.

Sobre a ideia de incômodo, *O Trecheiro* também inverte o jogo sintático, sendo as medidas das pessoas que se encontram em posição de comando, ou que detêm algum poder social para agir contra pessoas em situação de rua, são as que causam incômodo. O que é evidenciado em (31), bem como em (32):

- (32) De um lado, comerciantes e moradores reclamam de constrangimentos causados pelo aumento de pessoas morando nas calçadas, marquises, baixos de viadutos, enfim, morando nos vãos da cidade. Por outro, vê-se inúmeras pessoas que têm a rua como sua única possibilidade de morar e de sobreviver e, muitos, encontraram nelas o seu modo de vida.

O incômodo/constrangimento sentido pelos/as “moradores/as de direito” pode ser entendido no primeiro texto pelo trecho “a coisa está e agora chegou ao limite na região”, do excerto (28). Essa ideia de mal-estar social é orientada para a percepção das pessoas em situação de rua, que também sofrem de um mal-estar coletivo. É interessante observar como *O Trecheiro* identifica as pessoas em situação de rua como parte da sociedade, e não à margem, como tradicionalmente são representadas. Assim, propondo a inserção destas no grupo amplo de cidadãos/ãs brasileiros/as, bem como de seus interesses no cenário mediático.

A estratégia discursiva de inclusão e humanização também é evidenciada pelo uso da palavra “pessoas” para representar as pessoas em situação de rua. O termo aparece nove vezes no texto, o que é relevante para entender a malha de significados que é construída para sustentar a representação dessas pessoas. Este é empregado de maneira alternativa com a palavra “população”, por meio da qual o grupo de pessoas é unificado, evidenciando o grande número de pessoas que se encontram nessa situação. Isso também é oposto à representação tradicional, que tende a fragmentar esse grupo de pessoas, identificando-as como casos isolados. O que tem como efeito potencial dissimular a responsabilidade do sistema econômico em que os recursos são distribuídos de forma desigual, condenando um número enorme de pessoas à pobreza extrema.

O texto de *O Trecheiro* é bastante coerente, no tratamento que dá à questão, de tal sorte que explicita seu posicionamento e seu esforço por identificar aqueles/as que se encontram em situação de pobreza extrema como pessoas. Vejamos o excerto (33):

- (33) Moradores de rua, população em situação de rua, o nome não importa desde que sejam vistas como pessoas.

Ao lançar essa máxima, Alderón Costa, demonstra uma reflexividade sobre o uso da linguagem, demonstrando que independente da forma como são representadas as pessoas em situação de rua, existe o imperativo de que estas sejam percebidas como iguais. É possível que esse período esteja direcionado, antevendo possíveis críticas ao teor “politicamente correto” das formas que emprega. No entanto, mesmo abrindo essa margem de concessão aos modos tradicionais de representação, a construção de seu texto revela que há a necessidade de uma mudança na esfera discursiva para promover a mudança na esfera conceitual, e assim, a consequente mudança nas práticas sociais. A ação de *O Trecheiro* se dá, justamente, na esfera da comunicação, e a alternativa linguística para representar/referir/nomear as pessoas que padecem da situação pobreza extrema, indica, o esforço de *personalização* (que, em termos das estratégias de representação de atores sociais, refere-se a sua inclusão no texto pela representação de seus traços humanos) desses atores sociais. O que pode favorecer outro olhar sobre os mesmos problemas e, para além disso, pode servir de base para que as pessoas em situação de rua se vejam representadas e possam, a partir daí, (re)formular sua identidade.

4.3.2 ALTERNATIVAS DISCURSIVAS: REPRESENTAÇÃO E IDENTIFICAÇÃO DA POBREZA

Por meio da mídia alternativa, ou especificamente, do jornalismo de defesa civil, como foi conceitualizado à seção 1.3, atores sociais podem produzir e distribuir socialmente significados alternativos em relação aos procedimentos tradicionais da grande mídia. Novamente, aqui, estamos no campo da reposta, mas não se trata de uma resposta diretamente relacionada a um intertexto específico como foi o caso do texto de *O Trecheiro*; os dados que serão em seguida analisados operam na composição de um panorama simbólico abrangente que oferece à sociedade outra versão discursiva de eventos que envolvem a realidade das situações de rua, que são, via de regra, noticiados sob o prisma hegemônico. Ambos os textos, a partir da perspectiva de quem se encontra em situações de rua ou de quem se alinha às lutas de pessoas em situações de precariedade, atualizam textualmente (VAN LEEUWEN, 2008) acontecimentos sociais de total desrespeito aos direitos fundamentais de pessoas em situações de rua, em que a tônica foram ações higienistas promovidas por agentes do Estado.

Abordo, pois, a análise do texto “A história se repete”, de autoria de Mariana Schreiber e Luciano Rocco, publicado na seção ‘Capa’ da edição nº 70 da revista *Ocas* de março/abril de 2010. Este texto integra o dossiê de reportagens que estão subscritas à matéria de capa da referida edição. Essa matéria de capa se refere ao filme *Topografia de um desnudo*, da diretora Teresa Aguiar.⁴³ O texto focalizado noticia a “Operação choque de ordem” promovida a partir de 2009, pela prefeitura de Eduardo Paes, também no Rio de Janeiro, e que trata de promover a “limpeza” e a “ordem”⁴⁴ na cidade (essa mesma operação será novamente representada na seção 4.3.5). Ao retomar o texto anterior pela expressão “A história se repete”, a relação que se configura é de uma intertextualidade que se compõe internamente à ação macro – edição da revista –, o que pode ser entendido como uma estratégia de coesão entre as diferentes ações micro – textos publicados.

A coesão contribui também para a formulação de uma representação alternativa, tendo em vista que a revista constrói uma articulação entre as ações higienistas que foram retratadas pelo referido filme e o que se repetiu posteriormente. Desse modo, a estratégia discursiva empregada pode ser descrita em termos de ‘desnaturalização’ (ver seção 2.1), por meio da evidência do processo histórico, que lamentavelmente é repetido pela ação de atores sociais (e que, por conse-

⁴³ O filme conta com grande elenco com atores/as como Lima Duarte e Ney Latorraca e retrata a “Operação matamendigo”, que foi mobilizada no governo de Jânio Quadros, por ocasião da visita da rainha da Grã-Bretanha à cidade do Rio de Janeiro, nos anos 1960. Pessoas em situações de rua foram torturadas, mortas e seus corpos foram ocultados, jogados no rio Guandu. À época, alguns policiais e funcionários do Governo da Guanabara foram indiciados, mas com o Golpe civil-militar de 1964. Com o Golpe de 64, os inquéritos foram arquivados e o episódio apagado da história do Brasil.

⁴⁴ “Um fim a [SIC] desordem urbana. A desordem urbana é o grande catalisador da sensação de insegurança pública e a geradora das condições propiciadoras à prática de crimes, de forma geral. Como uma coisa leva a outra, essas situações banem as pessoas e os bons princípios das ruas, contribuindo para a degeneração, desocupação desses logradouros e a redução das atividades econômicas. Com o objetivo de pôr um fim à desordem urbana, combater os pequenos delitos nos principais corredores, contribuir decisivamente para a melhoria da qualidade de vida em nossa Cidade, foi criada a Operação Choque de Ordem. São operações realizadas pela recém criada Secretaria de Ordem Pública, que em um ano de existência vem conseguindo devolver à ordem à cidade” (PREFEITURA DO RIO DE JANEIRO. Disponível em: <<http://www.rio.rj.gov.br/web/guest/exibeconteudo?article-id=87137>>. Acesso em: novembro de 2012.

guinte, não se repete naturalmente) bem mais do que uma vez, como uma sucessão de farsas (MARX, 2011 [1852]) que eternalizam os arranjos assimétricos de poder. Esse procedimento pode também ser compreendido como uma construção narrativa, em que eventos são narrados em sua sequência cronológica, não para esconder, mas, para pôr em evidência o que a ideologia silencia (CHAUÍ, 2008 [1980]).

Vejam os excerto (34) composto por olho da reportagem, lide, sublide:

- (34) No Rio, operações para retirada de pessoas das ruas são criticadas por quem mora nestes locais e também por entidades ligadas a esta população. As décadas passam, mas o tratamento que as pessoas em situação de rua recebem dos governos não difere muito do que recebiam no passado. Apesar de avanços como a Política Nacional para a População em Situação de Rua, prevalecem ações como remoção das pessoas e de seus pertences, violência e oferta de passagens para deixar a cidade.
- A Ocas” entrevistou um casal que mora nas ruas do centro do Rio há dois anos. Cláudia e Artur – os nomes são fictícios – se conheceram em um abrigo na região serrana fluminense. Foram parar nas ruas por causa de conflitos familiares. Vieram para o Rio tentar a sorte e vivem juntos, nas ruas, em companhia de um cachorro.

O excerto iniciado pelo olho da matéria, topicaliza a informação sobre o evento noticiado, respondendo assim à pergunta “O quê?”. Em seguida, há a articulação com o título – “a História se repete”, o que se constitui de uma estratégia coesiva de realce do que foi dito. É possível evidenciar a articulação direta entre a coesão, tanto no nível macro quanto no micro, com as estratégias discursivas no que concerne a representação. Assim, a mídia alternativa articula discursos contra-ideológicos, por meio da atualização de eventos sociais a partir de um prisma diferente do convencional. Conforme observam Resende e Ramalho (2006, p. 70): “Diferentes discursos são diferentes perspectivas de mundo, associadas a diferentes relações que as pessoas estabelecem com o mundo e que dependem de suas posições no mundo e das relações que estabelecem com outras pessoas”. Nesse sentido, a mudança de perspectiva com que são tratados temas relacionados às situações de rua oferece à sociedade, amplamente compreendida, uma fonte de informação que tem o potencial de produzir novas formas de ver o mundo.

Ainda sobre a articulação entre ação – estrutura genérica – e representação – representação de atores sociais e de eventos –, é possível destacar como a mudança de perspectiva influencia toda a configuração textual. A autora e o autor deste texto são jornalistas, membros do corpo editorial da revista *Ocas*”, e como tal produzem um texto que materializa o gênero tradicional jornalístico ‘reportagem’, conforme disposto na ordem de discurso da mídia tradicional (ver seção 4.3.1); no entanto, há a priorização da representação de pessoas em situações de rua, que ocupam os primeiros espaços do texto e cujas subjetividades são trazidas por meio de citações diretas e indiretas de suas falas, o que instancia polifonia, intertextualidade e abertura para a diferença. Nessa perspectiva, a exploração categoria ‘acesso aos espaços discursivos associada’ à de

‘representação de atores sociais’, mostra-se fértil. Não é somente para a posição de produtor/a textual que o espaço discursivo é negociado, mas, também na representação, em quanto do espaço textual figura a representação de um ator social (ou de um grupo de atores) e de como essa representação é feita.

Por fim, no sublide, a autora e o autor incluem dois atores sociais, evidenciando que se trata de uma família – casal que vive junto e tem um cachorro – , assim construindo uma identificação relacional entre os atores representados, que juntos compõem um exemplo alternativo de instituição familiar, sendo que o caráter alternativo se restringe ao fato de viverem em situação de rua, sendo todo o mais equivalente à representação tradicional de um casal que não tem filhos e tem um animal de estimação. Igualmente, ao representar o casal como tendo sido entrevistado pela revista, Rocco e Schreiber, associam à representação dessas pessoas a valoração de suas opiniões e a legitimação conferida pela mídia, que interessada por um testemunho, topicaliza-o na estrutura textual. Ao mesmo tempo, esse testemunho evidencia que esse não é o padrão de tratamento conferido pela sociedade como um todo. Vejamos o excerto 35:

- (35) Ele [Artur] conta também que são acordados com frequência, de madrugada, pelos agentes. Muitas vezes são cercados e obrigados a entrar no veículo da operação para serem levados à Central de Recepção de Adultos e Famílias, na Praça da Bandeira, para logo em seguida voltar a pé para o mesmo local. “Eles viram você e falam: ‘Não correr!’”. Te cercam. Parece até que você é um bicho selvagem. Na triagem a gente não recebe nenhum tipo de orientação. Pegam o nome e a data da idade da gente e dizem: ‘Vai lá pra trás!’ Depois que o coque de Ordem vai embora, a gente toma um café, banho e rua!”, diz Cláudia. (acréscimos meus)

Nesse excerto, vale destacar as escolhas lexicais feitas pelo ator social representado, e cuja subjetividade é trazida intertextualmente – tanto por meio de discurso direto, quanto por meio de discurso indireto – para o texto. Podemos contrastar a maneira como, inicialmente, foram representados, em uma estratégia de humanização, com a maneira como recontextualizam um evento ocorrido, ou eventos ocorridos rotineiramente: em “cercados”, “te cercam”, e “bicho selvagem”, fica evidente o caráter violento da ação da equipe que “recolhe” pessoas nessa ação higienista. Essa violência é construída tanto pelo material quanto pelo símbolo – “Não correr!”, “Vai lá pra traz”, e “Pegam o nome e a data”. Em especial para este último, gostaria de dedicar uma observação, pois trata-se da ação, provavelmente de um/a assistente social, que faz a ‘triagem’, dos/as ‘recolhidos/as’. O ato de “pegar um nome e uma data de nascimento” resume a ação de assistência, para além disso não há nenhum encaminhamento. Nessa perspectiva, observemos o excerto 36:

- (36) Para emitir outros documentos, Artur está sendo acompanhado pela assistente social do município que atua na região. Mas falta articulação Intersetorial do poder público. Por um lado, são construídas relações de confiança e respeito por meio de profissionais qualificados e comprometidos, que entendem o problema

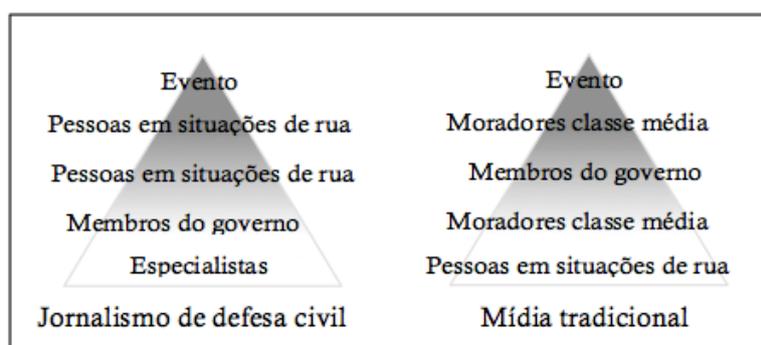
como um processo. Por outro, a mesma prefeitura coloca em prática ações que preferem os direitos humanos com intervenções que não têm a inclusão social em seu horizonte, realizadas por agentes despreparados – visam apenas a retirada coercitiva das ruas, principalmente dos locais mais nobres da cidade. “Ele [o prefeito] tem que ver essas pessoas que estão trabalhando de forma errada”, alerta Artur.

Nele, ao mesmo tempo em que a autora e o autor buscam o testemunho de Artur (pseudônimo do entrevistado), constroem uma interdiscursividade com o discurso especialista, em que apontam que há “Falta articulação intersetorial do poder público”. Nessa perspectiva, fazem do texto uma reflexão em profundidade arrolando diferentes aspectos de um mesmo objeto, como é o formato tradicional de uma reportagem. Porém, há uma mudança no que concerne a temática abordada, não pela temática em si – situação de rua – mas, pela maneira como as informações concernentes à situação de rua são tratadas. Há, além da representação dos atores sociais entrevistados, a representação de membros do governo, de especialistas e do “vazio” significativo, ao observarem que “a secretaria” responsável pela assistência de pessoas em situações de rua não quis se pronunciar.

Entendendo que a configuração intertextual é parte do potencial genérico, e aqui, portanto, a seleção de fontes jornalísticas – que resulta nas vozes articuladas na reportagem – indica mudança genérica, mas também alteração no estilo, já que subjetividades drasticamente diferentes do observado na mídia tradicional (ver, por exemplo, RESENDE, 2012) são postas em jogo ao se privilegiar a perspectiva vivencial. Já o pé da reportagem é reservado para membros do governo, cujas subjetividades também são trazidas ao texto, mas como forma de complementação às informações aportadas pelas pessoas em situações de rua que foram entrevistadas.

Assim, traçando uma comparação entre este texto e o texto de *O Estado de São Paulo*, podemos evidenciar uma modificação na estrutura de pirâmide que tradicionalmente é empregada em textos jornalísticos. Vejamos a Figura 15, que modeliza esse paralelo:

Figura 15 – Paralelo entre jornalismo de defesa civil e mídia tradicional



Nessa perspectiva, é possível evidenciar uma relação dialética entre a estrutura do texto e os discursos articulados. Há a modificação da maneira como tradicionalmente o gênero situado reportagem é materializado, e por meio da recontextualização de eventos, há articulação de dis-

cursos contra-hegemônicos: de valorização de pessoas em situações de rua e da defesa de direitos fundamentais desse grupo de pessoas.

É necessário pontuar que, no entanto, esse texto é o mais antigo do *corpus*, sendo que, lamentavelmente a revista não produz mais esse tipo de conteúdo, como veremos na seção seguinte, há, ainda, o interesse de publicar conteúdos concernentes às situações de rua e situações de precariedade, no entanto, a produção desses conteúdos tem sido recentemente ‘terceirizada’ em *Ocas*”, sendo que os dois outros textos que trata em profundidade de questões relativas à rua são republicações: de um texto de *O Trecheiro* e de um texto da professora Raquel Rolnik, publicado em seu *blog*.

4.3.3 ARTICULAÇÃO EM REDE(S): LOCAL E GLOBAL

Há três formas básicas de articulação em rede, promovidas pelas publicações: (i) global – com outras publicações orientadas para as situações de rua e situações de precariedade, em especial, por meio do INSP –, (ii) regional – com movimentos sociais e atores situados em práticas de resistência, e (iii) local – entre as publicações focalizadas nesta dissertação. Nesta subseção, abordarei a primeira forma de articulação em rede, a regional será contemplada em 4.3.4.

Abordando inicialmente o texto “Pobreza nunca mais?”, de Ana Ligia Cachete, jornalista e membro do corpo editorial da revista, inicialmente podemos dizer que se trata de um texto publicado na seção temática “cabeças sem teto” da revista *Ocas*”, que *a priori* publica textos que informam sobre assuntos relativos à rua, desde a performance de atores mambembes, até ações governamentais. O texto é subscrito ao gênero situado “matéria jornalística”, sendo que sua construção textual bastante semelhante à narrativa jornalística tradicional – descrição e citações (polifonia) na feitura da malha textual, o que reitera o caráter altamente especializado das produções textuais veiculadas pela revista.

O texto recontextualiza a proposição feita por Henrique Pinto, editor-chefe da revista *Cais*, de Lisboa, que na reunião anual da INSP do ano de 2011, em que ele divulgou seu projeto de lei que visa criminalizar o governo que permita a pobreza, sendo passível de multas em caso de a pobreza não diminuir em seu país. É válido analisar a maneira como a lei proposta pela CAIS é representada, e como nela há a uma rearticulação de significados – tradicionalmente a pobreza é criminalizada sendo o/a pobre responsável por sua condição, no texto e na proposta a pobreza continua a ser um crime, mas o responsável é o governo (depois de aferido o seu desenvolvimento) que não fizer nada para combatê-la.

Vejamos o excerto 37, composto pelo lide da matéria:

- (37) **Erradicar a extrema pobreza e a fome até 2015** é um dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio definidos pela ONU. Mas, para a ONG portuguesa CAIS, traçar metas e simplesmente não cumprir não é mais suficiente. A associação propõe a aprovação **de uma lei para erradicar a pobreza e torná-la ilegal**. Não satisfeita com o objetivo na terrinha, a CAIS também dissemina a ideia pela INSP

(International Network off Street Papers) – rede internacional de jornais de rua também integrada pela *Ocas*” e mais de 100 publicações em 40 países – e almeja resultados mundo afora.

Nele, é possível observar que as informações topicalizadas no texto (1º parágrafo) descreve o objeto da matéria e coloca em primeiro plano a agência institucional. São representados no texto a ONU, a CAIS, retomada anaforicamente por “a associação”, a INSP, “jornais e revistas de rua” e a *Ocas*”, em oposição ao conceito abstrato de “pobreza” que é representada em ocorrência a um léxico de doença: “erradicar”, “dissemina”, entre outros que figuram no texto como um todo. Nessa perspectiva, a ação dessas instituições, é de “combater” no plano das ideias, das “leis”, a doença da pobreza.

Nesse texto, esse combate é promovido, centralmente, pela CAIS, que assume o papel de trabalho no plano mundial – “mundo afora” – contrapondo-se, ou pelo menos exercendo pressão sobre a ONU, que é avaliada negativamente, por apenas traçar metas e não implementar – “mas ... ainda não é mais suficiente”. A estrutura de avaliação é assim construída sobre uma negação associada a um pressuposto de que é necessário construir uma agenda efetiva de “combate” à pobreza. No entanto, há uma contradição imanente ao texto, pois este trata da pobreza apenas no plano abstrato, o que se reitera pelo fato de não haver representação de pessoas em situações de precariedade, apenas há a inclusão de um genérico “os pobres” que figura ao terceiro parágrafo. Aparte disso apenas entidades institucionais, como vimos, e atores sociais que têm cargos nessas entidades são representadas em conjunto com a estratégia da intertextualidade, sendo que todos/as, sem exceção, tratam a pobreza pelo plano da ideias, vejam-se os excertos que seguem:

- (38) Henrique Pinto, diretor da CAIS, é o principal porta-voz do Movimento Pobreza Ilegal. (...) Melany Bendiz, editora da revista *The Big Issue* na África do Sul, registrou sua opinião (...) Da Argentina, Patricia Flora Merkin, fundadora e editora da revista *Hecho* em Buenos Aires, considera a proposta “uma iniciativa ambiciosa e brilhante”
- (39) Todos os que trabalhamos no setor da economia social esperamos terminar com a pobreza em todos os níveis, mas ela é como um polvilho, se mete em todos os lugares. A pobreza é devastadora porque seu impacto é transversal, atravessa o ser humano em todos os seus aspectos.

Ao mesmo tempo, esse texto dá a ver como ocorre o movimento da pobreza e o movimento de resistência à pobreza. O caráter mundial do problema da pobreza é evidenciado pelo texto na inclusão de diversos atores sociais e explicitado pela referência a seus países de origem. Há um movimento que pode ser observado no excerto 37 (“ONU” – “CAIS” – “INSP”), mas que se repete na macro estrutura do texto, que parte do internacional, para o nacional que devolve ao internacional. Nesse sentido, as organizações regionais/nacionais configuram-se como

movimentos de iniciativa local, em razão de problemas e conjunturas locais, mas que por se tratar de problemas correlatos em todas as partes do mundo em que se ressentem os desdobramentos do novo capitalismo, tornam-se globais, e ensinam a articulação em redes internacionais dessas iniciativas locais. Assim, há a pressão de baixo para cima, em que cada Estado, caso seja criminalizado, poderá gerar pressão sobre a ONU, que é, afinal é uma união de nações.

4.3.4 MOVIMENTOS SOCIAIS COMO COLABORADORES/AS: REPRESENTAÇÃO E AÇÃO

A articulação local se configura também entre as publicações e movimentos sociais tais como o MNPR e o MNCR. No caso de nosso *corpus*, é possível evidenciar essa articulação por meio da abertura de espaços, principalmente em *O Trecheiro*, para a produção de colaboradores/as membros desses movimentos. É o caso do texto o texto “Ânimo e luta estão presentes no DF”, de Antônia Cardoso Abreu e Jacinto Mateus Oliveira, membros do Movimento Nacional da População de Rua, coordenação do Distrito Federal (MNPR-DF), que colaboraram para a edição nº 201 de 2011 do jornal *O Trecheiro*.

O texto traz novidades no que tange ao gênero: trata-se de texto que ocupa espaço da seção ‘Direto da rua’, destinada a opiniões de pessoas com trajetórias de rua, e apresenta uma notícia, mas no formato de carta-manifesto. Os potenciais genéricos de coluna de opinião, de matéria jornalística e de carta-manifesto são mesclados no texto dos/as membros/as do MNPR-DF. Da mesma maneira, os discursos articulados são alternativos em relação àqueles tradicionalmente veiculados pela grande mídia, sendo explícito o posicionamento pela causa de pessoas em situações de rua. E, por fim, igualmente no que concerne ao estilo utilizado, há diferenças significativas que se apresentam como consequências das alterações em gênero e discurso, e da abertura desse espaço discursivo a não jornalistas.

No que concerne à representação, igualmente, há uma mudança de perspectiva, tendo em vista que são militantes por uma causa, que compreendem de maneira profunda quais são as demandas centrais da população em situações de rua. Nessa perspectiva, a autora e o autor constroem uma recontextualização do anúncio da condenação de um duplo assassinato, exemplo máximo da violência contra pessoas em situações de rua, que, lamentavelmente, torna-se cada vez mais frequente, como observado em 1.1.

Vejamos o excerto 40:

- (40) Companheiros, O mês de agosto foi marcado pela condenação de José Cândido do Amaral Filho a seis anos e oito meses em regime semiaberto, assassino de Paulo Francisco de Oliveira Filho, 35 anos e de Raulhei Fernandes Mangabeiro, 26 anos, ambos em situação de rua. O exterminador também foi reconhecido como assassino de outro irmão que esta-

va em situação de rua em Taguatinga (esse julgamento não foi marcado pelo **Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios (TJDFT)**).

No texto, há a recontextualização paralela do duplo assassinato, sendo autor do crime explicitamente qualificando ‘assassino’ e ‘exterminador’. “Paulo Francisco de Oliveira Filho” e “Raulhei Fernandes Mangabeiro” são incluídos nominalmente, sendo explicitada sua pouca idade e sua condição de vulnerabilidade. Ambos são categorizados/avaliados como tendo a mesma relação com o produtor textual que “outro irmão”, assim por meio de uma identificação relacional, tratam-se todos/as de irmãos. É possível associar a expressão à saudação que abre e encerra o texto: “companheiros” – etimologicamente aquele que compartilha o pão. Nesse sentido, a carta aberta reúne a todos/as os/a envolvidos/as nas práticas de produção, distribuição e recepção, sob a irmandade de pessoas sensíveis à causa das situações de rua. A unificação, novamente, aparece como forma de fortalecer a construção identitária do grupo e de viabilizar, desse modo, suas demandas.

Em um segundo momento, á a representação da ação do movimento, por meio de metáforas, nesse sentido, a representação da ação é articulada por uma categoria prototipicamente ligada ao significado identificacional. Vejamos o excerto 41:

- (41) Ainda há muitos preconceitos e desafios a serem **vencidos**, vamos **caminhando**, perdendo algumas **batalhas**, mas, sem perder nosso ânimo! A grande mídia destaca alguns casos em que **o direito à vida é violado**. Esses casos veiculados pela mídia não refletem a realidade dos dados oficiais que constam no Instituto Médico Legal do Distrito Federal. Os dados oficiais revelam que de 4 de janeiro a 28 de julho de 2011 foram sepultadas 73 pessoas em Brasília, **sendo 43 com o termo IGNORADOS** (não identificadas) e 30 pessoas identificadas. Precisamos discutir nossas **estratégias**.

Nele, há o emprego de construções metafóricas ontológicas, pelo campo semântico bélico – em “vencidos”, “batalhas” e “estratégias” – e pelo campo lexical de jornada – “caminhando” a ação do movimento social pela situação de rua é entendido pelo autor do texto como uma luta e um caminho a ser trilhado. Vale frisar que o autor não explicita quais são as “estratégias a serem repensadas, nem quais seriam as possíveis soluções o que marca uma abertura, um convite ao diálogo para que essas questões sejam pensadas conjuntamente com os/as “companheiros/as”. Nessa perspectiva, o colaborador e a colaboradora do jornal, explicitam os traços de suas ações com o objetivo central da garantia de direitos. Isso marca o espaço discursivo como sendo um *locus* híbrido, e aberto para a representação de diferentes atores sociais.

4.3.5 (AUTO)REPRESENTAÇÃO: IDENTIFICAÇÃO E AÇÃO

Apresento, nesta seção, uma síntese das análises discursivas dos textos “‘Preferi a rua ao hotel’/Quanto vale ou é por quilo?”, de Sebastião Nicomedes⁴⁵, publicado na revista *Ocas*”; e “Carta de um leitor”, de Daniel Lopes, publicado em *O Trecheiro*. Abordo os textos conforme o *continuum* do grau de institucionalização da posição-prática ocupada pelos produtores de texto.

Abordando a análise do primeiro texto, à época de sua feitura (fevereiro de 2010), Nicomedes encontrava-se em situação de rua e fora recolhido pela operação “Choque de ordem” promovida pela prefeitura da cidade do Rio de Janeiro. Essa mesma operação foi representada no texto “A história se repete” analisado na subseção 4.3.2. Vejamos o excerto (42):

- (42) **Monitores e arte-educadores** eram quase todos **policiais**, tanto eles quanto a **coordenadora geral**. **Viviam confusos**, aplicavam normas de quartel ou de presídio. Sempre mandando, cobrando, advertindo, **nunca ouvindo**. Não gostavam de perguntas, muito menos de respostas. Também pudera: **se fossem civis**, a coisa ficava fora de controle. Metade do pessoal que saiu deixou buracos nos quartos, dívidas com outros colegas. **Essas pessoas** nem foram desligadas, esqueceram o caminho de volta, tamanha a dependência química. Da nossa turma, mais da metade foi embora, a maioria por conta própria.

Nele, o autor recontextualiza a dinâmica do albergue em que foi alocado e os grupos de atores sociais que interagem nesse contexto, são incluídos atores sociais ligados à instituição – “*monitores*”, “*arte-educadores*” e “*coordenadora geral*”. Os dois primeiros são identificados relacionalmente em função de sua profissão ‘primeira’ – policiais. Em todos os casos, são pessoas que prestam um serviço, mas que são representadas como pessoas que não têm preparo para lidar com o público assistido – “nunca ouvindo” –, e com a gestão dos espaços de do albergue: “Viviam confusos”. O fato de que “quase eram todos policiais” dita a maneira como a estrutura do albergue se configura dentro do modelo da ‘sociedade disciplinar’, descrito por Foucault. Esse dado indica como a questão social passa a ser caso de polícia, tratada com repressão – “Sempre mandando, cobrando, advertindo”.

Paradoxalmente, o autor do texto ao inserir uma ponderação, iniciada por, “Também pudera”, justifica o estado de coisas, pela característica de “dependência química” atribuída a parte do grupo de assistidos/as. Assim, “Metade do pessoal” é identificada relacionalmente como “Essas pessoas”, o que deflagra a alteridade, que “esqueceram o caminho de volta”, que não têm solução para seu vício, e segundo a relação de causa e consequência estabelecida pelo autor, não podem agir de outra forma. Trata-se de uma pressuposição de que o autor lança mão para retratar a situação que presenciou no albergue da prefeitura do Rio de Janeiro. Ainda assim, ao

⁴⁵ Sebastião Nicomedes é identificado em uma inserção feita pela edição da revista por meio de uma nominalização – “A afirmação é de **Sebastião Nicomedes**” – e por meio de uma identificação relacional – “*Ocas*” cede espaço **ao escritor**” (grifos meus).

observar que “Essas pessoas não foram desligadas”, Nicomedes pode estar apontando para a falta de programas eficazes para a reinserção social de pessoas que padecem da doença do vício.

Ao cabo do excerto, o autor indica uma projeção quantitativa na afirmação de que do grupo que chegou com ele ao albergue, “mais da metade foi embora”. Esse dado pode indicar a rejeição ao espaço oferecido pelo governo, e “preferiu a rua ao abrigo”, conforme aparece em outro ponto do texto. Na mesma linha de reflexão, ao observar que “a maioria [saiu] por conta própria”, Nicomedes reitera o caráter de rejeição e da opção feita pelos/as assistidos/as. Representando o sistema de assistência como ineficaz e fechado para as realidades de rua.

Para tratar da questão das identidade, é necessário pontuar que todos os significados são articulados em todos os momentos de um texto, estando presentes em maior ou menor medida. Conforme exposto em 2.3, a matéria prima de que se valem atores sociais para identificar-se e identificar o mundo é a compreensão do mesmo, que se constrói com base em representações. Não podemos desconsiderar as construções identitárias enquanto construtos de diferentes experiências individuais, coletivas e sociais. Cada um desses elementos se interconectando e moldando tanto os atores, como os diferentes sistemas sociais. E nessas (trans)formações entendemos, ou pelo menos, buscamos entender como cada um, entende e traduz sua realidade.

Retomando o texto de Sebastião Nicomedes, temos o excerto (4), que é composto pelos três parágrafos que iniciam o texto. Neles, Sebastião Nicomedes relata a sua ida para a cidade de Rio de Janeiro. Ao mesmo tempo em que se trata de uma recontextualização (van Leeuwen, 2008) do evento relatado, serve de base para a formulação identitária, tanto dele próprio quanto de outros atores sociais. Vejamos, pois, o referido excerto:

- (43) **Estou vivendo** dias de “homem da pista” por um tempo, **viajando** pelo país afora **a escrever** um livro sobre a população de rua, **contando** com uma pequena ajuda de custo de uma amiga, que **disponibilizou** apoio para que eu **atingisse** esse objetivo. **Tendo** suporte para ao menos **não passar** fome, **criei** coragem para **seguir** em frente nas andanças por aí e **decidi ir** para o Rio de Janeiro, em minha primeira temporada de verão na capital fluminense. Cheguei antes do Carnaval. **Costumava assistir** aos desfiles pela TV. **Resolvi ficar** para **conhecer** a Sapucaí e **ver** os ensaios. **Tem** muita gente que **está vindo** pra cá, de carona, a pé, na base da canela. Dependendo do lugar de partida, **as pessoas levam** dias ou meses **para chegar**. **Não é** privilégio apenas do Rio **receber** os “trecheiros”, sem-teto e andarilhos nessas época do ano. Desde o Natal, **a população de rua se desloca** para as cidades litorâneas para **curtir, trabalhar, tentar** a sorte. **É** justo, **todos** têm o direito de **ir e vir, tentar ser feliz e sonhar**, e o mar é o pouco que **resta** de lazer gratuito no mundo. **Quem está na pista** não **tem** muito controle sobre o pouco que **costuma vir** às mãos. **Lidar** com dinheiro é um problema. **Vida de andarilho** é incerta como o tempo, nada é certo ou fixo, senão a noite e o dia, as horas **não contam**.

O excerto (43) é composto pelos três parágrafos que iniciam o texto, neles, Sebastião Nicomedes,⁴⁶ relata a sua ida para a cidade de Rio de Janeiro. Ao mesmo tempo que se trata de uma recontextualização (van Leeuwen, 2008) do evento relatado, serve de base para a formulação identitária, tanto dele próprio quanto de outros atores sociais. Nesse trecho particular, os significados representacional e identificacional estão fortemente imbricados, sendo possível, empregar as categorias discursivas ‘transitividade’ e ‘identificação relacional’, que são, *a priori*, relacionadas com o significado representacional, para compreender as operações linguísticas implicadas na construção do significado identificacional. A esse respeito, Resende (2009, p. 41) observa que “a construção de identidades e de identificações também está ligada aos processos representacionais de classificação, de elaboração de semelhanças e diferenças”, sendo a forma como se compreende/representa o mundo um meio para a (auto)identificação.

Focalizamos inicialmente os processos de transitividade (destacados no texto com negrito) empregados na construção do excerto. No início do primeiro parágrafo, os processos que predominam, cujo Ator é o próprio autor, são processos materiais contínuos, que se desenvolvem “por um tempo”, o que é marcado textualmente pela desinência modo temporal – “Estou vivendo”, “viajando”, “a escrever”. A partir da ação empreendida por outro Ator – a “amiga” de Nicomedes, que “disponibilizou” apoio – passa a haver um predomínio de processos mentais, marcados pela pontualidade temporal – “criei”, “decidi ir”, “resolvi ficar”. Deve-se salientar, que os dois últimos processos descrevem uma relação de volição em relação ao deslocamento/permanência de Nicomedes ao/no Rio de Janeiro, enquanto que nos processos que iniciam o texto a vontade do Ator é apagada, sendo que constroem a representação de um estado transitório vivenciado por Nicomedes.

O 1º parágrafo configura-se como uma apresentação do autor para seus/suas leitores/as. Nele, o autor identifica-se como “escritor” que está “vivendo dias de homem da pista por um tempo”, assim, ele formula uma identidade de resistência em duas vias e uma identidade de projeto. Por um lado, ao identificar-se desse modo, ele mostra como a situação de rua não é natural, trata-se de um processo social, que tem como característica central a pontualidade temporal das situações de rua. Assim, neste sentido, a pessoa não é de rua, e sim **está** na rua, por um determinado tempo. Isso pode ser ampliado a qualquer pessoa que se encontre enfrentando as adversidades da pobreza extrema.

Ao mesmo tempo, a identidade de resistência constitui-se por sua individualização como ser humano que relata sua história e que desempenha o papel social de escritor. Essa individualização marca a resistência à coletivização à que são submetidas as pessoas em situações de rua quando são representadas por veículos da mídia tradicional (PARDO ABRIL, 2008).

⁴⁶ Sebastião Nicomedes é identificado em uma inserção feita pela edição da revista por meio de uma nominalização – “A afirmação é de **Sebastião Nicomedes**” – e por meio de uma identificação relacional – “a *Ocas*” cede espaço ao **escritor**” (grifos meus).

No mesmo trecho, o autor formula uma identidade de projeto para si, pois por meio de sua atuação como escritor de “um livro sobre a população de rua” ele se afasta da identidade reificada de “homem da pista”, A identidade que ele constrói é de projeto, pois a partir dela ele projeta um futuro para fora da realidade das ruas como escritor.

No segundo parágrafo, Nicomedes constrói a representação de pessoas em situação de rua, descrevendo a sua migração, para cidades litorâneas no período de festas (do Natal ao Carnaval), por meio de processos materiais que também tem duração no tempo. A inclusão de pessoas em situações de rua (elementos grifados em cinza no referido excerto) ocorre em vários elementos linguísticos, o que marca uma hipersemiotização, que pode indicar uma importância significativa dessa representação no texto, bem como da compreensão do fenômeno por meio de sua texturização (VAN LEEUWEN, 2008).

Inicialmente em “Tem muita gente”, ele, representa, por meio de uma coletivização não especificada, um o fluxo migratório intenso, de pessoas que se deslocam mesmo com adversidades e limitações – “de carona, a pé, na base da canela” e “dias ou meses para chegar”. Na sequência, em “as pessoas”, a coletivização se mantém, mas por meio do artigo definido feminino plural, o autor delimita um grupo específico. Em seguida, em “os trecheiros, sem-teto e andarihos”, o autor aprofunda o grau de especificação das “gentes” e “pessoas”, agregando significados a sua construção representacional e identitária. A esse respeito, van Leeuwen (2008) observa que quando a representação por adição e repetição se dá por meio de elementos semânticos diferentes faz com que a cada repetição o elemento seja reconceitualizado, sendo somadas facetas a essa representação. Nas palavras do autor:

A partir do ponto de vista da referência (ver Halliday e Hasan, 1976) essa é uma série de repetições, uma série de sinônimos, mas, quando, como no exemplo, diferentes expressões são usadas para referir ao mesmo elemento de uma prática social, substituição e adição de novos elementos estão também envolvidos. Novos ângulos, novos traços semânticos são adicionados a cada vez que uma nova expressão é usada, gradualmente construindo um conceito multifacetado.⁴⁷ (VAN LEEUWEN, 2008, p. 19, tradução minha)

Nessa perspectiva, “trecheiros, sem-teto e andarilhos” que, no senso comum, são sinônimos, constrói uma diversidade de significações na representação e, assim, deflagram a pluralidade de realidades e de situações de rua. Essa diversidade é, na sequência, agregada pela expressão “a população de rua”, que adiciona o significado de contingente populacional, mas, ao qual subjaz a característica da pluralidade expressa na hiperlexicalização anterior. Ao fim do parágrafo, Nicomedes representa as pessoas em situações de rua novamente em uma agregação – “todos” –, no entanto, nesse momento a representação associa esse grupo a um grupo maior, o de cidadãos/ãos brasileiras/os, caracterizado pelo “direito de ir e vir”.

⁴⁷ From the point of view of reference (see Halliday and Hasan, 1976), this is a series of repetitions, a series of synonyms, but when, as in this example, different expressions are used to refer to the same element of a social practice, substitution and the addition of new elements are also involved. New angles, new semantic features are added each time a new expression is used, gradually building up a more multifaceted concept. (VAN LEEUWEN, 2008, p. 19)

O deslocamento representado no parágrafo indica o destino a “Cidades litorâneas”, com a finalidade de “curtir, trabalhar e tentar a sorte”. Os dois últimos estão associados, trabalhar e tentar a sorte são o ponto inicial para a construção de uma vida melhor, em cidades litorâneas, onde há oportunidades para trabalhar, conquistar uma colocação, no referido período, tendo em vista o aumento de turistas e a grande circulação de capital; já, “curtir” se relaciona com o período de natal, e com “o mar é o pouco que resta de lazer gratuito no mundo”. Essa representação agrega mais significados à identidade de pessoas em situações de rua, pois são pessoas que trabalham, que têm sonhos e que querem se divertir, assim como “todos”. Isso representa por meio da humanização, opondo-se à estratégia de reificar as pessoas em situações de rua frequentemente presente na mídia tradicional.

Nesse parágrafo, ao retratar as pessoas em situações de rua a partir de um prisma externo, como um antropólogo que descreve o fluxo migratório, Nicomedes destaca-se do grupo. Entretanto, o mesmo movimento migratório que descreve no primeiro parágrafo é feito por esses/as outros/as, e a justificativa que o autor do texto encontra para a ida e permanência no litoral é a mesma. Os trechos “temporada de verão na capital fluminense”, “Carnaval”, “conhecer a Sapucaí e ver os ensaios” associam-se com “curtir”, “tentar ser feliz”, “lazer gratuito”.

No terceiro parágrafo, Nicomedes constrói uma representação mais abstrata, ele retoma os dois outros parágrafos de maneira indefinida “homem da pista” do primeiro parágrafo, pela expressão “quem está na pista”; e “andarilhos”, do segundo, pela expressão “vida de andarilho”. Assim, o movimento retórico, para a identificação e a representação, descrito no texto é: “eu” no primeiro parágrafo, “eles/as”, no segundo e “nós”, no terceiro. Vejamos a síntese do movimento retórico no quadro que segue:

Quadro 19 – Síntese do movimento retórico: representação e identificação

§	Alvo da representação	Tipo de procedimento	Construção identitária	Tipo de procedimento
1º	Eu “escritor”, “‘homem da pista’ (...) por um tempo”	Identidade de resistência Identidade de projeto:	Autorrepresentação	Resiste ao processo de coletivização ao qual são submetidos na mídia tradicional
2º	Eles “muita gente” “as pessoas” “os {trecheiros, sem-teto e andarilhos” “a população de rua” “todos”	Identificação por meio da representação de outros atores sociais.	Representação de outras pessoas que se encontram em situações de rua	Representa um conjunto de pessoas, evidenciando que mesmo que todas compartilhem a “situação de rua”, existem, na verdade, várias situações de rua.
3º	Nós “quem está na pista” “vida de andarilho”	Identidade como “trecheiro”	Representação generalizada.	Explica, por meio da experiência, o que é estar na rua e ser andarilho. Associa sua identidade à do conjunto de pessoas que descreveu no segundo parágrafo

O último texto cuja análise apresento é uma produção de um ator social que ocupa a posição situada no extremo de menor institucionalização, em relação às práticas de formulação do jornal, seu autor Daniel Lopes não é vinculado ao jornal *O Trecheiro* e também não desempenha trabalho no campo da arte. Trata-se de uma “carta de um leitor”, que foi publicado com esse título no espaço destinado à seção ‘Vida no Trecho’. Como vimos, por meio da fala de Alderon Costa, trata-se do espaço de resistência, onde há liberdade para a expressão da voz de pessoas em situações de rua. Na análise deste texto, também procurei focalizar a maneira como estão articulados o identificar(-se) e o representar(-se).

Abordando inicialmente o significado identificacional, a carta constitui-se como um momento de autorreflexão do autor, Daniel Lopes. Vejamos o excerto 57, composto pelos três primeiros parágrafos:

- (44) Eu, Daniel Lopes, hoje com trinta e sete anos não sou muito bem organizado para o atual estágio da humanidade, ao contrário sou um pouco desestruturado. Você entende, não é, leitor?
 Hoje estou desesperado na situação em que me encontro surpreendido em todos os sentidos. Convivo com saúde comprometida, o soro positivo HIV, mas tenho acompanhamento de infectologistas. Menos mau, não é? Graças ao meu bom Deus!
 Não dominei conquistas necessárias e importantes para os conteúdos da vida à altura da sobrevivência com dignidade em questão, percebe? Desempregado em situação de rua com saúde comprometida aí vem a conclusão mais difícil: a situação financeira atual incompatível ao nível de uma sobrevivência digna na Pauliceia.

A abertura da carta é uma apresentação feita aos moldes do que foi possível ver tanto no texto “A história se repete” (ver excerto 35) e “‘Preferi a rua ao hotel’/Quanto vale ou é por aquilo?”, em que a maneira como pessoas em situações de rua são identificadas é por um nome e uma data, e nada mais, o que nos orienta para a constatação da reiteração de uma identidade legitimadora. No entanto, a partir dela, Lopes nos explicará quem é, a partir de sua própria perspectiva, e nos dirá por que escreveu esse texto, construindo sua identidade por meio de avaliações negativas, quando se trata de sua autoimagem, e positivas, quando se refere ao jornal e à possibilidade de escrever um texto para o jornal.

Os trechos grifados de cinza claro são relacionados a essa auto-definição. Neles podemos analisar a recorrência de estruturas negativas, que modalizam com intensidade a avaliação por meio da qual o autor constrói sua identidade e sua auto-representação: pelo advérbio “não” – em “não sou muito bem organizado” e em “não dominei conquistas” –, e pelo prefixo “des-” – em “desestruturado”, “desesperado”, “desempregado”. Esses marcadores negativos são reforçados: em “não ... muito bem”, em que a intensidade da negação pelo advérbio é amplificada pela locução adverbial; e, em “ao contrário... um pouco”, em que há uma modalização que diminui a in-

tensidade de “desestruturado”, em um procedimento de eufemização, mas em que ainda estamos no campo da avaliação negativa.

Essa avaliação é pautada pela e ao mesmo tempo pauta a articulação do discurso da competência (ver seção 2.1). Ele expressa a internalização do discurso que lhe imputa a responsabilidade por suas condições precárias de vida. Segundo sua autorreflexão, Ele, por não ser “organizado”, ser “um pouco desestruturado” (sem estrutura), hoje está “desesperado” (sem esperança) e “desempregado” (sem emprego). Com base nesse discurso, há a reiteração da identidade legitimadora segundo a qual quem não ocupa um lugar “[n]o atual estágio da humanidade” é responsável por isso. Isso delinea a representação da culpa por sua condição, que é ratificada em “Não dominei conquistas necessárias e importantes”. O discurso da não competência é sintetizado por fim pela expressão taxativa “Desempregado em situação de rua”, que o afasta ainda mais da possibilidade da dominação e da conquista, que avalia como sendo importantes.

O processo desencadeado por “dominar” objetiva “conquistar” algo, que é “necessário e importante”. Por um lado, esse processo instancia uma metáfora conceitual bélica, em razão do léxico empregado. Por outro, novamente, articula um discurso hegemônico em que o consenso é demarcado pelo esvaziamento do referente do que é “necessário e importante”, tendo em vista que não se sabe de que “conquistas” ele trata, apenas se sabe que são “conquistas necessárias e importantes”. Esse silêncio relativo pode ser descrito como a reprodução do fetichismo capitalista, pelo qual o ter se sobrepõe ao ser (como no excerto 53), e não importa o que é o ter, havendo o consenso de que esse ter é imprescindível.

Outro aspecto desse excerto que deve ser pontuado é que mesmo em face dessa pressão discursiva, ele formula um esboço da demanda, expresso pelo desejo de uma “sobrevivência digna”, que é reforçado pela hiperlexicalização. Ainda assim, trata-se de um esboço, pois a ideia que estaria contida em ‘vida digna’, que é o que todos/as almejam, perde a força em “sobrevivência”. A dignidade por que Lopes anseia acaba sendo limitada, e a identidade legitimadora, que sustenta o estado de coisas, novamente é internalizada. A realidade recontextualizada por Lopes, evidencia a crença na inevitabilidade, de que tratei nos dois primeiros capítulos desta dissertação, sendo o máximo que lhe é permitido querer é uma “sobrevida”. Nessa perspectiva, há um bloqueio à volição e a liberdade desse ator social.

Apesar disso, é possível tangenciar uma projeção identitária alternativa por meio de estruturas discursivas que apontam para uma desconstrução dessa ‘realidade’. Em “estou desesperado”, “me encontro surpreendido” e “Ø em situação de rua”, Lopes, por meio dos processos explicitados, nos dois primeiros casos, pelos verbos estar e encontrar-se, e implícito, ‘estar’, no terceiro, traça uma articulação do discurso contra-hegemônico da transitoriedade da situação de rua, que por ser situação, é desnaturalizada, sendo delineada como fruto de um processo, e por isso, passível de ser superada. Esse mesmo discurso contra-hegemônico é reiterado pela repetição de “situação”, que foi empregado três vezes no excerto.

Daniel Lopes, além elaborar uma construção identitária que oscila entre a legitimação de suas condições precárias e o esboço de um projeto, representa o evento social da escrita. Nessa recontextualização, Lopes representa a si mesmo, como produtor do texto e a um “leitor” projetado: “Você entende, não é, leitor?”, “Menos mau, não é?” e “percebe?”. Seu texto se dobra sobre si mesmo, é dizer, o autor do texto evidencia os momentos de sua composição ao representar o ato de escrever. O ato de escrever é um tipo de ação social que exige do participante recursos simbólicos inicialmente relacionados ao seu grau de letramento e, sendo um escrever para outro, exige um espaço discursivo em que esse outro possa acessá-lo.

Novamente podemos nos apoiar sobre o conceito de acesso aos espaços discursivos de van Dijk (1991), mas em uma via dupla de acesso: o acesso do autor à posição de produtor de texto publicado na mídia e o de leitores/as que podem, pela mediação do jornal, acessar determinados conteúdos simbólicos. Assim, o acesso de Lopes ao jornal nos dá acesso a sua forma particular de representar o mundo e tem o potencial de ampliar o conhecimento sobre as situações de rua e sobre as pessoas que se encontram nessas situações. Nesse sentido, é possível entrever como a ação discursiva macro enseja outras ações discursivas que dificilmente seriam possíveis nos espaços discursivos tradicionais da mídia.

Vejamos o excerto (45):

- (45) Sempre que sai uma nova edição do mais realista jornal *O Trecheiro*, o incrível jornal em todas as temporadas, sempre informando e trazendo opções em solidariedade e emoções, espiritualizados com bom saber. **Decidi** me debruçar sobre a pilastra do posto onde me abriguei hoje e escrever caligrafando parte de minha vida com prazer dedicado a todos da equipe e direção do meu querido ilustrativo jornal *O Trecheiro* da Rede Rua, o no. 1 em todos os sentidos.

Da mesma maneira, é possível entrever como essa abertura (do espaço discursivo) é avaliada de maneira positiva, pelo autor do texto, em oposição à maneira como ele se auto-avalia. A avaliação feita pelo autor sobre o jornal é extremamente positiva e envolve grande afetividade, como é possível depreender a partir de “emoções”, “prazer”, “meu querido”. Há o emprego de traços discursivos de alta modalidade por meio dos quais o autor constrói uma representação identitária institucional do jornal – “o mais realista”, “o incrível”, “querido ilustrativo” e em “o no. 1”. O conteúdo do jornal também é avaliado sendo ressaltado o caráter qualitativo e perene da produção – “todas”, “sempre”, “todos”. Essa alta intensidade positiva da avaliação do autor – que é leitor do jornal – sobre o jornal, marca um contraste com os primeiros traços analisados, mas abre espaço para uma construção identitária positiva do autor como produtor de texto.

A partir de “Decidi”, o espaço da possibilidade (frente à impossibilidade inicial) é construído pela volição. Esse espaço também é construído em “opções” que são oferecidas pelo jornal, que concernem inicialmente à possibilidade de ler assuntos relativos às situações de rua sob

um prisma alternativo, mas, também, podem ser estendidas para a “opção” de escrever. O ato da produção textual é, assim, representado pela descrição de um momento de prazer.

Esse escrever, no entanto, é qualificado como “escrever caligrafando”, em que o autor avalia-se, por meio de sua produção, novamente de maneira negativa, pois “caligrafando” diminui a importância do ato da escrita. Ainda assim, a novidade de ocupar uma posição de produtor de texto incrementa a identidade desse ator social, é por meio dela que ele evidencia que mesmo em circunstâncias de vida dramáticas, resiste e encontra ressonância para suas demandas.

Nesse sentido, o ato de escrever representado engendra um ler, a ser realizado por uma terceira pessoa. A ideia do/a leitor/a solidário/a, aqui se projeta para o texto solidário, no sentido de que o jornal fornece “opções em solidariedade”. A relação com esse/a leitor/a é construída pelo produtor de texto por meio das várias perguntas retóricas que formula. Ao cabo, esse/a leitor/a genérico/a é delimita na representação das figuras recontextualizadas da “direção e equipe” a quem o autor dedica o texto. Assim, outro título seria possível: “Carta aos leitores”. Essa carta aos leitores, no final das contas é o fulcro de todas as ações discursivas, no sentido de que são orientadas para a ampliação do diálogo entre pessoas em situações de rua e a sociedade .

Algumas considerações:

Essa terceira seção do capítulo analítico foi formulada na tentativa de mapear determinadas ações micro que exemplificam a maioria das ações. Todos os textos apresentados, no Capítulo 3 desta dissertação, foram analisados conforme diferentes categorias e aspectos, de maneira sequencial, no entanto, pela necessidade de delimitação do que seria aportado no presente relatório de pesquisa, foi necessário fazer a opção por compor uma análise mais estruturada e panorâmica, que respondesse aos interesses de investigação sintetizados nas perguntas de pesquisa explicitadas

Nessa composição, pude evidenciar cinco eixos de centrais de ações discursivas micro – que são compostas, evidentemente, por representação, identificação e ação. Em cada um deles, é possível delimitar determinados posições ocupadas por atores sociais que colaboraram, como membros internos, como colunistas, como uma contribuição pontual, havendo, nesse sentido, uma definição do funcionamento das práticas de produção textual.

No primeiro eixo, é possível destacar a mobilização de recursos simbólicos para construir o contraditório (ver Capítulo 2) que responda às pressões discursivas engendradas pela mídia tradicional. No segundo, a mudança da ordem discursiva do jornalismo quando associada a mobilização social, resultando em uma ordem do discurso híbrida em que as características gerais (mais estruturais) de gênero e estilo se mantêm, havendo uma reorientação dessas, em função dos discursos articulados. No terceiro e no quarto, pude analisar como essas publicações se articulam em termos de redes locais e globais. E, no quinto, a que me dediquei mais, pude observar como são construídas as (auto)representações e instanciadas as identidades de pessoas com trajetórias de rua, que tiveram acesso ao espaço discursivo midiático alternativo.

EM VEZ DE DISCUSSÃO, DIÁLOGO(S)

OCAS” E O TRECHEIRO:

“TRANSVERSALIDADES QUE SE COMPREENDEM”

As pessoas que estão em situação de rua pensam, sentem, falam, sonham e escrevem, contrariamente ao que a sociedade pensa a respeito delas: “não-gente”, excluídas, decaídas, supérfluas, pessoas que devem ser retiradas da frente ou mesmo exterminadas.

(Extraído do texto “Um sonho que se realizou”, publicado na edição comemorativa de 20 anos de *O Trecheiro*)

Esta parte da dissertação seria destinada ao fechamento das explanações começadas nos outros capítulos; no entanto, acredito que apenas trazer reflexões unívocas (partindo apenas de minha subjetividade), em linguagem acadêmica, e portanto hermética para todos/as aqueles/as que não estão inseridos/as nesse contexto, não responderia ao meu objetivo maior de contribuir para a superação de assimetrias sociais, inclusive daquelas que opõem pesquisadoras/es e colaboradoras/es em grupos de poder simbólico desigual. Assim, neste espaço discursivo, retomo a discussão aberta diretamente com meus/minhas colaboradores/as por meio do texto que formulei para o compartilhamento e a negociação dos resultados da pesquisa, a que chamo de ‘devolutiva/ receptiva’; e faço um convite para que outros atores sociais (membros da banca, outros/as pesquisadores/as, e a quem mais este texto puder interessar) deem prosseguimento a essas reflexões. Elas foram divididas em três partes: na primeira, reflito acerca das implicações sobre o trabalho acadêmico, evidenciando a importância de se valorizar epistemologias formuladas fora dos espaços legitimados; na segunda, exponho os critérios que empreguei para realizar um texto que pudesse ser acessível a um maior número de pessoas e que, para tanto, não perdesse a profundidade das reflexões científicas, e apresento o texto da ‘devolutiva/ receptiva’, tecendo algumas críticas sobre o resultado final da dissertação; e, na terceira, retomo as observações feitas por Alderon Costa e por Tula Pilar Ferreira, e reflito acerca dessa contribuição para a explanação crítica.

I RAZÃO SENSÍVEL, COERÊNCIA E RESPONSABILIDADE

A razão sensível de que tratei na Apresentação desta dissertação foi um marco que conduziu todas as etapas da confecção da pesquisa: desde a seleção dos textos que comporiam os *corpora* documentais, a descrição de meus objetos de interesse, as opções teóricas e metodológicas, até o tratamento conferido aos dados quando de sua análise. Para além de me manter confortavelmente sobre os referenciais teóricos, busquei associar a humanidade sensível ao estudo. Essa humanidade se configura também pela tomada de posição de não apagar minha subjetividade e evidenciá-la, mesmo ciente de que muitos/as ainda preferem mascará-la para ‘garantir’ a cientificidade de seus trabalhos. Ao mesmo tempo, procurei buscar fora das ‘muralhas acadêmicas’ um conjunto de saberes, vivenciais, empíricos, sensíveis, no contato com outras subjetividades, com pessoas que colaboraram efetivamente para a produção desta investigação.

Como observa Maffesoli (1998), o saber que emerge das comunidades, como senso comum, é um bem comum que deve ser respeitado e valorizado pelo senso acadêmico, científico, pois trata-se de:

um saber enraizado. De um saber, igualmente, que integra o *pathos* [a sensibilidade], aquilo que M. Weber chama de emocional ou afetual, próprio à comunidade. O senso comum está fundado aí. (...). É a *koiné aisthesis* [senso comum] da filosofia grega, que, por um lado, fazia repousar o equilíbrio de cada um sobre a união do corpo e do espírito, e, por outro, fazia depender o conhecimento da comunidade em seu conjunto. Saber orgânico, ou saber corporal, considerando-se que o corpo era parte integrante do ato de conhecer e que isso era, igualmente, causa e efeito da constituição do corpo social em seu conjunto.¹ (MAFFESOLI, 1998, p. 245, acréscimos meus)

Trata-se, pois, de integrar o conhecimento à vivência individual, por meio do que pode ser construído em comunidade. Nesse sentido, como tratei em detalhe no Capítulo 3, para além de buscar em campo dados para serem submetidos ao escrutínio científico, isoladamente, a experiência de campo se enriquece muito com o ‘aprender com o campo’. A academia ganha ao aprender epistemologias outras para integrar às suas e produzir outro tipo de conhecimento, mais amplo, mais profundo, mais comum. Essa comunhão entre o legitimado e o esquecido do lado de fora da academia permite que esta seja muito mais humana, e atinja objetivos sociais mais substantivos, cooperando assim para superação de assimetrias.

O conhecimento sensível é exposto em um trecho da entrevista que me cedeu a poetisa Tula Pilar Ferreira, que, ao tratar do conflito gerado de sua participação em práticas sociais acadêmicas, fruto da incapacidade de lidar com a alteridade e do preconceito ainda presente na aca-

¹ *Aisthesis koinê*: senso comum, *sensus communis*. Na psicologia aristotélica o «senso comum» é uma faculdade da *psyche* que tem como função: 1) a percepção dos «sensíveis comuns», que são objeto de vários sentidos: movimento e repouso, número (*arithmos*), forma, tamanho; 2) a percepção de coisas acidentalmente sensíveis; 3) a distinção entre os próprios sentidos; 4) a percepção que nós percebemos.

Pathos: acontecimento, experiência, sofrimento, emoção. (PETERS, 1987, s/ paginação)

demia para com o saber imanente da vivência e da experiência, observa acerca de um encontro sobre o feminismo na Universidade de São Paulo:

eu trouxe esse assunto pro feminismo, porque esse feminismo que eu acho que é extremamente burguês, é, nasceu na Europa, do pouco que eu entendi, e não abrange essas mulheres todas, essas mulheres de aldeia, não abrange as mulheres dos lugares, com mulheres dos lugarejos igual os de Minas, por exemplo. Igual as minhas irmãs, por exemplo, não têm nem noção do que é feminismo, que é um povo sofrido, as classes menos favorecidas, as mulheres negras, as mulheres de periferia, as mulheres de favelas, esse feminismo não tem nada assim, nenhum conteúdo pra se resgatar essas mulheres. Então, eu quis fazer isso e esse tipo de assunto que eu gostaria de resolver também com outras mulheres, e você, enquanto profissional, se quiser me convidar, até na faculdade, na sua faculdade, você quiser fazer palestras, trazer essas realidades, como você vê que eu sou uma pessoa, que como eu sou resgatada, porque eu fiz um trabalho pra me resgatar, eu fui a fundo, eu fui atrás do conhecimento, porque quando a gente tem conhecimento as coisas mudam. Concluí os meus estudos fundamentais, e assim estou apta pra fazer uma faculdade.

O brilhantismo e a eloquência da poetisa advêm da ânsia por mais, como ela mesma observa. Buscou superar os limites impostos pela condição socioeconômica por meio do estudo; no entanto, a substância do saber que lhe permite ir além das barreiras de epistemologias feministas europeias, e construir novos parâmetros para a compreensão dos processos sociais que atingem diretamente mulheres não europeias (negras, de "lugarejos", de histórias e realidades outras), é uma substância sensivelmente apreendida que lhe permite apropriar-se das epistemologias legitimadas e construir novas sinapses sociais, potencialmente capazes de promover mudanças sociais. Muito mais potente é esse conhecimento híbrido, que parte de lugares não legitimados para romper com a hegemonia, do que um saber construído por uma história de homens, brancos, europeus, dentro de um contexto essencialmente hegemônico: nossa academia.

Se adotamos uma perspectiva teórica que aponta as incoerências de uma sociedade que tem assimetrias de poder extremamente nocivas para determinados grupos sociais, e se temos como objetivo contribuir para a superação dessas assimetrias, seria, no mínimo, incoerente (sem falar em questões de cinismo e de ética) entender que o único conhecimento 'legítimo' é aquele construído a partir das epistemologias internas à academia. Assim, é necessário, para além de apenas buscar, em campo, dados para analisar, promover momentos de troca em que os conhecimentos desenvolvidos por atores sociais que não estão inseridos nas práticas acadêmicas sejam tomados como epistemologias igualmente válidas e pertinentes para promover avanços significativos para as ciências social e linguística, e, acima de tudo, para que novos caminhos sejam construídos para promover mudanças sociais e superar práticas de dominação e exploração que são, ao mesmo tempo, a motivação e o fim de toda pesquisa engajada, como o são as pesquisas em ADC.

A cientificidade em pesquisas sociais críticas repousa na articulação reflexiva entre teorias e métodos, sendo uma auto-validação acadêmica dos fins pelos meios epistemológicos restritos ao campo da ciência. No entanto, essa validade científica não é necessariamente social, no sentido mais abrangente do termo. A validação social dos avanços resultantes de uma pesquisa científica só é possível na interação da ciência, ou seja, da academia com o universo contingencial so-

cial em que está imersa. Essa questão é central, quando se entende que a cientificidade por si só não significa muito, no sentido de que atinge apenas os pares acadêmicos, que se configuram como uma minoria das minorias de pessoas que têm acesso a uma educação de nível superior, e em campo mais restrito ainda, no âmbito das pós-graduações. Nesse espaço, a razão científica, evidentemente, tem validade, gera frutos, inclusive nossas titulações e a continuidade do poder simbólico que detemos. Mas e para o resto da sociedade? E para as comunidades cujas práticas investigamos?

Temos de repensar movimentos e ações no sentido de alcançarmos ultrapassar a retroalimentação do poder que temos e gerarmos, no contato e no respeito com o universo de fora da academia, novos arranjos de forças e poderes sociais. Com esta dissertação apenas, um novo equilíbrio não será alcançado, mas meu esforço se dá na direção de se pensarem outras maneiras de investigar e de produzir conhecimento. Essa ousadia, um tanto iconoclasta e petulante para uma mestranda, deve-se à necessidade premente, que pude constatar racional e sensivelmente, de nossas pesquisas avançarem sobre o campo da produção de conhecimento, e não nos mantermos subalternamente no campo da reiteração de conhecimentos já legitimados.

Pelo lado da racionalidade, por meio do diálogo com grandes pesquisadoras, tais como Viviane de Melo Resende e María Laura Pardo, que advogam em prol de epistemologias mais genuínas para investigar realidades específicas da América Latina. Nesse sentido, os conhecimentos que, via de regra, reiteramos e que usamos para legitimar nossos estudos vêm de academias estrangeiras. Sobre essa ousadia, Resende (2010, p. 373) observa que:

O colonialismo do conhecimento na América Latina levou, como consequência, à formação de um corpo de pesquisadoras/es competentes na compreensão e na aplicação de teorias e métodos, mas petrificados/as diante de suas próprias ideias, que precisam sempre ser legitimadas/os por pensadores/as estrangeiros/as. (...) O problema é que a criatividade tem um papel fundamental no progresso científico e na criação de teorias. Nossa baixa autoestima científica nos faz, assim, reféns dos avanços importados, já que não nos vemos, na maior parte das vezes, capazes de contribuir efetivamente para a evolução das teorias com as quais lidamos – ainda que estejamos sempre dispostas/os a aplicar a mais recente literatura publicada, sem refletir às vezes com a parcimônia devida sobre a aplicabilidade de categorias e conceitos importados aos nossos contextos locais de pesquisa.²

Temos um lapso entre a qualidade de nossa produção, que é inegável, e a devolução para a teoria a partir de nossos estudos. Esse lapso pode ser superado pelo conhecimento comum que se desenvolve fora dos grilhões da legitimação. Assim, há a possibilidade de, a partir do campo, de outras epistemologias, construirmos um espaço híbrido que possa apontar para novos horizontes, tanto acadêmicos quanto sociais, no sentido amplo do termo. Resende (2010, p. 374)

² The colonialism of knowledge in Latin America has led as a consequence to the forming of a body of researchers competent in understanding and applying theories and methods but who are petrified at their own ideas as they always need to be legitimated by foreign thinkers. (...) The problem is that creativity plays a fundamental role in scientific progress and in creating theory. Our low scientific self-esteem has made us hostage to imported progress given that we do not see ourselves in many instances as being able to contribute effectively in developing the theories we use – although we are always ready to apply the most recent literature published, without reflecting at times with due parsimony on the applicability of imported categories and concepts to our local research contexts (RESENDE, 2010, p. 373)

propõe que haja um “diálogo que almeje uma compreensão mútua” entre o legado europeu e as perspectivas inovadoras que emergem na América Latina. Nesse sentido, mesmo o emprego de ideias alheias à nossa cultura em nossos estudos pode servir como um ponto de contato entre a tradição e o que almejamos construir. Retomo, pois, Bourdieu (2011, p. 18), que é um cânone, mas, devo dizer, um cânone um tanto subversivo, para lançar olhos a outras possibilidades:

Uma exposição sobre uma pesquisa é, com efeito, o contrário de um show, de uma exibição na qual se procura ser visto e mostrar o que se vale, é um discurso em que *a gente se expõe*, no qual se correm riscos (para estar mais certo de desarmar os sistemas de defesa e de neutralizar as estratégias de apresentação, gostaria de poder apanhar-vos de surpresa, dando-vos a palavra sem que vocês estejam prevenidos[as] nem preparados[as](...)). Quanto mais a gente se expõe, mais possibilidades existem de tirar proveito da discussão e, estou certo, mais benevolentes serão as críticas ou os conselhos (a melhor maneira de liquidar os erros – e os receios que muitas vezes os ocasionam – seria podermos rir-nos deles, todos ao mesmo tempo). (acréscimos meus)

Sob essa perspectiva d’além mar que ‘antropofagia’, abordo a motivação sensível para procurar outras vias epistemológicas. Bourdieu (1998, p. 18), na parte que eu selecionei calar da citação, diz “não tenham receio, eu saberei respeitar as vossas hesitações”; pois bem, por mais subversivo que seja, Bourdieu ainda é apenas condescendente com nossa ousadia. Nesse sentido, em consonância com o supracitado, não busco legitimação apenas de meus pares; assim, abro meu trabalho ao escrutínio daqueles/as com quem também aprendi, de cujos conhecimentos me vali para produzir essa investigação. Justaponho, assim, em uma colcha de retalhos textuais, a fala de Alderon Costa, que traduz, na simplicidade de sua percepção sensível, comunal ao ambiente em que está inserido, conceitos de grande profundidade epistêmica. Ao relatar de seu contato com as situações de rua, ele observa que:

E foi um contato muito humano, acho que daí vem um pouco essa intuição, eu falo mais intuição, porque é mais intuição do que estudo, e vivência, não é? De que nós temos é uma injustiça social, são pessoas que estão injustiçadas mais do que, vamos dizer assim, uma categoria diferenciada da humana. Que a gente acostumou a chamar na época, inclusive a gente falava de sofredor da rua, morador de rua, são categorias que parece que tiram fora da humanidade, eu sou humano e esse aqui é morador de rua. Então é uma coisa que eu me questionava já naquela época, então eu comecei a conviver com essas pessoas e lá acho que esse contato humano era muito forte, aí tem toda a história da teologia da libertação também, tem muitas variantes aí, não é, que a gente foi assumindo nessa realidade.

Costa mostra como o saber que detém se origina do contato com “muitas variantes”, da “vivência”, e se configura mais como uma “intuição” do que como fruto de “estudo”. Ele caracteriza o senso comum, de que tratou Maffesoli (1998), como um saber enraizado, vivencial, experiencial, que de outro modo, provavelmente, não teria a profundidade que tem. Vale frisar que, mesmo sendo seu saber oriundo do comum, permite-lhe traçar uma reflexão que poderia muito bem ter sido feita a partir do nosso vasto e denso arcabouço teórico-metodológico: associa a estratégia ideológica de reificação com o emprego de determinadas estruturas lexicais. Ademais,

ele demonstra como a ‘apartação’ (BUARQUE, 2001), de que tratei no primeiro capítulo – conceito originário das quatro paredes acadêmicas, com o qual tive contato por meio da frieza das letras sobre papel –, delinea-se na percepção de que a desumanidade sistêmica e perversa caracteriza a igualdade e cria categorias diferentes de seres: os/as humanos/as, sujeitos de direitos, e aqueles/as que estão na rua, cujos direitos podem ser negados. Nesse sentido, pessoas cuja humanidade foi roubada por esquemas de dominação e exploração, abrem espaço para o conhecimento por meio de um saber imanente de sua própria condição. Em outro trecho da entrevista que me concedeu, ele observa: “É bem interessante essa relação com a rua. A rua nos ensina a ser muito humano, por essas questões: você aprender a acolher o outro, ouvir, ficar atento, saber até onde você pode ir”. Assim, o interesse recai na humanidade, em como ser humano e aprender novos caminhos para a preservação dessa humanidade. O calor sensível entra no conceito frio, e o faz viver na comunhão com espaços outros que os acadêmicos.

II COMO COMPOR UM TEXTO DE MAIOR VIABILIDADE COMUNICACIONAL

Como um dos movimentos prezando coerência e responsabilidade, entendo que uma “devolutiva” não deve ser apenas a comunicação monológica dos resultados alcançados na investigação. A devolutiva deve ser também receptiva. Deve-se buscar construir um diálogo com aqueles/as (i) que colaboraram diretamente para a produção da pesquisa, (ii) cujas práticas foram investigadas, (iii) cuja produção textual serviu de base para o trabalho investigativo. Assim se pode buscar construir uma “devolutiva/ receptiva” honesta.

Esse diálogo, para ser efetivo, não pode se resumir a apenas um momento unívoco, mas deve se estender em momentos de falar/escrever/transmitir e em momentos de ouvir/ler/receber os aportes e as críticas dos atores sociais envolvidos nas práticas investigadas. Esses momentos têm de ocorrer em todo o percurso trilhado na construção da pesquisa. Nesse sentido, meu esforço se deu por meio: (a) do Seminário de Pesquisa do Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade de Brasília; (b) da comunicação pelas ferramentas virtuais; (c) dos encontros presenciais com meus/minhas colaboradores/as.

A exemplo do Seminário de Pesquisa, é necessário promover mais contato entre as práticas acadêmicas e atores externos à academia, fazer um convite para a sua participação, abrir espaços para que sejam ouvidos/as e lidos/as. Um exemplo que posso retomar é o que foi empreendido no VII Colóquio da Rede Latino-americana de Análise de Discurso Crítica sobre a Pobreza Extrema (REDLAD), promovido em setembro de 2012 na Universidade de Brasília, em que uma das mesas foi conduzida por Antônia Cardoso Abreu, coordenadora do MNPR-DF e da CATAMARE. Nessa mesa, Abreu pôde expor uma reflexão a partir do audiovisual produzido pela Rede Rua de Comunicação, o filme “Nós da Rua”. Nesse sentido, houve o deslocamento da produção de conhecimento da academia para a voz de uma mulher pertencente a um grupo ex-

tremamente alijado de recursos simbólicos e materiais, e o resultado foi a comunhão entre diferentes atores sociais articulados/as em uma mesma luta pela superação da desigualdade. No sentido de podermos ler mais outras pessoas, para além dos cânones, uma possível contribuição seria procurar escrever artigos conjuntos, para viabilizar o ingresso desses atores em espaços discursivos particulares. Nessa perspectiva, eu procurei convidar alguns/mas de meus/minhas colaboradores/as para a fazer trabalhos em coautoria, mas em função de objetivos e prioridades diferentes, e pelo curto prazo do mestrado, não houve a possibilidade de realizar tal projeto. Mas é algo que pode ser desenvolvido em outros momentos.

Entendo, pois, que a construção científica tem de buscar, em caminhos para fora de sua seara específica, nas transversalidades que podem ser mobilizadas por meio dos temas que focalizamos em nossos estudos, uma complementariedade inclusiva. Nesse sentido, como em um dos momentos transversais em que estabeleci o diálogo com meus/minhas colaboradores/as construí um texto homônimo a este capítulo, que lhes foi entregue no momento das entrevistas que me cederam, apresento-o aqui com recuo, para que possa ser diferenciado da discussão sobre os resultados. As respostas a esse texto serão discutidas em seguida.

Sobre o texto que compartilhei como os/as colaboradores/as da pesquisa, é importante pontuar algumas reflexões prévias. Como já observei, um texto que pretenda ser efetivamente dialógico não pode fechar-se em devolver algo a alguém que talvez nem tenha interesse no que temos a oferecer; é mister estar aberta/o às críticas, ser receptiva/o ao que outras pessoas têm a nos oferecer. Assim, o texto se configurou como uma devolutiva/receptiva. Em que pese, foi extremamente árduo o processo de construção das sete páginas que seguem: foram reescritas provavelmente umas quatro vezes, em que li, reli, pensei e repensei sua viabilidade comunicacional.

Nessa empreitada, a primeira dificuldade que se impôs para mim, acostumada a ‘escrever difícil’, a seguir uma estética canonizada, foi construir ideias de maneira acessível a um número maior de pessoas do que meus pares, mas sem com isso subestimar a capacidade de meus/minhas colaboradores/as. A segunda dificuldade foi manter a profundidade da discussão científica em uma linguagem menos hermética. Por último, tive de demover o comodismo da/o “*homo academicus*” que “gosta do acabado” (BOURDIEU, 2011, p. 19) e produzir um algo inacabado que pudesse promover uma resposta na qual encontraria um desfecho.

Sobre o teor do texto, entendo que este não poderia simplesmente trazer as considerações sobre os resultados obtidos a partir do estudo discursivo, sem, para tanto, dizer como havia chegado a eles. Nessa perspectiva, procurei incorporar no texto informações sobre o método e a teoria, sobre como e a partir de que havia sido possível desenvolver a linha de raciocínio. Do contrário, seria o mesmo que apresentar a esta banca apenas os resultados do trabalho, o que traria imediatos questionamentos: como você chegou a isso? O que lhe permite dizer isso? Quais são seus fundamentos? E a legitimidade do que estaria defendendo seria totalmente suprimida. Assim, com o mesmo respeito à banca de doutoras às quais apresento este trabalho, por saber que

vão levá-lo muito além do que eu sozinha poderia construir, procurei produzir um texto completo no antes e aberto para o depois, para entregar a meus/minhas colaboradores/as.

Isso parte, também, do anseio por compartilhar as ferramentas intelectuais a que tive acesso por meio da oportunidade de ter estudado em uma universidade pública, de ter me beneficiado de recursos materiais e simbólicos que deveriam ser comuns a todas/os. Nesse sentido, compartilho do “*Ethos* redistributivo” de que trata Sousa Santos (2005, p. 7). É interessante observar que *ethos*, em uma de suas acepções, refere-se à ética e, em outra, à harmonia. Isso coaduna com meu intuito de harmonizar as posições, que ainda permanecem tão discrepantes, de pesquisadora e colaboradores/as, em uma razão ética. Assim, segue o texto da devolutiva-receptiva:

**“TRANSVERSALIDADES QUE SE COMPREENDEM”:
OCAS” E O TRECHEIRO**

As pessoas que estão em situação de rua pensam, sentem, falam, sonham e escrevem, contrariamente ao que a sociedade pensa a respeito delas: “não-gente”, excluídas, decaídas, supérfluas, pessoas que devem ser retiradas da frente ou mesmo exterminadas.

(Extraído do texto “Um sonho que se concretizou”, publicado na edição comemorativa de 20 anos de *O Trecheiro*)

Pesquisadora: María del Pilar Tobar Acosta (PPGL – UnB)
acosta.pilar@gmail.com
(61) 8133.9685

Orientação: Professora Dra. Viviane de Melo Resende (PPGL – UnB)
viviane.melo.resende@gmail.com
(61) 8255.0609

O presente texto tem como meta servir ao compartilhamento (pela apresentação) e à negociação (pelo diálogo) dos resultados parciais da minha pesquisa de mestrado “Protagonismo face à inevitabilidade da violência: vozes da rua em *Ocas*” e em *O Trecheiro*”. Essa pesquisa objetiva estudar as práticas sociais de resistência e de luta pelos direitos de pessoas em situações de rua no âmbito de ONGs, a OCAS e a Rede Rua, tendo como foco os periódicos que produzem, respectivamente a revista *Ocas*” e o jornal *O Trecheiro*.

Pretendo, com esse texto, gerar um debate sobre minha prática de pesquisa com os/as colaboradores/as que me cederam ou cederão entrevistas, bem como enriquecer a parte documental da pesquisa por meio do contato direto com os/as colaboradores/as. Também desejo, como objetivo social, equilibrar/horizontalizar as posições sociais de pesquisadora e de colaborador/a, em termos de conhecimento, de duas maneiras:

1 - para possibilitar que meu/minha entrevistado/a possa me conhecer como pessoa e como produtora de texto na mesma dimensão em que eu o/a conheci, pelo acesso que tive a seus textos publicados em *O Trecheiro* e em *Ocas*”; e

2 - para dar um retorno em forma de bens simbólicos (informação) aos/às meus/minhas colaboradores/as e, desse modo, possibilitar o deslocamento da produção do saber para as mentes/mãos de atores sociais que, tradicionalmente, não ocupam essa posição.

O texto que segue foi dividido em duas partes: na primeira parte, apresento as linhas gerais das teorias que usei e, na segunda, retomo os resultados das análises de *Ocas*” e de *O Trecheiro*.

Como estudar a linguagem na sociedade

A Análise de Discurso Crítica (ADC) é uma área da ciência linguística que entende que a linguagem só existe porque existem sociedades humanas e que a linguagem funciona dentro dessas sociedades produzindo significados por meio do **discurso** (uso da linguagem por grupos sociais). Para a ADC, esses significados sociais da linguagem ou, mais especificamente, do discurso, são a base para a construção da realidade dessas sociedades. Ao mesmo tempo, como em uma via de mão dupla, a mesma sociedade que constrói a linguagem é construída por ela.

Por entender que a linguagem não é fechada em si mesma, que a linguagem faz parte da sociedade e por isso é influenciada por ela e ao mesmo tempo a influencia, a ADC precisou buscar, nos estudos das Ciências Sociais, teorias que dessem suporte para compreender como essa influência acontece, para entender como a linguagem funciona dentro da sociedade, como a linguagem muda por causa das mudanças sociais, e como a sociedade pode mudar por causa de mudanças na maneira como as pessoas usam a linguagem.

A construção das realidades da sociedade através da linguagem pode ser tanto boa – como, por exemplo, a educação, que é construída principalmente pelo uso da linguagem –, quanto incluir coisas que prejudicam determinados grupos sociais – como, por exemplo, a desigualdade social, que é construída, entre muitos outros fatores, pela linguagem. Nesse sentido é que a nossos estudos são críticos (Análise de Discurso **Crítica**), pois criticam práticas sociais que são problemáticas para grupos de pessoas que têm reduzido o poder simbólico socialmente valorizado (por exemplo: estudo, *status* social, influência política etc.) e/ou poder material (dinheiro, propriedade etc.).

Sempre, nos estudos de ADC, os/as pesquisadores/as são sensíveis ao problema que estudam, o que explica a forma como constroem suas pesquisas, e como tentam trabalhar em colaboração com pessoas de fora da universidade. Por isso, esses estudos só se justificam se forem feitos para contribuir para a resolução dos problemas que pesquisamos, e a maneira que podemos contribuir é a identificação de questões da linguagem que, se alteradas, podem resultar em mudanças nas práticas sociais. Nesse sentido, nosso foco são as práticas sociais, mas a maneira que temos de estudar essas práticas é pelo estudo do uso social da linguagem.

O enquadre epistemológico básico para fazermos uma pesquisa tem cinco etapas:

- identificar um problema social que pode ter uma característica de linguagem;
- fazer uma análise prévia da conjuntura social, para entender os fatores mais importantes no problema que se quer estudar, e assim entender quais obstáculos precisam ser superados;
- selecionar textos que já existem na realidade social (como, por exemplo, os textos de *Ocas*” e de *O Trecheiro*) e/ou gerar textos por meio da interação com pessoas que estão envolvidas nas práticas sociais (en-

- trevistas, por exemplo), para analisar os significados sociais que estão sendo veiculados e compreender como o problema social funciona;
- analisar esses textos usando o conhecimento de linguística que temos para entender como o problema social funciona na linguagem e como a linguagem funciona nesse problema;
 - refletir sobre a análise, fazer uma crítica social desse problema e propor soluções para o problema.

No caso da minha pesquisa, eu fiz a análise da conjuntura com base em leituras de trabalhos de outros/as pesquisadores/as, com base no acompanhamento de sites ligados à situação de rua, em especial, do Rede Rua e, mais recentemente, do Fala Rua. Também procurei estar em contato com pessoas do MNPR e acompanhar as discussões no Fórum da População de Rua do DF, para entender um pouco mais o que são as situações de rua, como funcionam os movimentos sociais, como o governo lida com a questão da rua, e, igualmente, procurei refletir sobre como a universidade lida com as situações de rua, nas pesquisas que faz. Eu também já concluí a parte de seleção e de análise de textos do jornal *O Trecheiro* e da revista *Ocas*". E, agora, estou em busca de ampliar esses dados através das entrevistas que pretendo fazer com pessoas ligadas a essas publicações.

Síntese das Análises de *Ocas*" e *O Trecheiro*

Nesta parte do texto de compartilhamento, retomo alguns exemplos de análise e explico os resultados que considero serem os mais significativos. Eu dividi em

Estrutura das publicações

Tanto *O Trecheiro* quanto *Ocas*" constam no cadastro do INSP como *Street Papers*, no entanto apenas *Ocas*" é comercializada, respondendo, assim, ao modelo da Publicação de Rua inglesa. *O Trecheiro* já tem características diferentes, porque não tem como objetivo servir para que pessoas em situações de precariedade (re)ingressem no espaço da produção econômica.

A partir dessa diferença básica, surgem outras diferenças estruturais, tais como o tamanho das edições, o material de que são feitas, a periodicidade com que são publicadas, entre outros aspectos. Para essa pesquisa, a principal diferença recai no conteúdo significativo veiculado por essas publicações. Há um posicionamento muito mais evidente em todos os textos de *O Trecheiro* voltado para as situações de rua, seu público alvo são pessoas que já estão envolvidas com as causas da rua, dado que sua distribuição é feita na sede da Rede Rua e em albergues e pontos de encontro dos grupos e movimentos ligados às situações de rua. Segundo Jacinto Mateus de Oliveira, do MNPR-DF, em entrevista cedida a esta pesquisa, sempre havia "algum companheiro com o nosso jornal" nos locais onde ele dormia quando estava em situação de rua. Assim, é possível observar como o jornal realmente teve sucesso em sua empreitada de representar "o trecheiro", em veicular as "Notícias do povo da rua".

Por outro lado, a revista *Ocas*" tem um apelo muito mais comercial, sempre trazendo alguma celebridade do mundo cultural como matéria de capa, o que se justifica pelo objetivo de gerar renda para pessoas em situações de precariedade. *Ocas*" tem um público alvo mais abrangente, sendo comercializada em pontos culturais das cidades de São Paulo e do Rio de Janeiro, e, assim, possibilita a visibilidade sob outro prisma das situações de rua e de precariedade para um público que, tradicionalmente, é mais sensível às causas sociais. O próprio contato dos/as vendedores/as com pessoas de outros grupos sociais pela interação gerada no momento da venda já muda o paradigma de isolamento

e separação social. Igualmente, o fato de haver um seção da revista sempre destinada para a situação de rua – a “Cabeças sem teto” – faz com que aqueles/as que compram a revista por seu conteúdo cultural possam ter acesso a informações que a grande mídia não oferece, e quando trata, aborda de maneira a criminalizar e envilecer as situações de rua.

Assim, por meio da análise dos textos, é possível dizer que *Ocas*” e *O Trecheiro* atuam no mundo de maneiras diferentes e ao mesmo tempo complementares. Neste sentido, as semelhanças que existem entre as publicações também me interessaram muito, tendo em vista que há textos de uma que dialogam e retomam textos da outra, há até mesmo textos que são publicados inicialmente em uma delas que depois são retomados pela outra.

Ao mesmo tempo, a revista de rua é um tipo de publicação diferente do jornal de rua, tendo em vista a comparação entre a *Ocas*”, a *Cais*, a *Big Issue* e *O Trecheiro*, *A Laje*, o *Aurora da Rua*, o *Boca de Rua*. Esses três últimos jornais são vendidos na mesma lógica de geração de renda que a *Ocas*”, mas são mais próximos da configuração de *O Trecheiro*. Assim, essa complementariedade que existe entre a *Ocas*” e *O Trecheiro* pode ser expandida para as outras publicações voltadas para a rua, umas, como revista, ocupando um espaço discursivo diferente e alcançando objetivos diferentes das outras, como jornais.

Quem escreve em *O Trecheiro* e em *Ocas*”

Há três atores "padrão" que ocupam as posições de escritores/as / produtores/as de informação no jornal: pessoas em situações de rua (PSR) letradas; especialistas (intelectuais, profissionais da área de serviço social etc.) e os/as próprios/as jornalistas/editores/as das publicações. Assim, para ocupar a posição de produtor/a de texto, o ator social deve ter condições de elegibilidade (van Leeuwen, 1998), sendo a primeira, necessariamente, ter um grau de letramento elevado. Uma outra, que podemos destacar, é estar inserido/a em um movimento social e ter um posto de liderança. Também há o interesse em divulgar os textos de pessoas que têm atividades artísticas, como é o caso de Sebastião Nicomedes e de Pilar Tula Ferreira. Em *O Trecheiro*, há uma exceção que são as cartas publicadas, principalmente no espaço "Vida no Trecho", em que não há a necessidade desse alto grau de letramento, sendo transcritos exatamente como foram escritos textos enviados à Rede Rua, por pessoas em situações de rua. Por vezes, o texto aparece como imagem ilustrativa ao lado da transcrição (imagem do manuscrito do caderno, por exemplo).

Para especialistas, a condição primeira de elegibilidade é a sensibilidade à problemática da rua e o necessário alinhamento com a causa. O que é interessante, pois evidencia um poder de seleção por parte dos/as editores/as do que e de como será publicado nos espaços dessas publicações. Para jornalistas/editores/as dos periódicos, é obviamente necessário que façam parte das edições. As outras implicações de como são escolhidos/as os/as autores/as do texto só poderão ser compreendidas no contato direto, nas entrevistas com os/as editores/as do jornal e da revista.

Seria muito interessante se fosse possível que mais pessoas como Jacinto Mateus de Oliveira e Sebastião Nicomedes, que fazem parte de meus/minhas colaboradores/as nessa pesquisa, pudessem produzir textos e mostrar ao mundo a forma como entendem sua realidade, como entendem a realidade econômica e social de seu país, como sentem, como sonham, como constroem e se organizam para superar a situação de rua. Mesmo sabendo de antemão que há oficinas de produção de texto promovidas pela OCAS, no seu Ponto Cultural, fico em dúvida do porquê de a *Ocas*”, nas edições de 2009 até 2012, não ter publicado mais textos de pessoas em situações de rua. Outras implicações, igualmente, só se-

riam possíveis de compreender em um contato mais próximo com a produção das publicações.

A seleção dos textos que analisei se deu em função desse mapeamento; assim, optei por textos de diferentes seções (editorial, carta do leitor, “cabeças sem teto”, matéria de capa, “em questão?”, “Direto da rua” e “Vida no Trecho”). Na sequência, passo às análises que fiz desses textos.

Que significados são construídos nas publicações

Para a ADC, há três significados principais do discurso, do uso da linguagem: ação (como um texto, ou melhor, como um/a produtor/a de texto age no mundo a partir de seu texto), representação (como um texto representa o mundo, as pessoas, as coisas, as práticas sociais etc.) e identificação (como um texto identifica pessoas, atores sociais, entidades, e até mesmo o/a seu/sua próprio/a autor/a). Nas duas partes anteriores, eu falei desse primeiro eixo de significados, abordando, assim, a ação discursiva dos periódicos. Nesta parte, vou tentar retomar, em linhas gerais, os resultados sobre a representação e a identificação.

A representação de atores sociais e de eventos sociais é o significado que permite compreender quais são os discursos (formas particulares de se representar aspectos do mundo, por exemplo o discurso do protagonismo social de atores não privilegiados) que são veiculados nos textos. Assim, é possível verificar, por meio da análise, que a representação não é única, ela é construída de acordo com a pessoa que escreve o texto.

Por exemplo, nos textos de *O Trecheiro* em que a autoria é por parte dos/as editores/as do jornal, a representação de pessoas em situações de rua ou pessoas em situações de precariedade se constrói sempre por meio de uma biografia resumida da pessoa representada (onde nasceu; onde mora; por que se mudou, quando é o caso; a quanto tempo está em situação de rua e por que motivo), o que evidencia que são pessoas com história e que a situação de rua é fruto de um processo e não algo que sempre existiu e que sempre vai existir para aquela pessoa. Desse modo, *O Trecheiro* articula o discurso contra-ideológico de desnaturalizar um processo social que é sempre naturalizado pela grande mídia (entre outros); um exemplo disso é a diferença entre a opção por se referir à pessoas em situações de rua como tal e não como “morador de rua” (que representa a pessoa como sendo naturalmente de rua e não estando na rua por um processo) etc. No editorial “Por que viver nas ruas e em albergues”, de Alderon Costa, o autor observa que “Moradores de rua, população em situação de rua, o nome não importa desde que sejam vistas como pessoas”. Assim, revela o discurso de (re)humanização desse grupo social tão desumanizado pelos veículos tradicionais de comunicação. Igualmente, nesse esforço de dar maior visibilidade a pessoas em situações de rua, quase sempre a sua representação vem acompanhada pela citação direta ou indireta de sua voz. Os textos são, assim, intertextuais e polifônicos: têm vários textos articulados e várias vozes no mesmo texto.

Para o significado representacional, *Ocas* é complementar a *O Trecheiro*, pois aborda a questão por um prisma mais da reflexão sobre os processos de fragilização das pessoas em situações de rua. Assim, no texto “Movimento pobreza nunca mais” não são pessoas em situações de rua que são representadas mas, sim, de forma mais abstrata, a pobreza. Esse texto representa também a rede de edições e de ONGs relacionadas às situações de rua, ele representa o encontro da INSP, representa atores sociais ligados às edições, tais como Henrique Pinto, da revista *Cais*, e Melany Bendiz, da *The Big Issue* da África do Sul. E as vozes e falas que são retomadas são justamente desses atores ligados às publicações para as situações de rua. O protagonismo então evidenciado é o de atores sociais que se organizam

em redes globais tendo como objetivo superar o problema comum que têm, que advém da distribuição assimétrica de recursos que é a base do sistema capitalista. Esse recurso textual também mostra como pessoas de diferentes origens e classes sociais podem se organizar ao redor de uma mesma causa, procurando construir uma realidade diferente.

No caso da identificação, ou seja, da maneira como um texto constrói significados que criam ou servem de base para a formulação de identidades, ambas as publicações operam trazendo instrumentos para que pessoas em situações de rua possam construir e articular identidades alternativas às que são impostas pela sociedade. Existem três tipos de identidade segundo Manuel Castells, que é um teórico social: identidade legitimadora, que é a identidade imposta para legitimar a exploração e a dominação; identidade de resistência, que é aquela por meio da qual o ator social pode resistir aos processos de exploração e dominação; e identidade de projeto, por meio da qual o ator social cria um projeto de mudança para a realidade de exploração e dominação.

Por exemplo, nos textos de Jacinto Mateus Oliveira e Antônia Cardoso – “Ânimo e luta estão presentes no DF” publicado em *O Trecheiro* – e de Sebastião Nicomedes – “Prefere a rua ao albergue/quanto vale ou é por quilo?” publicado em *Ocas* – os atores sociais que produzem os textos formulam identidades tanto de resistência quanto de projeto.

Trazendo como exemplo o texto de Nicomedes, eu pude verificar que o seu 1º parágrafo configura-se como uma apresentação do autor para seus/suas leitores/as. Nele, o autor identifica-se como “escritor” que está “vivendo dias de homem da pista por um tempo”, assim, ele formula uma identidade de resistência em duas vias e uma identidade de projeto.

Por um lado, ao identificar-se desse modo, ele mostra como a situação de rua não é natural, trata-se de um processo social, que tem como característica central a pontualidade temporal das situações de rua. Assim, neste sentido, a pessoa não é de rua, e sim **está** na rua, por um determinado tempo. Isso pode ser ampliado a qualquer pessoa que se encontre enfrentando as adversidades da pobreza extrema. Ao mesmo tempo, a identidade de resistência constitui-se por sua individualização como ser humano que relata sua história e que desempenha o papel social de escritor. Essa individualização marca a resistência à coletivização à que são submetidas as pessoas em situações de rua quando são representadas por veículos da mídia tradicional. No mesmo trecho, o autor formula uma identidade de projeto para si, pois por meio de sua atuação como escritor de “um livro sobre a população de rua” ele se afasta da identidade reificada de “homem da pista”. A identidade que ele constrói é de projeto, pois a partir dela ele projeta um futuro para fora da realidade das ruas como escritor.

Dessa maneira, tanto *O Trecheiro* quanto *Ocas* contribuem para que pessoas em situações de rua possam construir formas alternativas de identidade e possam, a partir da forma como veem a si mesmas, transformar a sua realidade por meio do protagonismo social.

Considerações finais

Este texto foi propositalmente deixado sem considerações monológicas, porque essas considerações seriam redundantes, pois seriam feitas apenas por mim, na frente do meu computador. Meu maior anseio com o compartilhamento desse trabalho é poder construir de maneira colaborativa a crítica social mais pertinente para que efetivamente este trabalho de pesquisa saia de dentro da universidade e possa servir para promover um bem social maior:

a superação da desigualdade social, ou, de forma mais realista, pelo menos contribuir para que um dia essa desigualdade seja superada.

III DIÁLOGOS, ABERTURA E AUTOCRÍTICA

Apresento a seguir as respostas que obtive sobre o texto da devolutiva/ receptiva, seguindo a ordem cronológica em que se deram, sendo que, para cada uma, traço breves considerações.

A primeira resposta ao texto que produzi para compartilhamento e discussão de resultados é a fala de Alderon Costa, presidente da Rede Rua e editor de *O Trecheiro*, ao final de sua entrevista, no dia 10 de outubro de 2012. Nesse trecho, Costa faz referência direta a meu texto, que lhe havia sido enviado previamente:

Nesse aqui eu já dei uma lida e achei muito pertinente assim as colocações, algumas inclusive que nós ainda não identificamos, mas é muito bom porque você sistematizou essas... esse olhar, é um olhar de fora, uma das ideias que a gente tinha quando eu soube que você vinha, falei putz, tentamos mas não dá é muita correria, está todo mundo com mil coisas agora, mas aí pra nós é um pouco isso mesmo de... Em algum momento já vinha essa preocupação de dar uma olhada, de dar uma questionada, é possível fazer diferente? É possível fazer com mais participação da população de rua? Eu acho que, pra mim, o jornal tinha um sonho que era ele ser produzido com população de rua, mas isso nunca conseguiu efetivamente em sua totalidade, sempre parcialmente, mas é possível um dia, quem sabe? Sei que quando a coisa está mais institucionalizada, mais difícil né, mas não é impossível, e acho que a sua crítica nesse sentido realmente de esmiuçar e fazer as comparações, acho que isso só enriquece. E uma coisa boa que a gente sempre teve todos da equipe é essa tranquilidade com e relação com o diferente, com o olhar, que acho que é importante ajudar. Ainda mais vocês que estão com o olhar nessa perspectiva do social, quer dizer, entendendo que o jornal, ele existe, e não é o jornal pelo jornal, mas em função de uma causa, de uma situação, de um questionamento de uma realidade, acho que isso que é legal e, pra nós, o quanto mais ele for mais eficiente pra ajudar a quebrar esse estigma da população, preconceito, tudo isso, claro que é isso que a gente quer. Eu acho que essa ideia de um possível seminário ou se vocês têm outras ideias lá, mesmo em Brasília, a gente está muito aberto. Nós conseguimos, o ano retrasado, em novembro, fazer um encontro, uma coisa inédita, né, e não foi possível dar continuidade por falta de recurso. Porque esse daí a gente conseguiu um recurso da Secretaria de Direitos Humanos, só que a pessoa que era referência saiu, então a gente perdeu um pouco o vínculo, mas é uma coisa que seria superinteressante essa articulação nacional, né? E, agora, com outros atores, inclusive tinha a ideia de outros atores também participarem, tem esse pessoal do movimento, que está organizando tanto em Belo Horizonte, quanto lá em Curitiba, *A Laje*, né? Deve ter outros pequenos trabalhos começando por aí, como é que a gente ajuda na capacitação pra eles não passarem por tudo que nós passamos, como é que a gente pode.... Sei lá, seria interessante, acho que é uma ideia que não morreu ainda, que a gente... eu falo isso que de repente vocês que estão mais articulados na universidade, conseguem. “Ah, conseguimos aqui um projeto pra gente articular dois dias aqui, três dias.” E o que a gente puder contribuir também, isso ajuda.

Eu tive muita dúvida de onde inserir essa reflexão de Costa, pois ela seria extremamente frutífera para a discussão que empreendi na Seção 4.2, em que abordei a análise do acesso aos espaços discursivos do jornal. No entanto, por ter sido originada pela leitura do meu texto, por ter sido, diferente dos outros dados, motivada por essa reflexão resultante de todo o processo, optei por trazê-la para o final da dissertação.

Sobre o texto da resposta, a estratégia discursiva que Costa empregou evidencia a diferença que existe nas posições ocupadas pelos/as que produzem o jornal e por quem o analisou, na prática própria da investigação. Ele classifica o estudo como sendo “um olhar de fora”, e observa que minha ida a campo perturbou um arranjo assentado nas práticas cotidianas do grupo de atores sociais associados na produção de *O Trecheiro*. Isso evidencia o que foi constatado por Resende (2008), que trata da diferença entre dados coletados e dados gerados por meio de entrevistas. A geração de dados é condicionada pela ação do/a pesquisador/a. A isso acresce-se o fato de que, mesmo indo a campo, mesmo procurando ser menos estranha pelas interações construídas pela via netnográfica, ainda assim, não sou membro interno das práticas que investiguei. Isso faz com que, necessariamente, minha interação com o campo transforme as práticas, pelo menos momentaneamente, e o conhecimento gerado sobre essas continue a ser parcial. É claro que nunca almejei abarcar toda a complexidade ontológica por meio deste estudo, mas a parcialidade e a limitação que residem em eu ser alheia aos processos que investiguei são evidentes, e assim, novamente o acadêmico teria de buscar o senso comum (tal como foi definido nesta parte da dissertação) para construir um saber mais abrangente.

Assim, construir pesquisas de maneira realmente colaborativa, produzir artigos, erigir transversalidades que comuniquem a academia com o conhecimento que se origina fora dela seriam uma possibilidade. Por outro lado, seria muito interessante se houvesse projetos que estimulassem a produção de pesquisas por pessoas de fora da academia às quais os atores da academia poderiam acrescentar. Assim, a geração de dados para a triangulação metodológica seria feita no ambiente acadêmico, sendo nossos saberes analisados, selecionados, organizados por membros de outras práticas sociais. Seria o saber comum buscando uma complementação pelo saber acadêmico, o que inverteria o esquema de forças que está assentado na maioria das pesquisas.

Outro ponto que merece ser destacado é o interesse evidenciado por Costa em estreitar os laços com atores de outros espaços; isso, por si, mostra a necessidade de interação, não por parte da academia, mas também de atores externos a ela. Assim, não se trata de uma busca egocêntrica, mas da articulação de diferentes atores, de diferentes grupo na busca por avanços sociais amplos. A esse respeito, deve ser ainda mais salientado que o “olhar de fora” que Costa delimitou é identificado relacionalmente como sendo um “olhar nessa perspectiva do social (...) em função de uma causa”. Assim, não é qualquer transversalidade que se busca, mas contatos estratégicos, que, mesmo desempenhando papéis diferentes em práticas diferentes, compartilham perspectivas afins: o social como *ethos*, a causa como *pathos*, e a mudança como meta.

Outra resposta que recebi ao texto da devolutiva/ receptiva foi a mensagem de Tula Pilar Ferreira, recebida por correio eletrônico, no dia 18 de outubro de 2012. Em sua mensagem, de apenas três linhas, Ferreira expressa surpresa: “Estou lendo aquele papel que você me deu, estou maravilhada em saber que irei com minha história poder colaborar com a humanidade? Será que é isso? Muito obrigada pelo carinho e pela oportunidade”. A poetisa, em seu breve comentário, permitiu-me a legitimidade social ampla que eu almejo para meus trabalhos científicos. Ferreira observa que o “papel” abriu um espaço de cognição em que ela pôde avaliar a sua própria produção, sua trajetória de vida como sendo de valia para a humanidade. Essa humanidade, que busquei encontrar pela sensibilidade, acha razão em minha tarefa de sistematização de conhecimentos (conforme apontou Costa).

Essa mesma razão sensível ressoa pelo caminho da afetividade, que longe de impedir uma reflexão científica robusta, humaniza-a, dando-lhe um caráter mais abrangente, mais permeável e capaz de mover estruturas já sedimentadas. A mudança de paradigma entre o/a pesquisador/a que vai a campo e não retorna, para aquele/a que se envolve com o campo, posiciona-se explicitamente, evidencia sua subjetividade, mostra sua validade pelo escrutínio ora apresentado.

A esse respeito, pretendo retornar a campo e entregar cópias da versão final deste trabalho para os acervos da OCAS e da Rede Rua. Para além disso, gostaria imensamente de poder ter uma segunda banca, uma segunda avaliação deste trabalho, por parte de meus/minhas colaboradores/as e por atores inseridos nas práticas que investiguei. No entanto, já em uma autocrítica, acredito que o texto desta dissertação seja extremamente hermético, seja muito voltado para meus pares; assim, duvido muito de sua viabilidade comunicacional em outro campo. Mas pensar em outro texto, a partir deste, pode ser um dos caminhos para completar meu projeto.

A limitação que temos na comunicação é tão grande que cria uma separação abissal, em função dos variados graus de letramentos e dos conhecimentos técnicos de cada um/a. No texto da devolutiva/ receptiva, embora tenha procurado ao máximo simplificar a linguagem, ainda assim não alcancei o que almejava. Hoje, relendo-o com o distanciamento do tempo, vejo que segue hermético, tanto pela seleção lexical quanto pela estrutura que empreguei. A dificuldade, quando se trata de equalizar complexidade conceitual e simplicidade comunicativa, é enorme, e se delinea como campo a ser explorado em outros trabalhos vindouros. Novamente, o campo mostra os rumos para a construção de saberes legítimos, e ajuda a apontar onde falhamos. Assim, termino onde comecei: na necessidade de buscar mais do que apenas dados no campo, para com ele aprender.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta dissertação de mestrado foi construída objetivando explorar de maneira aprofundada os diferentes aspectos sobre que foi erigida. Assim, diferentes desafios se delinearão conforme as etapas da investigação e de produção deste texto. Agora retomo, brevemente, esses diferentes desafios, procurando explicitar a organicidade do estudo e do texto dissertativo como instrumento de comunicação de seus resultados.

Sobre essa organicidade textual, gostaria de retomar a crítica ao hermetismo acadêmico. A dissertação que ora apresento dificilmente será passível de acesso, em sua plenitude, por atores sociais que não sejam meus pares acadêmicos. Há um lapso entre o fazer e o comunicar: como já destaquei, a limitação que temos para comunicar é tão grande que cria uma separação abissal, em função do grau de letramento e do conhecimento técnico de cada um/a. Retomo o autoquestionamento de Alderon Costa: “É possível fazer diferente?” Seria possível fazer diferente, neste caso, significa dizer que *é necessário* fazer diferente.

No texto da devolutiva/ receptiva, em que procurei ao máximo simplificar a linguagem, ainda assim, não alcancei o que almejava. Hoje, relendo-o com o distanciamento do tempo, vejo que segue hermético, tanto pela seleção lexical quanto pela estrutura que empreguei. A dificuldade quando se trata de equalizar complexidade conceitual e simplicidade comunicativa é enorme, e se delinea como campo a ser explorado em outros trabalhos vindouros.

(Não) Superada a reflexão sobre a dificuldade de produzir textos simultaneamente especializados e acessíveis, outras dificuldades se impuseram. Na sequência, reflito sobre os desafios encontrados, segmentando-os conforme os capítulos constituintes desta dissertação.

No primeiro capítulo, que versa sobre a análise da conjuntura e sobre a análise da prática particular, e, no segundo capítulo, que traz o marco teórico, houve uma limitação muito grande, por ter de abarcar conhecimentos de diferentes áreas, muitas vezes alheias a minha formação, para tratar em profundidade tanto a conjuntura quanto as teorias não específicas da linguística. Nesse particular, é importantíssimo que reflitamos sobre o que pretendemos construir como transdisciplina. O equilíbrio entre as teorias sobre que erigi minhas análises mostra-se delicado, facilmente perturbável, tendo em vista que devo ter privilegiado um aspecto sobre os demais. Nesse sentido, a dificuldade de construir um capítulo de conjuntura assenta-se na dificuldade de se construir uma transdisciplina que almeja, pela via do discurso, servir para o estudo das práticas sociais, contemplando sua complexidade ontológica. Essa crítica foi feita por Resende (2009), que aponta a ADC como uma interdisciplina, que, como tal, ainda não concretizou o projeto da transdisciplina. Nesse sentido, percebo que meu trabalho constituiu um esforço transdisciplinar, por meio do qual procurei compreender o funcionamento das práticas discursivas no contexto

das práticas sociais que focalizei, poderá fim de ampliar meus resultados sobre a explanação crítica.

Outro desafio encontrado deveu-se ao desenho de pesquisa, que teve como premissa a triangulação metodológica, para ampliar o escopo investigativo e, assim, poder produzir explanações que se assentassem sobre elementos ontológicos heterogêneos e que, assim, teriam o potencial de ser mais robustas do que um estudo apenas documental. Nessa perspectiva, procurei superar a fragilidade de pesquisas pautadas apenas por textos coletados, debatida por Resende (2008; 2009; 2010), que observa que é necessário formular desenhos de pesquisa que estruturarem uma coerência entre a perspectiva teórica que adotamos (em especial nossa opção ontológica), a coleta e a geração de dados e, subsequentemente, sua análise. Assim, uma análise discursiva crítica que se pautar apenas em textos documentais, fatalmente, não será capaz de abarcar a complexidade ontológica dos processos sociais que intentamos analisar. O campo delineia-se, desse modo, como fundamental para a construção de saberes construídos sobre a necessidade de se buscar mais do que apenas dados no campo, para efetivamente *aprender do campo*.

A dificuldade, originada no desenho de pesquisa, espraiou-se sobre a coleta de dados à distância, sobre a geração de dados em campo, e sobre a análise dos *corpora* construídos nesse processo. Assim, foi necessária a construção reflexiva de um corpo analítico que, para além de justapor análises de textos diferentes, fosse coeso e que pudesse responder às questões de pesquisa formuladas no desenho e expostas no capítulo metodológico. Como meu objetivo central era compreender o funcionamento das publicações nas práticas sociais a elas relacionadas, focalizei as ações discursivas a partir de uma ordem sequencial dessas ações delimitadas pelos periódicos *Ocas*” e *O Trecheiro*, indo do aspecto mais macro, para o aspecto mais micro das ações.

No que concerne às análises propriamente ditas, a dificuldade central do tipo de estudo que propus foi a harmonização entre a teoria, o método e os objetivos sociais. Alguns desafios se impuseram em função da novidade de se construir um estudo filiado à ADC para se investigarem objetos discursivos relacionados a práticas contra-hegemônicas. Nesse sentido, houve a necessidade de se adaptarem as ferramentas já consolidadas para a investigação de textos. As categorias analíticas moldadas para o mapeamento de significados discursivos ideológicos foram empregadas para a compreensão de estratégias discursivas posicionadas de forma bem diversa na arena da luta hegemônica.

Ao mesmo tempo, o caráter original das ferramentas permitiu não cair em uma crítica ingênua. Essa ingenuidade foi algo que arrisquei ao me envolver afetivamente com o campo, ao adotar a razão sensível como uma de minhas balizas no desenvolvimento deste trabalho. Mas o olhar treinado, na prática da ADC, para o desvelamento de representações, ações e identificações de caráter ideológico, associada à permanente reflexão ética, permitiram-me (ao menos tentar) equalizar a crítica com a afinidade às causas defendidas pelos periódicos que investiguei.

A meu ver, a principal contribuição deste estudo para a compreensão ampla de processos alternativos de comunicação resultou ser a evidência de que padrões hegemônicos acabam sendo reproduzidos em jornais e revistas que são delimitados, em função dos objetivos expostos por seus/suas produtores/as, como jornalismo de defesa civil (WAISBORD, 2009), em uma relação proporcional ao grau de tecnologização das ações discursivas das publicações. Nesse sentido, o caso de *Ocas* exemplifica a produção de um objeto destinado à comercialização, e que, por isso, apresenta um alto grau de sofisticação tecnológica na construção da revista, tanto no que concerne a sua programação visual quanto no que tange à composição de textos verbais. A viabilidade comercial do periódico fez com que ele tenha, gradualmente, abandonado o foco na produção de conteúdo simbólico sobre as situações de precariedade e as situações de rua, tendo, inclusive, o nome modificado (de *Ocas* – *saindo das ruas*, para apenas *Ocas*).

O caso de *O Trecheiro* evidencia a maneira como as técnicas discursivas, em função de uma articulação nacional e global, colonizam espaços discursivos originariamente contra-hegemônicos. Ao mesmo tempo em que há um anseio, professado nas falas do editor-chefe de *O Trecheiro*, para que a publicação pudesse efetivamente servir para o protagonismo de pessoas em situações de precariedade pela via discursiva, há um bloqueio na satisfação do projeto em função de uma dificuldade identificada por ele como residindo na articulação entre a ONG e esses atores sociais. É possível, também, constatar a necessidade de legitimação frente a um público mais amplo, devida à abrangência nacional do jornal, à articulação com “as ruas do mundo”, e ao fato de o jornal, pelo seu histórico, ter uma grande visibilidade.

A legitimação, no primeiro caso como revista comercial, e, no segundo, como jornal “sério”, tem objetivos sociais claros: respectivamente, a geração de renda para uma parcela da população alienada de recursos materiais; e a divulgação das demandas de pessoas em situações de precariedade e a promoção de um diálogo mais intenso desse grupo populacional, muitas vezes não ouvido pela mídia tradicional, com os demais grupos sociais. Isso, evidentemente, é positivo, mas essa legitimação passa pelo emprego de estruturas tradicionais, tais como a adequação a: (i) uma norma linguística (que por ser norma é hegemônica) baseada no que seria a variedade de maior prestígio social; (ii) um padrão para os textos veiculados, que implica a rigidez genérica, a rigidez na representação e a rigidez na identificação. A adoção dessas estruturas é viabilizada pelas técnicas, em especial pelo conhecimento técnico da produção de textos midiáticos, e pela revisão de texto voltada para a norma, que se impõem sobre o conhecimento sensível, vivencial. É então que a coesão resulta ser o apagamento da pluralidade, que a rigidez resulta ser o estreitamento da compreensão e expressão do mundo, que o padrão resulta ser o silenciamento das vozes, e, assim, as publicações se fecham para a diferença.

Nesse sentido, é possível afirmar que as tecnologias de texto carregam consigo uma relação visceral com o contexto em que foram engendradas e que assim respondem a esquemas tradicionais de poder. Por outro lado, focos de resistência se formam dentro das práticas, tais

como a luta e a reflexividade de Alderon Costa, que defende o espaço “Vida no trecho” para a expressão mais genuína das ideias de pessoas em situações de precariedade, e o de meu/minha colaborador/a anônimo/a, que resiste à imposição, mesmo que isso lhe custe a participação como escritor/a nas publicações. Esses focos de resistência viabilizam a expressão, mesmo que restrita, das “vozes de rua”, cuja densidade relativa pode ter sido reduzida nas reformulações das publicações, mas que continuam presentes.

Essa presença é evidenciada pela possibilidade, ainda que constringida, de se ocupar a posição de produtor/a de texto nos espaços discursivos das publicações. Por meio dessa produção textual, atores sociais, que de outro modo não teriam como, podem construir: (i) a representação, que nos informa outras formas de ver o mundo, articulando discursos alternativos; (ii) a ação, pela via discursiva, sobre o mundo social hipersemiotizado que configura nossa realidade; e (iii) a identificação, por meio da qual é possível resistir às identidades legitimadoras e é viável projetar-se para fora das contingências violentas e opressivas.

Mesmo em face da inevitabilidade da violência sistêmica, as “vozes da rua” encontram espaço para serem lidas/ ouvidas/ sentidas, e conseguem mobilizar recursos na construção da resistência a arranjos assimétricos de poder e na luta pelo direito a ter direitos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ACOSTA, M. P. T. A porta da rua, serventia de quem? – análise discursiva crítica de textos do jornal *O Trecheiro*. Relatório de Pesquisa de Iniciação Científica (Linguística). Brasília, 2011.
- ARANTES, Maria Auxiliadora de Almeida Cunha. Por que a violência? In *Nenhuma forma de violência vale a pena* – VI Seminário Nacional de Direitos Humanos. Brasília: Comissão Nacional de Direitos Humanos do Conselho Federal de Psicologia, 2011. (pp. 59-69)
- BAKHTIN, Mikhail. Estética da criação verbal. São Paulo: Martins Fontes, 2000 [1979].
- BAUMAN, Zygmunt. *A ética é possível em um mundo de consumidores*. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.
- BHASKAR, Roy. *The possibility of naturalism: a philosophical critique of the contemporary Human Sciences*. Hemel Hempstead: Harvester Wheatsheaf, 1989.
- BATISTA, Paulo Nogueira. O consenso de Washington – A visão neoliberal dos problemas latino-americanos. São Paulo: USP FAU, 1994. Disponível em: <www.fau.usp.br/cursos/nog94-cons-washn.pdf>. Acesso em: 12 ago. 2012.
- BECKETT, Katherine; GODOY, Angelina. A Tale of Two Cities: A Comparative Analysis of Quality of Life Initiatives in New York and Bogotá. *Urban Studies*. Londres: SAGE Publications, 2009.
- BENEVENUTO, Álvaro Jr. Para apreender alternativo na comunicação contemporânea. *UNIrre-vista* v. 1, n. 3, 2006.
- BIASI-RODRIGUES, Bernadete; NOBRE, Kennedy Cabral. Sobre a função das representações conceituais simbólicas na gramática do design visual: encaixamento ou subjacência? *Linguagem em (Dis)curso* v. 10, n. 1. Tubarão: Unisul, 2010.
- BOBBIO, Norberto. *O significado da política*. In: BOBBIO, Norberto. Curso de introdução à ciência política. Brasília: Editora UnB, 1984
- BOURDIEU, Pierre (dir.). *A Miséria do mundo*. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2011 [1993].
- _____. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 2011 [1989].
- _____. *Contrafogos – táticas para enfrentar a invasão neoliberal*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 1998.
- BUARQUE, Cristovam. *O que é apartação – o apartheid social no Brasil*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1993.
- _____. *Cortina de ouro – os sustos do final do século e um sonho para o próximo*. São Paulo: Paz e Terra, 1995.
- CAMERON, Deborah *et al.* *Researching language – issues of power and method*. Londres e Nova Iorque: Routledge, 1992

- CASTELLS, Manuel. O poder da identidade. Tradução Klaus Brandini Gerhardt. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000.
- CARVALHO, Flaviane Faria, MAGALHÃES, C. Mídia impressa e multimodalidade: os significados composicionais na primeira página de jornais mineiros. *Revista da ANPOLL*, v.2. n° 27, 2009. Disponível em: <<http://www.anpoll.org.br/revista/index.php/rev/article/view/143/153>>. Acesso em: 10 nov. 2012.
- _____. Os significados composicionais e a formação de subjetividades na primeira página de jornais mineiros: um estudo de caso à luz da gramática do design visual. Dissertação de mestrado (Linguística). Universidade Federal de Minas Gerais, 2007.
- CHAMPAGNE, Patrick. A visão mediática. In BOURDIEU, Pierre. (Org) *A miséria do mundo*. Rio de Janeiro: Vozes, 2011 [1993].
- CHOULIARAKI, Lillie; FAIRCLOUGH, Norman. *Discourse in late modernity – Rethinking critical discourse analysis*. Edinburgh: Edinburgh University Press, 1999.
- COSTA, Alderon Pereira; DIAS, Arlindo Pereira. Nem tudo o rio arrasta. In: ROSA, CLEISA. M. M. *Vidas de Rua*. São Paulo: Hucitec; Rede Rua, 2005. (pp. 15-19)
- FACCIN, Milton Julio. A prática jornalística e a discursividade dos títulos-nome dos jornais: uma análise da imprensa gaúcha na construção da identidade regional *Anais do Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação XIV Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sudeste – Rio de Janeiro – 7 a 9 de maio de 2009*.
- FAIRCLOUGH, N. *Discurso e mudança social*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.
- _____. *Analysing discourse: textual analysis for social research*. London: Routledge, 2003.
- _____. A dialectical-relation approach to critical discourse analysis in social research. in WODAK, Ruth; MEYER, Michael. eds. *Methods in Critical Discourse Analysis 2ª edição*, Londres: SAGE Publications, 2008.
- FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir: nascimento da prisão*. Petrópolis, Vozes, 2011 [1975].
- _____. *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Graal Edições, 2012.
- _____. *A ordem do discurso – aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970*. São Paulo: Edições Loyola, 2012 [1972].
- _____. *A arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010 [1969].
- FOWLER, Roger; KRESS, Gunter. Critical linguistics. In: FOWLER, R. et al. *Language and control*. Londres; Boston; Henley: Routledge & Kegan Paul, 1979. (p. 185-213).
- GRAMSCI, Antonio. *Concepção dialética da história*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.
- _____. *Cadernos do cárcere - Maquiavel. Notas sobre o Estado e a política*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000b. 428 p. v. 3.
- HABERMAS, Jürgen. *Teoria de la acción comunicativa*. Madrid: Taurus, 1987.
- _____. *Como es posible la legitimidad por via de legalidad*. in *Revista Doxa* no 5, 1988.

- HALLIDAY, Michael A. K. *An introduction to funcional grammar*. Londres: Hoder Arnold, 2004.
- HARVEY, David. *O enigma do capital e as crises do capitalismo*. São Paulo: Boitempo, 2011.
- HODGE, Robert; KRESS, Gunther. *Social Semiotics*. Nova Iorque: Cornell University Press, 1988.
- KRESS, Gunther; VAN LEEUWEN, Theo. *Reading images: the grammar of visual design*. Londres: Routledge, 2006.
- LAGE, Nilson. Relacionamento do repórter com as fontes: procedimentos e teoria. Disponível em: < <http://www.compos.org.br/pagina.php?menu=22&mmenu=6&gm=int>i=arqul&ordem=3&grupo1=9D&grupo2=&encontro=&tag=&ano=&mes=&pchave=&git=11&pg=13>>. Acesso em: novembro de 2012.
- LAKOFF, George; JONHSON, Mark. *Metaphors We Live By*. Chicago: Chicago University Press, 1980.
- LOOSE, Eloisa Beling. Os sentidos dos nomes das revistas ambientais. *Revista Ícone* v. n° 12. n° 1. Recife: Programa de Pós-Graduação em Comunicação Universidade Federal de Pernambuco, 2010. (pp. 1-12)
- MAFFESOLI, Michel. *Elogio à razão sensível*. São Paulo: Editora Vozes, 1998.
- MAGALHÃES, Célia Maria. A análise crítica do Discurso enquanto teoria e método de estudo. In: MAGALHÃES, Célia Maria (org.). *Reflexões sobre a análise crítica do discurso*. Belo Horizonte: UFMG (2001).
- MAGALHÃES, Maria Izabel. “Análise do discurso publicitário”. *Revista da ABRALIN*, v. 4, n. 1 e 2 2005. (pp. 231-260).
- _____. Teoria Crítica do Discurso e Texto. *Linguagem em (Dis)curso*, Tubarão/SC, v. 4:Esp., p. 113-131, 2004.
- _____. Por uma abordagem crítica e explanatória do discurso. In: *DE.L.T.A.*, 2 (2), 1986 (pp. 181-215).
- MARX, Karl. *O 18 Brumário de Luís Bonaparte*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2011 [1852].
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã*. São Paulo: Boitempo, 2007 [1845].
- MELLO, Celso Antônio Bandeira de. *Conteúdo Jurídico do Princípio da Igualdade*. São Paulo: Malheiros, 2006.
- MORAES, Dênis (org.). *Sociedade midiaticizada*. Rio de Janeiro: Mauad, 2006.
- _____. Comunicação, hegemonia e contra-hegemonia: a contribuição teórica de Gramsci. *Revista debates*, Porto Alegre, v.4, n.1, pp. 54-77, jan.-jun. 2010.
- MOUILLAUD, Maurice. O nome do jornal. In: MOUILLAUD, Maurice; PORTO, Sérgio Dayrel. *O Jornal: da forma ao sentido*. Brasília: Editora UnB, 2002.
- PACCHI FILHO, Fernando Felício. “Conteúdos implícitos em títulos de revistas semanais”. In: *Dito e feito* v. 1, n. 1, 2009.

- PARDO ABRIL, Neyla Graciela. *¿Que nos dicen? ¿Que vemos? ¿Que és... pobreza?* Bogotá: Universidad Nacional de Colômbia, 2008
- _____. “La representación de lo mensurable sobre la pobreza en la prensa colombiana”. In *Discurso & Sociedad*, v. 2, n. 2, pp. 394-421, 2008.
- PEREIRA, Fábio Henrique. De Gramsci a Ianni: condições histórico-estruturais para a emergência do "intelectual jornalista", in *Biblioteca online de ciências da comunicação*, 2004. Disponível em: www.bocc.ubi.pt/pag/pereira-fabio-de-gramsci-a-ianni.pdf. Acesso em: 06 out. 2012
- PEREIRA, Camila Potyara; AMORIM, Álvaro André Santarém. Pobreza no Brasil e na América Latina: concepções restritas sobre realidades complexas. *Argumentum*, v. 2, n. 2. Vitória: Universidade Federal do Espírito Santo, 2010. (pp. 132-148)
- PETERS, Francis Edward. *Termos Filosóficos Gregos: Um Léxico Histórico*. Lisboa: Calouste Gulbenkian, 1983.
- RAMALHO, Viviane Cristina Sebba Vieira. Constituição da análise de discurso crítica: um percurso teórico-metodológico. *Signótica*, v. 17, n. 2, 2005. (pp. 275-298)
- RAMALHO, Viviane Cristina Sebba Vieira; RESENDE, Viviane de Melo. *Análise de discurso (para) a crítica*. Campinas: Pontes editores, 2011.
- RESENDE, Viviane de Melo. *Análise de Discurso Crítica e Etnografia: o Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua, sua crise e o protagonismo juvenil*. Tese de Doutorado (Linguística). Universidade de Brasília, 2008a.
- _____. “Não é falta de humanidade, é para dificultar a permanência deles perto de nosso prédio” – Análise discursiva crítica de uma circular de condomínio acerca de “moradores de rua” em Brasília, Brasil *Discurso & sociedade* Vol. 2(2). Colômbia: , 2008b.
- _____. *Análise de Discurso Crítica e Realismo Crítico*. Campinas: Pontes, 2009.
- _____. A revista *Cais* entre o protagonismo e o assistencialismo: uma análise discursiva crítica. *Revista Crítica de Ciências Sociais* nº 94. Coimbra: Centro de Estudos Sociais, 2011. (pp. 21-40)
- RESENDE, Viviane de Melo ; ACOSTA, María del Pilar Tobar . A mídia independente como trincheira: o caso de O Trecheiro. *Mídia&Política*, v. 5, p. 9, 2011. Disponível em: <http://www.midiaepolitica.unb.br/index.php?option=com_content&view=article&id=52:a-midia-independente-como-trincheira-o-caso-de-o-trecheiro&catid=10:edicao052011&Itemid=26>. Acesso em: julho de 2011.
- RESENDE, Viviane de Melo; MARCHESE, Mariana Carolina. “São as pessoas pobrezitas de espírito que agudizam a pobreza dos pobres”: análise discursiva crítica de testemunho publicado na revista *cais* – o método sincrônico- diacrônico. *Cadernos de Linguagem e Sociedade*, vol. 12 nº 2. Brasília: Programa de pós-Graduação em Linguística, 2011.
- RESENDE, Viviane de Melo; RAMALHO, Viviane Cristina Sebba Vieira. *Análise de discurso crítica*. São Paulo: Contexto, 2006.
- RIBEIRO, Daiane Bertasso. Estratégias de autorreferencialidade nos discursos de jornais impressos. In *Anais do SITED Seminário Internacional de Texto, Enunciação e Discurso*. Porto Alegre: Núcleo de Estudos do Discurso Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2010. (pp. 109 – 116)

- ROSA, Cleisa Moreno Maffei. *Vidas de rua*. São Paulo: Hucitec e Rede Rua, 2005.
- SANT'ANNA, Francisco. *Mídia das fontes*. O difusor do jornalismo corporativo. Brasília: Casa das musas, 2008.
- SANTOS, Milton. *Por uma outra globalização – do pensamento único à consciência universal*. Rio de Janeiro: Record, 2011.
- SANTOS, Francisco Roberto da Silva; SOUZA, Medianeira. Aspectos multimodais em editoriais da Veja. In: *Simpósio Hipertexto e Tecnologias na Educação*, II, set. 2008, Recife, PE. Anais. Recife: NEHTE-UFPE, 2008, p.1-16.
- SCHWARZ, Roberto. Nacional por subtração. In *Que horas são? ensaios*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- SICSÚ, João; CASTELAR, Armando (Org.). *Sociedade e Economia: estratégias de crescimento e desenvolvimento*. Brasília: IPEA, 2009.
- SILVA, Augusto Soares da (1997). A Linguística Cognitiva: uma breve introdução a um novo paradigma em lingüística. *Revista Portuguesa de Humanidades*. v. 1 n° 1. Braga: Universidade Católica, 1997. (p. 59-101).
- SODRÉ, Muniz. Antropológica do espelho: Uma teoria da comunicação linear e em rede. Rio de Janeiro: Vozes, 2002.
- SILVA, Denize Elena Garcia da; RAMALHO, Viviane Cristina Sebba Vieira. Discurso, imagem e texto verbal: uma perspectiva crítica da multimodalidade. *Revista ALED*, n 12, v. 1. (pp.7-29)
- SOUSA SANTOS, Boaventura. A crítica da governação neoliberal: O Fórum Social Mundial como política e legalidade cosmopolita subalterna. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n. 72. Coimbra: Centro de Estudos Sociais, 2005.
- SOUSA JÚNIOR, José Geraldo de. Os filhos da flecha do tempo – Pertinência e rupturas. *Revista CEJ*, n° 11. Disponível em: <<http://daleth.cjf.jus.br/revista/numero11/indicat1.htm>>. Acesso em set. 2012.
- STUBBS, Michael. *Discourse analysis*. Oxford: Basil Blackwell, 1987.
- THIRY-CHERQUES, Hermano Roberto. Max Weber: o processo de racionalização e o desencantamento do trabalho nas organizações contemporâneas. *Revista de Administração Pública*, vol. 43, n° 4. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2009.
- THOMPSON, John. *Ideologia e cultura moderna*. Petrópolis: Vozes, 2002 [1995].
- VAN DIJK, Teun A. *Discurso e poder*. São Paulo: Contexto, 2010.
- _____. Opinions and Ideologies in the Press. In: Bell, A.; Garrett, P. (Ed.) *Approaches to Media Discourse*. Oxford: Blackwell, 1998. (pp. 21 a 63)
- _____. Discourse, Power and Access. In CALDAS-COULTHARD, Carmem Rosa; COULTHARD, Malcolm (Org.). *Texts and Practices*. Readings in Critical Discourse Analysis. Londres: Routledge, 1991. (pp. 85 – 104)

- _____. Structures of News in Press. In Van Dijk, Teun A. (Ed.) *Discourse and Communication: News approaches to the analysis of mass media discourse and communication*. Berlin, De Gruyter, 1985. (pp. 69-93)
- VAN LEEUWEN, Theo. *Discourse and practice. New tools for Critical Discourse Analysis*. Oxford: Oxford University Press, 2008.
- VAN LEEUWEN, Theo. *The Language of Colour*. Londres: Taylor & Francis, 2010.
- VERÓN, Eliseo. *A produção de sentido*. São Paulo: Cultrix, 1980.
- VERÓN, Eliseo. *Fragmentos de um tecido*. São Leopoldo, RS: Editora Unisinos, 2004.
- WACQUANT, Loïc. *As prisões da miséria*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.
- WAISBORD, Silvio. A sociedade civil pode mudar o jornalismo? A experiência do jornalismo de defesa civil na América Latina. In *Anais da Sociedade Brasileira de Pesquisa em Jornalismo*, 2009a.
- _____. Advocacy Journalism in a Global Context. In: WAHL-JORGENSEN Karin; HANITZSCH, Thomas. *The handbook of journalism studies*. Nova Iorque, Taylor and Francis: 2009b. p. 371-385
- WEBER, Max. *Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva*. Brasília: Editora UnB, 1994.
- _____. *Ensaio de sociologia*. 4.ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.
- WODAK, Ruth; MEYER, Michael. *Methods for Critical Discourse Analysis*. Londres: SAGE Publications, 2009.
- WODAK, Ruth. What CDA is about – a summary of its history, important concepts and its developments. In: WODAK, R.; MEYER, M. (Org.). *Methods of Critical Discourse Analysis*. Londres: Sage, 2001.
- ZANCHETTA Jr., Juvenal. *Imprensa escrita e telejornal*. São Paulo: Edunesp, 2004.